Há um consenso entre os autores de que a percepção da condição camponesa não pode ser analisada apenas pela objetividade. É necessário também conhecer os valores morais dos trabalhadores mediante suas explicitações de visões de mundo e de formas de se conceber socialmente.

Os autores deste volume demonstram a importância e a diversidade de condições de integração da força de trabalho, principalmente da constituição do campesinato. Mostram como a qualificação sociológica das formas de dominação, amparadas em mecanismos de repressão da força de trabalho pela gestão do acesso ao controle dos meios de produção, tornaram possível a existência de formas camponesas dependentes ou tuteladas.

Além disso, verificam como a produção fundamentada no trabalho familiar tem sido sustentáculo da reprodução das condições de dominação em que se estruturam sistemas de concentração de poder econômico e político na sociedade brasileira. Os camponeses agiriam politicamente em busca da integração sob relativa autonomia, resistindo a formas inaceitáveis de subjugação para assegurar a subsistência, infelizmente nem sempre segundo padrões culturais dignos.

Coleção História Social do Campesinato no Brasil

ISBN 978-85-60548-35-4

UNESP
ISBN 978-85-7139-854-2

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – vol. I – Neves e Silva (Orgs.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

vol. I

Formas tuteladas de condição camponesa

Delma Pessanha Neves e
Maria Aparecida de Moraes Silva (Orgs.)

Esta coletânea enfatiza a importância do trabalho familiar, destacando seus princípios de organização e valores. Os textos contribuem para o reconhecimento e a caracterização de formas de imobilização da força de trabalho que, na vigência da estratégia de dominação instituída na plantation ou no sistema de fazendas agroextrativistas e exportadoras, levam à reprodução de tuteladas condições camponesas de existência.

São abarcadas várias situações no tempo e no espaço de produção mercantil que se constituiu pela complementar incorporação do trabalho familiar, como as fazendas de cana-de-açúcar nos estados do Nordeste e no Sudeste; as fazendas cafeicultoras e citricultoras no Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e as fazendas rizicultoras de Goiás, bem como as formas de constituição de força de trabalho nos seringais da Amazônia. A obra estuda como o campesinato é constituído pela incessante busca de correspondência entre duas forças: o desejo familiar, calcado no imaginário coletivo que celebra o porvir de sociedades ou modos de vida mais justos, e o *éthos* do trabalhador, que legitima o intenso esforço despendido, mesmo que, muitas vezes, transfira para o céu a recompensa que nem sempre na terra foi reconhecida e respeitada.

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

DELMA PESSANHA NEVES
MARIA APARECIDA DE MORAES SILVA
(Orgs.)

Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil

Formas tuteladas de condição camponesa

volume 1

Sumário

Apresentação à coleção

Por uma recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social tendem a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, apenas são exaltados seus principais protagonistas, isto é, os protagonistas diretos de suas contradições principais. Os demais atores sociais seriam, em conclusão, os que, por alguma razão, se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi freqüentemente visto dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho.

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos.

O que entendemos por campesinato?

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guar-

das as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrou tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferenciadas formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento. Como em muitos outros casos de enquadramento social e político, uma categoria de autoidentificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nestes universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável.

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa nominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendida como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por esta distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e

se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos. A esse respeito, a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional, colocando em questão os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva. Tais postulados serão demonstrados nos diversos artigos desta coletânea, voltada para registros da história social do campesinato brasileiro.

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados,

moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos. Posteriormente, tais agentes produtivos serão celebrados pelo papel no abastecimento dos tropeiros que deslocavam metais e pedras preciosas, mas também outros produtos passíveis de exportação e de abastecimento da população das cidades ou das vilas portuárias.

Dessa forma, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Para escrever sobre esta história, é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa "amnésia social" ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. Ou fazendo emergir a construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal alimentado. Ora, tais traços aviltantes, para olhares que os tomassem como expressivos da condição de vida e não do sujeito social, revelavam as bases da exploração e da submissão em que viviam, seja como agentes fundamentais ou complementares do processo produtivo da atividade agroindustrial e exportadora.

Estimulados a coexistirem internamente, ao lado ou ao largo da grande produção, os agentes constituídos na condição camponesa não tinham reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos. Assim sendo, são recorrentemente questionados e obrigados a se deslocar para se reconstituir, sob as mesmas condições, em áreas novamente periféricas. Da mesma forma, em outras circunstâncias, são submetidos a regras de coexistência consentidas e por vezes imediatamente questionadas, dada a exacerbação das posições hierarquizadas ou das desigualdades inerentes às condições de coexistência.

A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambigüidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam ob-

jeto de cobiça. Entendemos, no entanto, que, sob processos relativamente equivalentes, estes agentes elaboraram, como traço comum de sua presença social, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais, princípios fundamentais para a construção de um éthos e de regras éticas, orientadores de seu modo de existência e coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna o agente que lhe corresponde o portador de uma percepção de justiça, entendida aqui não como uma abstração teórica sobre o direito aos recursos produtivos, e sim como uma experiência baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidade camponesa; na labuta diária pela sobrevivência; na relação com a natureza; e nas práticas costumeiras para a manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social, institucionalizada por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

Levando em consideração o conjunto de fatores que vimos destacando, podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrições e provisoriedades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, imposições contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos, que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um "nós" que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo re-

produzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzirem um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa. Um exemplo de experiências positivas é a institucionalizada pelos sitiantes, dotados de autonomia para se agregarem por vida coletiva em bairros rurais.

No contexto de lutas sociais, os trabalhadores foram construindo um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas são orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de relativa autonomia. Nos termos dessa tradição, a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social. Na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais européias, é uma idéia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

O peso desse legado, quando não compreendido, leva aos estranhamentos muito comuns em relação à persistência da luta pelo acesso aos recursos produtivos e mesmo em relação ao deslocamento de trabalhadores definidos como urbanos, que engrossam movimentos de sua conquista. As possibilidades de existência que a condição camponesa permite irão se contrapor, em parte por equivalência comparativa, às condições de exploração de trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses traços, sempre presentes porque realimentados como um legado de memórias familiares e coletivas, irão atribuir sentido às constantes mobilidades de trabalhadores. Os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência, desde que fundamentados pela gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva.

Levando em conta tais elementos, definidos como constitutivos de uma tradição e alargando a compreensão da diversidade de situações, reafirma-

mos a presença do campesinato como constitutiva de toda a história do Brasil. Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial, integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, se apresentam como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Portanto, as negociações em torno das alternativas de ocupação do espaço físico e social marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida orientados por valores cuja elaboração tornou possível a legitimidade da coexistência política e cultural. Modos de vida que também reafirmam o direito à luta pela autonomia, emblematizada pela célebre referência à vida na *fartura*. Ora, tudo isso, relembramos, fora construído no contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção. Por esse motivo, a vida segundo a lógica expropriatória objetivada na grande propriedade foi concebida como destruidora da dignidade social. A honra estava (assim e inclusive) pautada pela defesa do acesso à alimentação, todavia em condições socialmente concebidas como adequadas à reprodução saudável do trabalhador e dos membros de sua família.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. Destacaremos três dimensões desse protagonismo. Em primeiro lugar, o campesinato representa um pólo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se "libertar" da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o "movimento camponês".

Por outro, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam.

Por último, há uma terceira dimensão, também pouco reconhecida, até mesmo entre os acadêmicos, que consiste na valorização da forma de produzir do camponês. Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas. Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento "de uma outra agricultura" ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem conseqüência que sua existência esteja sendo hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. Ora, os princípios de constituição e expansão do capitalismo desconhecem e desqualificam essa competência. Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como conseqüência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas "compensatórias" só reforçam a visão discriminadora.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que

essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Entrementes, é nesse mesmo mundo, cujos analistas vêm acenando (e, por que não, também vaticinando) com o desemprego em massa como princípio de constituição econômica, em que a diversidade cultural é reafirmada para fazer frente a uma vangloriada homogeneização política e cultural, que os camponeses se reorganizam em luta. Por essa conduta clamam exatamente pela manutenção da autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer.

Profa. dra. Márcia Motta
Prof. dr. Paulo Zarth

Organizadores da Coleção
História Social do Campesinato no Brasil

Introdução

Diversos autores têm, na sociedade brasileira, se dedicado ao estudo da estrutura agrária e das relações de produção agropecuária. Alguns têm genericamente atribuído um caráter marginal e secundário às formas de produção agrícola que se fundamentam na gestão e no trabalho familiares. Outros têm destacado a importância fundamental de sua coexistência pelo caráter subsumido. Ainda que os autores enfatizem a dominância da grande produção exportadora e, mais recentemente, da agroindústria, eles só podem caracterizá-las, mesmo que adotando interpretação generalizante, pela referência interdependente a formas complementares de produção e de vinculação de trabalhadores.

Neste volume, *Formas tuteladas de condição camponesa* volume 1 do tomo *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, da coleção História Social do Campesinato no Brasil, empenhamo-nos em demonstrar a importância e a diversidade de condições de integração da força de trabalho e, assim, entre elas, da constituição do campesinato. Para tanto, investimos na qualificação sociológica de formas de dominação que, sustentando-se em mecanismos de repressão da força de trabalho pela gestão do acesso ao controle dos meios de produção, tornaram possível a existência de formas camponesas dependentes ou tuteladas. Nesses termos, queremos demonstrar quanto a produção fundamentada no trabalho familiar tem sido sustentáculo da reprodução das condições de dominação em que se estruturam sistemas de concentração de poder econômico e político na sociedade brasileira. E também quanto as condições de dominação têm nutrido expectativas de luta individual, familiar ou coletiva dos trabalhadores, que agem politicamente em busca da integração sob relativa autonomia, resistindo assim a formas inaceitáveis de subjugação para assegurar a subsistência, nem sempre segundo padrões culturais definidos como dignos.

A definição de campesinato que orienta os autores cujos artigos compõem este volume se afilia àquela adotada, por trabalho intelectual coleti-

vo, pelos demais participantes da coletânea, tal qual assumida na Apresentação à coleção:

> Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardando as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

Os autores abordam a relação de interdependência das formas de produção pela demonstração da especificidade da formação de segmentos de camponeses, constituídos e reproduzidos em situações diversas do sistema produtivo agroexportador ou no interior da fazenda tradicional. Enfatizam, em especial, a importância do trabalho familiar, destacando respectivos princípios de organização e valores referentes, que são politicamente reivindicados pelos que se colocam na posição de camponeses, sobretudo quando tais princípios são postos em questão, ora diante do controle relativo do acesso aos meios de produção, ora quando este controle se torna objeto de ações expropriatórias. Em síntese, os textos aqui apresentados foram aglutinados para contribuir para o reconhecimento e a caracterização de formas de imobilização da força de trabalho que, articulando moradia e trabalho, estimularam ou consolidaram, na vigência da correspondente forma de dominação instituída na *plantation* ou no sistema de fazendas agroextrativistas e exportadoras, a existência e a reprodução de tuteladas condições camponesas de existência.

Por *plantation* adotamos a definição a seguir sistematizada, em consonância com autores que investiram na demonstração da especificidade da condição camponesa na América Latina, cujos países foram espaços de adoção do sistema de grande propriedade voltada para exportação de produtos agrícolas, em especial os beneficiados para suportar o deslocamento das mercadorias à grande distância. Eric Wolf, por exemplo, define *plantation* por um modelo geral de organização da produção, cujas transformações foram por ele sistematizadas segundo as condições de vínculo

da força de trabalho escrava ou livre: velhas *plantations*, no primeiro caso, e novas *plantations*, no segundo.

> *Plantation* constitui uma forma de organização da produção com estrutura de classes, estabelecida em sintonia com princípios de hierarquia que se expressam tanto no plano espacial como socialmente. As condições técnicas da exploração permitem que o trabalhador produza mais do que necessita para satisfazer seu próprio nível de consumo, culturalmente estabelecido. Os proprietários podem então se apoderar do excesso da produção, de modos culturalmente sancionados, monopolizando a venda das mercadorias que aí são produzidas. Na *plantation* de velho tipo, o trabalho é obrigatório e parte dos recursos da empresa são destinados a cobrir as necessidades dos trabalhadores e manter a posição social do seu proprietário. Na *plantation* de novo tipo, o trabalhador é livre e todas as suas necessidades de consumo não são incumbência da empresa. As relações personalizadas que agregam proprietários da terra e trabalhadores correspondem a adequações a sistemas sociais e de produção próprios, sua compreensão sendo da ordem das situações sociais e das conjunturas econômicas e políticas. A distinção de posições sociais entre o proprietário e os trabalhadores se baseia em complexo sistema de sanções políticas e legais. Onde a *plantation* foi instalada impôs a destruição de normas culturais precedentes e seus ditames, tanto por meio da persuasão, como pela força, provocando conflitos entre os representantes de universos sociais distintos. Por esta razão, a *plantation* é também um instrumento de força colocado em prática para criar e manter uma estrutura de classes de trabalhadores e proprietários, conectada hierarquicamente através de uma série de supervisores e administradores. A *plantation* pressupõe assim a constituição de sua própria estrutura de classes, mas também exerce efeito de inibição na formação de qualquer outra forma de estrutura de classes na área que se encontra sob seu direto e indireto controle. (Wolf, 1974, p.161-2)

CAMPESINATO TUTELADO: MORADIA E TRABALHO

Impossível contribuir para o registro social dessa forma tutelada de constituição da condição camponesa sem reconhecer e incluir o tributo que nos tem legado o antropólogo Moacir Palmeira, um dos principais autores que se devotaram a caracterizar essas e outras especificidades do campesinato brasileiro. Enfrentando a circularidade empobrecedora da contraposição feudalismo *versus* capitalismo e trazendo à tona o que, por conseqüência, apresentava-se como secundário, Palmeira elaborou os princípios de constituição da *plantation* e, em seu interior, também da morada.

> Com a casa, o morador recebe trabalho (e será um *morador de condição*) ou terra (e será um *morador foreiro*), mas em qualquer dos casos (e mesmo que o morador de condição não receba *sítio*), a casa representa mais do que a simples construção e inclui sempre um *terreiro, chão de terra* ou *fundo de casa* que lhe é coextensivo, que é uma peça da casa. Isso é percebido como "natural" e não precisa ser explicitado no "contrato" de moradia. O proprietário não reconhecer isso significa um desrespeito intolerável às regras do jogo, como fica evidenciado nas queixas generaliza-

> das dos trabalhadores de que os proprietários estão plantando cana "dentro da casa dos moradores" ou na formulação inversa daqueles para quem as regras da morada representam uma espécie de imperativo absoluto: "Em todo lugar que eu moro, eu planto".
>
> Se a casa e o terreiro constituem elementos inerentes ao próprio contrato de moradia, o mesmo não é verdade do *sítio* a que pode ter acesso o morador ... (A)... possibilidade de acesso (a um *sítio*) ... é dada pelo "contrato" e nunca o *sítio* em si, que é apenas uma forma de retribuição do proprietário ao morador por seu trabalho na cana e a que todos os *moradores* (estamos nos referindo naturalmente aos *moradores de condição*) são candidatos potenciais. Somente quando tal possibilidade deixa de existir enquanto tal, afetando, pois, a própria relação de *moradia*, é que os *moradores* vão falar de "corte dos *sítios*", mesmo quando, como no sul de Pernambuco, os *sítios* já foram cortados ou eliminados há muito tempo.
>
> Mas não há dúvida que a concessão de *sítios* representa o mais importante dos "prêmios" que o senhor de engenho atribui ao *morado*r, pois significa o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante). E mais do que isso, o *sítio* – menos pela sua área que será função, entre outras coisas, do tamanho da família do *morador* e de sua capacidade de canalizar a força de trabalho familiar, sem entrar em choque com o senhor de engenho, para as atividades que aí desenvolve, do que pela própria divisão que estabelece entre os que os recebem e os que permanecem na espera – representa um mecanismo central de diferenciação interna dos *moradores* de um engenho. Esse mecanismo pode ser reforçado por outros expedientes que redobram essa diferenciação, como a permissão de plantar dentro dos *sítios* a cana, produto "nobre" e rentável. Essa diferenciação vai se expressar na própria organização espacial do engenho... (Palmeira, 1977, p.105-6)

As formas de campesinato tutelado, especialmente o colonato, alcançaram ampla objetivação entre o período que abrange o fim do século XIX e metade do século XX. A abolição do trabalho escravo e a expansão do mercado exportador para a cana e o café, em primeiro plano, exigiram a ampliação da força de trabalho e de outros modos de intensificação de sua produtividade. O trabalho familiar, remunerado por produto do trabalho coletivo da família, transferia para o chefe desta unidade social, o pai ou o filho mais velho, o controle da intensificação da cota de trabalho gratuito a ser apropriado pelo empregador. Essas formas de recrutamento e intensificação do uso da força de trabalho só foram sendo secundarizadas quando o uso de instrumentos mecanizados se tornou possibilidade objetiva. Mediante a expansão dos cultivos mercantis, os empregadores impuseram a liberação das áreas de terra antes voltadas para as lavouras mercantis ou de subsistência de colonos, moradores e parceiros.

As formas colonato, morada e parceria coexistiam com outras tantas formas de vínculo e remuneração de trabalhadores, todas constitutivas do sistema de produção posto em prática nas fazendas. Por isso, todos os autores que integram este volume da coletânea se dedicam à demonstra-

ção dessa correlação, apontando outras formas de vida e remuneração, outros desempenhos especializados, incluindo a dedicação à pecuária. Essa atividade era complementar à cafeicultura, à cultura da cana-de-açúcar, à citricultura e à rizicultura, dada a necessidade de oferta de animais de tração, e para constituição de tropas que deslocavam mercadorias.

Uma das expressões da diversidade de vínculos sociais se manifesta pela diferenciada distribuição dos trabalhadores na ocupação do espaço social interno à fazenda. Essa característica será amplamente demonstrada por diversos autores, ao descreverem as formas de apropriação do espaço físico das contextuais fazendas. Por esse recurso, os autores vão trazendo à tona a complexidade da constituição das subunidades produtivas – *colônias, retiros, colocações e sítios* — e dos múltiplos tipos de exploração.

A análise do modelo de vínculo tutelado para a realização da condição camponesa revela a importância das constitutivas formas de repressão. Abarcavam a prioridade de compra do produto do trabalho sob orientação mercantil, o endividamento sempre renovado, a seleção constitutiva do direito de produzir na terra por outro concedida, todos eles direitos assentados em deveres, contratos sob contrapartidas cotidianamente legitimadas em sistemas de reciprocidades, mesmo que desequilibradas e internalizadas pelos agentes em jogo. As posições hierarquicamente valorizadas demonstravam o aprendizado dos trabalhadores para lidar com condições no contexto por eles legitimadas, mas posteriormente qualificadas por alguns deles como *cativeiro*, se exacerbadas, do qual todos tentavam mais ou menos se eximir e alcançar alguns planos de autonomia na vida privada e familiar.

Em consonância com a diversidade de formas de objetivação, há diferenciação de formas de pagamento pelo trabalho prestado ao fazendeiro. Em alguns casos, o gestor do uso da força de trabalho familiar, por essa condição contratado, recebia uma remuneração pelo trato da lavoura mercantil do fazendeiro, pelo pagamento proporcional ao produto colhido e pela administração autônoma de sua própria lavoura mercantil. Acresciam-se formas indiretas de remuneração, variáveis segundo os investimentos para atendimento dos meios de vida, cujo excedente podia ser comercializado. O valor mercantil desses produtos não representava ganhos significativos, uma vez que esses mesmos produtos eram colhidos e oferecidos por cada unidade produtiva.

Outro traço característico da forma tutelada de inserção dos produtores põe em destaque o valor central do crédito, um dos tentáculos dessa forma contratual de parceria, baseada no sistema de dívida assegurada pelo fazendeiro. O crédito podia ser mais ou menos formalizado pela constituição do *barracão, fornecimento* ou armazém, mas ainda pela condição moral de avalista que o fazendeiro assumia para que o colono *abrisse conta* em casa de comércio local.

A diversidade de situações com que as bases da organização do sistema de vínculos tutelados do campesinato dependente foram atingidas demonstra que as afiliações fundamentadas no uso do trabalho familiar correspondiam à organização da outrora fazenda agroexportadora. Foram tais vínculos então sendo minados na base de sua reprodução, à medida que as atividades produtivas passaram a ser realizadas pela incorporação de instrumentos mecanizados. As formas de campesinato tutelado foram sendo dissolvidas por investimentos visando à constituição de assalariados rurais ou à hegemonia da forma salarial de trabalho, não significando, contudo, a imediata proletarização. Os mecanismos de dissolução foram sendo mais ou menos rápidos ou intensos, conforme a gestão da velocidade do processo de mudanças, por vezes alcançando décadas ou se expressando pela diversidade de inserção intergeracional.

Em síntese, poderíamos dizer que os autores que aqui se alinham consideram processos de transformação ocorridos em torno e a partir da década de 1950, cujos fatores guardam aspectos comuns e distinções singularizantes entre os diversos casos considerados. Por razões distintas, mas articuladas, como mobilização política, mudanças técnicas nas condições de trabalho, reorientações produtivas diante do fechamento ou da abertura de alternativas mais rentáveis, promulgação de legislação específica e o conseqüente desdobramento de luta de classes mais acirrada ou visível, as questões de disputas mais expressivas apontavam para a expulsão de trabalhadores do vínculo até então constituído, isto é, que se dava pela associação entre trabalho e moradia no interior das fazendas.

Em se tratando de forma camponesa correspondente a sistema de imobilização da força de trabalho familiar, isto é, de reprodução oscilante, segundo fluxos e refluxos da produção mercantil, de variante recrutamento de braços para o trabalho manual, privilegiaremos, na apresentação dos artigos que registram essa forma tutelada ou subordinada de existência (produtiva e social) sob princípios reconhecidos como específicos da organização camponesa, as análises de formas de constituição e dissolução do colonato e da morada.

Assim, os capítulos deste tomo abarcam análises de situações de expropriação, não em termos de separação do trabalhador de seus meios de trabalho, visto que tal acesso era mediado como concessão do proprietário da terra, mas processos de expropriação de condições de produção sob dominação específica, internalizada pelos trabalhadores, todavia explicitada como denúncia da ilegitimidade de formas pretéritas e vigentes nos momentos do conflito; processos de expropriação de condições específicas de trabalho e de remuneração, em que o chefe da unidade de produção defendia o controle do uso do tempo e do esforço produtivo de si próprio e dos membros da família. Também processos de enquadramentos políticos e morais dos correspondentes detentores da propriedade dos meios de

produção, quando a legislação específica podia intermediar as formas de luta. O empregador aqui aparece pela avaliação dos trabalhadores entrevistados. Estes elaboram, antes de mais nada, as regras de coexistência social no tradicional e complexo sistema de fazendas agroexportadoras.

Fundamentando-se neste princípio de reflexão, a maior parte dos autores toma casos de conflitos e rupturas das relações como situação ideal de pesquisa. A maior parte dos casos opera como exemplos de expressividade da contraposição entre regras defendidas pelos agentes diferentemente posicionados ou das tensões equivalentes para o respectivo acatamento. Ademais, as possibilidades de demonstração das condições de existência dos trabalhadores mediante este vínculo não poderiam se apresentar de outra forma, uma vez que estão associadas a diferenciadas e hierarquizadas posições, todas zelosamente qualificadas por termos específicos (colono, morador, senhor de engenho, fazendeiro etc.) e que só podem ter seus significados compreendidos se também explicitado o universo social do qual as posições são partes estruturantes.

Para tanto, os autores estão atentos às condições diferenciadas de realização do modelo de vinculação do trabalho por meio de residência no interior das fazendas, graças à compreensão precisa dos significados que os termos exprimem e das relações que eles enfeixam. Assim, torna-se importante entender que as condições de vínculo qualificadas pela morada e pelo colonato não são equivalentes, mesmo que objetivadas no interior de uma mesma fazenda. O *colono* é um produtor mercantil, mesmo que, para aceitar essa posição, tivesse de consentir na transferência de grande quantidade de trabalho gratuito. Em comum *colonos* e *moradores* aproximavam-se pelo acesso à casa e aos recursos coextensivos como residência com terreiro, com chão de terra ou fundo de casa.

Nos casos analisados pelas autoras que se dedicaram ao estudo das formas de objetivação da *plantation* no Nordeste, a posição que no Sudeste era reconhecida como de *colono* aparecia como uma das modalidades da condição social de *morador*, troféu de uma carreira ascendente na própria fazenda e do reconhecimento privilegiado pelo *senhor de engenho*. Por isso, à sua qualificação estão associados adjetivos que nomeiam a diferenciada condição: *morador foreiro*, *morador de condição*, *morador em sítio*, *morador do arruado*. Excetuando o *morador foreiro* ou com sítio disperso (aquele que alcançava o usufruto de um *sítio* com contrato para plantar cana) e o *morador de condição* (que deveria transferir trabalho gratuito e aceitar a exclusividade do vínculo de trabalho, portanto, que trabalhava assim alguns dias para si e outros gratuitamente para o *senhor de engenho*), a todos os demais era dada apenas a garantia do controle do sustento do trabalhador e de sua família, mediante constituição de lavouras de subsistência, contudo posição alcançada que poderia criar alternativas para vir a usufruir da condição de *morador foreiro*. Tal não era o caso da diferenciação de posições nas fa-

zendas agroexportadoras do Sudeste. Os *colonos* constituíam um segmento de trabalhadores e alcançavam um número muito expressivo *vis-à-vis* os demais.

Em todos os casos aqui analisados, as sutilezas de distinção de posições, correspondentes ao sistema tradicional de fazenda, só podem ser entendidas pela análise da diferenciação interna ou pela compreensão do universo social em jogo. Não por acaso, todos os autores se vêem na condição de explicitar essa diferenciação em uma de suas expressões mais cristalizadas, isto é, na organização espacial da fazenda e na condição de integração de unidades de produção subsumidas.

Como formas de existência camponesa no atual contexto praticamente desaparecidas, visto que as condições que as pressupunham foram eliminadas por mudanças técnicas ou reorientações produtivas, todos os autores investem no uso de análises de fontes documentais e no registro de produção de memórias coletivas, reafirmadas e redefinidas por ocasião das entrevistas e da construção de relações pertinentes ao trabalho de campo. Além disso, as formas de constituição são por isso mesmo pensadas pelas condições de avaliação dos processos de destituição, situações com base nas quais os entrevistados ressignificaram suas experiências.

Os autores procuram elaborar análises apoiadas nas articulações entre representações (sobre relações vividas sob interdependência entre o proprietário e os trabalhadores) e práticas efetivas (sobre as quais se inscreviam as relações que caracterizavam os tipos de vínculo). A organização dos textos e, portanto, sua leitura não podem se afastar do pressuposto de que tanto as elaborações dos entrevistados quanto a dos pesquisadores devem ser compreendidas como princípios formais ou normativos do sistema de relações, que exprimem as condições ideais e referenciais do comportamento dos agentes envolvidos, tanto os proprietários de terra quanto os trabalhadores. Assumindo o ponto de vista desses últimos, podemos então acompanhar o investimento intelectual que eles elaboraram, durante as entrevistas, a fim de nos fazer reconhecer os personagens de seu mundo social, ou como eles concebiam o universo social sob o qual estiveram integrados.

AS SITUAÇÕES SOCIAIS ANALISADAS: TRABALHO FAMILIAR, FARTURA E AUTONOMIA

Abarcamos várias situações, no tempo e no espaço, de constituição da forma tutelada de organização social camponesa e, portanto, de produção mercantil que se constituiu pela complementar incorporação do trabalho familiar: as fazendas de cana-de-açúcar nos estados do Nordeste e no Sudeste; as fazendas cafeicultoras e citricultoras no Sudeste (Rio de Janeiro e

São Paulo); as fazendas rizicultoras de Goiás, bem como as formas de constituição de força de trabalho nos seringais da Amazônia. Os autores adotam uma perspectiva dinâmica que integra o estudo do conflito como parte constitutiva das relações de subordinação assim consideradas. Também ressaltam a importância de tais situações em pauta para registro de experiências vividas. Outrossim, tomam-nas como recurso para sistematização de regras inerentes às posições interdependentes de colono, parceiro e fazendeiro, de morador e senhor de engenho, de seringueiro e seringalista etc. Mais que tudo, tomam como princípio de orientação da elaboração do texto a convicção de que esses processos, de provocada ressignificação, porque deslocada do tempo da objetivação da prática, lançam luz à compreensão dos modos de constituição de legados de tradição do campesinato brasileiro. Sua reprodução social baseia-se muitas vezes nessa recorrente capacidade de internalização do recurso instrumental da mobilidade espacial, de refundação social ou de recriação de raízes e assentamentos, mesmo que provisórios ou pontos de um percurso desejado mas não necessariamente alcançado. Resulta assim, como um dos desdobramentos, um campesinato constituído pelo vetor da incessante busca de correspondência entre o desejo familiar, calcado no imaginário coletivo que celebra a existência por vir de sociedades ou modos de vida mais justos, e seu *éthos* de trabalhador, que, em certas situações, legitima o intenso esforço despendido, mesmo que, dando provas de sua convicção moral de cumprimento da parte que lhe cabia, transfira para o céu a recompensa que nem sempre na terra foi reconhecida e respeitada.

PARTE 1: MODOS DIFERENCIADOS DE AFILIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DE DOMINAÇÃO PERSONALIZADA

O primeiro artigo, "O campesinato e a *plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação", de Beatriz M. Alasia de Heredia, tem, providencialmente, caráter introdutório ao conjunto de temas e questões analisados pelos demais autores. A autora traz para o centro da reflexão os investimentos intelectuais e políticos institucionalizados para produzirem o irreconhecimento do papel complementar ou da coexistência dos pequenos produtores com a grande produção. Por tal mecanismo, os grandes proprietários de terra investiam, quando necessário, na repressão do trabalho livre, consolidando formas de imobilização. E, em contextos contrapostos, expulsando ou destituindo os produtores tutelados, quando então se orientavam pela expropriação do controle da terra e dos meios de vida, movidos pela cobiça açambarcadora de outros interesses, até mesmo da reafirmação da cultura mercantil hegemônica.

Da discussão com autores que refletiram sobre os processos de ocupação de terra para o cultivo da cana, mas também analisando as fontes documentais, pelos fragmentos de registro que nelas vêm exprimir as relações sociais cujos referentes estão aí impregnados, a autora interpreta as condições de possibilidade de coexistência da grande e da pequena produção. Valoriza assim, como unidade de análise, a caracterização sociológica das especificidades e interdependências entre várias unidades produtivas, coexistentes em um campo de forças que configuram as condições da constituição e reprodução dos agentes em jogo. Põe ainda em destaque as interdependências entre unidades e agentes produtivos, exercício pelo qual Heredia contribui para a compreensão do dinâmico processo de diferenciação inerente ao sistema *plantation*.

Em texto complementar, Marie-France Garcia-Parpet, integrada como Heredia ao mesmo programa de pesquisa sobre o sistema de relações sociais da *plantation* nordestina, no artigo "Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na *plantation* açucareira nordestina", focaliza as transformações econômicas e sociais, por volta da década de 1950, nos modos de agregação entre feirantes (pequenos produtores agrícolas), consumidores (trabalhadores da cana-de-açúcar) e senhores de engenho (fazendeiros). Essas transformações corresponderam a deslocamentos sociais quanto às formas de controle sobre os trabalhadores que, na condição de *moradores*, eram obrigados pelo proprietário da terra (senhor) a se abastecer nos armazéns ou *barracões* do *engenho* (fazenda). Tendo acesso a outras fontes de abastecimento, tais consumidores-produtores (por oferta e/ou demanda) colaboraram para o aumento do número de feiras na região. Portanto, essas transformações expressavam a constituição de novas formas de reprodução da dominação personalizada, em que se ancorou a organização das *plantations*. Menos que circulação de mercadorias, a autora toma como objeto de análise as relações sociais em jogo nos atos de troca e, assim, a compreensão do processo de expulsão dos trabalhadores rurais (moradores) das fazendas canavieiras. Em conseqüência, analisa a expansão da produção mercantil entre agricultores, cuja organização produtiva se assentava no trabalho familiar e na apropriação de um lote de terra concedido pelo fazendeiro. Assim sendo, o processo de expropriação do controle das condições de trabalho que atingiu os *moradores* refletiu na consolidação da economia mercantil dos camponeses instalados em áreas marginais à *plantation.*

A comparação entre sucessivas formas de organização da feira em causa no artigo, diversidade consoante aos modos de exercício da dominação personalizada, traz à tona os princípios de tutela que asseguravam a condição camponesa subordinada ou dependente, dado que o poder do proprietário de terra incidia sobre as relações de trabalho e sobre o domínio privado da vida familiar. A considerar os principais atores presentes na feira,

Garcia-Parpet apresenta, embora ordenada por princípios específicos, como um retrato em miniatura do mundo social que se centraliza em torno do plantador de cana ou dono do engenho, isto é, espaço social marcado pelo seu poder.

Por fim, quanto aos artigos de Heredia e Garcia-Parpet, faz-se mister destacar que as mudanças na condição camponesa refletem as modalidades de exercício da tutela. Tais mudanças alcançaram o modo de gestão mercantil e as condições técnicas do uso da força de trabalho, tanto para o camponês dependente quanto para o proprietário dos fatores de produção, bem como o sentido do contrato tutelado. Ambos os agentes investiram então nas operações de ruptura ou dissolução da forma de ordenação do vínculo, quando os princípios de organização do sistema não mais se apresentavam favoráveis às respectivas posições interdependentes.

PARTE 2: INTERNALIZAÇÃO DA DISCIPLINA E CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO TUTELADO

Benedita Esteves, autora do artigo "O seringal e a constituição social do seringueiro", analisa princípios de formação de sistemas de repressão da força de trabalho e respectivos agentes sociais (seringueiros e seringalistas), considerados por suas posições interdependentes. Destaca os modos de socialização de seringueiros, ou seja, de trabalhadores conforme reprodução sob tutelagem repressiva. Tomando em consideração as representações sociais reelaboradas pelos seringueiros entrevistados, releva a importância do imaginário na mobilização de energias para engajamento em um percurso referido à melhoria das condições de vida. Esta referência projetiva fundamentou o deslocamento da população de onde a pressão demográfica e os limites da integração produtiva ampliavam os conflitos, saída pela qual, em grande parte, os conflitos foram geridos pelo cruzamento de fronteiras, isto é, pela conquista de novos espaços físicos e sociais na Amazônia, onde acenava a valorização da força de trabalho no Nordeste excedente.

Acompanhando um longo processo histórico, Benedita Esteves, ao final, registra, passando por numerosos percalços e lutas, a saga de gerações de trabalhadores na conquista de autonomia relativa, contudo obtida em contextos de liquidação da forma seringal e da condenação do extrativismo de rapina. Recriam-se assim, nesse processo, novos atores fundamentais para a produção de concepções reordenadoras da vida social e das formas de apropriação e de uso dos recursos naturais.

Tomando como objeto de análise a construção e a transmissão de visões de mundo, Joel Orlando Bevilaqua Marin, autor do artigo "Infância camponesa: processos de socialização", dedica-se ao estudo de processos de formação social de camponeses integrados na condição de arrendatári-

os e de parceiros, em fazendas agropecuárias de cultivo mercantil do arroz, milho e feijão, no município de Itaberaí, estado de Goiás.

Joel Marin, problematizando a incidência de análises sobre as condições produtivas do campesinato, destaca a importância da compreensão da visão de mundo, em especial a que se manifesta nos saberes, nas tecnologias, na culinária, nas crenças e na religiosidade, todas manifestações culturais importantes no processo de socialização de novas gerações, objeto privilegiado por ele no artigo. Com base em entrevistas com camponeses de idade superior a sessenta anos, quando pesquisador e pesquisados retratavam e tematizavam as condições em que estes últimos foram socializados, o autor analisa o processo de construção de novas gerações. Além dos conteúdos transmitidos, o autor enfatiza os métodos empregados pelos pais para disciplinar as crianças e lhes dar as habilidades necessárias ao desempenho da posição de sitiante no interior das fazendas. Por fim, analisa as interferências de outros agentes destinados à educação, integrados a quadros institucionais que ultrapassavam a vida familiar, ressaltando o papel dos professores. Por essa opção, ele considera as tensões decorrentes da interferência externa e do investimento dos pais para tomar o trabalho como importante esfera de formação do homem adulto e trabalhador. Para tanto, enfatiza a compreensão das relações intergeracionais entre membros da família, referenciadas por padrões de organização social interna da família conjugal, ou de relações interfamiliares ou vicinais, e por valores que transformam as atividades laborativas em meios de vida e modos de ser e de se reproduzir socialmente. Nesses termos, Marin põe em destaque outros fatores que vieram a colocar em causa as formas tuteladas de condição camponesa, diante da valorização de saberes, carreiras e mobilidades sociais diferenciadas.

PARTE 3: COLONATO E MORADA – PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS E MECANISMOS SOCIAIS DE DISSOLUÇÃO

O artigo “Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora”, de Delma Pessanha Neves, integra as caracterizações e especificidades das formas de organização do vínculo dos trabalhadores mediante acesso tutelado à terra e à posição de produtor mercantil. A autora investe na singularização dos casos que tiveram vigência nas fazendas de cultura de café e de cana-de-açúcar, dois produtos fundamentais na estruturação da economia agroexportadora no estado do Rio de Janeiro. Após uma caracterização conceitual do colonato e da morada como formas de imobilização da força de trabalho, a autora, acentuando as especificidades das situações empíricas estudadas e, portanto, das re-

flexões que apresenta, compara as formas distintas de dissolução social desse campesinato tutelado.

Contrapondo dois sistemas de organização da força de trabalho integrada nas fazendas, com base na análise da diferenciação social ou do sistema de posições dos trabalhadores que correspondiam aos respectivos modelos, a autora não só registra a variedade de possibilidades dessa objetivação, como também qualifica as condições diferenciadas em que os trabalhadores, na condição de *colono* ou de *morador*, vivenciaram o processo de dissolução dos respectivos vínculos. Essa distinção abarca a localização temporal da ocorrência dos processos de expropriação dos trabalhadores, mas sobretudo as alternativas de vinculação dos trabalhadores para além da fazenda. Por essa perspectiva de análise, ela irá demonstrar como a gestão da saída do interior das fazendas esteve na dependência das alternativas apresentadas para a reinserção produtiva em outros setores, ou ligada aos interesses para o cumprimento da legislação.

Segundo destaque da própria autora, o principal valor do registro das experiências de constituição e de destituição do vínculo subordinado do *colono* e do *morador* é a demonstração de valores e referências que esse tipo de vínculo assegurou, considerando-se então os desdobramentos em termos de construção de uma tradição e de constituição cultural do campesinato no Brasil.

Por investimento aproximado, Ângela Cristina Ribeiro Caíres, em "O colonato na Usina Tamoio", analisa a situação específica de vínculo de trabalho em uma usina sucroalcooleira do estado de São Paulo (município de Araraquara). Para tornar compreensível a constituição monumental da fazenda em apreço, ela investe na análise do processo de formação dessa unidade produtiva, fundada em 1917 por um imigrante italiano, pois veio a se destacar como usina-modelo na década de 1950, graças às suas modernas instalações industriais e à sofisticada organização social. Ao processo de concentração de meios de produção tão celebrado nas materializações correspondentes, a autora contrapõe a análise das experiências vividas pelos trabalhadores, destacando as formas de lutas objetivadas diante do processo de dissolução do colonato como regime de trabalho. Pela análise, a autora demonstra que os colonos incrustados na Usina Tamoio, ao combinarem a cultura comercial com culturas acessórias e ao se apoiarem na exploração do trabalho familiar, revelaram a eficácia da adoção do sistema colonato pela empresa, uma vez que permitia que seus administradores, por longo tempo, se defendessem das flutuações do mercado do açúcar. Contudo, no início da década de 1960, esclarece a autora, quando a nova dinâmica de desenvolvimento capitalista impôs formas técnicas qualificadas como modernizadoras ao empreendimento agroexportador em causa, o colonato foi extinto e substituído pelo assalariamento. Valorizando as condições em que esse processo ocorreu do

ponto de vista dos trabalhadores, a autora registra no texto as marcas de experiências tão fortemente presentes na memória dos trabalhadores que põem em relevo constrangimentos, mas também a importância da autonomia relativa no processo de trabalho e no controle dos meios de vida, razão pela qual eles as sintetizam como um tempo bom, mesmo que também de muito trabalho.

Para analisar o processo de dissolução do colonato em fazenda cafeeira, situada no nordeste do estado de São Paulo, Carmen Silvia Andriolli e Maria Aparecida de Moraes Silva, no artigo "Da fazenda de café à área de preservação. A dissolução do colonato na Fazenda Jatahy (SP)", tomam como unidade analítica as transformações econômicas e políticas que, referenciando as orientações produtivas por parte do proprietário e empregador, exprimiam-se pela conversão do uso dos fatores produtivos da associação entre cafeicultura e pecuária para a produção de lenha e dormentes. Pela construção de dados por história de vida com trabalhadores que viveram a situação de colonato, pela sistematização de fragmentos de memória coletiva sob elaboração diferenciada (segundo posições sociais na produção e de gênero), as autoras centram a análise nas avaliações comparativas dos modelos de exploração e de gestão da força de trabalho. Por tais transformações produtivas, os trabalhadores viveram a experiência de subordinação ao fazendeiro e aos representantes da intervenção estatal, mediante redefinição da fazenda como estação ecológica estadual; bem como a mudança do vínculo, da condição camponesa tutelada ao assalariamento; e do cultivo do café à silvicultura.

Pelo trabalho de sistematização das informações, Andriolli e Silva analisam as relações básicas que orientavam a constituição do colonato, os princípios de imobilização da força de trabalho e de legitimação da dominação personalizada. Os dados são ilustrados por trechos de entrevistas com homens e mulheres, cuja idade, por ocasião do trabalho de campo, variava entre 79 e 92 anos.

A experiência dos trabalhadores que, por uma mesma trajetória coletiva, viveram tantas mudanças sociais nas atividades produtivas é de tal forma dramatizada que as múltiplas situações de expropriação das condições de existência e trabalho levaram-nos a destacar inversões ilegítimas. De uma condição de trabalho por eles positivamente valorizada, tendo em vista a autonomia relativa, eles contrapõem sua secundarização diante da valorização da biodiversidade, referência imposta à preservação de seu modo de vida. Por estas múltiplas experiências de expropriação, abarcando domínios até há pouco impensados, como o deslocamento dos homens em nome da conservação ambiental, os entrevistados polarizam as vantagens relativas do colonato e o tomam como situação modelar de vida, avaliação que os leva a acentuar os traços constitutivos dessas condições de trabalho e modos de ser trabalhador.

PARTE 4: TRABALHO FAMILIAR E AUTONOMIA – LEGADOS INCONDICIONAIS

No último conjunto de artigos, três autoras enfatizam reações de trabalhadores e seus familiares diante do processo de expropriação das condições que asseguravam a posição de produtor tutelado, mas relativamente autônomo. Entre essas reações, destaca-se a luta em torno da manutenção do trabalho familiar não só em virtude da ampliação do rendimento financeiro que a produtividade da equipe ou do trabalhador coletivo assegurava, mas sobretudo da valorizada condição de trabalhador autônomo, chefe de equipe familiar que, nesse caso, os produtores mantinham.

A compreensão das formas de construção da condição camponesa, todavia, com base no processo de expropriação, é apresentada por Maria Aparecida de Moraes Silva, autora do artigo "Greve na fazenda". Como nos casos já comentados, o processo de expropriação de trabalhadores rurais, que antes se vinculavam sob a modalidade de campesinato dependente, ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970, contexto de expansão da produção agroindustrial com vistas à exportação e da introdução de instrumentos mecanizados na atividade agrícola. No caso considerado, a autora destaca formas dramáticas de imposição de instrumentos expropriadores por parte dos administradores da fazenda. Como as ações coletivas da greve ocorreram no período da ditadura militar, a resistência dos trabalhadores podia sempre ser minimizada ou liquidada, algumas vezes pela imposição da legislação trabalhista, o que assegurava legitimidade aos patrões, e outras vezes por formas de expulsão, sob tal ordem de violência, que os acontecimentos só puderam ser registrados com a explicitação das razões do silêncio e do medo de falar. Para apagar totalmente qualquer pretensão dos trabalhadores em luta, o patronato os excluiu do mercado de trabalho local, impondo um desenraizamento espacial e cultural que até hoje marca as representações dos que foram entrevistados.

A autora põe lado a lado outras alternativas que compuseram as condições de expropriação dos trabalhadores relativamente ao acesso aos meios de subsistência e ao controle de parte do produto do trabalho. Tais formas de expropriação atingiram *parceiros*, *colonos*, *arrendatários*, em muitos casos sendo precondição para a constituição do proletariado rural, caracterizado como trabalhador volante, desenraizado do vínculo relativamente estável com um único empregador. O caso demonstra ainda a disponibilidade de luta necessária ao enfrentamento jurídico, pois esses trabalhadores se encontravam sob condições ambíguas, durante cinco anos, aguardando decisão judicial quanto aos modos de dissolução do vínculo trabalhista. Nesse período, reafirmando os vínculos com a empresa anterior, foram proibidos de trabalhar. Portanto, o processo de expropriação não atingiu

apenas a constituição do trabalhador relativamente independente, mas também as possibilidades de proletarização.

Se o primeiro artigo destaca a presença irreconhecida do camponês no entorno da *plantation,* o último destaca a irreconhecida incorporação de valores da tradição camponesa fundamentada no trabalho familiar entre trabalhadores assalariados.

Eliane Cantarino O'Dwyer, no artigo intitulado "Carteira assinada: 'tradicionalismo do desespero'?", considera um conjunto de mudanças que ocorreram entre as décadas de 1940 e 1960 no setor agropecuário do estado do Rio de Janeiro, expressivas da expropriação do acesso às lavouras de produção de bens de subsistência ou autoconsumo. Correlacionando a reação dos entrevistados com a de trabalhadores que viveram as mesmas condições, ela demonstra a diversidade de formas de contraposição, entre elas a ocupação de terras, prática referenciada à luta política organizada a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979. Diante da repressão ao movimento dos trabalhadores rurais durante a ditadura militar e como parte da própria estratégia de dominação política, ocorreu a constituição nacional do quadro sindical de trabalhadores rurais, cujos objetivos foram norteados para intermediação da aplicação da legislação trabalhista, voltada para o trabalhador rural e para a integração dos benefícios da previdência rural. No caso por ela analisado, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí (RJ) optaram pela aplicação da legislação trabalhista, mas encontraram contraposição por parte dos trabalhadores, independentemente da conjuntura política pouco favorável.

Ao investir na compreensão dos significados que referenciam a atitude dos trabalhadores assalariados diante da recusa da aplicação da legislação, a autora põe em nova dimensão os critérios classificatórios que distinguem o campesinato do assalariado. Na condição de assalariados, os trabalhadores queriam manter atributos comumente reconhecidos como pertinentes à condição camponesa. Fugindo de qualquer perspectiva essencialista, visto que o caso analisado põe em questão exatamente esse ponto de vista, a autora empreende análise do campo de relações de forças no qual atuavam principalmente os dirigentes do sindicato e os trabalhadores, subdivididos entre os que aceitavam as novas proposições de intermediação das leis trabalhistas e os que as recusavam em favor do trabalho familiar. Para tanto, ela empreende uma análise da complexidade referente às numerosas maneiras de distinção adotadas pelos trabalhadores, demonstrando assim as diferenciadas formas de inclusão do campesinato tutelado, mas também de expropriação das condições correspondentes.

Analisando os significados políticos investidos pelos trabalhadores, O'Dwyer põe em destaque os princípios sociais e éticos que levaram os

trabalhadores a valorizar condições pertinentes à inserção sob as modalidades de *morador* ou *parceiro*. Assume um posicionamento instigante, mas exemplar para os objetivos desta coletânea, qual seja, evidenciar alguns dos princípios da tradição cultural do campesinato brasileiro que ainda orientam a avaliação comparativa da condição assalariada. Demonstra assim que os trabalhadores continuavam a se pensar como camponeses, sem se reconhecerem como proletários agrícolas, embora as condições de trabalho os levassem para este deslocamento, como anunciava o ponto de vista da liderança sindical. Esse senso comum é recorrentemente adotado entre intelectuais, porque consideram infundadas ou não plausíveis as possibilidades de recriação da situação anterior, tomando o processo de proletarização como irreversível. Contrariamente, a resistência dos trabalhadores ao registro oficial da condição de assalariado demonstra a importância da transmissão de valores que qualificam a autonomia e tem efeito decisivo na contraposição à dependência do salário e à insegurança quanto aos meios de reprodução física e social.

Tanto Eliane Cantarino O'Dwyer como Maria Aparecida de Moraes Silva, valendo-se dos estudos de caso já comentados, demonstram como a passagem de formas de dominação mais personalizadas para aquelas sob o fundamento formal-legal não ocorre de modo pacífico, mesmo no contexto da ditadura militar. Os trabalhadores, nos casos em apreço, resistiram e lutaram para manter as condições anteriores ou adotaram perspectivas diversas diante de um futuro que consideravam impositivo em termos da dissolução de suas condições de trabalho.

Por fim, Maria Stela Lemos Borges, no artigo "Dissolução e reconstituição camponesas: o caso da Fazenda Reunidas", mediante a sistematização de fragmentos de lembranças e detalhado levantamento de dados cartoriais, considera diversos momentos na trajetória de imigrantes, sobretudo os de origem japonesa, que, da posição de colonos do café (ou seus descendentes) em áreas tradicionais de cafeicultura, alcançaram a condição de proprietário, de terra em áreas de expansão (ou novas) da mesma cultura. O processo de expropriação dos ex-colonos, todavia em ascendência na posição social de proprietários parcelares, objeto central do artigo, foi de tal ordem de intensidade e de tamanha abrangência quanto aos mecanismos de intimidação e violência que se torna um caso singular. Se a propriedade da terra foi transferida por compra e registro oficial em cartório, a venda não se baseou em ato voluntário do vendedor, mas em imposição de mecanismos de exclusão de condições de vida dos produtores e de seus registros paisagísticos. A migração para outras regiões agrícolas e cidades então constituídas, em grande parte em decorrência do próprio processo de expropriação, apresentou-se como a saída socialmente mais reconhecida. A imposição da venda da terra ocorria por invasão de lavouras por gado do fazendeiro concentrador de meios de produção, tendo em

vista a consolidação de pecuária extensiva. Ao lado desses mecanismos, outros tantos mais violentos se fundamentaram na suspeita atribuída a japoneses, maioria entre os proprietários em jogo no processo de expropriação em causa, atingidos por conseqüências dos conflitos que polarizavam intolerâncias diante de posições políticas assumidas durante a Segunda Guerra Mundial.

O processo de expropriação das condições de vida e trabalho englobou moradores de fazenda e proprietários parcelares e se prolongou, ora mais, ora menos intensivamente, da segunda metade da década de 1930 à primeira de 1970, período em que o proprietário da assim constituída (tal como o próprio nome do imóvel indica) Fazenda Reunidas adquiriu, por compra, numerosos sítios. Não bastando toda a mudança promovida pela substituição das famílias e das lavouras dos camponeses pela criação extensiva do gado, também o patrimônio cultural inscrito nos espaços e imóveis que instituíam a vida comunitária dos sitiantes foi arrasado, desaparecendo então toda a edificação de um bairro rural.

Todavia, a demonstrar como a concentração e a redistribuição de terra não são processos definitivos, pois efeitos de configurações de disputas cujas partes no jogo acumulam forças, na promulgação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, esta área tão ambiciosamente concentrada foi desapropriada, hoje sediando 650 famílias de assentados.

Os desdobramentos das disputas tornaram-se possíveis porque há, por parte de um bom segmento de trabalhadores, a negação da condição assalariada; mas também porque há limites de racionalidade ou sustentabilidade na magnitude da concentração de terra, como até hoje testemunham muitos casos megalomaníacos de organização produtiva.

Assim como salientaram Maria Aparecida de Moraes Silva e Eliane Cantarino O'Dwyer, a valorização de condições de vida sob a forma camponesa não se exprime apenas pela objetivação em termos materiais, mas pelo desejo inabalável de trabalhadores de alcançar controle relativo do tempo, do uso do corpo, dos meios de subsistência e o direito de projetar o futuro de forma mais alvissareira.

Concluindo, os autores aqui presentes entram em acordo quanto à percepção da condição camponesa: ela não pode ser analisada tão-somente pelas condições objetivas, mas também por valores morais que os trabalhadores objetivam mediante explicitação de visões de mundo e formas de se conceber socialmente. Tais condições são expressivas das alternativas valorizadas para projeção familiar e política na sociedade, mas também das exacerbadas formas de dominação econômica e política, também produtoras de indignidades de que os trabalhadores, sob investimentos políticos diversos, tentam se proteger ou se afastar. Esta é uma das razões pelas quais a autonomia que o controle dos meios de produção assegura é referência moral ou idéia-valor fundamental na transmissão de esperanças e

sonhos, reafirmados por transmissão geracional. Representam um legado de experiências de lutas, de conquistas e derrotas, mas, antes de tudo, de crenças coletivas na transformação social.

Delma Pessanha Neves
Maria Aparecida de Moraes Silva

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d' un débat.* Paris, 1971. Tese (Doutorado) – Universidade de Paris, mimeo.

______. Casa e Trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto* (Rio de Janeiro), n.2, ano 2, p.103-14, nov. 1977.

WOLF, E. Aspectos específicos del sistema de plantaciones en el Nuevo Mundo: comunidad, subculturas y clases sociales. In: BARTOLOMÉ, L. J. y GOROSTIAGA, E. E. (Comps.). *Estudios sobre el campesinado latinoamericano: La perspectiva de la antropología social*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1974, p.159-77.

PARTE 1

MODOS DIFERENCIADOS DE AFILIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DE DOMINAÇÃO PERSONALIZADA

1
O CAMPESINATO E A *PLANTATION*. A HISTÓRIA E OS MECANISMOS DE UM PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO

Beatriz M. Alasia de Heredia

É objetivo deste artigo analisar a existência histórica de grupos camponeses em área de *plantation* e os mecanismos de expropriação a que foram submetidos na década de 1970.

Em pesquisas anteriores cujo objeto eram as transformações sociais na *plantation* canavieira do estado de Alagoas, deparamos com o fato de que esses processos ocorreram em um contexto de mudanças substanciais na forma de ocupação do espaço (Heredia, 1989).[1] Efetivamente o processo de transformações sociais se deu em momento de grande expansão do cultivo da cana, que avançou sobre terras de tabuleiros, tradicionalmente consideradas improdutivas para o cultivo da cana, e cujo processo de ocupação histórica é objeto de versões contraditórias, relacionadas com o uso que os grandes proprietários e os pequenos produtores fizeram dessas áreas.

Os grandes propriétarios produtores de cana, quando fazem referência ao período anterior à sua ocupação, afirmam que os tabuleiros eram improdutivos. O critério utilizado nessa avaliação está ligado à rentabilidade (ou não) dessas terras, do ponto de vista do cultivo da cana. Antes, a cana era cultivada pelos grandes proprietários nos vales úmidos da região.

Por oposição aos vales, os tabuleiros eram tidos por eles como terras "livres". Levando en consideração apenas o produto que lhes interessava, concluíam rapidamente, referindo-se ao passado: livres da cana, os tabuleiros eram terras livres ou, o que é o mesmo, terras não ocupadas.

---

[1] Este artigo é parte do trabalho citado (HEREDIA, 1989) e os dados aqui apresentados têm como limite temporal o ano de 1986. Outrossim, estão limitados quanto à amplitude de informações sobre fontes, em face da restrição do número de páginas correspondentes ao artigo.

Todavia, essa não é a versão dominante entre os pequenos produtores. Ao se referirem ao passado, concordam com os grandes proprietários quanto ao fato de que as várzeas e as encostas foram tradicionalmente as terras consideradas mais férteis. Entretanto, o domínio exercido pelos grandes proprietários sobre essas parcelas fez que os demais cultivos, como milho, mandioca, feijão etc., sem poder disputar espaço com a cana, fossem realizados nas áreas ainda não alcançadas ou consideradas inadequadas para esse produto. Impedidos de ocupar essas parcelas, os pequenos produtores foram forçados a deslocar-se para os tabuleiros, terras deixadas livres pela cana.

Mas, se os tabuleiros eram considerados genericamente terras improdutivas pelos grandes proprietários, eles eram classificados pelos pequenos produtores segundo o uso a que se prestavam. Dentro dos tabuleiros as chãs, parcelas localizadas nas proximidades das grotas, eram as preferidas para o cultivo, por contarem com água em maior quantidade.

Nas chãs os pequenos produtores realizavam seus cultivos, construíam suas habitações e fixavam sua residência. É precisamente dessas terras que os pequenos produtores serão expropriados no processo de expansão recente da cana sobre os tabuleiros da região.

Podemos constatar que a versão dos grandes proprietários permeia as classificações feitas pelos geógrafos, ao definirem as regiões geográficas (Heredia, 1989), e ainda também por historiadores que trabalham com a história da agricultura. De fato, essa literatura é abundante quando relativa ao cultivo da cana-de-açúcar, mas apresenta grande desnível nas informações históricas sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelos pequenos produtores e pelos cultivos que os representam.

No entanto, embora as referências sobre os cultivos ditos de "subsistência" sejam muito escassas, elas acabam sendo abundantes quando comparadas às referências, quase nulas, sobre a existência dos pequenos produtores que os produziam. Esse desnível, já apontado por Linhares e Silva (1981), parece ligar-se à necessidade de alguns autores de destacar os cultivos chamados "dominantes", os "grandes cultivos", cuja importância provém de seu lugar no mercado nacional e internacional e cujo peso econômico provavelmente serve de critério para relegar a segundo plano outros tipos de cultivos considerados menos representativos.

Ao tomar o cultivo dominante como centro de reflexão, os autores contribuem para o fortalecimento da versão sobre a existência de terras em abundância. Essa idéia, uma constante na história da ocupação e da expansão da cana-de-açúcar, é dominante não apenas entre os grandes proprietários, até hoje beneficiados por esse processo, como também na literatura que trata do assunto.[2] Em contrapartida, a literatura preocupada em

[2] A citação que segue é ilustrativa da situação descrita: "A terra existia em abundância. Quando sua produtividade se esgotava... tornava-se menos oneroso destruir a floresta e abrir novas áreas de plantio para a cana" (CANABRAVA, 1977, p.203).

contestar a história "oficial" enfatiza a "dominância" do cultivo da cana e, na prática, minimiza a presença dos pequenos produtores. Assim, esses autores acabam reforçando, ainda que por via oposta, a versão que pretendem constestar.

Não pretendemos fazer uma crítica ao conjunto da historiografia em si, pois as exceções existem e contribuem muito para o conhecimento da área. Foi justamente nesses trabalhos que nos apoiamos para tentar reconstituir o processo de ocupação do espaço no passado. Em conseqüência, as poucas referências sobre a presença passada dos pequenos produtores, ao invés de nos levarem a concluir pela ausência destes na história da área, tornaram-se, ao contrário, ainda mais significativas. E deste espaço – *locus* das relações sociais entre pequenos produtores e grandes proprietários – e, portanto, de suas formas de ocupação no passado e no presente é que nos ocuparemos aqui.

Partindo da análise dos critérios presentes nas classificações mencionadas e de sua discussão foi possível delimitar áreas de ocupação histórica dos diversos cultivos (cana e produtos denominados "de subsistência") e mostrar que, se ao longo dos séculos a cana se expandiu, deslocando outros cultivos, a presença e mesmo a expansão da cana não significaram historicamente a perda do acesso à terra por parte dos pequenos produtores aí estabelecidos; ao contrário, sua presença se manteve até a década de 1960.

A COEXISTÊNCIA DE CULTIVOS E PRODUTORES DIVERSOS

A tendência da bibliografia de assinalar, no caso do Nordeste, a presença pioneira dos engenhos se baseia, fundamentalmente, na política estabelecida para a concessão de terras. Segundo as normas fixadas pela capitania já em 1548, a concessão de sesmarias foi o mecanismo utilizado para a distribuição de terras destinadas ao povoamento dessas áreas (Diegues Jr., 1964, p.125).[3] Assim, os primeiros engenhos foram instalados nas frentes que iniciaram a ocupação do atual território alagoano,[4] constituindo, de fato, uma forma de assentamento.

[3] A instalação de engenhos açucareiros era considerada uma forma de favorecer o povoamento efetivo, tornando-se por isso um pré-requisito para a concessão de terras (ALMEIDA PRADO (em escrito referente ao período 1530-1630), 1941, p.440; DIEGUES JR., 1964, p.126).

[4] Sobre as três frentes de ocupação européia do atual território alagoano, na segunda metade do século XVI – referências ao rio Camaragibe e ao rio São Francisco e a que deu origem à cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, ver CRAVEIRO COSTA, s/d, p.426.

A presença dos engenhos (e, conseqüentemente, da cana) na área parece inquestionável, mas não constitui elemento suficiente para inferir a ausência de outro tipo de cultivo. A importância da cana deve ser relativizada. Por um lado, não há indicações suficientes sobre o montante da produção desses engenhos, elemento que, sem dúvida, permitiria avaliar melhor sua importância e seu peso absoluto e relativo. Por outro, é necessário levar em conta que sua instalação constituía precondição para a concessão da sesmaria, e, portanto, para a obtenção de terras.

Apesar da tendência geral assinalada, a análise de algumas fontes bibliográficas fornece dados que evidenciam a existência de outros cultivos – principalmente o da mandioca – que coexistiam ou antecederam a introdução da cana na capitania de Pernambuco.[5]

A essa referência geral somam-se outras, mais específicas. Na frente de povoamento de Alagoas, a presença da mandioca é assinalada desde o século XVII. Nassau sugeriu a difusão desse cultivo na área "aproveitando a existência de pequenos produtores com uma produção significativa e o número reduzido de engenhos que se tinha então estabelecido" (Gonçalves de Melo, 1948, p.179).[6]

Além de apontarem a presença de uma produção de alimentos dedicada ao consumo interno, as referências fornecem dados parciais sobre os produtores. Para alguns autores, tratar-se-ia de pequenos produtores. Canabrava caracteriza essa produção como familiar. Mas, em todo caso, não são informações suficientes para que se possa concluir pela inexistência de mão-de-obra escrava na produção de alimentos. Ao mesmo tempo, também nesse caso são contraditórias as informações sobre a magnitude da produção, pois ora ela é destacada, ora é acentuada sua escassez. Não obstante, é necessário ressaltar que a idéia da produção de alimentos como atividade realizada em parte por pequenos produtores é recorrente e aparece em autores de épocas diferentes, que a caracterizam como "cultura de pobres" (Koster [1816], 1942, p.441; Bastos, 1938, p.42).[7]

No caso da produção de alimentos, as referências, embora escassas e fragmentárias, oferecem alguns elementos que contribuem para que se possa falar, de forma aproximada, da existência de pequenos produtores.

Só voltamos a contar com informações sobre a presença de engenhos na área em dados referidos à segunda metade do século XVIII (73 enge-

[5] Referindo-se genericamente ao Brasil, Canabrava escreveu: "Aqui, como nas ilhas antilhanas, verifica-se a diferença fundamental entre os pequenos agricultores dedicados à lavoura de subsistência, com o recurso apenas dos braços da família, e a grande lavoura, concentrada na produção de um gênero para exportar" (CANABRAVA, 1977, p.199-200).

[6] Ver também Memória de Verdonck [datada de 1630] (VERDONCK, 1900, p.217).

[7] Ao lado da produção de alimentos, a cana desde o início de seu cultivo ainda dividia espaço com a criação de gado que parece também realizada pelos grandes proprietários.

nhos em 1774). Na área estudada ascende a 234 em 1859 (Santana, 1970, p.252-77) e a aproximadamente 360 no início do século XX,[8] ocasião em que uma usina já estava instalada.

O aumento foi o dado mais freqüentemente utilizado na literatura para caracterizar a área como canavieira. Todavia, quando analisamos esses números e, sobretudo, quando os comparamos com outras informações, observamos que, lado a lado com a cana, os demais cultivos e o gado mantiveram presença na área. Em contraposição, também é possível observar que se configura gradativamente certa "especialização" – flexível ao longo do tempo – entre os diversos municípios, principalmente se levamos em conta os produtos "dominantes". Enfim, em todos os municípios, considerados ou não "especialmente" canavieiros, a cana dividiu o espaço com outros cultivos. Na verdade ela aí se concentrou nos vales mais férteis. Nos menos férteis e, fundamentalmente, nas chãs, desenvolveram-se os demais cultivos e partes dos tabuleiros foram dedicadas à criação do gado.

A divisão dos espaços ocupados pela cana e pelos demais cultivos aparece registrada em diferentes épocas, embora de forma genérica (por exemplo, em Opúsculo, 1844, p.21). Referências semelhantes, porém relativas à área estudada, reafirmam que o cultivo da cana se limitava aos terrenos das várzeas e encostas, ao passo que algodão, milho e feijão eram cultivados nas terras altas (Spindola, 1871, p.100).

OS ENGENHOS

Mesmo quando os engenhos e, depois, as usinas estavam estabelecidos nos vales úmidos da área, os vales constituíam apenas parte muito reduzida da extensão total das referidas propriedades. As áreas de terras das propriedades reuniam, também, as ladeiras que desciam dos tabuleiros e parte das terras altas e planas destes últimos. Assim, além das terras ocupadas pela cana, havia em todas as propriedades parcelas cobertas por florestas onde se extraía a lenha necessária à manutenção da infra-estrutura da propriedade (engenho, cercas, casas etc.), bem como o necessário para o consumo doméstico tanto da família do proprietário quanto dos trabalhadores que aí residiam.[9]

---

[8] Os números relativos aos primeiros dez anos do século XX estão aproximados, pois os registros apresentam diferenças, oscilando entre 350 e 365 (JOBIM, 1902, p.25-48; CRAVEIRO COSTA, 1902, p.319-51).

[9] A relativa escassa área ocupada pela cana na propriedade é ressaltada pelo Inquérito da Indústria Açucareira de 1905: "Em geral, as propriedades agrícolas destinam parte de sua área ao cultivo de canas, cereais, e uma grande parte fica disponível conjuntamente com as matas virgens. Há mais terreno inculto do que cultivado em cada propriedade" (COSTA, 1907, p.10).

As terras do engenho estavam, pois, divididas segundo seu uso. Assim, além das dedicadas ao cultivo da cana (inclusive aquelas deixadas em descanso), havia terras destinadas a locais de residência, terras dedicadas à criação do gado (currais nos vales e nas terras altas, ou tabuleiros), terras de reserva (matas) e terras dedicadas ao cultivo dos trabalhadores (grotas e chãs).[10]

O conjunto residencial ficava localizado no vale. Nele ocupava lugar de destaque a chamada casa-grande do engenho, local de moradia do proprietário e de sua família. Faziam parte da casa-grande a capela e, em alguns casos, a casa de banho, esta em construção separada. A capela, embora sempre presente, podia ser uma construção independente ou então um aposento da casa-grande, caso em que se denominava "quarto de oratório" (Freyre, 1937; 1941, p.129; Diegues, 1952, p.30). Às vezes os membros da família do senhor de engenho eram enterrados na capela, formando um cemitério dentro dos limites da propriedade (Diegues, 1952, p.29).

A posição de destaque da casa-grande não se devia apenas a seu tamanho e arquitetura; seu caráter era acentuado ainda pelo fato de ocupar a posição mais elevada dentro do vale (Diegues, 1952, p.30). Quando o terreno era plano, conseguia-se essa elevação mediante a construção sobre pilares, caso em que o acesso a ela se realizava por escadarias (Tollenare [1816-1817] primeira edição, 1904, p.408). As varandas, amplas e sempre presentes, rodeavam a casa em todo seu contorno ou então se restringiam à sua parte frontal. Geralmente era pela varanda da frente que se tinha acesso tanto às salas quanto ao quarto de oratório, e era nela que o proprietário passava boa parte do dia quando não estava percorrendo a propriedade. Também nesse local ele recebia os trabalhadores (Koster [1816] primeira edição, 1942).

As características da casa-grande, assim como seu esplendor, foram assinaladas em abundante literatura, com freqüência acompanhada de grande número de fotografias (Freyre, 1937; Diegues, 1949; 1952; Correia de Andrade, 1959; Santana, 1970). A proeminência da casa-grande no conjunto também era assinalada pela presença freqüente de palmeiras imperiais, que permitiam, de longe, reconhecer-se a existência e a posição da casa, bem como se definisse para onde ela estava voltada. Se na frente não havia árvores, como destaca Tollenare (1904), isso não ocorria com os fundos da casa, onde eram abundantes as árvores frutíferas, que se estendiam até as matas ou as ladeiras.

A área dos fundos da casa – local por onde se tinha acesso à cozinha – era área de circulação mais restrita do que a frente. Aí circulava o "pessoal

[10] A divisão das terras do engenho, segundo sua utilização, é descrita já em relação ao século XVIII por Antonil (1977, p.101) e por Koster em relação ao século XIX (1942, p.39). Esse mesmo padrão permaneceu válido no início do século XX.

da casa" (escravos e moradores posteriormente ligados à casa-grande) e fundamentalmente mulheres, escravas e empregadas domésticas, filhas ou esposas dos moradores do engenho que se reuniam na cozinha "sob o olhar da senhora do engenho" (Diegues, 1952, p.31) que sempre dirigia as tarefas inerentes à vida da casa, como, entre outras, a preparação dos alimentos.

Na frente da casa-grande encontrava-se um grande pátio, espaço aberto e vazio, local onde circulavam e se reuniam os trabalhadores residentes na propriedade. Aí também se realizavam as festas locais. Próximas a esse espaço se encontravam localizadas residências e esse conjunto constituía o cercado, como era denominado na área, ou "pátio do engenho", em termos de Pernambuco (Palmeira, 1976, p.106).

De frente para a casa-grande, de costas para o rio, dentro do cercado, estava o engenho propriamente dito, integrando um conjunto que contava ainda com as casas destinadas aos trabalhadores. Chamadas de senzalas no período escravagista, são descritas por Tollenare (1904, p.409), no século XIX, como uma série de habitações geminadas e dotadas de um alpendre comum ou, em outros termos, como "uma fila de pequenas moradas tendo a aparência de asilos" (Koster, 1942, p.295). Uma vez abolida a escravidão, muitas dessas habitações, com ou sem transformações, serviram para alojar os moradores, trabalhadores residentes na propriedade (Diegues, 1952, p.14; Bello, 1948, p.185).

Esse padrão de casas geminadas foi adotado, até mesmo, por alguns dos novos engenhos instalados no fim do período da escravidão. Outra opção, também presente, foi a transformação das antigas senzalas, com a construção de casas que, embora se apresentassem separadas entre si por espaços livres, mantiveram certa continuidade com o padrão anterior. Tratava-se de casas iguais, enfileiradas em apenas um ou então em ambos os lados do caminho, constituindo o arruado do engenho.

As construções destinadas a moradias de trabalhadores eram compostas pela parte construída – quartos, sala e cozinha – com um alpendre na frente, local das reuniões noturnas entre vizinhos (Diegues, 1952, p.14), e um espaço livre atrás da casa, onde se lavava a roupa, se realizavam as tarefas domésticas e se criavam algumas aves. A presença das aves, ligada, ainda, aos escravos, é mencionada por Koster (1942, p.517; Bello, 1948, p.79).

Finalmente, ainda fazendo parte do "fundo da casa", havia um espaço onde os trabalhadores geralmente realizavam cultivos – o roçado dos moradores do período posterior à escravidão. O produto desses roçados constituiu a base de obtenção dos meios de subsistência dos moradores.

Sabemos que, em períodos posteriores à escravidão, também se encontrava localizado no cercado o armazém da propriedade – o barracão –, mas não contamos com nenhuma referência a respeito de sua existência durante o período da escravidão. A presença do barracão é mencionada pelos traba-

lhadores, antigos moradores e senhores de engenho, tomando como marco de referência o século XX. Os relatos mais antigos dão conta de sua existência – citada por diversos autores – sempre no período posterior ao da escravidão (Bastos, 1938, p.107; Diegues, 1952, p.44). Nesses armazéns, os trabalhadores (moradores) se abasteciam dos produtos necessários, se reuniam no fim de cada jornada de trabalho e recebiam o pagamento.

Ainda integrando o conjunto constituído pelo cercado encontravam-se as moradias destinadas ao feitor (no período da escravidão) ou ao empregado (no período posterior). Um e outro ocupavam uma casa que, embora mantivesse a arquitetura das demais habitações locais, se diferenciava destas pelo tamanho e pelo isolamento. Os feitores, em geral homens livres (Koster, 1942, p.516), assim como os empregados, eram aqueles que exerciam o controle de todas as atividades desenvolvidas, respectivamente, por escravos e moradores. Finalmente, quase sempre havia nesse conjunto uma carpintaria, uma olaria, uma caieira e uma casa de farinha (Diegues, 1952, p.44), onde se desenvolviam atividades voltadas para a manutenção do engenho.

Também no vale, nas proximidades do conjunto de moradias, se encontravam os currais onde se concentrava o gado que toda propriedade possuía. Esses animais, necessários à infra-estrutura do engenho – para movimentá-lo, carregar a cana e/ou puxar os carros que serviam de transporte de material e de pessoas –, eram alimentados em uma área de pasto situada no vale e nas encostas, alimentação essa complementada também pelo "olho" da cana (Antonil, 1977, p.101).

Distantes desse conjunto, espalhadas pelas proximidades ou no interior dos tabuleiros (chãs), também havia habitações ocupadas por trabalhadores. Isoladas umas das outras, compartilhavam as terras altas com as áreas de matas e com o gado. A existência de casas dispersas é mencionada também em relação a uma época anterior (Diegues, 1952, p.14). Homens livres, ligados ao senhor de engenho, ocupavam no século XIX parcelas de terra, morando em casas de taipa semelhantes às destinadas aos trabalhadores localizados no cercado (Tollenare, 1904, p.407; Koster, 1942).

Segundo relatos de moradores e senhores de engenho, podemos afirmar que, no decorrer de toda a primeira metade do século XX, no pátio (terreiro) de fundos dessas casas isoladas, criavam-se aves; havia ainda uma parcela em torno da casa onde se fazia algum cultivo. Mas, ao contrário das casas localizadas na parte baixa, as situadas nos locais altos – chãs – eram rodeadas de árvores frutíferas de grande ciclo produtivo, que formavam os sítios dos moradores.

As usinas que se instalaram na área em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX em geral absorviam, em sua instalação, os engenhos antigos, um dos quais passava a ser a sede da nova unidade de produção. Em geral, as usinas mantiveram as moradias dos trabalhadores, tanto

nas partes altas quanto nas que configuravam o arruado do antigo engenho. Entretanto, ainda que a organização espacial do antigo engenho fosse mantida, novos elementos foram incorporados ao antigo cercado: a fábrica propriamente dita, que substituiu o antigo engenho, as casas destinadas aos operários, que substituíram os antigos trabalhadores do engenho propriamente dito, e as residências destinadas ao pessoal hierárquico da usina, além da casa do gerente. No caso das usinas, as casas dos operários também são geminadas e localizadas próximas da fábrica, formando arruados. Às vezes, porém, a casa-grande encontra-se em local mais distante da fábrica e, nesse caso, é substituída em sua localização pela casa do gerente, que se situa em frente à fábrica. Os dados de que dispomos indicam, porém, que o deslocamento da casa-grande ocorre apenas nos casos de esta ter sido destruída pelas usinas ou de inexistência de uma casa-grande anterior.

OS SÍTIOS

Além dos cultivos realizados pelos trabalhadores residentes nos engenhos (os moradores), os de produtos como mandioca, milho e feijão, entre outros, também eram realizados por pequenos produtores. Portanto, ao longo dos séculos, foi constante a presença deles na área estudada. No entanto, só no século XX tal realidade é objeto de informações específicas, de modo que apenas nas últimas décadas podemos localizá-los de forma precisa. Para isso, baseamo-nos não apenas nas referências bibliográficas mencionadas, mas fundamentalmente em material recolhido mediante entrevistas realizadas com antigos senhores de engenho, com ex-moradores e com pequenos produtores que aí se encontravam instalados. Os pequenos produtores estavam principalmente nas terras altas (chãs), em áreas que, embora limítrofes às terras dos grandes proprietários, eram consideradas improdutivas para o do cultivo da cana.

A moradia dos pequenos produtores e suas famílias era composta de uma parte construída (quartos, sala e alpendre na frente) e um pátio que a rodeava (terreiro). Na parte posterior da casa, o terreiro era o local das atividades domésticas e da criação de aves e de porcos. Rodeando a casa encontrava-se a área de cultivo – o roçado. O conjunto das atividades para a manutenção da casa e do roçado era realizado pelo pequeno produtor e pelos membros de sua família.

A presença desses sítios, como era denominado o conjunto composto de casa e roçado, se assinalava pela presença de árvores frutíferas que, embora pudessem estar dispersas na área de cultivo, sempre rodeavam a moradia. Embora seja possível encontrar alguns sítios isolados, estes em geral guardavam pouca distância entre si e constituíam pequenos aglome-

rados, conhecidos na área como sitios.[11] Sítio designa, pois, tanto a unidade produtora individual, composta de casa/roçado e pertencente a um pequeno produtor, como o conjunto dessas unidades, agrupando, em conseqüência, vários pequenos produtores.[12]

Na área estudada, os sítios recebiam denominação específica. Assim, por exemplo, atualmente ainda se encontram alguns deles, como o Sítio Pau de Ferro, Sítio Descanso etc. No passado, dezenas deles se reuniam nas áreas próximas aos engenhos.[13] Alguns desses sítios contavam até com pequeno comércio e igrejas e chegaram a adquirir *status* de povoado, permanecendo até hoje assim, como é o caso do povoado de Água dos Meninos, no município de Coruripe, e o de Alto do Garrote, no município de Junqueiro.

Alguns sítios, e até alguns povoados, se encontravam localizados de tal maneira que se constituíam em enclaves entre os engenhos; em outros casos eles se localizavam nas áreas limites da expansão da cana. Mas sempre se concentravam nas áreas dos tabuleiros. Os pequenos produtores, habitantes dos sítios, constituíam o povo dos sítios, categoria com que se reconheciam e eram reconhecidos pelos trabalhadores residentes nas propriedades – os moradores – que, por oposição, eram reconhecidos e se autodenominavam povo do engenho.

A presença desses sítios em municípios reconhecidamente canavieiros vem reforçar a existência de áreas de pequena produção e de pequenos produtores, ao lado do cultivo da cana. Um exemplo dessa situação é o caso de Coruripe, "área canavieira" e um dos epicentros da expansão ocorrida nos anos 1970, que historicamente já contava com vários engenhos e tinha numerosos sítios no começo do século XX. Segundo o inquérito sobre a indústria açucareira de 1905 (Costa, 1907, p.1-6), Coruripe registrava, então, uma produção de alimentos que fazia dela o centro exportador de cereais. O milho, o feijão, o coco e, em menor quantidade, a mandioca aí produzidos eram exportados para Maceió e Penedo, municípios vizinhos, constituindo o que lzidoro denominou o "celeiro" da região (lzidoro, 1901, p.107). Para citar apenas um exemplo, reproduzimos citação do autor que

[11] A denominação sítio aparece registrada pela bibliografia em 1774 em *Idéia de população*, e se refere à existência de sítios no município de Alagoas. Embora caracterizando os sítios com a presença de árvores e cultivos de produtos de pequena produção, essa referência não dá indicações que caracterizem quem deles usufruía. A denominação aparece novamente no Censo de 1920, quando são discriminados sítios, fazendas e engenhos. No intervalo entre ambas as publicações não foram encontradas outras referências sobre os sítios.

[12] Utilizaremos a denominação sítio para nos referirmos a cada unidade produtora constituída pela unidade de casa e roçado, ao passo que a expressão Sítio fará referência a um conjunto dessas unidades.

[13] O mapa do município de Junqueiro, elaborado pela Prefeitura Municipal, em 1970, é revelador da predominância absoluta em número e área de sítios que o município reunia ainda naquele momento.

destaca a existência desse tipo de produção em um desses locais: "Em Olhos de Água dos Meninos há alguns engenhos, mas os seus habitantes dedicam-se mais à cultura de cereais..." (Izidoro, 1901, p.107). Esse lugar de produtor, que Coruripe tinha, se manteve expressivo em 1920. Do total de terras do município, estimado em aproximadamente 20 mil hectares, apenas 3.462 hectares eram cultivados. A área ocupada pela plantação de coco absorvia 1.217 hectares, sendo destinados ao cultivo de milho, feijão e mandioca 1.102 hectares e ao cultivo da cana, 863 hectares (Censo agrícola, 1920).

A presença dos sítios era ainda mais marcante no município de Junqueiro, outro município epicentro da expansão canavieira no presente, área de tabuleiros que até os anos 1970 nunca havia sido considerada integrante da área canavieira, embora contasse, desde 1920, com dois engenhos produtores de açúcar. Nesse ano predominava aí, de forma marcante, o cultivo de produtos como mandioca, milho, feijão e algodão. Do total de terras cultivadas, 412 hectares eram dedicados aos cultivos mencionados, ao passo que apenas 51 hectares eram ocupados pela cana, extensão que se reduziu, na década de 1930, a 40 hectares (Costa, 1932, p.103-5). Essa situação se manteve até a década de 1990. Nessa ocasião, mais de 90% das terras cultivadas do município eram dedicadas ao cultivo de milho, feijão, algodão e mandioca em estabelecimentos com menos de 100 hectares de extensão. Dentro dessas áreas, cerca de 50% pertenciam a propriedades com uma extensão que variava entre 1 e 5 hectares. Esse fato, que caracteriza a presença maciça de pequenos produtores, perdurava ainda na década de 1960.

AS RELAÇÕES SENHORES-DE-ENGENHO E POVO DOS SÍTIOS NO PASSADO

Embora tivesse limites como propriedade e expressasse, como vimos, uma área de poder, o engenho na qualidade de sistema social só podia reproduzir, no interior de cada uma de suas unidades, as relações sociais que constituíam sua base de sustentação se fechasse a possibilidade de outras alternativas econômicas para os moradores a ele ligados. Isso implicava evitar que a possibilidade de acesso às "terras livres" existentes na área se tornasse uma alternativa para os moradores.

Se, nos limites de cada propriedade, o senhor de engenho controlava o acesso à terra de forma direta, isto é, via propriedade jurídica, outra era a situação com respeito às "terras livres" de cana e de usufruto dos pequenos produtores. O controle sobre essas terras pressupunha, pois, a relação com os pequenos produtores, situação que configurava uma relação diferente, caracterizada por alguns autores como uma forma de controle sobre essas terras por via "indireta" (Wolf e Mintz, 1975, p.504).

Uma vez que os pequenos produtores estavam instalados fora dos limites das grandes propriedades, o controle sobre eles não dizia respeito a um senhor de engenho em particular, mas ao conjunto dos senhores de engenho, situação que dava lugar a certa disputa entre eles com relação aos limites das respectivas áreas de influência.

A disputa fazia que cada senhor de engenho tratasse de expandir sua área de influência para além dos limites de sua propriedade, alcançando, portanto, os pequenos produtores vizinhos. Era, pois, no âmbito das relações estabelecidas com o povo dos sítios que se materializava a disputa entre os grandes proprietários.

Ao mesmo tempo, a existência da disputa abria espaço para uma autonomia relativamente maior dos pequenos produtores, o que, na prática, forçava cada senhor de engenho a intensificar seus esforços com o objetivo de atraí-los para si.

A autonomia relativamente maior era expressa pelos moradores, ao designarem os pequenos produtores que residiam fora da propriedade como "povo de fora", em oposição a eles mesmos, que se autodefiniam como "povo de dentro". Nesse contexto, a residência fora dos limites da propriedade do engenho expressava uma situação de autonomia relativamente maior em relação aos diferentes senhores de engenho, sendo, portanto, a residência em um ou outro âmbito o suporte de relações sociais diferentes.[14]

Como já mencionado, era o povo dos sítios que, por intermédio das feiras, contribuía para o abastecimento do engenho com os bens que produziam e o engenho consumia. Não obstante, essa não era a única forma de relação existente entre o povo dos sítios e os senhores de engenho. Alguns dos pequenos produtores, em geral os que dispunham de menores recursos, abasteciam o engenho com a mão-de-obra eventual de que este pudesse precisar, sobretudo na época da safra. Era também entre os pequenos produtores que os senhores de engenho recrutavam parte de seus moradores.

Todavia, por serem eles pequenos produtores, tendo portanto acesso à terra, isto é, condições de reproduzir-se fora dos limites do engenho, sua incorporação como moradores demandava esforço maior do senhor de engenho. Para incorporá-los, este lhes oferecia não apenas morada mas também sítio, e chegava a construir casas para alojá-los, se necessário. Esses sítios, geralmente localizados nos lugares mais isolados, nos limites das propriedades, contribuíam para caracterizar a maior autonomia de que esses produtores desfrutavam na qualidade de moradores.

[14] Quando se referem ao passado, os pequenos produtores freqüentemente descrevem os senhores de engenho montados a cavalo, chegando até sua residência, interessando-se por seus problemas e os de suas famílias, e oferecendo-se para servi-los nas circunstâncias em que precisassem.

A autonomia relativamente maior usufruída por esses moradores se expressava, também, perante o barracão. São numerosos os relatos de moradores desse tipo sobre o interesse do proprietário em que adquirissem no barracão os meios necessários à sua subsistência e a resistência que a isso opunham alguns deles.[15] A compra no barracão e o fornecimento de produtos que ele oferecia, sobretudo no período da entressafra, momento em que os produtos do roçado haviam acabado e se requeria um esforço concentrado no novo plantio, constituíam mecanismos pelos quais o senhor de engenho tentava conseguir maior subordinação dos pequenos produtores.

Outra forma de relacionamento, de caráter diferente do estabelecido com o morador, era bastante freqüente: o que envolvia a concessão de terras no engenho. Nessas parcelas, os pequenos produtores realizavam cultivos, mas não estavam autorizados a residir dentro da propriedade. Essa concessão dava origem a uma diferenciação entre o conjunto de moradores e aqueles que tinham acesso à terra sem passar pela relação de morada, diferença que se expressa na expressão: "O senhor separava morada de terra".

Os pequenos produtores eram conhecidos como rendeiros. É necessário ressaltar, entretanto, que a designação não pode ser confundida com a forma "arrendamento" como é conhecida em nossos dias: o prazo da concessão da parcela não era previamente fixado, ao contrário, sua duração dependia da relação que se mantinha com o senhor de engenho. Um bom relacionamento garantia sua renovação permanente, podendo também ocorrer o inverso.

Nas terras concedidas pelo senhor de engenho, os pequenos produtores cultivavam produtos de "subsistência", mantendo o controle de todos os momentos do processo produtivo. A única contrapartida exigida era o pagamento pelo uso da parcela recebida, efetuado anualmente. A esse respeito, é esclarecedor um trecho de entrevista realizada com um pequeno produtor que, no passado, desfrutava de uma dessas parcelas. "O engenho X arrendava para o povo, o que a gente pagava era pouco, era mais só para servir o povo. Não era com o interesse do dinheiro porque ele era muito rico".

O pagamento, embora assumisse a forma de dinheiro, conforme expresso na citação anterior, tinha caráter simbólico, uma vez que representava o reconhecimento, pelo pequeno produtor que usufruía a parcela, de que ela pertencia ao senhor de engenho. Este, pelo ato de ceder para "servir o povo", se assegurava da lealdade do pequeno produtor beneficiado. Para

[15] Um pequeno produtor que se tornou morador em um momento de sua vida, interrogado sobre o barracão, disse: "Eu comprava muito poucas vezes no barracão dele, viu? Eu comprava na feira. Um dia ele (senhor) chegou e disse: 'Mas fulano, todo mundo compra no barracão e você não, por quê?'. Eu disse que não ia deixar de comprar onde quisesse pro mode comprar no barracão".

o reconhecimento pelo pequeno produtor contribuía, ainda, outro aspecto. A concessão de parcelas dentro do engenho não atingia o conjunto dos pequenos produtores da área, e a concessão não generalizada, dada a alguns e negada a outros, criava situação de dívida e lealdade por parte de quem a obtinha, ao mesmo tempo que incentivava os que haviam sido excluídos a se esforçar para obtê-la.

Em contrapartida, a concessão de uma parcela dentro do engenho não significava nenhuma garantia de que os pequenos produtores que a ela tinham acesso não viriam a se tornar moradores. Pelo contrário, o senhor de engenho esforçava-se freqüentemente para isso e sua insistência para os rendeiros fazerem suas compras no barracão assumia esse caráter.

Sem tentar concluir que a concessão de terras dentro do engenho levava necessariamente à transformação dos pequenos produtores em moradores, constatamos que essa foi a trajetória percorrida por alguns ex-moradores entrevistados.

Os pequenos produtores que se tornavam moradores parecem ter ocupado no sistema social do engenho uma posição estrutural equivalente à dos foreiros da *plantation* pernambucana. O morador foreiro, residindo dentro da propriedade, gozava de uma situação diferenciada da do restante dos moradores (moradores de condição). Dispondo de sítio dentro do engenho, dava, em contrapartida, o cambão, a saber, um determinado número de dias por ano (que variava entre vinte e trinta dias), em especial na época da entressafra, e fundamentalmente para obras de infra-estrutura dentro da propriedade.

Embora os dados de que dispomos não nos permitam apontar essa trajetória – a passagem de pequeno produtor para morador – como única, a análise de alguns casos por nós estudados indica sua existência. Circunstâncias de ordem diversa – crise da unidade doméstica dos pequenos produtores aliada a más colheitas que impediam o pagamento da renda e/ou das dívidas contraídas no barracão – contribuíam para que de fato transformassem o pagamento da renda em dinheiro em pagamento em trabalho. A situação nos foi assim descrita por um antigo pequeno produtor que se tornou morador de engenho:

> P: Como pagava a renda?
>
> R: A renda era em dinheiro, quando não tinha dinheiro porque fazia a lavoura e a mandioca você colhe em dois anos, né? quando não dava, conforme a precisão a gente trabalhava para pagar.
>
> P: Trabalhava para pagar a... renda
>
> R: Trabalhava, pagava trabalhando, dando a condição.

Essas situações, definidas pelos pequenos produtores como de "precisão", se podiam ser temporárias, tornavam-se por vezes permanentes, implicando sua transformação em moradores.

Na passagem da condição de pequenos produtores para a de moradores, parece ter exercido influência também o tipo de posse usufruído por aqueles. Em geral, quando as parcelas de que desfrutavam se localizavam em áreas classificadas (por posturas municipais) como de agricultura, as posses de que cada produtor dispunha eram freqüentemente de tamanho reduzido e, muitas vezes, estavam cercadas pelas de outros pequenos produtores, situação que não permitia a criação de animais soltos. Era, pois, a possibilidade de acesso a uma casa isolada que lhe permitia dispor de uma parcela tanto para cultivos quanto para a criação de animais soltos, elemento que parece ter contribuído para que alguns pequenos produtores abandonassem a liberdade que tanto apreciavam para ir morar no engenho.

As informações de que dispomos permitem destacar que a concessão de parcelas dentro do engenho, destinadas ao usufruto dos pequenos produtores, generalizou-se na área estudada no momento em que surgiram as primeiras usinas. Com o aguçamento da disputa por trabalhadores, a concessão assumiu o caráter de um mecanismo a que recorriam sobretudo os senhores de engenho como forma de solidificar o controle sobre as áreas vizinhas a suas propriedades, garantindo, em conseqüência, o sistema social a que davam sustentação.

Se o fato de obter acesso a parcelas dentro do engenho dava lugar a uma diferenciação entre o conjunto dos pequenos produtores, novas diferenças eram estabelecidas pelo senhor de engenho entre aqueles que ascendiam a elas. Assim, só a alguns pequenos produtores era permitido o plantio da cana, e estes eram vistos pelos demais pequenos produtores como "privilegiados".[16]

O pequeno produtor que plantava cana nos engenhos era denominado localmente lavrador. Recebia a semente das mãos do proprietário e todo o processo de trabalho era realizado por ele e sua família. A cana colhida era moída no engenho, uma porcentagem dela ficava para o proprietário como contrapartida pela cessão da terra e pela moenda e o restante era do lavrador. Na área estudada, a parte correspondente ao senhor de engenho era de 60%, mas havia variações, inclusive na região.

Embora os lavradores fossem considerados "privilegiados", o acesso ao privilégio pressupunha a demonstração de maior lealdade ao senhor, de maneira tal que a vantagem o tornava ainda mais devedor àquele.

Por outro lado, o senhor de engenho também estabelecia diferenças entre os lavradores: recebia a cana de alguns antes de recebê-la dos restan-

[16] Um pequeno produtor com acesso a terras dentro do engenho assim se refere àqueles que podiam plantar cana: "Alguns plantavam cana, eram os lavradores do engenho X, alguns não, não eram todos não... as terras eram poucas e ele (senhor) dava a quem ele gostasse. A senhora sabe, é uma sorte, e um negócio que eram felizardos quem pegava essa sorte".

tes, favorecia alguns em detrimento de outros, conforme as circunstâncias.[17] O caráter de dominação exercida sobre os lavradores transparece no fato de que só era lavrador quem estava ligado ou identificado a um engenho determinado. Assim, apesar das diferentes formas em que a dominação se exercia, em um extremo sobre o morador e no outro sobre o lavrador, ambos tinham em comum o fato de estarem subordinados a um senhor de engenho, e era por estarem ligados a ele que ambos adquiriam identidade. Para que um pequeno produtor tivesse a possibilidade de uma trajetória ascendente, isto é, para que pudesse fazer seu roçado em melhores condições, ou mesmo, no extremo oposto, para que pudesse perder a parcela que usufruía, a relação com o senhor de engenho era elemento fundamental. É precisamente porque estavam ligados a um senhor de engenho que alguns lavradores chegaram até a poder instalar "engenhocas", ou seja, engenhos de rapadura.

Se alguns entre os pequenos produtores conseguiam autonomia relativamente maior em relação ao senhor – autonomia de que a "engenhoca" era a forma máxima de expressão –, o acesso a ela só era possível como conseqüência de uma relação anterior de fidelidade comprovada a determinado senhor de engenho. A situação aparece configurada de forma bastante clara quando se analisa a trajetória de alguns lavradores que conseguiram instalar "engenhocas" na área estudada. Em todos os casos registrados em nossos trabalhos, foi o senhor de engenho a quem estavam ligados como lavradores que os proveu das máquinas necessárias a seu funcionamento. Eram, na realidade, máquinas que o engenho deixava de usar e então eram vendidas a esses lavradores. Assim, em razão da relação existente, é possível encontrar "engenhocas" localizadas na área de influência de determinado senhor de engenho.

As relações estabelecidas pelo senhor de engenho com o povo dos sítios tornam evidente que os limites jurídicos do engenho não correspondiam a seus limites como sistema social (Palmeira, 1971a) e, em conseqüência, as categorias "povo de fora" e "povo de dentro" demarcam espaços posicionais relativos dentro de um sistema de relações sociais que tem como centro o engenho.

Assim como a presença de moradores com sítio assinalava a presença do senhor de engenho nos locais distantes de sua propriedade, contribuindo, até mesmo, para demarcar os limites dela, a presença dos pequenos produtores e até de "engenhocas" contribuía para indicar sua área de influência.

[17] Há uma vasta literatura histórica sobre os lavradores e sua análise evidencia a existência de diferentes formas de relação entre lavrador e senhor de engenho, mas também a subordinação do primeiro ao segundo (TOLLENARE (1816), 1904, p.413-14; RODRIGUES DE BRITO, s/d, p.56-75; DIEGUES, 1964, p.127; WATGEN, 1938, p.427; ASSUMPÇÃO, 1974 e MEYER,1980).

Como já mencionamos, os pequenos produtores vizinhos dos engenhos estavam geralmente agrupados em torno de povoados e sítios. A exigência destes tinha papel fundamental em termos de área de autonomia dos pequenos produtores e, como tais, constituíam também o local onde se materializavam as relações entre moradores e povo dos sítios.

Apesar das diferentes formas de subordinação a que moradores e pequenos produtores se encontravam submetidos em decorrência da maior ou menor autonomia de que desfrutavam, as diferenças não pareciam impedir o estabelecimento de relações sociais entre ambos. Laços de vizinhança, assim como de parentesco, os ligavam.

Ao mesmo tempo, os moradores, que só saíam do engenho nos dias festivos, faziam desses povoados um de seus locais de reunião.[18] Os trabalhadores solteiros residentes no engenho afluíam a esses povoados e freqüentemente aí surgiam casamentos que também contribuíam para o estabelecimento de relações entre moradores e pequenos produtores.

Era também nesses povoados que se reciclavam os moradores que abandonavam um engenho e neles permaneciam até serem incorporados como moradores em outro, o que era possível porque em geral tinham aí, ou nos arredores, parentes ou amigos já instalados.

Até ali chegavam também homens sozinhos, que tinham abandonado os engenhos ou que, provenientes de outras regiões, vinham em busca de trabalho e, não possuindo parentes ou amigos no local, pediam hospedagem como rancheiros: a categoria rancheiro é significativa em termos de relações sociais que expressa.

A permanência na casa do pequeno produtor não assegurava ao rancheiro a obtenção dos meios necessários a seu sustento, isto é, ele não era considerado membro do grupo doméstico e, portanto, não tinha acesso ao usufruto do roçado. Assim, embora residisse na casa, o rancheiro não era considerado "de casa" e, portanto, apenas se hospedava nela.

É interessante observar que o termo rancho é utilizado para designar os locais onde são alojados os trabalhadores sozinhos que chegam aos engenhos e, independentemente do tempo em que permaneçam na propriedade, não são considerados "de casa". Como tal, eles se diferenciam do morador que é o único dentro do engenho a ter acesso a uma casa (Palmeira, 1976, p.104-5).

A situação do rancheiro, se em certo sentido parece próxima à dos trabalhadores hospedados de forma precária no engenho, na realidade diferencia-se muito dela. No caso do engenho, a residência, ainda que precária, pressupunha não apenas o trabalho para o proprietário mas também a

---

[18] Como já foi destacado, as feiras constituíam também locais de encontro. Embora nem todos os moradores pudessem participar permanentemente das feiras como vendedores ou compradores, isso não impedia que fossem à feira para se reunir socialmente.

subordinação a ele. A hospedagem na casa do pequeno produtor, ao contrário, não implicava, para o rancheiro, a obrigação de fornecer trabalho nem a subordinação a quem o recebia.

Assim, mesmo que o rancheiro em geral se alojasse apenas temporariamente, em alguns casos ele podia acabar integrando-se de fato à unidade doméstica do pequeno produtor e, em conseqüência, ao trabalho agrícola aí desenvolvido. Nesse caso, que não era freqüente, ele passava a fazer parte do grupo doméstico, mas isso não configurava uma relação de dominação.

Pelas características dos povoados (localizados em "áreas livres", agrupando a seu redor os sítios dos pequenos produtores que neles tinham um centro de referência, e procurados também pelos moradores), os senhores de engenho tratavam também de atuar sobre eles inclusive disputando entre si. Era, pois, nesses povoados que se atualizavam não apenas as relações entre um senhor de engenho em particular e o povo dos sítios, mas, fundamentalmente, entre os diferentes senhores de engenho.

Como ilustração, deter-nos-emos na descrição suscinta de um desses povoados, Alto do Garrote, localizado nas proximidades da atual sede do município de Feira Nova, então aglomerado pertencente ao município de Junqueiro.[19] O povoado situava-se próximo a dois engenhos e, assim, era objeto de disputa, como área de influência, por ambos os senhores de engenho. Nesse caso específico, inclusive, as entrevistas realizadas com os descendentes de um dos senhores de engenho, assim como com pequenos produtores nele residentes, nos permitiram reconstruir aspectos da relação que os senhores mantinham com os pequenos produtores que tinham seu centro de referência naquele povoado.

A atuação dos senhores assumia diversas formas. Ambos iam freqüentemente ao povoado e visitavam também os diversos pequenos produtores estabelecidos em suas proximidades. Outra forma de presença se manifestava em situações específicas, em especial nas ocasiões ritualizadas que ocorriam no povoado. Nesse âmbito, as senhoras de engenho tinham papel fundamental a cumprir. A elas cabia (e para tanto se reuniam) dar assistência aos povoados, a qual se expressava fundamentalmente nos aspectos relativos à "evangelização".

Ambas as senhoras de engenho tinham sido responsáveis pela construção da igreja existente no povoado, assim como por sua manutenção posterior. Para isso, elas se alternavam, e cabia a cada uma delas, periodicamente, a responsabilidade pela manutenção da igreja, assim como pelo deslocamento do padre que aí iria celebrar os ofícios religiosos. Era tam-

[19] Hoje, passados quarenta anos, aquele aglomerado é sede de município que surgiu no período, como conseqüência da expansão canavieira, sendo grande centro de chegada de trabalhadores e distribuição destes nas diferentes propriedades.

bém de sua incumbência a promoção e o patrocínio das festas religiosas, assim como a promoção de batismos e casamentos.

Entretanto, se a ação era conjunta, alguns elementos relevados contribuem para pôr em evidência a disputa entre os dois senhores de engenho e suas esposas pela maior influência sobre o povoado e, portanto, sobre essa área. Se, em certo nível, o número de pequenos produtores ligados a um deles, como rendeiros e/ou lavradores, ou até como proprietários de "engenhocas", eram elementos que marcavam não apenas as relações existentes, mas demonstravam a influência de determinado senhor sobre determinado povoado, as ocasiões ritualizadas como batismos e casamentos, visto que envolviam a escolha de relações de compadrio, eram também indicador importante. Fomos alertados para esse aspecto por um membro da família de um dos senhores de engenho da Área, que já no presente, com o intuito de mostrar as relações que sua família mantinha com o povo dos sítios, assinalava como elemento significativo o número de afilhados que sua mãe (senhora de engenho) tinha no povoado, maior que o da outra senhora de engenho.

As diversas formas de intervenção, ao mesmo tempo que contribuíam para marcar a presença do senhor de engenho nos povoados, favoreciam seu controle sobre as relações sociais que tinham lugar no interior do próprio povo dos sítios como entre este e seus moradores: o povo de engenho.

Diferentemente de outras áreas em que as terras onde se assentaram os povoados estavam associadas a um santo, elemento que contribuiu para consolidar a imagem dos povoados como espaço autônomo em relação aos senhores de engenho (Meyer, 1980a), no caso estudado a autonomia não aparece ligada a um caráter religioso. Entretanto, o fato de que o povoado se localizava fora do domínio particular de um senhor de engenho, embora em área vizinha a eles, e sendo área disputada por ambos os senhores de engenho, contribuiu para abrir espaço para certa eqüidistância por parte dos pequenos produtores, assim como do espaço que os representava (sítios) perante os senhores de engenho da Área.

POLÍTICA DO ESTADO, EXPANSÃO CANAVIEIRA E MUDANÇA SOCIAL

As relações sociais descritas e o espaço em que se materializavam se vêem defrontados com uma situação de mudança que tem início nos anos 50. A partir dessa década se produz a "descoberta" da produtividade dos tabuleiros existentes na área, mediante a introdução de fertilizantes químicos. Esse processo desencadeia a ocupação dos tabuleiros pelo cultivo da cana. No início a expansão da cana nos tabuleiros foi lenta por causa dos altos custos exigidos pelo desmonte dos tabuleiros, mas resultou, com o correr

dos anos, em grande expansão do cultivo e na ocupação total dos tabuleiros ali existentes.

Houve então um aumento significativo da produção de cana, fato que se refleitu no crescimento significativo do número de usinas instaladas na região. Além das usinas tradicionalmente existentes, a primeira que se instala nesse processo de ocupação dos tabuleiros data de 1958 e cinco novas usinas se instalaram entre os anos de 1973 e 1974. A elas acrescem as destilarias de álcool e mais cinco destilarias autônomas, instaladas a partir de 1978.

O aumento do número de usinas, sua dimensão em termos de capacidade produtiva e o número de destilarias são elementos significativos das características que a expansão do cultivo da cana assimiu na região. Os tabuleiros do sul do estado se tornaram a "meca" de fornecedores e usineiros, tanto do próprio estado quando do vizinho Pernambuco, que ali compraram terra e se instalaram.

Esse processo foi induzido pela ação específica do Estado, por meio do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e o chamado Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira. Esse programa, que modificou substancialmente a política de intervenção no setor, objetivava reformular a política de produção açucareira, aumentando a produtividade do setor e reduzindo seus custos. O recusrso utilizado era o estímulo às unidades industriais dotadas de maior capacidade (Szmrecsányi, 1979, p.296).

Entre as medidas que tiveram maior repercussão na área, a mais relevante foi a que favoreceu a realocação, fusão e incorporação de usinas. Em resumo, o conjunto de medidas beneficiava as usinas com maior capacidade de produção. Os financiamentos concedidos tanto podiam destinar-se à compra de terras quanto à isenção de impostos de importação das máquinas necessárias ao processo agroindustrial. Havia, ainda, a concessão de empréstimos para a aquisição desses implementos.

A efetivação desses financiamentos só foi de fato possível com os recursos provenientes do Fundo Especial de Exportação, que, operando com superávit, resolveu reverter esse lucro aos produtores, tornando efetivo o Programa de Racionalização. Para isso foram concedidos financiamentos para tornar viável a compra de terras, assim como para aquisição de insumos químicos. Esses finaciamentos foram feitos a juros baixos, a longo prazo e com isenção de correção monetária (idem, p.305-6).

O conjunto de medidas que compõe o Programa de Racionalização, embora não elaborado especificamente para a área estudada, teve ali repercussões que direcionaram o caráter do processo de expansão canavieira que vinha ocorrendo. A existência de grandes extensões de terras planas e "livres de cana" facilitava a mecanização, garantindo assim aumento de produtividade com redução de custos, metas do referido programa. Por isso, a área estudada tornou-se, na região Norte-Nordeste, local privilegiado para essa política. As usinas ali instaladas como produtoras de matéria-prima

para o álcool combustível foram beneficiadas pelos novos financiamentos do Próalcool.

A incorporação dos tabuleiros ao cultivo da cana e o contexto no qual ela teve lugar ao mesmo tempo afetaram diretamente a vida dos trabalhadores que residiam nas grandes propriedades (*moradores*), que foram expulsos destas, e também dos pequenos produtores ali estabelecidos.

MECANISMOS DE EXPROPRIAÇÃO

No passado o povo dos sítios era constituído tanto por pequenos produtores com propriedade jurídica de suas parcelas como também – e fundamentalmente – por posseiros.

Ao que tudo indica, as terras de propriedade dos pequenos produtores parecem ter tido origem nas sucessivas fragmentações, sobretudo em conseqüência de partilhas por herança de grandes propriedades.

Entre os que ainda hoje conseguem se manter como pequenos produtores é difícil, em uma primeira aproximação, obter informações a respeito da condição de posseiros ou proprietários das parcelas que detêm. A dificuldade parece estar ligada ao processo de expropriação a que foram submetidos. Desse modo, diante dos problemas que o fornecimento da informação pode lhes suscitar, a primeira resposta à pergunta formulada é obrigatoriamente: "Eu tenho os papéis direitinho". De fato, no caso dos posseiros, se atualmente a posse desses "papéis" os torna legalmente detentores das terras de que usufruem, foi a ausência dos documentos no passado que facilitou a perda das parcelas que ocupavam. Trata-se daqueles que venderam suas terras pressionados pelo assédio dos grandes proprietários e/ou que não conseguiram provar a posse exigida para beneficiar-se do usucapião.[20] As terras da Área foram submetidas a esse mecanismo legal.

Interessava aos grandes proprietários compradores de terras na Área desencadear esse processo facilitando, até mesmo, a legalização das posses, uma vez que com freqüência o acerto de compra delas já estava previamente estabelecido. A compra das posses submetidas ao usucapião garantia aos grandes proprietários o título de propriedade mediante escritura pública. Por um processo legal, os grandes proprietários legitimaram a aquisição de terras. Como desdobramento desse processo, os poucos posseiros que conseguiram resistir à venda e, portanto, ainda detêm suas posses, dispõem, atualmente, da documentação legal pertinente.

No atual contexto, os pequenos produtores definem sua situação no passado como proprietários e/ou posseiros. Mas, quando indagados especi-

[20] Conforme estabelece o Código Civil no art. 150 do Livro III, Título III, Da propriedade, seção IV o usucapião é um modo de adquirir a propriedade de um imóvel pela posse pacífica e ininterrupta durante um prazo que, no caso estudado, é de vinte anos.

ficamente a respeito de sua condição passada, respondem da mesma maneira: "Eu morava aqui, a gente trabalhava porque aqui tinha muita terra de hereu", destacando, neste contexto, não tanto a condição jurídica, mas o usufruto das parcelas. As próprias expressões que atualmente designam os pequenos produtores – posseiros ou proprietários – parecem pôr em evidência o processo de transformações sociais ocorrido na área. Ambos os termos, na realidade, foram recentemente adotados na área estudada, e ambos representam a mudança da forma de acesso às terras, de usufruto para propriedade. Essa mudança afetou as relações sociais existentes entre os pequenos produtores.

Os pequenos produtores – inclusive os que eram proprietários – faziam uso, no passado, das parcelas localizadas fora dos limites das grandes propriedades, que eram por eles denominadas "terras de hereu" ou "terras sem dono". Os tabuleiros da Área, situados fora das grandes propriedades, eram, pelo povo dos sítios, designados desse modo. Embora não encontremos em nossa pesquisa bibliográfica referências específicas que ajudem a precisar a figura jurídica das "terras de hereu", alguns autores as incluiriam na categoria genérica de terras públicas (Porto, 1965). A designação "terras de hereu" parece fazer referência ao fato de que, não sendo cultivadas e/ou ocupadas por gado, as áreas podiam ser usufruídas por quem delas necessitasse. Nelas foram se instalando os pequenos produtores, e seu usufruto passou a ser tradicionalmente transmitido de geração em geração.[21]

É, pois, precisamente porque esse conjunto de relações foi afetado que a passagem da situação anterior para a atual não significou apenas o fim do acesso à terra para aqueles que dela desfrutavam, mas também, e fundamentalmente, a introdução de mudanças nas relações sociais até então existentes entre os pequenos produtores. São esses elementos que nos permitem afirmar que estaríamos em presença de uma "verdadeira redefinição da natureza agrária", de tipo semelhante ao caso descrito por Thompson ao analisar o significado dos "cercados" para os pequenos produtores ingleses (Thompson, 1977, v.2, cap. 3 p.47).

O mecanismo de expropriação a que foram submetidos os pequenos produtores foi a compra. Se a compra-venda é um mecanismo legítimo, porque pressupõe o consentimento das partes envolvidas, no caso estudado a magnitude das terras vendidas e a análise do contexto em que essas transações foram efetuadas revelam que aí operaram mecanismos de expropriação.[22]

[21] O termo "hereu" é definido no dicionário como "Hereo: senhor, proprietário, herdeiro" (MORAIS e SILVA, 1844).

[22] Não dispomos de dados precisos a respeito da magnitude das terras negociadas. Se os dados provenientes dos censos não são suficientes, tampouco nos foi possível obter informações nos cartórios consultados com esse objetivo.

Embora em algumas áreas – como as situadas ao redor do então aglomerado de Feira Nova – a compra de terras pertencentes a pequenos produtores tenha tido lugar, de forma maciça, somente no fim da década de 1960, e fundamentalmente na de 1970, a incorporação dos tabuleiros para o cultivo da cana, como vimos, já vinha sendo introduzida por parte dos grandes proprietários desde a década de 1950. A experiência de utilização dos tabuleiros e da fertilização de suas terras mediante o emprego de adubos químicos já era do conhecimento dos pequenos produtores ali residentes. Mas o alto custo do desmonte e do uso de fertilizantes tornava inviável seu uso por parte deles.

Desse modo, a chegada de pessoas interessadas na aquisição de terras e que ofereciam um preço relativamente alto serviu de incentivo para a venda das pequenas propriedades, com a perspectiva de adquirir uma parcela maior, embora situada em área mais distante. Para essa situação influiu também o caráter lento e localizado que assumiu a expansão da cana nos tabuleiros nos primeiros momentos do processo. As parcelas situadas em locais mais distantes do centro pioneiro de ocupação dos tabuleiros tinham, em termos de conjuntura, um preço de mercado mais baixo. Segundo a visão dos pequenos produtores, isso lhes permitiria não apenas comprar as terras mas também adubos que pudessem torná-las rentáveis para cultivo. Em outros termos, eles acreditavam que teriam melhores condições de reproduzir-se economicamente.

Por sua vez, alguns grandes proprietários, em especial usineiros, conhecedores da alta rentabilidade dos tabuleiros e incentivados pela política do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), sabiam também que a divulgação da intenção de instalar novas usinas provocaria imediata elevação dos preços de mercado das terras. Para evitar a competição, e, portanto, para diminuir a corrida por terras, os grandes proprietários lançaram mão de intermediários.[23]

No momento imediatamente anterior à instalação das novas usinas, os intermediários compraram terras de tabuleiros independentemente do tamanho. O fato de aparecerem como compradores isolados, que adquiriam parcelas localizadas em lugares diferentes e mesmo de tamanho reduzido, contribuiu para ocultar a magnitude dessas compras, que surgiu quando as parcelas foram reunidas sob a mesma propriedade de um único dono.

Apesar desses mecanismos, os preços das terras dos tabuleiros foram subindo de forma constante, e a procura chegou mesmo aos tabuleiros mais distantes do centro pioneiro de expansão. Desse modo, quando os peque-

[23] São numerosos os casos relatados, na área, de indivíduos (testas-de-ferro) que se apresentavam como compradores individuais e mais tarde revelavam ser, na realidade, intermediários. Em geral empregados hierarquicamente superiores nas usinas foram os principais encarregados da aquisição de terras.

nos produtores tentaram adquirir novas parcelas, defrontaram-se com um montante que de fato já superava o preço de venda de suas terras. Assim, quando alguns pequenos produtores conseguiram ter acesso às parcelas, estas em geral tinham extensão menor e eram menos férteis do que as que anteriormente possuíam. Outros, por sua vez, não conseguiram voltar nem ao menos a comprar terras e foram forçados a se deslocar para os aglomerados urbanos, passando a vender sua força de trabalho.

A versão comum aos pequenos produtores é descrita nos seguintes termos:

> As usinas compraram de graça, compraram léguas de terras ali, o povo vendendo, pensando que era muito dinheiro, e hoje tem muitos que estamos trabalhando na terra da usina, cortando cana.

As situações que resultaram desse processo são diversas, e alguns pequenos produtores venderam as parcelas de cultivo e permaneceram apenas com a casa, onde residem. Em contrapartida, são numerosos os casos, colhidos em entrevistas, de pequenos produtores que venderam suas parcelas e queixam-se de haver recebido só uma parte do pagamento do preço estipulado.

Como ilustração que condensa uma situação que muito freqüentemente se encontra na área estudada, transcrevemos o depoimento da esposa de um antigo pequeno produtor que vendeu a parcela de que usufruía:

> Eu vendi 35 tarefas faz três anos a X, eu assinei sem olhar, ele na hora pagou Cr$ 10.000 e ficou devendo 25.000. Com os que eu recebi, comprei uma casa em Junqueiro, e o resto ele nunca pagou. Ele (quem comprou) já vendeu pra outro. E a senhora do Cartório arranjou que o seu Y (o novo proprietário) me desse Cr$ 5.000, e eu ainda estou esperando o resto. Eu agora estou lavando roupa pros outros.

Os pequenos produtores que tinham terras situadas em áreas próximas às grandes propriedades e resistiram à venda ou permaneceram com parte da terra foram praticamente cercados pelas grandes propriedades. Assim, em alguns casos, fecharam-se as saídas de suas propriedades; em outros, as novas propriedades invadiram paulatinamente parte de suas terras.

A situação é assim descrita pelos pequenos produtores:

> Lá onde moro hoje são só seis donos. Antigamente, até seis anos atrás (1976), eram todos pequenos proprietários, mais de 50, a usina comprou tudo. Eu mesmo tinha pouca terra, era terra dos meus avós, de mais de cem anos. A usina comprou uma parte vizinha e fez cercado, e eu fiquei cercado, sem liberdade. Pra não ficar preso, fiz um caminho pequeno, eu não tenho escritura pública, mas pago taxa pela terra e estou morando cercado, não quero vender mas estou cercado, todos os outros venderam e eu fiquei cercado, tira minha liberdade.

Outra forma de pressão e expulsão foi impossibilitá-los de praticarem os cultivos, impedindo-os de fazerem a "queima" anterior ao plantio sob

o argumento de que ela ameaçava queimar a cana das grandes propriedades ao redor. Esses fatos tornaram inviável a utilização das terras e acabaram por gerar numerosos conflitos.

Embora, em termos gerais, o processo de expropriação tenha afetado o conjunto do povo dos sítios, isto é, pequenos proprietários e posseiros, estes sofreram uma expropriação de caráter específico. As posses eram tradicionalmente transmitidas de geração em geração; por ocasião da morte do posseiro chefe da família, a terra era dividida entre seus herdeiros. Ainda que cada um dos herdeiros desfrutasse de uma parcela de forma individual, não era necessário que se fizesse demarcação legal, pois a divisão era reconhecida de fato pelos usufrutuários. Os grandes proprietários interessados na compra das parcelas usaram com freqüência desse hábito para expropriar os posseiros: ofereciam a um dos herdeiros um preço comparativamente alto pela parcela de que ele desfrutava individualmente e, uma vez efetivada a transação, quando o comprador ia delimitar a propriedade, ele na realidade demarcava a posse originária em sua totalidade, ou, em outros termos, demarcava a extensão total independentemente das fragmentações sucessivas por herança. Assim, de um só golpe, expulsava o conjunto de herdeiros.

O conhecimento, pelos posseiros, de que eram as usinas as proprietárias das parcelas vendidas veio acompanhado por uma série de boatos. O medo que eles inspiravam acabou contribuindo para facilitar as novas vendas das posses. Era versão corrente na Área que as usinas tomariam as terras dos posseiros que não possuíssem documentos que provassem sua posse e se resistissem à venda. Diante da ameaça, muitos que ainda desfrutavam de "terras de hereu" venderam suas parcelas.[24]

Como resultado do processo diversas situações se constatam no presente, entre aqueles que ainda continuam tendo acesso à terra.

Alguns pequenos produtores conseguiram permanecer nessa condição alternando as atividades no roçado com o trabalho assalariado nas usinas, como trabalhadores alugados. Esse tipo de trabalho pode ser desempenhado pelo próprio chefe de família e/ou por algum dos membros do grupo doméstico. Embora não se trate de um fato muito freqüente, é significativa a existência de pequenos produtores que arrendam suas parcelas. Os pequenos produtores que não têm condições de trabalhar em sua parcela, por serem já idosos ou não terem filhos, encontram no arrendamento uma forma de obter renda que lhes permita manter-se nelas.

---

[24] Nesse sentido, disse um pequeno produtor, natural da área estudada: "Teve muita gente que vendeu porque ofereciam um preço alto e não adivinharam que hoje valeria muito mais. Eles acharam que a terra ia ficar sem valor porque muitos falavam que ia entrar a usina e ia tomar o terreno do povo que estava em terra de hereu, terra sem dono que o povo foi se apossando".

Finalmente, outros pequenos produtores passaram a se dedicar ao cultivo da cana em suas propriedades. Na verdade, não são todos que têm condições de fazer isso, pois o cultivo exige certa extensão de terra.

O preço de mercado alcançado pelas parcelas torna impraticável a ampliação das áreas originais dos pequenos proprietários, que têm de concorrer com os grandes pela posse de novas parcelas.[25] A alternativa de cultivar cana corresponde, em grande medida, aos interesses específicos das usinas que as compram. No momento de instalação, tendo de assegurar determinada produção como forma de alcançar a cota mínima exigida pelo IAA para seu funcionamento, as usinas favoreciam o plantio de cana pelos pequenos produtores da Área.[26] O fenômeno relaciona-se estreitamente com a situação de conflito entre usinas e fornecedores. As usinas recém-instaladas preferiam contar com um número maior de pequenos produtores para fornecimento da cana do que com os grandes.

Mas a produção dos pequenos produtores é, em geral, menor que a cota mínima exigida para que um produtor seja considerado fornecedor: isso significa que o pequeno produtor deve registrar sua produção no nome de um fornecedor, reconhecido como tal, o que significa mais um ônus para o primeiro. Na área estudada, os fornecedores reconhecidos são basicamente grandes fornecedores, até mesmo quadros da hierarquia da usina que cobram uma porcentagem pela intermediação. A eles interessa duplamente receber cana dos pequenos produtores, pois, além de receberem a porcentagem, ainda desfrutam das vantagens de obtenção de financiamentos: quanto maior a produção registrada, maior o financiamento.

Embora em número reduzido, há casos de pequenos produtores ligados por relações de parentesco (pai e filhos ou irmãos) que reúnem a produção de cana produzida individualmente sob o nome de um deles. Nesses casos, não se paga nenhuma porcentagem ao que é indicado como fornecedor.

Em contraposição, a obtenção por parte dos pequenos produtores da condição de fornecedor limitou-se ao momento da instalação de novas usinas na Área. Essa situação inicial não perdurou, e nos anos posteriores aquela possibilidade se tornou cada vez mais difícil, fato este que foi muitas vezes frisado pelos pequenos produtores: "As usinas já não recebem cana dos pequenos". Assim como para os pequenos produtores não reconhecidos oficialmente como fornecedores a possibilidade de acesso a cré-

---

[25] Essa limitação é assinalada permanentemente pelos pequenos produtores e é ilustrada pela seguinte citação: "Hoje não se compra mais terra porque está um absurdo. Terra aqui encareceu de uma maneira que ninguém pode comprar, só os milionários, os grandes que podem comprar".

[26] Segundo disposição estabelecida pelo IAA, 50% das canas moídas pela usina devem provir de fornecedores.

ditos é totalmente vedada, também os fornecedores com pequena cota de produção estão impedidos de obter financiamentos. Desse modo, pois, os pequenos produtores dependem da relação com a usina tanto para vender sua cana quanto para se reproduzir como fornecedores. Com freqüência é a própria usina quem concede diretamente o financiamento, pelo adiantamento do dinheiro necessário ao plantio – com destaque na aquisição de adubos químicos – e ao pagamento dos trabalhadores na época de safra.

Mas, se é a usina quem dá os financiamentos, quando ocorrem quaisquer problemas que reduzam a safra, os adiantamentos por ela outorgados acabam por superar a produção obtida. Essa situação pode significar desde o endividamento, o que constitui uma ameaça concreta aos pequenos produtores, até o caso limite de entrega das parcelas à usina como parte de pagamento da dívida. Muitos viram-se forçados a vender suas parcelas, em geral para a própria usina à qual estavam ligados, recebendo o pagamento em dinheiro ou sob outras formas (entrega da terra em troca de um caminhão). Esta é a origem de alguns caminhoneiros que atualmente residem nas cidades da Área.

Esse conjunto de limitações cerceia as possibilidades de ampliação do cultivo da cana por pequenos produtores. A cana – diferentemente dos demais produtos, porque "tem instituto" (o IAA assegura um preço único) – não enfrenta o problema de flutuação de preços, o que opera como incentivo para sua produção mesmo em pequenas parcelas. Contudo, as relações sociais envolvidas em seu cultivo e a falta de controle do pequeno produtor sobre sua produção contribuem para que, ainda cultivando-a, essa presença não elimine a existência dos cultivos do roçado. A presença do milho, do feijão e da mandioca é, pois, uma constante nas unidades produtoras. A alternatividade característica desses produtos, que se reflete na possibilidade de consumi-los e/ou vendê-los, o que possibilita a aquisição de outros bens ou até daqueles que foram vendidos em outros momentos do ciclo agrícola, significa uma garantia para enfrentar as situações de crise.[27]

Dentro dos limites determinados pela parcela de que dispõem, a maior ou menor extensão dedicada ao cultivo da cana e do roçado também acusa variações que correspondem aos diferentes momentos do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico dos pequenos produtores.[28] Assim, dedica-se uma área maior ao cultivo do roçado quando, na unidade doméstica, é maior o número de consumidores que o de trabalhadores. No outro extremo, quando o grupo doméstico se encontra restrito ao casal – seja pela saída de alguns filhos ou de todos eles, ou ainda quando não há filhos –

---

[27] O peso que esses produtos têm no cálculo econômico dos pequenos produtores foi analisado em trabalhos anteriores (HEREDIA, 1979 e GARCIA Jr., 1983).

[28] Afrânio Garcia analisa como essa combinação está relacionada ao tipo de desenvolvimento das unidades domésticas dos pequenos produtores (GARCIA Jr., 1988).

isto é, quando o número de consumidores e trabalhadores se inverte e o pequeno produtor não conta com mão-de-obra suficiente para poder fazer, por exemplo, a farinhada e/ou cumprir as diferentes etapas do processo produtivo. Nessas circunstâncias, o primeiro elemento a ser considerado é o custo da contratação de trabalhadores.

Observa-se que os pequenos produtores que plantam cana em suas parcelas preferem contratar o trabalho de pequenos produtores vizinhos ou daqueles que historicamente também eram povo dos sítios e passaram a ter como meio de vida a venda de sua força de trabalho.

O processo aqui descrito é revelador de um movimento maior que, embora sendo comum ao conjunto do campesinato brasileiro, revela, por um lado, que, ainda que sofridos, nem todos os deslocamentos impostos aos grupos camponeses ao longo da história brasileira do avanço da agricultura dominante desenvolvida pelos grandes proprietários rurais implicaram expropriação. Por outro, permite desvelar as especificidades que os processos mais gerais de expropriação, impostos aos diversos grupos camponeses, apresentam quando analisados caso a caso.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA PRADO, J. F. *Pernambuco e as capitanias do Norte do Brasil* – 1530-1630. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. t.2 (Série 5a, Brasiliana, 175 A)

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

ASSUMPÇÃO, L. *O lavrador na literatura sobre a economia açucareira do Nordeste*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1974.

BASTOS, H. *Assucar e algodão*. Maceió: s/ed., 1938.

BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. São Paulo: José Olympio, 1948.

CANABRAVA, A. A grande propriedade rural. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1977, p.192-218. t.2, v.2, livro 4.

CORREIA DE ANDRADE, M. Os rios do açúcar do Nordeste oriental, Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco,* 1959.

COSTA, F. I. R. Respostas ao inquérito official sobre a industria assucareira de Alagôas e São Paulo. *Sociedade Nacional de Agricultura.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

DIEGUES JR., M. *O banguê nas Alagoas*. Rio de Janeiro: IAA, 1949.

______. O engenho de açúcar no Nordeste. *Ministério de Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952. (Documentário da vida rural, 1)

______. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

______. Propriedade e uso da terra na "Plantation" Brasileira. In: *Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo*. Washington: União Panamericana, 1964. (Estudios y Monografías, 17)

FREYRE, G. *Nordeste.* Aspectos da influência da canna sobre a vida e a paizagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

______. *Região e tradição.* São Paulo: José Olympio, 1941.

GARCIA, M. F. O Bacurau. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HEREDIA, B. M. A. de. *Formas de dominação e espaço social: A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas.* São Paulo: Marco Zero, 1989.

IDÉIA da População, da Capitania de Pernambuco e das suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o ano 1774. 1918. *Annaes da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro, v.XI.

KOSTER, H. *Viagem ao NE do Brasil* (1816). São Paulo: Editora Nacional, Brasiliana, 1942.

LINHARES, M. I. e SILVA, F. C. T. *História da agricultura brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEYER, D. R. *O lavrador*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1980.

PALMEIRA, M. *Latifundium et Capitalisme, Lecture critique d´un débat*. These de 3ème. Cycle presentée à la Faculté de Lettres et Sciences Humaines. Paris: Université de Paris, 1971a.

______. *Feira e mudança econômica*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1971b.

______. A lógica da *plantation* tradicional. In: *Actes du XLIIème Congres International dês Americanistes*. EUA, v.1, p.305-15, 1976.

SANTANA, M. M. de. *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*. Recife: Museu do Açúcar, 1970.

SPINDOLA, T. de B. F. *Geografia alagoana.* Maceió: Tipografia do Liberal, 1871.

STEWARD, J. Perspectives in plantations. *Plantation Systems of the New World.* Washington: Pan American Union, 1959.

THOMPSON, E. P. *La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra: 1780-1832*. Barcelona: Editora Laia, 1977.

TOLLENARE, L. F. de. As notas dominicaes. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Pernambuco)*, v.XI, n.61, 1904.

VERDONCK, A. Descripção das capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahyba e Rio Grande. Memória apresentada ao Conselho político do Brasil, 20.5.1630. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográphico Pernambucano* (Pernambuco), v.54, 1900.

WOLF, E. e MINTZ, S. Haciendas y plantaciones en Mesoamérica y Las Antillas. In: FLORESCANO, E. (Org.). *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. México: CLACSO, 1975.

2

MERCADO E MODOS DE DOMINAÇÃO: A FEIRA E AS VINCULAÇÕES DE TRABALHADORES NA *PLANTATION* AÇUCAREIRA NORDESTINA

Marie-France Garcia-Parpet

A idéia de mercado é freqüentemente associada à de liberdade – basta pensar nos camponeses russos do século XIX, para quem era mais vantajoso vender sua produção nas feiras que no domínio do senhor, ou então no modelo do mercado da economia clássica, que tem um de seus elementos-chave de definição na livre circulação dos bens e das pessoas. O desenvolvimento de certo número de feiras no Nordeste do Brasil em conseqüência de profundas transformações econômicas e sociais na década de 1950 também caminha nesse sentido: as relações personalizadas[1] que ligavam os trabalhadores da cana-de-açúcar (*moradores*) ao *senhor de engenho* se desagregam, e os *moradores*, antes obrigados a vender parte de sua produção ao *senhor* e a se abastecer nos armazéns dos engenhos, têm acesso às feiras. Assim sendo, elas se multiplicam, e as que já existiam se enchem de indivíduos que agora podem fazer suas compras onde bem entenderem e tornar-se pequenos intermediários ao mesmo tempo que prosseguem em suas atividades agrícolas. Nesse contexto geral, a multiplicação das feiras nas usinas de açúcar foi muitas vezes interpretada como o signo da integração dos camponeses à economia de mercado (Forman e Riegelhaupt, 1970).

A análise etnográfica de uma dessas feiras, em vez de referendar um movimento de emancipação dos trabalhadores mediante novas relações mercantis, ressalta a manutenção da dominação tradicional sob nova forma, o que nos leva a refletir sobre a questão da universalidade das relações mercantis e sobre a abordagem dos especialistas da questão que, em geral,

[1] Para análise dessas relações, ver PALMEIRA (1976), SIGAUD (1979) e GARCIA JR. (1983; 1989).

como os interacionistas, se debruçam unicamente sobre as trocas consideradas no quadro estreito de um feixe de relações comprador/vendedor, isolando o momento da troca, sem se interrogarem sobre as condições sociais que a tornaram possível.

A feira de Palmares, no estado de Pernambuco, é um exemplo característico de praça de mercado que já existia há várias décadas e que se transformou em conseqüência da expulsão dos trabalhadores rurais das grandes plantações de cana a partir dos anos 1950 (Palmeira, 1970 e Sigaud, 1993).

Na época em que realizamos nosso trabalho de campo, em 1972, tratava-se de uma feira muito importante freqüentada pela população urbana, composta sobretudo pelos *moradores*, que haviam se instalado na cidade, e por uma parte da população rural que tinha mais recursos financeiros que os primeiros por dispor de produtos do trabalho familiar e de roçado concedido pelo *senhor*. Com a chegada dos *moradores,* a população de Palmares aumentou em 357% entre 1950 e 1960. A feira, que anteriormente só vendia produtos para a pequena burguesia ligada à administração municipal e estadual, aumentou enormemente: à demanda tradicional veio se acrescentar a dos recém-chegados que anteriormente consumiam em parte o que produziam em seus roçados, em parte o que compravam no *barracão* e, ao se transformar em *trabalhadores da rua*, passaram a adquirir tudo de que precisavam nas feiras. Se, por um lado, eles logo tiveram de se confrontar com os limites de seu baixo poder de compra,[2] por outro, na feira tinham a liberdade de escolher seus fornecedores e de deixar de comprar determinado produto, o que era impossível no *barracão* em virtude de sua posição de eternos devedores. Em Palmares, eles podiam comprar dos camponeses do Agreste – região vizinha mais árida – que, estimulados pelo repentino aumento da demanda, compareciam em grande número para vender gêneros alimentícios; podiam igualmente comprar dos trabalhadores agrícolas que tinham carteira assinada ou dos trabalhadores sazonais que aí se instalavam como vendedores. Estes compravam em geral produtos por atacado na feira de Palmares para revendê-los a varejo; o lucro obtido permitia que complementassem a baixa remuneração de seu trabalho nos canaviais e sua irregularidade durante a estação morta. Dessa forma, feirantes, camponeses que escoavam sua produção por atacado ou a varejo, trabalhadores da cana-de-açúcar residentes nas cidades e, bem mais raramente, *moradores* eram os vendedores que se instalavam tanto no galpão do mercado como nos arredores imediatos da feira e mesmo em alguns outros pontos da cidade.[3]

---

[2] Os salários eram particularmente baixos, e os trabalhadores, que freqüentemente estabeleciam uma comparação entre o ganho de uma semana e o preço da carne seca, se queixavam de que o que ganhavam não dava nem para comprar um quilo dessa carne.

[3] Ver a análise do desenvolvimento desta feira por PALMEIRA (1971).

A feira de Palmares era bem abastecida e socialmente bastante diversificada. Ela se realizava aos domingos. Desde a madrugada os vendedores montavam seus tabuleiros ou expunham seus produtos no chão. O fluxo de compradores era tamanho que a cidade quase desaparecia sob a imensa multidão. Se as compras no *barracão* evocavam a privação, a feira era a imagem mesma da abundância: "Os trabalhadores preferem comprar na feira; eles só compram no barracão quando não têm outro jeito. Aquele que vai à feira está sempre com o estômago cheio e não deve nada a ninguém", dizia uma *moradora* que vivia em Palmares. A feira, entretanto, não apresentava apenas vantagens econômicas. Homens e mulheres aproveitavam a visita à cidade para ir ao sindicato dos trabalhadores rurais[4] e para encontrar os membros de sua família. A feira era ainda o lugar onde circulavam as informações, sobretudo a respeito das condições de trabalho nos engenhos, dos direitos garantidos pela legislação, dos movimentos de resistência urdidos aqui e ali. Em algumas bancas onde se vendiam bebidas era possível oferecer seus serviços para o trabalho agrícola. Deixar de ir à feira aos domingos estava fora de cogitação, mesmo quando não havia muito tempo para isso nas épocas de trabalho pesado no campo (pelo menos para aqueles que tinham a sorte de ter um roçado).

Como estava naquela época a vida nas feiras situadas dentro do perímetro das fazendas, no espaço onde as relações entre patrões e trabalhadores eram constituídas de forma que permitissem que o *senhor* exercesse tradicionalmente sua dominação em relação ao trabalho e ainda que a estendesse a todos os domínios da vida privada? Nosso estudo,[5] que remonta a 1972, tratava de uma feira situada nas terras da usina de Serro-Azul, a 25 quilômetros de Palmares. Nessa data, a usina passava por graves problemas financeiros e estava sob intervenção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que afastou o proprietário – o *usineiro* – de suas funções e nomeou para substituí-lo um gerente com uma concepção moderna de gestão.

A descrição e a análise que se seguem se referem ao tempo em que esse *usineiro* – que no presente caso era também o *senhor* – comandava os destinos de sua agroindústria.

---

[4] Na época da pesquisa, a substituição dos dirigentes desse sindicato por um membro nomeado pelo Ministério do Trabalho limitava seu poder de reivindicação. Entretanto, era possível obter serviços médicos e odontológicos que na relação tradicional *senhor–morador* eram concedidos pelo *senhor*. Ver SIGAUD (2006).

[5] Financiado pela Fundação Ford no quadro da pesquisa "Estudos Comparativos de Desenvolvimento Regional" dirigida por D. Maybury-Lewis e R. Cardoso de Oliveira.

A USINA DE AÇÚCAR COMO AGLOMERAÇÃO E A FEIRA

Para compreender a particularidade da feira de Serro-Azul, devemos situá-la no campo das redes de comercialização da região e, mais precisamente, evocar as diferentes possibilidades de abastecimento e de escoamento dos produtos oferecidos aos vendedores e aos compradores que a freqüentavam. Sendo assim, é necessário analisar as trocas como um comércio – no sentido amplo do termo (Polanyi et al., 1957) – entre os homens e, para isso, levar em conta a presença de indivíduos que não têm necessariamente uma relação direta com as trocas mercantis, mas que se encontram na feira ou em suas proximidades. É nessa perspectiva que nos propomos em primeiro lugar a precisar melhor a localização dessa praça de mercado antes de proceder a uma descrição etnográfica dos lugares e dos setores comerciais e do desenrolar da feira.

Em 1972, a usina de Serro-Azul cobria 14 mil hectares divididos em dezessete engenhos, que passaram a ser onze de acordo com o novo critério do IAA. Sua refinaria transformava a cana de seus próprios engenhos como a de outras grandes plantações.[6] Situava-se no meio de um imenso canavial e se encontrava isolada por falta de um serviço de transporte regular. A maneira mais fácil de ir à feira era a estrada de terra que partia de Palmares. As demais vias de acesso, além de mais longas, eram impraticáveis no inverno.

Enquanto durante a semana a conexão entre as duas aglomerações era assegurada por um único ônibus por dia, no sábado e no domingo – dias de feira – os freqüentadores dispunham de vários meios de transporte. O fiscal da feira de Serro-Azul possuía um ônibus que fazia incessantemente o trajeto de ida e volta de Palmares à sede da usina. Por um preço mais elevado, também era possível circular de jipe, caminhonete ou mesmo de táxi. Alguns comerciantes deviam se comprometer a utilizar posteriormente os motoristas para pagar a gasolina do transporte. Para tornar os deslocamentos mais rentáveis, chegava-se a transportar uma dúzia de pessoas no mesmo veículo: trabalhadores agrícolas, operários da usina, carregados de provisões, meninos transportando picolés para vender em Serro-Azul etc.

A usina situava-se em uma clareira no meio das colinas. Tratava-se de um conjunto de construções e casas dominado pela casa-grande, vasta residência edificada em uma elevação, cercada por flamboyants e flanqueada por uma escadaria, tendo a fachada esculpida à maneira de um templo grego. Ao nos aproximarmos, podíamos distinguir dois tipos de construção.

[6] Dados do Instituto do Açúcar e do Álcool concernentes à produção anual entre 1955 e 1975 das 37 usinas de açúcar em Pernambuco situavam Serro-Azul na categoria das menores: ela havia passado de 131.100 sacos de açúcar cristal para 306.100.

À direita, edificações enormes e austeras: era a refinaria de onde exalava o cheiro agridoce da cana triturada. Ela compreendia uma construção onde eram pesados e descarregados todos os caminhões de cana recém-cortada, um escritório onde os empregados faziam a contabilidade da usina e um laboratório onde era sistematicamente controlado o teor de sacarose do caldo da cana. A aparelhagem da refinaria, pesada e antiga, brilhava com suas peças de cobre lustradas. Outro prédio era reservado aos mecânicos que procediam à manutenção de todas as instalações.

Durante a colheita, os caminhões eram descarregados por uma equipe de homens que empurravam a cana-de-açúcar para a moenda. Dela saía um sumo sujo purificado por um processo de decantação a cal. Os resíduos da palha eram transportados para a caldeira onde iriam servir de combustível. O caldo de cana era levado à ebulição para ser em seguida desidratado, e o produto obtido, um açúcar grosseiro, era destinado à exportação. Os operários, substituídos a cada doze horas, tomavam conta das máquinas no calor forte das caldeiras. Mais adiante, homens com o torso nu procediam ao ensacamento.[7]

À esquerda da casa-grande alinhavam-se várias casas de aparência confortável, cercadas de jardins, onde moravam os administradores, o engenheiro químico e os empregados do escritório da refinaria. Um pouco mais além, desembocava-se em uma praça onde havia uma grande construção flanqueada por um balcão e em cujo interior vários tipos de produtos estavam empilhados em prateleiras: óleo, peixe e carne secos, conservas. Os dirigentes da usina apresentavam-no como uma "cooperativa",[8] mas os operários afirmavam que se tratava de um *barracão*. O restante do lugar era ocupado pelas casas dos trabalhadores, coladas umas às outras, e por três pequenas casas de comércio contíguas. Saindo do quarteirão de casas, chegava-se a um campo verde que servia de pastagem para os animais de carga utilizados nos dias de feira, um pequeno abatedouro e uma construção destinada a abrigar trabalhadores sazonais e pequenos proprietários do Agreste. Ainda na praça: um galpão, espaço cimentado e coberto. Em torno, algumas lojas minúsculas fechadas durante a semana e uma loja maior onde havia de tudo que se possa imaginar como produtos de bazar: panelas, *lingerie*, cadernos escolares, vasos.

Essa parte da aglomeração, pelo tamanho reduzido de suas construções, sua vetustez, pelos materiais utilizados, contrastava com a imponente refinaria, cuja chaminé se erguia em direção ao céu, e com o enorme edifício

[7] Para o estudo dos operários do açúcar na Zona da Mata de Pernambuco, ver LEITE LOPES (1976).

[8] Em todas as agroindústrias açucareiras, o armazém situado próximo à **usina** tinha o nome de *cooperativa*. Esses estabelecimentos monopolizavam a distribuição dos bens de subsistência e exploravam os trabalhadores prevalecendo-se desta nova denominação (PALMEIRA, 1971).

da casa-grande. A disposição das edificações permitia que a feira e as casas dos trabalhadores recebessem permanentemente a fuligem lançada pela chaminé, ao passo que a casa-grande permanecia imaculada. A direção constante do vento ressaltava a hierarquia dos utilizadores dos prédios.

Durante a semana, apenas a sirene que marcava a substituição dos operários perturbava a calma da aglomeração de Serro-Azul. Nos períodos de colheita, havia também o barulho da passagem dos caminhões que descarregavam a cana. Fora disso, o campo de futebol situado na frente da casa-grande ficava deserto, a capela tinha as portas e janelas fechadas, o cinema não exibia filme algum. Um bando de crianças saindo da escola criava uma animação momentânea.

O MOVIMENTO DA FEIRA

A partir de sexta-feira à tarde começava a agitação com os primeiros preparativos para a feira realizada nos galpões e na praça adjacente. Ela começava de fato no sábado à tarde e se prolongava pela manhã de domingo.[9] Os vendedores que vinham de longe, de fora da propriedade, sobretudo do Agreste, chegavam no início da tarde de sexta-feira, amontoados nos jipes, em meio a caixas e cestos, ou então a cavalo ou montados em burros. Passavam a noite em redes estendidas sob um galpão da usina e começavam a desembalar suas mercadorias na manhã do dia seguinte. Por volta das três horas da tarde de sábado chegavam outros vendedores que, vindos de vários lugares com seus burros transportando pequenos barris de cachaça ou cestos cheios de frutas, frangos e batatas-doces, também se instalavam no local.

No interior do galpão, que era o lugar mais protegido da feira, encontravam-se os vendedores de farinha de mandioca – grupo predominante – que dispunham seus grandes sacos no chão. Entre eles havia alguns *moradores* que vinham vender um ou dois sacos de sua produção no roçado, bem como alguns intermediários das regiões vizinhas, que com freqüência ofereciam grandes quantidades de farinha, além de feijão preto, milho, arroz e objetos de artesanato. A conversa entre todos esses vendedores era animada. Reinava nesse setor da feira uma atmosfera bem particular: enquanto em outros lugares nunca havia muita gente, o interior do galpão era sempre muito cheio de vida. Os compradores experimentavam a farinha e comparavam com calma para ter certeza de estar escolhendo a melhor. Do lado de fora, bem perto do galpão, estavam instalados os vendedores de carne:

[9] Em 1945, a Igreja proibiu a feira no domingo em nome do descanso dominical, mas a medida não foi respeitada por muito tempo e as transações rapidamente voltaram a se realizar durante os dois dias.

aqueles que cortavam o boi recém-abatido, variedade mais nobre, tinham pequenos boxes encostados no galpão. Os que vendiam carne de porco, de bode ou tripas utilizavam bancos de madeira. A seu lado ficavam os negociantes de *verduras*:[10] tomate, alface, batata, alho, cominho. Depois, eram apresentados todos os tipos de produtos: sardinhas enlatadas, bacalhau seco, fósforos, aviamentos de costura, pãezinhos, brioches, roupas, utensílios de couro, de palha, candeeiros, balas, polpas de frutas, biscoitos, brinquedos. Por fim, as *frutas* dispostas no chão (por *frutas* entende-se vários tipos de frutos e também tubérculos, como batata-doce e raízes de mandioca).

Os vendedores eram em sua maioria homens:[11] pequenos intermediários do Agreste, alguns *moradores* que levavam sua própria produção e ficavam às vezes horas sentados ao lado de uma banca insignificante à espera de compradores. Enquanto os intermediários podiam ser facilmente reconhecidos, por freqüentar a feira com regularidade e por permanecer lá todo o tempo das vendas, a composição dos *moradores* variava regularmente de uma semana para outra e até mesmo de um dia para outro, porque eles iam embora assim que conseguiam vender toda a mercadoria. O número total nunca ultrapassava cem pessoas, o que permitia apreender com um só olhar a totalidade da feira.

A divisão dos vendedores entre homens e mulheres variava segundo o grupo social e, em cada grupo, em razão do sexo. Entre os trabalhadores da *usina*, por exemplo, a farinha e a cachaça eram vendidas unicamente por homens, ao passo que as mulheres estavam à frente das bancas de doces, bolos e outros produtos de elaboração feminina.

Por volta de quatro horas chegavam os primeiros compradores, fosse a pé, de ônibus, de jipe ou a cavalo: eram os *moradores* dos engenhos vizinhos e também os trabalhadores que moravam na *usina*, operários da fábrica, as mulheres dos empregados. Freqüentemente os homens iam a pé ou a cavalo, ao passo que as mulheres iam de carro, cabendo ao marido negociar um lugar no veículo para elas.

Era o *morador* que comprava os produtos alimentares – a mulher contentava-se em dar conselhos.[12] Em contrapartida, era ela que se encarregava da compra de roupas e de utensílios de cozinha, além de tomar conta das crianças; terminadas as compras, voltava para casa para preparar a re-

[10] Denomina-se *verdura* o conjunto de alimentos complementares – temperos, legumes verdes, batatas – que se opõem à farinha de mandioca e ao feijão, considerados *comida*, e à carne.

[11] Única exceção à regra: uma mulher que vinha de Bonito no Agreste e mantinha um pequeno restaurante no mercado durante as vendas. O marido, que tinha uma banca de *verduras*, percorria os 25 quilômetros que separam Bonito de Serro-Azul a cavalo com a carga e ela seguia de jipe com um compadre.

[12] Pudemos observar algumas mulheres comprando farinha, mas tratava-se de viúvas que assumiam o papel de chefe de família.

feição e os homens permaneciam jogando, conversando e bebendo juntos. As mulheres de operários eram em maior número que as dos *moradores*: o ritmo do trabalho industrial, que impedia os homens de participar das vendas, redefinia a divisão sexual do trabalho. Já as mulheres dos empregados do setor industrial da *usina* assumiam sozinhas as compras.

Ninguém apregoava as qualidades de suas mercadorias em alto brado, como é comum em outras feiras urbanas. Os compradores aproximavam-se das bancas e negociavam rapidamente com os vendedores. O todo dava a impressão de um vaivém monótono no meio da poeira e da fuligem de palha de cana emanando da chaminé da *usina*. O fiscal passava para receber o dinheiro da taxa para ocupar o *chão*. Na entrada do mercado coberto, um homem vendia tabaco bruto, muitas vezes a quantidade exata para enrolar um só cigarro. Um grupo reunia-se em torno de um casal de cantores ambulantes. Um pouco mais além, ouvia-se um homem que enaltecia as qualidades de seus comprimidos vermelhos, capazes de curar dor de dentes, problemas digestivos, reumatismo. Quando chegava a noite, a venda continuava à luz de lanternas. Por volta das 19 horas, começava o movimento de retorno e de busca de um meio de transporte. Os que continuavam lá procuravam um lugar para jantar: um bar para alguns, um galpão para outros, onde tinham autorização para cozinhar.

No dia seguinte, desde a madrugada, a atividade recomeçava ainda mais animada. Na estrada de Serro-Azul, famílias inteiras chegavam a pé. As mulheres usavam vestidos de algodão de cores vivas; os homens, chapéus e carregavam um saco branco no ombro. Logo ficava difícil entrar no mercado, onde as pessoas se acotovelavam. O restante da praça era mais calmo. Todos se conheciam, ao menos de vista. Por volta das 10 horas já havia menos gente; os vendedores de carne, legumes e frutas reduziam os preços para escoar as mercadorias. No mercado, mulheres maltrapilhas, munidas de galhos de árvores, recolhiam o milho e os grãos de feijão que haviam caído no chão empoeirado e os colocavam em um saco para consumo posterior. Assistíamos então a um balé de vendedores que se encontravam para acertar as contas das compras da véspera ou do dia; depois, começava uma agitação desordenada, ligada à procura de um carro para voltar para casa.

A feira de Serro-Azul assemelhava-se em mais de um aspecto à das cidades: nela encontrávamos a mesma disposição dos produtos por setores, e dos setores uns em relação aos outros,[13] embora em menor escala. Entretanto, aí não eram vendidos nem gado nem animais de carga, e as transações se faziam sem muito barulho. A repartição espacial particular dos produtos segundo seu uso social era evidente tanto para quem morava em Serro-Azul como para os vendedores da feira que vinham de fora.

[13] No que diz respeito à repartição espacial das feiras livres e sua significação social, ver GARCIA (1991, p.523-54).

BARRACÃO E A DÍVIDA ETERNA DOS MORADORES DA USINA

Na usina propriamente dita, como em cada engenho, os *moradores* podiam adquirir o que precisavam no *barracão*, gerenciado habitualmente por um parente ou um conhecido do patrão. Era também lá que eles recebiam o pagamento das mãos do administrador nos sábados à tarde. Para a maioria dos trabalhadores, tratava-se apenas de ouvir o *gritar o nome* para se assegurar de que seu trabalho fora contabilizado, já que suas dívidas no *barracão* ultrapassavam o montante de sua remuneração. E isso se devia a várias razões, sobretudo ao fato de os *barraqueiros* majorarem os preços de 20% a 30% em relação aos praticados no comércio das cidades e das feiras, invocando o custo do transporte. Essa porcentagem variava segundo os produtos. Ela era menor para a carne seca e o bacalhau, e maior para os produtos que não eram de primeira necessidade. Os *barraqueiros* justificavam igualmente os aumentos pelo fato de que deviam assegurar o abastecimento de todos os trabalhadores: "O barracão precisa vender mais caro para contrabalançar os que não pagam. É preciso que alguém pague por eles". Entretanto, os preços elevados, próprios para manter o *morado*r constantemente em uma situação de devedor e para reforçar seus laços com o *engenho*, nem sempre eram sinônimo de lucro para o s*enhor*, porque a mão-de-obra imobilizada em suas terras podia tornar-se muito cara quando o preço do açúcar estava em forte baixa no mercado internacional.[14] Em período de recessão, já houve casos em que o *senhor* precisou distribuir víveres do *barracão*, essencialmente farinha e feijão produzidos em suas terras.

No entanto, tudo nos engenhos concorria para o endividamento. Com efeito, o costume determinava que o *morador* só recebia remuneração no fim da segunda semana após sua chegada. Os trabalhadores que bem ou mal conseguiam equilibrar o orçamento eram os que tinham filhos em idade de trabalhar nos canaviais[15] ou os que dispunham de um pedaço de terra suficientemente grande para não precisar comprar nada – ou pouca coisa – fora, ou até mesmo que lhes permitisse vender no *barracão* ou na feira[16]

[14] Para uma análise da instabilidade do preço do açúcar no mercado internacional e as crises correlatas, ver FURTADO (1959).

[15] A propósito dos camponeses russos, CHAYANOV (1966) demonstra que o equilíbrio entre a oferta e a procura da força de trabalho varia de acordo com as diferentes fases do ciclo de vida. Ele é mais favorável quando o grupo doméstico compreende meninos em idade de trabalhar no campo.

[16] No decorrer de nossa pesquisa, não nos foi possível observar trocas entre os *moradores*. Na verdade, a estrutura das relações existentes nos *engenhos* privilegiava as relações verticais *senhor–morador* e, por um jogo de concorrência entre os *moradores* para obter os favores do *senhor*, fragilizava as relações horizontais.

um excedente da colheita de mandioca ou de frutas. Para estes, o *barracão* era apenas um lugar de abastecimento ocasional para complementar as compras de sábado na feira, ou então em caso de imprevisto.

Na aglomeração de Serro-Azul, uma *cooperativa* abastecia os *barracões* dos *engenhos* que dependiam da *usina* e, mais raramente, os *moradores* e os operários.

Qualquer outra tentativa de comércio no *engenho* era praticamente proibida pelo *senhor*. Alguns camponeses montavam às vezes suas vendas em barracas ou em suas casas, onde se podia consumir cachaça e comprar produtos de primeira necessidade, como fósforos, óleo e doces. Na maioria dos casos, instaladas sem o conhecimento do *senho*r, as vendas, uma vez descobertas, eram rapidamente destruídas. Não longe de Serro-Azul instalara-se uma feira modesta no pequeno povoado de Bem-te-vi, freqüentada por grande número de *moradores* das redondezas e onde era possível comprar produtos alimentícios que vinham do Agreste. Mas o *usineiro* ordenara sua destruição, assim como a do povoado na época da criação da feira de Serro-Azul, em 1938. Somente alguns mascates, vendedores ambulantes que percorriam as plantações, conseguiam vender tecidos e bijuterias baratas aos camponeses, que pagavam com produtos: aves, legumes e frutas.

Na época em que as relações tradicionais *senhor–morador* estavam em vigor, ou seja, na primeira metade do século XX, as cidades vizinhas de Serro-Azul contavam com certo número de casas de comércio de alimentos, roupas, móveis e produtos farmacêuticos. Elas eram freqüentadas sobretudo pelos *barraqueiros*, que iam se abastecer de produtos alimentícios, e pela população urbana que dispunha de uma situação financeira melhor, mas raramente pelos camponeses e operários da *usina*. Quando eles podiam escapar dos *engenhos* – o que era raro, considerando-se que as dívidas os obrigavam a trabalhar todo o tempo –, os trabalhadores da cana-de-açúcar tendiam a freqüentar mais as feiras do que as casas comerciais das cidades, onde não se sentiam à vontade com suas maneiras e suas roupas de trabalhadores rurais. Assim, quando teve início o grande movimento de expulsão dos *moradores* dos *engenhos*, as feiras urbanas, como a de Palmares, tornaram-se pouco a pouco o centro das trocas mercantis.

Quem freqüentava a feira de Serro-Azul? Como esta se organizava?

POVO DA USINA E POVO DE FORA

Deve-se, primeiro, distinguir as pessoas que residiam nos *engenhos* (*moradores*, operários e empregados da *usina*) das pessoas de fora, isto é, aqueles

que moravam fora das grandes plantações de cana,[17] no campo ou na cidade. As pessoas de fora jamais teriam cogitado ir fazer compras na *usina* de Serro-Azul. A mulher de um produtor da região do Agreste contígua a Serro-Azul se expressou da seguinte forma: "Ah, eu não entro de jeito nenhum nas terras do patrão!". Embora a feira de Serro-Azul fosse pouco competitiva em relação aos estabelecimentos comerciais e às feiras da cidade em razão de seu tamanho, do número restrito de seus produtos e de seus preços altos, o que pesava mais na recusa de vê-la como um lugar de abastecimento era o fato de pertencer a um espaço social marcado pelo poder do *senhor*. Ninguém se deslocava de fora da *usina* para fazer compras nessa feira, e os vendedores de fora, que aí se instalavam de tempos em tempos, raramente compravam alguma coisa.

Em contrapartida, todos que moravam na *usina* e nos *engenhos* eram levados a freqüentá-la de modo mais ou menos regular, ou até mesmo exclusivo.

Para os *moradores*, o objetivo ultrapassava a simples questão do abastecimento: "Para fazer compras decentes só indo a Palmares. A gente compra em Serro-Azul a pulso, não se pode fazer de outra forma, mas não é uma feira, é um barracão". O único lugar que lhes era imediatamente acessível para suas compras diárias, o *barracão* do *engenho* onde moravam, era a expressão mesma de sua sujeição. Os *moradores* mais endividados não tinham acesso nem mesmo à feira de Serro-Azul: eles "não viam a cor de seu dinheiro" e "não tinham nada para carregar nas costas". Aqueles que dispunham de certa liquidez preferiam ir a Palmares, mas só podiam fazê-lo em raras ocasiões, para comprar roupas, por exemplo. Alguns vendiam ocasionalmente na feira de Serro-Azul alguns produtos de seu roçado ou obtinham do *usineiro* o direito de se transformar em pequenos intermediários, preferindo assim freqüentar essa feira, mesmo quando dispunham de meios para ir à de Palmares.

Na família dos operários da *usina*, as mulheres, pouco familiarizadas com a cidade, ficavam em Serro-Azul, onde tinham – como no caso dos *moradores* – a possibilidade de vender.

Os empregados do alto da hierarquia freqüentavam essa feira por falta de tempo ou em razão do mau estado das estradas. Eram em geral as mulheres que faziam as compras do casal. Algumas haviam sido autorizadas pelo *usineiro* a instalar uma lojinha ou um bar ao redor do galpão e, nos dias de feira, eram visitadas por vários clientes. Para as compras importantes, como a aquisição de roupas e de móveis, iam às casas comerciais da cidade.

[17] O número de pessoas entrevistadas e a duração das entrevistas variaram muito entre os dois grupos assinalados. Não se trata de um acaso, e, sim, de um dado sociológico. Mantivemos bom contato com os pequenos produtores externos à plantação, o que não ocorreu com as pessoas oriundas da *usina*, que foram bem mais resistentes.

Os administradores dos *engenhos*, raramente interessados nas compras em si, percorriam a feira a cavalo, dirigindo-se do alto de suas montarias aos trabalhadores que encontravam.[18] Quanto ao *usineiro* e aos diversos membros de sua família, sua presença parecia perfeitamente natural na feira. O neto do *usineiro* contava que seu avô a percorria jogando moedas para um bando de garotos que corriam atrás dele.

Do mesmo modo que fizemos em relação aos compradores, devem-se opor os vendedores da *usina* aos de fora. Para estes, as pessoas de dentro eram trabalhadores, e não negociantes: "O negócio é feito com gente de fora, porque as pessoas da usina vivem de seu trabalho. Elas nem sabem o que é negócio: trabalham todo o tempo". Essas declarações não escondiam certa hostilidade[19] entre as duas categorias de vendedores. Se a localização concedida ao pessoal da usina variava de acordo com sua posição na hierarquia – os empregados tinham lojinhas construídas em torno do galpão, os operários, boxes em seu interior, os camponeses, tabuleiros ou um espaço no chão –, o que era comum a todos os vendedores era estar lá pela vontade do *usineiro* e de seu preposto, o *fiscal*, privilégio concedido em troca de seus bons e leais serviços e que podemos comparar com a atribuição da parcela de terra para o roçado.[20]

Ao contrário da maioria dos agricultores do Agreste, que eram donos de seu tempo e podiam combinar o negócio e a agricultura, os *moradores* e os operários só podiam se consagrar às atividades comerciais durante as horas livres do trabalho no *engenho* e na *usina*, que sempre podiam ser suprimidas pelo *senhor*. Não tendo na maioria das vezes nem tempo nem conhecimentos suficientes para ir à cidade comprar as mercadorias que pretendiam vender na feira de Serro-Azul, ficavam limitados a buscá-las no próprio local com os vendedores de fora, aceitando preços elevados por falta de alternativa. Freqüentando pouco as feiras, não eram familiarizados, como os pequenos produtores livres, com a atividade comercial:[21] como se dirigir aos compradores, fazer contas de cabeça rapidamente etc.

---

[18] Já observamos várias vezes que a posição espacial é portadora de um valor social. Assim, a casa-grande fica em uma elevação, sobrepondo-se às construções vizinhas. CORREIA DE ANDRADE (1964, p.74) ressalta este aspecto.

[19] Que pode ser explicada pelo fato de que um grande número de vendedores de fora eram trabalhadores sazonais que aceitavam condições de trabalho muito mais penosas do que as dos trabalhadores residentes.

[20] No que diz respeito à atribuição de uma parcela de terra como recompensa aos "bons" moradores, cf. PALMEIRA (1976). O autor distingue o *roçado*, terreno concedido a todo *morador* admitido na plantação, onde ele só pode cultivar plantas de ciclo curto, do *sítio*, concedido apenas ao trabalhador leal e merecedor, onde ele poderá cultivar plantas de ciclo longo.

[21] Ao estudar os pequenos produtores da região do Brejo do estado da Paraíba, pudemos observar que estes destinavam em geral um dos filhos para o comércio com o intuito de diminuir a fragmentação do patrimônio fundiário.

Alguns deles, totalmente despreparados, se instalavam na feira para vender produtos da *cooperativa* mediante comissão. Quaisquer que fossem seus ramos de atividade e as modalidades da transação, mais do que as dificuldades materiais, era com freqüência o temor do patrão que os impedia de desenvolver essa fonte de renda complementar. Circunscrita pela lógica das relações de reconhecimento, a atividade comercial dos trabalhadores da *usina* não podia proporcionar uma acumulação significativa[22] nem dar meios para questionar a ordem do *senhor.*[23] A concorrência reinava entre os vendedores, tanto na venda aos consumidores quanto na obtenção dos favores do *senhor*.

Quanto aos vendedores vindos de fora da propriedade, tratava-se de feirantes que percorriam várias feiras por semana: eram meeiros, rendeiros e pequenos proprietários. Por ocasião da expansão das *terras de gado* (Garcia Jr., 1983), eles haviam perdido parte de suas terras, transformadas em pastagens pelos grandes proprietários. Alguns tiveram de se adaptar ao trabalho operário em uma indústria local de fabricação de sucos de frutas ou se deslocar em direção às metrópoles do Sul. Outros intensificaram suas atividades assalariadas como *alugados*, que já praticavam durante os períodos de ociosidade da produção agrícola; desde então eles partiam por uma semana, eram alojados na *usina* e, na estação das chuvas, retornavam às suas regiões de origem para o plantio em suas terras. Alguns conseguiam às vezes combinar a atividade agrícola e o *negócio* nas feiras, atividade mais valorizada. A seus olhos o trabalho que se pagava por dia (*trabalho alugado*) era o pior de todos por ser penoso e muito mal remunerado, por não dar direito algum àquele que o exercia, representando a pior das humilhações. Muitas vezes sentiam-se humilhados também por aceitarem terra para roçado em troca de semear pastagem após o segundo ano de cultivo, obrigados a se submeter à vontade de um grande propritário e a colaborar assim para seu próprio desaparecimento, já que, trabalhando nessas condições, eliminavam a possibilidade de cultivar terra arrendada ou de meia em épocas ulteriores. Em Serro-Azul, o *usineiro* tinha preferência por esses trabalhadores sazonais, já familiarizados com as regras da *usina* por haver trabalhado em cortes da cana de anos anteriores.[24] Todos conheciam o dono e o cumprimentavam quando cruzavam com ele na feira.

[22] Em *A ética protestante*, WEBER (1964) observa que o cálculo exato, fundamento de toda esperança de lucro e, portanto, de uma atitude capitalista, só é possível com base no trabalho livre.

[23] Sobre a sujeição dos trabalhadores das plantações do estado da Paraíba, PAULILO (1980, p.11) relata a declaração de uma mulher: "Um sujeito? Ele não paga nada ao patrão, mas quando é chamado pelo patrão não interessa o que ele estiver fazendo tem que atender".

[24] Esses vendedores ou pequenos produtores só eram submetidos à autoridade do proprietário durante sua estada na fazenda.

O *negócio* praticado pelos trabalhadores rurais lhes tomava muito tempo e energia, mas não era considerado *trabalho* em comparação ao trabalho da terra (cultivo do roçado ou trabalho assalariado nos canaviais). Eles dispunham, em relação às pessoas da *usina*, de certa autonomia na organização de suas atividades (fora de sua estada semanal na feira). Os feirantes, todavia, não os consideravam negociantes:

> A gente pode dizer – nos confiou um deles – que seu negócio, o nome que dão a si mesmos é *mangaiero*, é coisa da miséria. Seus negócios são tão pequenos! Eles se ocupam de muitas coisas. Eles dizem que estão no comércio, é verdade, mas são insignificantes demais para que se diga que são comerciantes. É como uma enfermeira que se chamasse de doutora. Ela ficaria aborrecida, não é? Comerciante de quê? De verduras?

Se no verão as coisas iam mais ou menos bem, durante os meses de inverno, estação em que os trabalhadores eram os menos numerosos na *usina* e em que, graças às chuvas, os *moradores* colhiam seus próprios produtos em seus *roçado*s, eles trabalhavam com uma pequena reserva de dinheiro e muitas vezes precisavam comprar de seus fornecedores a crédito.

Do ponto de vista administrativo, a feira de Serro-Azul fazia parte do município de Palmares, uma vez que fora o *usineiro* que construíra o mercado, determinara o dia de seu funcionamento e o lugar das transações, além de ter regulamentado a distribuição dos produtos.[25] Assim, os vendedores de fora não tinham o direito de vender carne e peixe secos, óleo e café, para não concorrer com o *barracão*. Ao contrário das feiras urbanas, a atribuição dos pontos-de-venda fixos, como os boxes dos galpões e as lojinhas adjacentes, não era objeto de nenhuma tarifa municipal:[26] era o *usineiro* que os distribuía como bem lhe aprouvesse e podia retomá-los a qualquer momento, como o roçado concedido ao *morador*. O imposto sobre a exposição de produtos que cabia à municipalidade de Palmares era recebido pelo fiscal da Prefeitura. Sendo este um homem de confiança do *usineiro* de Serro-Azul, o patrão – em troca de seus bons serviços para pôr ordem na feira e, sobretudo, para filtrar os recém-chegados – o havia ajudado a montar sua pequena empresa de ônibus e lhe destinara uma casa confortável na esplanada da usina.

---

[25] Em uma *usina* no Brejo da Paraíba, o gerente do trabalho agrícola era a autoridade responsável pela feira. Ele tinha proibido a venda de bebidas alcoólicas e o porte de armas. Por outro lado, fazia tudo o que estava em seu poder para seduzir e reter os trabalhadores residentes e regular sua vida fora das horas de trabalho.

[26] Nas feiras urbanas, os pontos-de-venda de certos produtos deviam pagar uma taxa à administração da cidade, garantindo seu uso por um período fixo. Em caso de ocupação prolongada, havia mesmo um direito adquirido ao ponto, e se, eventualmente, a municipalidade efetuasse uma mudança do local da feira, deveria levar em conta essa prerrogativa.

Graças ao fiscal e ao comportamento dos trabalhadores da usina, que interiorizaram suficientemente a legitimidade da dominação à qual estavam submetidos, fazendo de tudo para se mostrarem dignos da confiança do *senhor*, este controlava todo o espaço da feira sem que sua presença física fosse necessária.

FEIRA DE USINA, UMA FEIRA LIVRE?

Por si só, a data – 1938 – na qual a feira de Serro-Azul foi criada deve nos alertar contra toda interpretação equivocada segundo a qual a feira materializaria o desaparecimento das relações personalizadas *senhor–morador*. Com efeito, a data é bem anterior às profundas transformações ocorridas nas grandes plantações a partir da década de 1950, que levaram à grande proletarização e ao desenvolvimento consecutivo das feiras nas cidades. Por que então o *usineiro* de Serro-Azul tomara a iniciativa de construir um mercado em 1938? Devemos provavelmente buscar as razões na modernização do processo de fabricação do açúcar que, mesmo sem alterar a natureza da relação *senhor–morador* em profundidade, a ameaçava em sua realidade cotidiana.

Antes de 1922, data em que a usina de açúcar foi construída, o proprietário possuía dois *engenhos*. A cana era moída em um engenho a vapor. Com a *usina*, atingiu-se uma capacidade de transformação da cana infinitamente superior, o que estimulou o *senhor* a estender seu domínio agrícola. Na época do *engenho*, o patrão estava em contato permanente com os *moradores*, percorria os canaviais e supervisionava pessoalmente o trabalho no campo. No *barracão* próximo à casa-grande, organizava festas nas noites de sábado, das quais participavam os *moradores*, e ainda por ocasião do fim do corte da cana ou em São João. Os *moradores* chamavam essas festas de *bacurau*, nome de um pássaro noturno.

Com a ampliação da propriedade ocorreram transformações que afastaram fisicamente o *senhor* do *morador*, enfraquecendo o poder pessoal do primeiro. À frente de cada *engenho* um administrador organizava o trabalho, e a relação *senhor–morador* passou a ter um mediador.

Ao criar a feira, o *senhor* de Serro-Azul buscou reconstruir o universo do *engenho* em um espaço mais vasto e mais complexo.[27] Reagrupando regularmente os diversos membros da *usina*, a feira contribuía para a orga-

---

[27] Nós só dispomos de dados quantitativos no que diz respeito ao número de *moradores* e operários de Serro-Azul relativos aos anos de 1971 e 1972, fornecidos pela própria *usina*. Em 1971, a expulsão da maior parte dos trabalhadores já havia ocorrido. A *usina* contava naquele ano com 260 operários e 986 trabalhadores agrícolas, o que permite imaginar que antes da expulsão ela deveria contar com ao menos 2 mil pessoas.

nização da vida social, da mesma forma que a Igreja, o cinema e a escola. Toda a coletividade se reunia em presença do *usineiro*, *mandão* ao qual mesmo os membros mais altos na hierarquia dos empregados se mostravam dependentes. Em seu livro de memórias, um antigo trabalhador sazonal (Rodrigues de Moura, 1978) que se tornou administrador e, posteriormente, gerente de trabalhos agrícolas da *usina*, sublinha a importância da escola no *engenho*:

> Eu fui transferido para a sede da usina. Era uma promoção, porque já não se produzia mais ali e eu ganhava mais. A partir daquele momento minha vida mudou completamente porque aproveitei o ambiente social para me civilizar um pouco: na usina tinha uma escola.

Ele também conta com entusiasmo que assistia às sessões de cinema da usina, onde a projeção só começava depois da chegada do gerente do complexo industrial.

Como a escola e a Igreja, a feira não era uma instituição que dependia do poder do *usineiro*; entretanto, integrada no universo fechado, era organizada de tal forma que arrastava naturalmente os membros da *usina* para dentro, para o espaço dominado pelo *senhor*, e limitava seus horizontes mentais, afastando-os e isolando-os do mundo, sem que nenhum regulamento fosse formulado, sem que as fronteiras da usina estivessem materializadas por cercas ou muros (Garcia Jr., 1990).

Na época de nossa pesquisa, a feira de Serro-Azul havia perdido parte de seu poder de atração. Muitos *moradores* tinham se transformado em trabalhadores livres, que moravam na cidade e compravam nas feiras urbanas, sobretudo na de Palmares. Além de vantagens econômicas, viam nelas a oportunidade de encontrar todos os tipos de pessoas, de uma abertura para o mundo e de recorrer, entre outras coisas, ao sindicato. O funcionário que geria a *usina* havia alguns anos queria suprimir a feira, queixandose de que ela não tinha razão de existir, além de sujar a esplanada. A partir desse momento, todos os pólos de atração da vida social se deslocaram do interior da grande plantação canavieira para o exterior: a capela permanecia constantemente fechada, assim como o cinema e a escola. A substituição do *usineiro* por esse funcionário provocou uma ruptura, e os habitantes de Serro-Azul tenderam a atribuir a evolução da gestão da *usina* apenas à mudança de pessoa.

Na verdade, o processo ocorreu simultaneamente a uma evolução histórica, estrutural, caracterizada entre outros aspectos pela mudança de comportamento dos proprietários, a qual foi acontecendo pouco a pouco em conseqüência das profundas transformações nas grandes plantações. Com efeito, a partir do momento em que as trocas, materiais ou não (trabalho, assistência médica, proteção), existentes entre o *senho*r e o *morador*

perderam seu caráter de favores recíprocos para adquirirem um valor objetivo por intermédio da ação sindical, os proprietários se afastaram progressivamente de suas obrigações em relação aos *moradores*. Assim, no que diz respeito à assistência médica, eles passaram a enviar os *moradores* para os serviços do sindicato.

BACURAU, SÍMBOLO DA DOMINAÇÃO TRADICIONAL

Uma praça de mercado dentro da *usina* não permitiu, pois, que o *morador*, o operário e o empregado de Serro-Azul conquistassem autonomia em relação ao proprietário de terras e construíssem relações horizontais e simétricas entre os diferentes participantes da feira. Ao contrário, o *usineiro*, por um jogo de efeitos combinados, procedeu a uma reconversão do exercício de dominação tradicional, recriando relações personalizadas com seus subordinados.

Ao oferecer aos residentes a possibilidade de se abastecerem no interior da propriedade, o *usineiro* tinha um instrumento de controle não apenas sobre as trocas materiais, como sobre a totalidade da vida social da *usina*. Com efeito, isso lhe permitia intervir de longe no orçamento pessoal dos *moradores*, mediar suas relações com o mundo exterior e frear os excessos de bebidas alcoólicas, as brigas. Por esse meio, ele aumentava os vínculos com os trabalhadores, diluídos pela presença mediadora dos administradores, reafirmando seu poder sobre eles e sobre todos os membros da grande plantação. A reunião que a feira permitia se apresentava como uma dádiva para cada indivíduo e para a coletividade: graças a ela, os *moradores* podiam aumentar sua renda e usufruir certa coesão social. Ao mesmo tempo, ela os colocava sob os olhos vigilantes do *senhor* ou de seus prepostos. Encontramos aqui um dos elementos-chave da dominação, como foi analisada por Weber (1971), em que o interesse do dominante parece ser o mesmo do dominado, assegurando a legitimidade do exercício do poder personalizado.

A introdução da feira de Serro-Azul no sistema de dominação de tipo personalizado, como havia em Pernambuco, evidencia que um modo de dominação nem sempre se exerce da mesma maneira, mas que ele é o objeto de uma luta incessante entre os agentes que ocupam as diferentes posições do espaço social.

Trocas mercantis inscritas em um "sistema de mercados formadores de preços", para utilizar um conceito de Polanyi (1957), podem ser associadas à maior *liberdade* por indivíduos antes submetidos à dominação personalizada. Isso não significa que os "sistemas de mercado" (ou sistema capitalista) deixem de implicar interdependência entre as ações individuais,

em que cada indivíduo tem possibilidades acrescidas ou limitações, dependendo do que façam todos os demais envolvidos em determinada configuração social. A cadeia de interdependência é certamente mais extensa, mas não inexistente, dando por vezes a impressão de que cada pessoa age sem relação com os demais. Assim também não há ausência de dominação, mas outro modo de dominação ligado ao funcionamento de redes impessoais (Weber, 1970), proposição teórica desenvolvida posteriormente por seu discípulo Norbert Elias.

No caso analisado neste artigo, é a forma maior das trocas, a saber, a instituição da feira, que retraduz a dominação tradicional, reforçando as relações personalizadas e recriando as bases do poder pessoal do *usineiro*. Este estudo nos mostra assim que a hipótese de que qualquer mercado é igual à emancipação dos participantes é problemática e deve ser reexaminada a cada situação. Em contraposição, seria interessante questionar sobre o sentido da presença da escola e da Igreja na grande plantação, outras instituições que supostamente proporcionam certa liberdade, mas cuja atuação no exemplo de Serro-Azul era limitada, visto que o *senhor* intervinha na escolha das professoras e dos padres.[28]

De modo mais geral, este trabalho também põe em evidência a impossibilidade de raciocinar sobre a significação das relações econômicas isolando seus agentes e a natureza da troca mercantil, além da necessidade de situar as transações em seus contextos sociais, isto é, proceder como Marcel Mauss com relação à dádiva: considerar as trocas mercantis o momento de um conjunto de interações sociais que deve ser examinado em um contexto mais vasto – como "fato social total" – para atribuir-lhe um sentido.

BIBLIOGRAFIA

CHAYANOV, A. V. The theory of peasant economy. In: KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. e THORNER, D. (Eds.). *Homewood*: Richard D. Irwin, 1966.

CORREIA DE ANDRADE, M. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

DENIS, H. *Le Brésil au XXe siècle.* Paris: Armand Colin, 1908.

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FORMAN, S. e RIEGELHAUPT, J. F. Market place and marketing system: toward a theory of peasant economic integration. *Comparative Studies in Society and History (Nova York)*, v.12, n.2, p.188-212, 1970.

[28] *São Bernardo*, o romance de Graciliano Ramos (1973), é interessante nesse aspecto: o senhor não pode suportar a presença da professora e do preceptor de seu filho por alimentarem idéias progressistas e tentarem inculcá-las no curso de seus ensinamentos.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.
FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
GARCIA JR., A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
______. *Libres et assujetis*. Paris: Ed. de la MSH, 1989.
______. *O sul: O caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
GARCIA, M.-F. Espace public et participation féminine: paysannes et commerce dans le Nord-Est du Brésil. *Informations sur les Sciences Sociales* (Nova York), v.30, n.3, p. 523-54, 1991.
JULIÃO, F. *O que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
LEITE LOPES, J. S. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950.
MONBEIG, P. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952.
PALMEIRA, M. *Latifundium et capitalisme au Brésil. Lecture critique d'un débat*. Thèse de 3e cycle. Paris: Université de Paris, 1971a.
______. Feiras e mudança econômica. Rio de Janeiro: *Simpósio de Pesquisas*. Rio de Janeiro: PPCAS/Museu Nacional, 1971b.
______. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *42e Congrès international des américanistes*. Paris, 1976.
PAULILO, M. I. *A mulher e a terra no brejo da Paraíba*. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 1980.
POLANYI, K.; ARENSBERG, C. M.; PEARSON, H. W. (Eds.). *Trade and market in the early empires*. Nova York: Free Press, 1957.
RAMOS, G. *São Bernardo*. São Paulo: Martins, 1973.
RODRIGUES DE MOURA, S. *Memórias de um camponês*. Recife: mimeo., 1978.
SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
______. A nação dos homens. *Anuário Antropológico* (Rio de Janeiro), v.78, p.113-4, 1980.
______. *Ocupações de terra e transformações sociais em Pernambuco.* Rio de Janeiro: FGV, 1980.
SMITH, R. Estratificación social, pluralismo cultural e integración en las Indias Ocidentales. *Revista de Ciencias Sociales (México)*, v.2, 1967.
STOLCKE, V. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
WEBER, M. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme.* Paris: Plon, 1964.
______. *Économie et société*. Paris: Plon, 1971.
WOLF, E. e MINTZ, S. Haciendas and *plantation* in Middle America and the Antilles. *Social and Economic Studies* (Nova York), v.6, n.3, 1957.

Parte 2

INTERNALIZAÇÃO DA DISCIPLINA E CONSTITUIÇÃO DO CAMPESINATO TUTELADO

3
O seringal e a constituição social do seringueiro

Benedita Esteves

Neste artigo são sintetizados alguns dos fatores intervenientes no processo de constituição do sistema seringal, compreendido com base nas indicações elaboradas pela percepção da formação social dos próprios seringueiros, em especial daqueles que, migrantes, tiveram de se submeter a numerosas formas de disciplinamento, como a categoria contextual de reconhecimento revelava: o *brabo*. Por essa perspectiva, o processo e o sistema estão sendo entendidos pelas categorizações das posições, indicativas dos modos de imobilização de força de trabalho e das respectivas mudanças ocorridas. São recuperadas as relações interdependentes entre o *brabo* e o *manso*, cujos descendentes são hoje reconhecidos como guardiões da floresta. A análise limita-se aos dados obtidos entre seringueiros que moram na Reserva Extrativista Chico Mendes, área de antigos seringais, hoje destinada à exploração auto-sustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas.[1]

A Reserva Extrativista Chico Mendes foi reconhecida pelo governo brasileiro como área destinada a interesses sociais pelo Decreto-lei 99.144 de 12 de março de 1990. Com extensão aproximada de 970.570 hectares, abrange vários municípios do estado do Acre, em área contínua de floresta e extrativismo. Segundo dados do Cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes (1992), ela possuía 1.838 famílias, das quais 738 situavam-se no município de Xapuri, sede das entidades de representação política do

[1] Este artigo sistematiza alguns dos dados por mim considerados em *Do "manso" ao guardião da floresta*. Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ESTEVES, 1999).

movimento social dos seringueiros e palco de expressão dos mais notórios conflitos entre estes trabalhadores e os fazendeiros pecuaristas.

Para o entendimento do processo de constituição social do seringueiro, é valorizado, mediante histórias de vida e da reconstrução da memória social, o estudo das relações de produção e de trabalho do sistema seringal, pelo deslocamento da mão-de-obra nordestina.

O SERINGAL, O CENTRO E A MARGEM

A ordenação do sistema seringal deu-se pela fertilidade natural (densidade de seringueiras), mas sua localização foi também orientada pelas formas de exploração que se recriaram na região. No Acre-Purus, a atividade de extração da borracha foi mais intensa, pela maior densidade de seringueiras existentes, diferentemente de Belém e Manaus, onde, historicamente, a exploração da *Havea brasiliensis* (borracha) demandava uma readaptação das atividades locais, em detrimento de outros produtos extrativos, como salsaparrilha, copaíba, andiroba e atividades agrícolas (Santos, 1980; Reis, 1953).

O tamanho de um seringal era determinado pela quantidade de árvores existentes, assim como o da *colocação*, isto é, subunidade produtiva. Era a lógica entre o número de árvores de seringa que, com x horas de trabalho, sob ritmo de trabalho y, definia a quantidade de borracha produzida. A produção e o tamanho médio de uma *colocação* diferenciavam-se na Amazônia. No Vale do Acre-Purus, ela se manteve em torno de 300 a 500 hectares, o equivalente a uma produção-limite de mil a 1.500 quilos de borracha/ano (Santos, 1980; Reis, 1953).

A distância entre uma *colocação* e outra era calculada por horas e minutos de caminhada, as unidades de medida sendo imediatamente acrescidas da palavra viagem. Havia vizinhos que podiam estar a 20 minutos, 2 horas ou a 4 horas de viagem, em um mesmo seringal. As colocações mais distantes estavam situadas no “centro” e as próximas ao rio ou ao barracão, localizadas na “margem”. Um seringueiro podia viajar durante dias, para chegar até a sede do seringal, ao *barracão* (armazém de abastecimento). No entanto, os que moravam nas colocações próximas chegavam com 30 minutos de viagem.

Margem e *centro* são termos definidos por oposição e expressam não só a diferenciação social entre seringueiros, mas também a contradição básica do sistema seringal, a relação de exploração entre patrão–seringalista e seringueiro.

A procura do seringueiro pela *margem*, ou a *margem* como referência do lugar dos acontecimentos, assumiu dimensões que ultrapassaram o prestígio e a ascensão social (que no sistema seringal irá obedecer à lógica do prestígio fictício do saldo), para representar uma forma mais complexa de

romper com o isolamento, para unir-se a um universo maior que está além da *colocação* – a procura de informações sobre o Nordeste, de estar próximo das decisões e acompanhar os preços da borracha.

O SERINGAL E O SISTEMA DE POSIÇÕES

A análise do conjunto de posições sociais e da interação entre elas apresenta-se como alternativa importante para compreender o sistema seringal. A concepção tem sido adotada pelos pesquisadores que vêm trabalhando a temática da mudança social, desde a dissolução dos sistemas sociais configurados nas relações características da *plantation* no Nordeste (Palmeira, 1977; Garcia Jr., 1988; Leite Lopes, 1978); do colonato, nas grandes fazendas de café em São Paulo (Stolcke, 1986) e da expulsão de trabalhadores de fazenda na agroindústria canavieira de Campos, no estado do Rio de Janeiro (Neves, 1997a; 1997b). Tais análises privilegiam a investigação com base nas condições de participação dos trabalhadores no processo de mudança, porque sobre estes recaía uma série de transformações nas relações de trabalho e de produção.

Neste estudo de caso, também são consideradas as relações que viabilizaram as categorizações expressivas das posições em mudança, como as redefinições atribuídas à oposição entre patrão e seringueiro, polaridade que exprimia a organização hierarquizada no seringal. No processo de formação desse sistema, os significados atribuídos a cada posição foram mutuamente explicativos da construção de diferenças correspondentes ao exercício da ocupação de determinadas funções no sistema.

As categorias também objetivam formas diversas de saberes aí requeridas. O seringueiro raramente sabia ler e escrever. Os "trabalhadores do barracão" não só sabiam ler e escrever, como incorporavam profissões específicas ou qualificadas. As funções de gerente, caixeiro e guardalivros exigiam conhecimentos específicos. No entanto, se a instrução assim os definia, o saber prático era também valorizado e distinguia as funções de mateiro e toqueiro, exercidas por seringueiros. Como o saber que estava em jogo assegurava o domínio relativo sobre a natureza, os trabalhadores foram identificados como caboclos, para indicar um complexo conhecimento sobre a floresta, necessário ao exercício da função produtiva.

No seringal, a base das condições de trabalho estava na construção da dívida ou da exploração-limite da força de trabalho. O gerenciamento das unidades produtivas cabia ao patrão-seringalista, dono dos meios de produção, que estimulava as relações de compra e venda de mercadorias representadas nas formas de intensificação da exploração do trabalho.

A herança acumulada de um saber sobre a floresta e a diferenciação de modos de incorporação de gerações, ordenadas em ritos de passagem e pela

sucessão de termos desqualificados como *brabos* e arigós, ou glorificados como soldados da borracha, foram, mais tarde, denunciadoras tanto das injustiças cometidas pelo *patrão* quanto do esquecimento pelos representantes do Estado, ambos processos dirigidos à naturalização da subordinação e da exclusão dos direitos de cidadania pelos seringueiros.

A recorrente inserção da mão-de-obra nesse sistema de dominação previamente estabelecido permitiu a reatualização das posições, correspondentes às formas de adaptação às sucessivas crises que se abateram sobre a comercialização da borracha. Estas, mesmo que provocadas por fatores externos, não foram, por si sós, capazes de romper a estrutura de dominação estabelecida nos seringais.

Por isso, as mudanças sociais referidas não podem, como querem alguns autores, ter como parâmetros imediatos os efeitos dos determinantes econômicos internacionais que definiram, no início do século XX, o processo de incorporação da região acreana, a formação do sistema seringal e as crises do setor (De Paula, 1980; Pinto, 1984; Santos, 1980).

Propomo-nos analisar as mudanças do sistema seringal por outra perspectiva. Consideramo-nas gradativas e simultâneas, indeterminadas *a priori* e linearmente, pois expressões da correlação de fatores internos e externos, postos em marcha pelos agentes sociais (Neves, 1997b).

Tais mudanças expressam a alteração da posição dos agentes sociais envolvidos no sistema seringal. São os resultados dos longos, estreitos e cerrados caminhos políticos, metaforicamente percorridos pelos seringueiros nos "varadouros", mas sociologicamente compreendidos pelo deslocamento do "cativeiro" para a "liberdade", assinalando a quebra das então hegemônicas relações de dominação do sistema seringal, com o desaparecimento da categoria patrão–seringalista e a emergência de novos agentes sociais na constituição de outras atividades econômicas.

As crises irão alterar as relações de trabalho, possibilitando maior visibilidade ao aparecimento de categorias como patrão–arrendatário, do trabalhador ribeirinho, além de indicar a formação do seringueiro autônomo. Essas alterações não significam o rompimento das relações de dominação, mas reordenações nas relações de trabalho, engendradas de forma que se mantivesse o controle da mão-de-obra, que se tornava mais difícil, com a cobrança da renda e a conseqüente alteração das normas estabelecidas. A dominação pela dívida, no sistema seringal, passa então a ter efeito mais moral do que econômico (Scott, 1972).

A intervenção de caráter monopolista pelo Estado assegurou o controle das relações mercantis e da dominação personalizada e de sustentação econômica das relações sociais de produção, bases de sustentação do seringalista como administrador do seringal. Tanto é que, apenas no fim do monopólio, ocorreu a liquidação da sustentação econômica do sistema seringal, inclusive com o rebaixamento social do *patrão* endividado.

O confronto aberto que então se tornou possível constituiu a motivação da luta política, instrumentalizada na manutenção da floresta e legitimada pela garantia de reprodução social dos grupos domésticos dos seringueiros. A reprodução não pode ser entendida sem a percepção do que representou, para a categoria de trabalhador-extrator, sua relação com a natureza. Ela foi tão significativa que o transformou em ator político, consagrado pela conquista de outra posição social: a de *guardião da floresta*.

A conquista da identidade representa o produto do processo de institucionalização das entidades de representação política e da definição de novas formas de uso da terra, alterando as relações de trabalho nos antigos seringais. A condição de *guardião da floresta*, um produtor específico, significa, sobretudo, a luta pelo reordenamento de lugares sociais, objetivada pelo reconhecimento tanto por parte do Estado quanto dos produtos da floresta no mercado nacional e internacional.[2]

A CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SISTEMA SERINGAL

Na percepção dos seringueiros, a organização do seringal era representada como um "domínio" fechado, em que o patrão se reduzia a si próprio, sendo responsável pelos baixos preços da borracha, pela falta de mercadorias, pelo roubo nos preços etc. Apenas no processo de constituição das reivindicações, incluindo a ruptura do isolamento social, o governo surgiu como culpado ou responsável pelo abandono ao qual foram submetidos. O desconhecimento dos seringueiros sobre as relações que permearam os interesses nacionais e internacionais ligados a essa economia e sobre os modos de interseção do *patrão* evidenciava-se pela não-valorização dos efeitos advindos do destino da borracha ao sair do seringal.

O patrão exercia o papel sob forma personalizada, centralizando as decisões administrativas e jurídicas, tornando-se "legalmente" o único intermediário entre o seringal e os centros urbanos – locais privilegiados para as transações econômicas da borracha e satisfações pessoais dos agentes detentores desses interesses.

Reconhecendo seu espaço de atuação, o seringalista determinava as regras de funcionamento do sistema, mediante o "regulamento interno", no qual definia as atividades, as obrigações, os deveres e os direitos de cada agente envolvido. Respeitar e cumprir o regulamento era obrigação de todos, estatuto este considerado parte do patrimônio que constituía o seringal.

[2] Os dados considerados para análise foram, como já se referiu, produzidos por longo trabalho de campo, cujas condições de exercício da pesquisa estão explicitadas (ESTEVES, 1999).

A administração do seringal era enganosa, se observada de um ângulo fotográfico. A imagem retrataria a sede, local administrativo onde estavam situados o *barracão*, armazém destinado a guardar mercadorias, e poucas construções simples, para acomodar os empregados do *barracão*, distribuídas umas próximas das outras, um campo com criações e em seguida a floresta com os varadouros – caminhos estreitos interligando a sede às colocações, local de morada e trabalho do seringueiro.

Estudiosos afirmam ser uma organização simples, impressionados pela "invisível" distribuição dos espaços e pela aparência calma, tranqüila, pelo silêncio e pouca movimentação na sede.[3] Mas é só penetrando na floresta, caminhando pelos varadouros e dormindo nas *colocações* que se percebe o espaço hierarquizado, a intensa jornada de trabalho à qual o seringueiro estava submetido e o silêncio rompido em diferentes momentos de confrontos, como na atividade de corte e no embarque da borracha.

Acompanhando tal atividade, tem-se a impressão de que o seringueiro estaria na etapa final do processo de trabalho, realizando seu produto, pela entrega ou comercialização. Contudo, é também nesse processo, em que o seringueiro é mais que tudo um espectador, que as relações de dominação podem ser percebidas. A balança do armazém registrava números por ele não identificados, pois não detinha o conhecimento necessário: era analfabeto.

Precisamente, é tentando entender como os seringueiros tornaram-se cativos que o pesquisador pode compreender as regras de coexistência social, aí "exageradas", "absolutizadas" ou "levadas às últimas conseqüências", segundo indicações weberianas (Weber, 1964, p.96).

O gerenciamento do seringal requeria certa divisão de tarefas, em que os deveres eram proporcionalmente maiores. Elas eram todas especificadas, tanto para os que desenvolviam atividades no interior do seringal, como o *mateiro*, o *toqueiro*, o noteiro, o *fiscal*, o *comboiero*, quanto para os que trabalhavam no *barracão*, como *diaristas*, *gerente* e *guarda-livros*.

O efeito moral da distribuição do trabalho hierarquizado permitia, indiretamente, a presença do patrão, por intermédio dos fiéis trabalhadores do *barracão*, qualificados para o desempenho das respectivas atividades.

As demarcações das colocações (unidades de produção) eram de responsabilidade do *mateiro* e do *toqueiro*, em geral nativos da região e conhecedores dos segredos da floresta. Seu trabalho de abertura da *colocação* e marcação das árvores se orientava pelo aumento da produtividade, baseada na densidade das seringueiras por área.

Conhecimentos específicos sobre a região e a floresta eram definidores da atividade do *mateiro*. Sua especialidade foi, gradativamente, desapare-

---

[3] Teixeira (1980) demonstrou a complexidade dessa administração motivada pelo estabelecimento das vinculações necessárias ao controle do trabalhador.

cendo com a redução da expansão do trabalho com o látex. Relativamente ao seringueiro, desfrutava de mobilidade: finalizado seu trabalho e tendo pago os débitos com o barracão, poderia se deslocar para outro seringal.

O *fiscal* e o *noteiro*, dependendo do tamanho do seringal, exerciam praticamente a mesma função: a de fiscalização do processo de trabalho. Conferiam as estradas de seringa e o corte, a fabricação (defumação) e a produção.

Para calcular a produção, o fiscal/noteiro confrontava a quantidade de leite colhido (pelo número de estradas) com o total de dias trabalhados e de pélas de borracha (produção realizada). Da mesma forma, avaliava o desempenho do seringueiro e a qualidade do produto: a maior proporção de borracha fina, classificada como "de primeira", permitia o reconhecimento do "bom seringueiro" pelo *patrão*. Se o contrário ocorria, ele era desclassificado pelo patrão como "mau seringueiro". Era o caso do trabalhador acusado de colocar "impurezas" na borracha; vender para marreteiros; esconder o produto, esperando aumento de preço.

Marreteiro ou *regatão* eram denominações encontradas para classificar os comerciantes ambulantes que percorriam os rios. Em geral, eles subiam até as cabeceiras, vendendo ou trocando mercadorias por produtos. *Regatão* parece ser o termo mais antigo, mas também indica diferenciação. O termo *marreteiro* é mais recente e corresponde à expansão do consumo. Segundo um seringalista entrevistado, a distinção relaciona-se a uma provável diversificação das mercadorias. O *marreteiro* ocupava-se das "quinquilharias", que iam desde agulhas para costura até alimentos de primeira necessidade. Optamos pela denominação *marreteiro* por ser a mais largamente empregada pelos seringueiros.

Um seringueiro nunca sabia quando ia ser inspecionado, por isso mantinha um ritmo intensivo de trabalho. Em geral, o *noteiro* passava uma vez por mês em cada *colocação*. Diante da produção, era "tirada a nota", relacionando o que cada um necessitava para consumir durante, aproximadamente, um mês.

Um dos deveres do fiscal era "avisar ao depósito, sobre qualquer anormalidade que percebesse, quer fosse com extratores quer com empregados". Essa obrigação deslocava o fiscal de sua atividade básica para transformá-lo em um interlocutor entre o *centro* e a *margem*, pela circulação da informação.

Todas as funções estavam interligadas e eram distribuídas de forma que garantisse o contato entre a *colocação* e o *barracão*. A eles acresce o *comboieiro*, responsável pela condução de um comboio de burros pelos *varadouros*, levando mercadorias e trazendo borracha.

O guarda-livros ou escrivão diferenciava-se dos demais trabalhadores pelo saber especializado – matemático (contábil) – que o qualificava como um dos poucos homens "cultos", "de bem", na linguagem do *patrão*. Sua

presença era raramente solicitada entre os trabalhadores do *barracão* e seringueiros. Vivia protegido pela divisão das tarefas, pois não se constituía um interlocutor direto entre os seringueiros e o patrão. Sua palavra diante das dúvidas no livro de conta-corrente, sobre saldos e débitos, era definitiva.

O gerente era o substituto imediato do seringalista. Administrava a entrada e a saída das mercadorias para as *colocações*, atividade que lhe exigia pontualidade para obedecer a um calendário estabelecido para o aviamento (atividade de crédito personalizado por venda a prazo de mercadorias necessárias à existência social do seringueiro sob relativo ou imposto isolamento social). Como auxiliares, no armazém, contava com o caixeiro ou empregados do barracão, encarregados de despachar mercadorias e receber borracha.

Parte da literatura enfoca o cargo de gerente como uma alternativa de ascensão social para o seringueiro. Tal informação torna-se importante para a percepção da dinâmica social no seringal, em que a diferenciação se acentuava à medida que crises ou rupturas interferiam na administração. Em alguns seringais, após a crise de 1910-11, em decorrência do declínio na atividade gomífera, surgiu a categoria do seringueiro aviado: o freguês, cuja atividade contribuía para ampliar a rede de aviamento, possibilitando a expansão dos domínios do patrão, em lugares até então inatingidos.

Alternativas para a expansão do aviamento foram surgindo. O seringalista, para compensar as perdas, criava subdivisões administrativas – os depósitos –, cuja responsabilidade cabia a um gerente ou subgerente. Em um depósito poderia haver diversas linhas (agrupamento de várias *colocações* que estavam em uma mesma direção), dependendo do tamanho de cada seringal.

O aviado ou freguês tornava-se "associado" do patrão na atividade de subaviar outros seringueiros, com a diferença de que aquele poderia dedicar-se, também, à produção. Sua relação com o seringalista era igualmente concebida segundo os mesmos princípios de confiança, fidelidade e obediência.

Os aviados e os empregados do barracão eram reconhecidos pelo patrão. Em troca, deviam prestar contas e zelar pelos mesmos interesses. Pelos laços de gratidão e fidelidade tornavam-se representantes do seringalista, reproduzindo um corpo de agentes privilegiados, que fazia prevalecer o sistema de dominação. Eram, assim, co-responsáveis por um sistema, cujo caráter se associa ao que Max Weber chamou de dominação patrimonial.

Os trabalhadores do barracão mantinham a conta no armazém, mas comiam e se divertiam com o seringalista. O jogo de cartas, além de diversão, funcionava como momento de troca de informações, por intermédio do *fiscal*, do *noteiro* e do *comboeiro*, sobre cada seringueiro e respectiva *colocação*. Informações não somente sobre o processo de trabalho mas também sobre a vida íntima de cada um eram veiculadas e controladas. Eles se in-

seriam assim em uma rede de cumplicidades, em que a fofoca se instituía como controle social.

O agrupamento "familiar" gerava o pacto da exploração, da conivência do preço exorbitante dos produtos vendidos no armazém do *barracão*, do roubo no peso da borracha e da adulteração na conta do seringueiro. O compadrio assumia a feição natural da relação, pois se estabelecia um controle recíproco, em que as relações apareciam como paternais para uma saída viabilizada da subordinação.

O RECRUTAMENTO DA MÃO-DE-OBRA

As condições propiciadoras do processo de concentração da mão-de-obra nos seringais são resultantes, por um lado, dos fatores de dispersão de trabalhadores no Nordeste e, por outro, da aglutinação de seus interesses em torno da criação de modos de existência que prefiguraram o projeto de melhoria da reprodução social.

Recuperando o passado por sua construção *a posteriori*, a história de vida desses nordestinos constituía uma fonte de evidências que ultrapassavam a mobilidade social, para expressar, segundo Thompson (1993), uma forma de "memória coletiva comunitária" daqueles que chegaram até os seringais. Por esse entendimento, pudemos perceber que a Amazônia não constituía a única trajetória para os migrantes. Oportunidades de deslocamento estavam abertas tanto para o Sudeste, com a expansão cafeeira necessitando de mão-de-obra, quanto para as capitais como Fortaleza, João Pessoa e Paraíba.

Para Santos (1980, p.107), as principais razões explicativas do direcionamento do fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia foram: o preconceito do trabalho nordestino de ir para o Sul, em virtude da existência de trabalho escravo nos cafezais de São Paulo; a possibilidade de tornar-se produtor não sujeito que lhe era acenada: ilusão de enriquecimento rápido; propaganda e arregimentação realizadas por prepostos de seringalistas nas cidades de Fortaleza, Recife e Natal; subsídios dos governos do Amazonas e Pará concedidos para o transporte de imigrantes para colonização agrícola, que, em última análise, favoreciam as zonas de extração da borracha; facilidade do transporte de cabotagem até o porto de Belém; a quebra da resistência dos senhores de terra do Nordeste ao deslocamento da mão-de-obra, diante das sucessivas secas, que configuraram situação de calamidade pública. O discurso sobre o Mito do Eldorado, difundido no interior do Nordeste, era inculcado entre os trabalhadores como a possibilidade de realizações futuras, em contraposição à sobrevivência, cuja desvalorização era mediada pelas secas, pelas conseqüentes dificuldades de reprodução social, pelas pequenas crises locais de comercialização do

açúcar ou do algodão – produto de exploração associado à cana-de-açúcar, como estudou Oliveira (1986). Ao analisar o complexo econômico nordestino, que tinha por base o açúcar e o algodão, o pesquisador demonstrou que a crise na produção algodoeira (no início da década de 1870) e a formação de excedentes populacionais (no interior das unidades econômicas tradicionais no Nordeste) foram elementos importantes para explicar o deslocamento de mão-de-obra para a Amazônia. Por tais fatores, esses trabalhadores migraram em busca do "ouro negro".

A relevância das secas para a migração nordestina adquire importância uma vez que favoreciam práticas de recrutamento da mão-de-obra. Para os migrantes, o deslocamento para a Amazônia assumia o sentido da realização pessoal moralizada pela dedicação ao trabalho. Por tal imaginário, o trabalho emergia com a força do desejo coletivo, constituindo uma referência qualificadora para a construção de um projeto de vida.

A referência também era evidenciada no discurso dos agentes dominantes sobre o "enriquecimento fácil", confrontado com as precárias condições de trabalho e de projeção de vida no Nordeste. Outras eram as condições de possibilidade: ganhando dinheiro com a exploração do látex, o migrante voltaria, convertido a outra posição, para a terra natal.

Na comparação dos modos de construção da memória social, nas entrevistas e nas notícias jornalísticas, percebe-se a diversidade social desses trabalhadores, marcada por trajetórias que vão desde os que perderam bens materiais, aos desempregados dos canaviais e aos desabrigados pelas secas. Tal diversidade pode ser relativizada pelo desejo comum entre esses migrantes: obtenção de ocupação mais digna, estável e menos dura do que a de "biscateiro", "trabalhador sazonal" ou "cortador de cana".

Para o nordestino, *a priori*, a Amazônia significava não a vida fácil, mas a oportunidade de trabalhar e se gratificar com seu esforço. Realizar-se como trabalhador significava a oportunidade de integrar-se à nação, pelo trabalho que o redimensionava como agente da proposta de anexação de territórios produtivos.

Em épocas diferentes, o discurso de integração da Amazônia emergia com força de mobilização. No início do século XX, o desbravador foi o construtor da nação, cujo desafio era a conquista do território. Nos acontecimentos marcados pela Segunda Guerra Mundial, foi a defesa da nação diante dos inimigos da guerra que ofereceu essa possibilidade, exercendo o fascínio necessário para que o migrante se incorporasse como "soldado da borracha".

Difundindo o discurso do Eldorado, os agentes intermediários formavam a rede de relações entre o Nordeste e o seringal, facilitando o recrutamento. Para tanto, difundiram a crença na fertilidade, na exuberância, na riqueza que representa a Amazônia, conformando uma visão da região como fonte inesgotável de recursos naturais e grande potência para o futuro.

A força do mito associava-se aos efeitos que as imagens e notícias divulgadas pela imprensa e agências de propaganda causaram sobre os migrantes. A imagem mais emblemática, utilizada sucessivamente, era a de uma árvore (seringueira) jorrando leite em uma imensa tigela, simbolizando a abundância e a facilidade de encontrar a riqueza prometida.

A propaganda visava a atingir os valores morais para dignificar os trabalhadores; a coragem constituiu-se em um referencial para tornar o sacrifício compensador na superação das agruras e alcançar a redenção.

> Minha vida lá no Nordeste, patroa, era uma vida um bocado aperriada. Eu trabalhava na enxada, depois eu ia mudando, arranca de roça, etc. etc. Sabe aquela vida velha de pobre como é que é, né?
>
> Vim do Nordeste para cá, porque lá – é muito boa a terra – mais eu num quero voltar pra lá não, não quero mais puxar enxada e mexer com a palha da cana piojota não. Aquilo é mesmo que uma navalha, corta dos dois lados.
>
> Eu vim sozinho, eu nem tinha pai e nem mãe, nem parente, nem aderente na vida. Tomei conhecimento da Amazônia por intermédio da propaganda. A gente via aquelas propagandas bonitas, aquelas coisas naqueles prédios, aonde a gente via coisa que eu nunca tinha visto, cada tigela que era desse tamanho (faz gesto), parecia uma lata de dois quilos, embutida na madeira (seringueira). Era escorrendo leite, chega derramava. Eles falavam que um vagabundo (usa uma expressão bastante forte), homem que não quer trabalhar, fazia duzentos mil réis por dia. Eu que trabalhador era, num ia ficar atrás dos outros, eu vou para Amazônia. Digo, em dois anos eu estou rico. Fui atrás da conversa – ainda hoje eu me lembro – vim, ainda hoje me bato e a riqueza não chegou. (L. S. S., 90 anos, ex-seringueiro)

Portanto, a produção de imaginários operou na construção do trabalhador migrante. As imagens confundiam-se com a história de Manoel Urbano, conhecido protagonista da lenda do desbravador, que, depois de enriquecer, voltou para o Nordeste confirmando que a Amazônia e o Acre eram, de fato, o novo Eldorado assegurador do enriquecimento rápido.

A propagação do mito do Eldorado perdurou durante todo o período de consolidação e reprodução da economia da borracha. Por ela, as aspirações de dominantes e trabalhadores se ajustaram na viabilização de objetivos antagônicos. O *patrão* legitimava o discurso do enriquecimento fácil como condição de iguais; e o migrante, acreditando nessa possibilidade, tentava concretizá-lo pelo trabalho, que, todavia e afinal, reduzi-lo-ia a escravo da dívida.

A possibilidade de voltar para o Nordeste não era só uma realização pessoal, mas também uma forma de recrutamento de novos seringueiros. O retorno era, por vezes, garantido pelo patrão, que permitia, pelo pagamento do saldo ao seringueiro e pela concessão de passagens de ida e volta para o Nordeste, a transformação do sonho em realidade. Este, imbuído da tarefa de objetivação do sonho pelos esforços próprios, regressava aos seringais trazendo parentes e amigos, novos aspirantes ao sucesso pelo

trabalho. Neste caso, a certeza do almejado enriquecimento de tal forma se projetava possível, que a volta para a região de origem foi substituída pela opção de trabalhar na exploração do látex.

A propaganda e sua capacidade de persuasão eram recursos facilitadores para a prática do aliciamento prévio, aliciamento que se constituiu em elemento básico de objetivação da exploração da força de trabalho, exercendo função especial como pressuposto social da dominação.

Os *capatazes*, responsáveis pelo recrutamento, tinham a habilidade de convencimento e a perspicácia para tornarem-se "homens de confiança dos patrões", cuja tarefa exigia deslocamentos da região para o interior do sertão, como se fossem "vendedores ambulantes", negociando o produto que o Eldorado ofereceria aos desbravadores: o "ouro negro".

A migração para a Amazônia significou a organização dos trabalhadores em outro espaço, onde a vida teria de ser reinventada, de tal forma diferente do sonhado Paraíso, que, como assinalou Reis (1953), tornou-se Perdido. Assim sendo, o discurso oficial de integração econômica da região aos mercados nacionais e internacionais foi construído na contramão da inserção desqualificada e imobilizada dos migrantes.

O seringueiro, convidado como trabalhador moralizado, que se enriqueceria pelos frutos do seu trabalho, ou como "soldado da borracha", realizava-se, todavia, pelo isolamento ou pela mediação atribuída que representava o fechamento do mundo social e o afastava da prometida dignidade de construção da nação. O judas, instituído no superego do seringueiro por Euclides da Cunha (1975, p.78), condenado moralmente pela desistência, mereceu o apedrejamento daqueles outros que o viam descer o rio, solitário, em sua embarcação.

A moralização de comportamentos e a conversão digna que a migração para o Eldorado permitiu são ressaltadas pela entrevistada, mesmo que destacando ou para destacar o desfecho negativo:

> meu pai foi para Amazônia porque queria recuperar nossas coisas que ele perdeu jogando. Nós ficamos, minha mãe trabalhava depois nós recebemos uma carta e então, depois de dois anos, meu pai voltou com dinheiro e disse que meus tios iam com ele e depois de cinco anos eles voltariam ricos... Nós, depois de sete anos, recebemos uma carta, de um compadre, que eles tinham morrido (meu pai a cobra comeu, o outro morreu de malária, o outro se perdeu no mato). (A., filha de ex-seringueiros, 82 anos, residente na periferia do Rio de Janeiro)

O "NORDESTINO" RESSUSCITADO NO SERINGUEIRO

O problema crucial para o funcionamento da empresa gomífera, conforme ressaltado por vários pesquisadores, era a falta de mão-de-obra. O pro-

blema permaneceu, à medida que a produção se ampliava e exigia mais força de trabalho, expandindo-se essa forma de recrutamento. O percurso do Nordeste até o seringal impunha uma espécie de rito de passagem, necessário para o surgimento de outro personagem, embora compusesse uma história comum de experiência sobre formas de exploração da força de trabalho: a servidão. O papel de seringueiro exigia certo desnudamento ou "domesticação" (Goffman, 1992, p.27). Os nordestinos, até chegar ao seringal, empreendiam uma separação de seus bens, de sua concepção de tempo e espaço, de suas condições usuais de produção e de reprodução sociais.

Os relatos dos migrantes sobre as condições de transporte e de alimentação durante a viagem são elucidativos das formas de domesticação exercidas no ritual de passagem: Comer no "boião" (todos juntos no mesmo "tacho" ou bacia) fora por eles comparado ao modo de os animais comerem no "coxo". Tal imposição provocava mal-estar e recusa da alimentação por muitos. O transporte por navios, denominados "gaiolas", para os viajantes traduzia a prisão, dada a proibição de sair dos porões.

As condições de higiene e dormida foram mencionadas em tom de censura pelos entrevistados. As redes colavam-se umas às outras, por falta de espaço. A limpeza dos dejetos ocorria raramente, por jatos d'água misturados com creolina, para amenizar o mau cheiro e a sujeira de animais que se aglutinavam.

O prolongamento das viagens durante meses ou até um ano, associado a tais condições, provocava desde angústias, fomes, doenças, mortes, suicídios, até castigos físicos, à medida que alguns dos recrutados reagiam diante da falta de comida ou das condições oferecidas. Os maus-tratos e a incerteza do destino causavam inquietações e reações adversas, manifestadas pelas tentativas de fuga. Quando capturados, passavam a ser discriminados: ficavam sem alimentação e eram amarrados ou aprisionados nas cadeias de Manaus e Belém.

O desnudamento e a incerteza fizeram os migrantes se tornar silenciosos. Silêncio também sábio diante da ignorância dos efeitos da reação, dada a certeza do acirramento das condições indesejáveis à adaptação. O pânico foi outra forma de causar impacto, mediante histórias de terror narradas pelo capataz: sobre os conflitos com os índios; os animais ferozes que devoravam as pessoas; as mortes ocorridas durante a viagem; a malária e a febre amarela, enfim, as tentativas de fuga fracassadas.

O mundo aparente, longe de ser atrativo, também assustava: a imensidão das águas, as distâncias infinitas, as árvores exuberantes, a escuridão da noite. Essas condições exerciam um efeito de encantamento que os tornavam prisioneiros da incerteza. As facilidades oferecidas pelo "ouro negro" se atenuavam e o desejo de voltar ou de se libertar passava a fazer parte de sua bagagem.

A viagem, ela mesma uma aventura, operava como situação de estranhamento ao prometido enriquecimento fácil. Constituída mediante longínquas possibilidades de retorno, impingia a aceitação culpada do sonho acreditado, mas falso. O tempo de constituição das possibilidades de retorno impunha a desqualificação e a perda de sentido e posição na rede original de relações. Por isso, aceitar culpadamente o destino e tentar minimizar seus efeitos constituíam os recursos mais lógicos da única saída possível: projetar sua permanência.

> Eu vim porque queria; aquelas influências que os patrões falavam, que se ganhava dinheiro demais, juntava dinheiro a rodo. A viagem, saí de Pernambuco... saímos de trem até Campina Grande, na Paraíba; de lá viemos de caminhão até Igatu e, depois de Fortaleza viemos de trem, demoramos muito em Fortaleza. Embarcamos para Belém de navio, o *Estadiofe* um navio bem grande do Lorde e também uma longa temporada em Belém. De Belém para Manaus, viajamos numa gaiola americana... Na minha turma, vinha gente de todo jeito. Passamos outra temporada em Manaus; de Manaus viajamos num bem pequeno, o *Tufie* até a Boca do Acre. Passamos mais outra temporada viajando, acho que, ao todo, uns noventa dias: naquele tempo se queimava lenha, era uma luta. De Boca do Acre até Sena Madureira, vim numa chata por nome *Uruguaiana*, eu acho que ela não existe mais; de Sena Madureira pra sede do seringal (hoje município de Manuel Urbano) viajamos num barco pequeno, o barco *Santos Elias*, do senhor por nome Cajazeira ... A alimentação não prestava, havia até pau, parecia comida de cachorro ... essa viagem demorava demais! A gente não fazia nada, só vinha comer e dormir. Nós ficamos junto com tudo que ia viajando: boi, burro, cargas, cabras. Dinheiro, eles não davam, só cigarros. Era muita gente que vinha, lotamos um navio.... o almoço era o boião, todo mundo metia a colher e comia ... Aqui foi onde aprendi a beber cachaça... A minha vida no seringal nunca foi melhor do que na minha terra: no seringal, a vida é muito dura e no Nordeste me criei numa cidade muito importante, Recife, tinha profissão, trabalhava e tinha dinheiro, e nunca pude voltar porque o dinheiro aqui nunca chegou na minha mão, além de que tudo é longe. Nós ficamos abandonados à própria sorte... Se eu tivesse ganhado bastante dinheiro na época, e pudesse voltar, não estaria aqui contando a história, mas agora não, pois já me casei duas vezes e fui feliz duas vezes: para eu ir lá, não tenho mais ninguém lá e não vou mais deixar nenhuma família para trás... Na viagem de lá para cá, morreu muita gente, alguns dizem que é malária, eu mesmo já peguei quatro vezes... (A. I. S., 80 anos, natural de Pernambuco)

Aliciamento, domesticação, coragem, resistência e solidariedade assinala o início das práticas sociais que irão dar sentido ao sistema seringal. Os nordestinos, apesar das diferentes trajetórias, estavam no percurso em condições de igualdade, colocadas pelo desnudamento e pela suposta escolha do mesmo destino, agora visto como trágico: a saudade da família, de parentes, o medo do desconhecido, de morrer longe de casa. Unidos pelo sonho de trabalhar, ganhar dinheiro e voltar para o Nordeste, associavamse no silêncio diante das dificuldades e impossibilidades de explicitação do arrependimento.

O SERINGUEIRO – UM *EXPERT* EM FLORESTA

A domesticação da mão-de-obra para o trabalho de extração do látex corresponde às necessidades impostas para ocupação e uso da terra na floresta tropical. O espaço que acolheu também influiu nas relações sociais de produção. O controle sobre o seringueiro foi extensivo ao uso dos recursos naturais, visto que a relação do homem com a natureza é, neste caso, e mais que tudo, constitutiva do sistema de relações para a construção do seringal.

As possibilidades de conhecimento sobre a floresta interferiram na forma de dominação imposta. Se a área era livre e sem muros, as árvores e rios eram grades. A floresta, ao mesmo tempo que aprisionava, fornecia alimentos para subsistência, pela caça e pesca, e impingia a procura do outro, a referência ao semelhante, mesmo que fosse ele seu dominante.

A condição para a constituição do sistema seringal possibilitou outras formas de vida, condicionadas pela abundância dos recursos naturais, em uma contraposição às secas causadoras da escassez no Nordeste. As novas relações incorporaram a aprendizagem de práticas complexificadas de sobrevivência, de trabalho e de tratos com animais, para a construção de um saber que o transformaria em um trabalhador-extrator.

O processo de associação entre os nordestinos e os "nativos" exprimiu-se no reconhecimento da diferenciação produzida pela apropriação do saber cultural: foram categorizados como *brabos* e *mansos*, *índios mansos* e *caboclos*, condições estruturais e espaciais que indiretamente a floresta impõe. Os antigos moradores, *mansos*, definiam-se pela comunhão de um saber e de uma visão de mundo comuns, que os distinguiam dos novos chegados, os *brabos*, isto é, selvagens, porque eles ainda não eram aculturados nessa sociedade.

O homem que vivia nos seringais, o seringueiro, foi levado a desenvolver formas de existência social necessárias à construção de sua identidade, diferentes dos atributos definidores do nordestino e do nativo. Elaborou formas de representação social que humanizaram a floresta na contraposição à "desumanização" do homem.

As normas impostas pelo sistema seringal romperam, mesmo que temporariamente, com o padrão de reprodução familiar, levando a um processo por eles interpretado como "desumanização". A falta de mulheres nos seringais ou a "proibição" da vinda das famílias eram compensadas pela prática de sexo com animais; pela "caça às mulheres indígenas"; pelos crimes violentos na disputa pelas poucas mulheres existentes; pelos estupros e pelo incesto entre irmãos.

A presença minoritária da mulher estava referenciada, por um lado, às escolhas dos migrantes por uma forma de reprodução baseada na crença de um retorno fácil; por outro, à distinção dos patrões, que optavam pela integração do solteiro. Segundo Benchimol (1977, p.191), dos primeiros

imigrantes para o Purus, conduzidos por João Gabriel de Carvalho e Melo, 1.348 eram homens e apenas 328 eram mulheres. Mais precisamente, 59 famílias para 1.717 pessoas que vieram sem família.

A forma de compensação dessa ausência se expressou, não de forma exclusiva, na humanização da floresta: a seringueira passou a significar "a mãe", "a mulher que gera a vida, que faz jorrar o leite". As distâncias percorridas entre uma árvore e outra eram as "pernas das estradas"; os rios eram "lindos cabelos longos de uma mulher"; a floresta tinha "mil olhos" ofuscados pelos vaga-lumes ao anoitecer.

Tal simbologia adquire sentido mediante uma linguagem própria, que mistura o passado com o presente, criando um sentido particular. A memória irá evocar os termos do antigo contexto para, em um batizado, simbolizar uma escolha pessoal, um reconhecimento ou uma identidade. Assim, o lugar da morada (*colocação*) é nomeado: "Limoeiro", "Juazeiro", "Canindé", "Morada Nova", "Cajueiro", "Sobralzinho" etc.

Incorporou-se o saber respeitoso das regras de reprodução da natureza pela ética do bom caçador, que abate os animais apenas para comer e não o faz de modo indiscriminado, mas respeita interdições, como as dos Dias Santos. As histórias de assombração aparecem quase sempre ligadas a situações de conflitos, mesclando figuras humanas e animais, moralizando as tensões ou castigando os homens pelas ações danosas (matanças desnecessárias de animais, ou roubo de mandioca entre vizinhos etc.).

O PAPEL DO *MANSO*

O exercício necessário para amansar um animal corresponde a esforços sucessivos para domá-lo. Em geral, o animal pode ser considerado *manso* depois que o domador abranda sua ira. Por analogia, a condição para o seringueiro "amansar" era aprender o processo de extração do látex. Tal processo significou sua domesticação.

Os *brabos*, ao desembarcar na sede do seringal, tornavam-se novos fregueses do barracão, como se fosse seu único *status.* O encontro tão esperado transformava-se em frustração, diante do rebaixamento moral ao qual eram submetidos, necessário para completar o "rito de passagem". Os atos de decisões sobre onde morar, o que comer e as condições de trabalho eram definidos pelo *patrão*, auxiliado pelo *capataz*. O ritual era a forma de colocá-los e de forçá-los ao reconhecimento do lugar ocupado na estrutura das relações diante da autoridade.

O saldo da obtenção do transporte gratuito e do abono em espécie, repassado para a família no Nordeste, explicita sua nova forma. Tudo que foi adiantado materialmente fará parte do débito, que se somará ao valor dos instrumentos de trabalho e dos alimentos aviados no barracão.

A chegada correspondia também ao contato com aqueles que já estavam engajados no processo de trabalho de extração do látex, os *mansos*, que tratavam de torná-los aptos à nova habitação. A primeira aproximação ocorria nos barrancos dos rios, na sede do barracão, como forma de boas-vindas. O batizado do *brabo* caracterizava-se por submissões e provações (galhofas, "brincadeiras"), além de novas denominações. Recebiam, por suposta semelhança, o nome de qualquer animal. Era uma espécie de rebaixamento que, pela imposição, reconhecia a autoridade dos mais antigos. Dessa forma, os *mansos* confraternizavam com seus futuros vizinhos e moradores, ao mesmo tempo que reproduziam a base social que fundamentou as relações no seringal.

A distribuição da mão-de-obra era definida pela necessidade de racionalizar a distribuição das árvores de seringa, concatenada às formas de controle social. A associação de um *brabo* com um *manso*, em uma mesma *colocação*, fazia parte dessa organização. O *brabo* passava provisoriamente a ser um meeiro. Este tinha dupla utilidade no processo de domesticação da força de trabalho: era a forma mais adequada para que em pouco tempo o patrão garantisse a produção, assegurando, sem investimentos, a aprendizagem do novo trabalhador. A outra era o controle que um passava a exercer sobre o outro. A relação social à qual se inseriu o *brabo meeiro* se modificaria em face das transformações decorrentes das sucessivas crises de produção da borracha e da conseqüente mudança de posição dos agentes que consubstanciaram o sistema seringal.

A interação entre *brabos* e *meeiros* correspondia à existente entre dominados e dominantes, em diferentes proporções. Ao *patrão*, porque *amansava o brabo* e reduzia os custos de abertura de nova *colocação*, garantindo a mesma produção. Aos seringueiros, porque possibilitava outra forma de filiação pelo compartilhamento da vida no seringal: no trabalho, nas tarefas domésticas, na quebra do isolamento e na troca de saberes.

O tratamento diferenciado entre *brabos* e *mansos* expressava o sucesso do controle do patrão sobre o seringueiro, então *manso*, por ele distinguido para operar como modelo de domesticação a que o *brabo* devia se submeter. Ao *manso*, cabia o direito de pedir os alimentos que necessitava na unidade de produção: o paneiro, um rifle, mais farinha etc. Ao *brabo*, o patrão apenas distribuía o mínimo necessário, pela incerteza de sua permanência e da capacidade de aprender o processo de fabricação da borracha, especialmente o corte.

Os riscos da dura e intensiva jornada de trabalho, das febres e dos perigos da floresta não estavam no centro das preocupações do *patrão*. O importante era que o *brabo* aprendesse como se extraía o leite ou se cortava a árvore. Cortes profundos que deixassem cicatrizes em forma de nó, danificando a árvore ou causando a morte da seringueira, significavam perdas, tanto para o *patrão*, que punia severamente o trabalhador, quanto para o próprio serin-

gueiro, que passava a colher quantidade inferior de leite. A rigidez e o controle do processo de trabalho eram medidas de avaliação da passagem de *brabo* para *manso*. Ao *patrão* interessava maior quantidade da borracha. Ao seringueiro, a segurança de uma identidade positiva, forjada pelo trabalho e pelo controle do saber necessário. Os interesses diferenciados na apropriação da seringueira traduziam as relações dos agentes com a natureza, em que o saber do *manso* correspondia à aprendizagem do convívio com a floresta. Ao patrão cabia apenas a confirmação dessa aprendizagem.

Eram os *mansos* que, dos conhecimentos acumulados com os nativos (caboclos e índios), transmitiam os ensinamentos básicos, disseminados desde o processo de trabalho no látex (cortar, colher o leite e defumar), até o deslocamento de uma estrada de seringa para outra; socializavam nos rituais da caça e da pesca, nos cuidados com as feras, nos *remédios* que curam doenças, no beber cachaça e socializavam, também, as decepções e as mortificações diante dos abusos do patrão.

Esse processo é muito mais significativo e vai além da troca de conhecimentos ou solidariedade. Os *mansos* acompanhavam os *brabos* durante algum tempo na tarefa de que se achavam responsáveis. Por isso, os laços que os uniam passavam a dar sentido à existência deles. O *manso* sentia-se responsável pelo *brabo* e este se tornava grato, solidário e fiel ao amigo. O favor e a retribuição tornaram-se um elemento da convivência no interior do seringal. Não fazer um favor ainda hoje é uma grave afronta, motivo muitas vezes de discórdias e mágoas.

As trocas passavam do convívio social à real possibilidade de alimentação, em especial quando um seringueiro adoecia. O seu vizinho ou protetor era o socorro imediato até chegar ao *barracão*. Tanto na fartura como na falta de alimentos, havia trocas: da carne de caça, do peixe, da farinha, do feijão etc. Em uma transposição do barracão, os seringueiros recriavam, pelos laços de solidariedade, os favores pessoais, em uma redimensão da dívida, pela qual o "dom" e o "contradom" referenciavam as relações no sistema.

A outra dimensão da troca era simbolizada na equivalência em borracha, que se tornou a medida de valor para todas as negociações, trocas e vendas: uma *colocação*, um rifle, uma canoa, um rádio e outras possíveis formas de negociação existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiremos caracterizando o sistema seringal como um conjunto de relações complexas que consolidou a produção social da borracha, mas cuja dinâmica revelou alterações das normas instituídas e superação de constrangimentos capazes de reordenar seu funcionamento. O processo de

mudanças sociais no decorrer de todo o século XX fez revelar mobilidades e diferenciações profundas na posição dos agentes envolvidos. Nesse processo, os trabalhadores seringueiros conquistaram sua "liberdade" pela luta e resistência contra a expropriação, qualificaram-se socialmente, inclusive com e pela ruptura do isolamento, transformando-se em outra categoria de trabalhador: o *guardião da floresta*. No outro sentido, também derivado das rupturas no sistema seringal, os *patrões* foram gradativamente destituídos de seus privilégios, deslocando-se para outras atividades, até serem açambarcados, completamente, por outra forma de economia.

A posição dos seringueiros, hoje guardiões da floresta, e a dos fazendeiros, hoje predadores potenciais, também expressam tais mudanças. O caso em pauta, de configuração de um processo de formação de uma sociedade pautada na produção da borracha, por aproximadamente um século, traz à tona o desdobramento de diversas trajetórias, ao privilegiar a noção de processo ou a perspectiva longitudinal para entender a dimensão da construção social, ou seja, a negação do *a priori* (Thompson, 1993, p.159; Neves, 1997b, p.23), e ao valorizar a reconstrução dos mundos vividos e das alternativas a cada um deles possíveis.

Pelo exercício de sistematização de fragmentos de memória social, como demonstrou Bosi (1995), construímos a recomposição de espaços, a reavaliação de situações vividas e a interligação dos fatos, passados e presentes. Os migrantes nordestinos que se deslocaram para a Amazônia, movidos pela esperança de melhores condições de vida, ou até pela esperança de que o trabalho pode gerar riqueza para o trabalhador, tiveram de aprender a conviver com outros constrangimentos, entre os quais a subordinação a um sistema de dominação fundamentado na imobilização da força de trabalho pela dívida, sustentáculo da cadeia de aviamento.

As classificações adotadas no sistema seringal podem ser definidas pelo processo que subjaz à domesticação da mão-de-obra, equivalente à internalização da dependência. O *brabo* era o nordestino do interior que havia migrado para a Amazônia em diferentes frentes de expansão, requeridas para o desenvolvimento das atividades extrativas, particularmente a da borracha. *Brabo* era o termo indicativo da reconstituição social necessária para transformá-lo em um trabalhador do látex, um futuro seringueiro. *Brabo* era também a denominação dada aos índios, nativos da região, que foram "amansados" para a extração do látex, conforme estudaram, entre outros, Aquino (1977) e Oliveira Filho (1988).[4]

[4] Estes pesquisadores, embora estudando casos diferentes, Alto Solimões (AM) no início do século e Juruá (AC) nos anos recentes, ressaltaram a figura do "amansador de índios", indivíduo que, baseando-se na prática sistemática da violência, da intimidação, do aliciamento por mercadorias ou cachaça, da mestiçagem forçada, conseguia impor aos índios um ritmo de trabalho e transformá-los em coletores aceitáveis de seringa.

A reconstituição social desse trabalhador, definida pelo "desnudamento" ocorrido na migração, que o separou de seus bens individuais e pessoais, e pela situação de endividamento prévio, revela o processo que o tornou *cativo*. O endividamento legitimava a imobilização, condição para o funcionamento e a manutenção das relações de trabalho e de produção. Tal processo expressou ainda o confronto de visões de mundo desse trabalhador, construídas entre a escassez do Nordeste e a natureza abundante da floresta tropical, que o redimensionaria pela compensação da transformação consentida.

A condição de *manso* indicava tanto a reclusão social, à qual o trabalhador esteve submetido, pelo relativo isolamento, como uma diferenciação diante da condição anterior. Ser *manso* significava a aceitação das normas e condutas sociais referenciadoras do trabalho na produção da borracha. Um seringueiro *manso* era produto de um auto-investimento, um "fazer-se" para construção de outro ser e, portanto, representava o resultado da apropriação de um saber que não se separava do consentimento.

O *manso* correspondeu a uma representação datada da condição do seringueiro. Diferenciou-se do migrante dos anos da Segunda Guerra Mundial, o *arigó*, se visto negativamente, o *soldado da borracha*, se visto pelos investimentos para sua adesão como força de trabalho no seringal. A inserção dos migrantes, embora diferenciada no tempo, apresentou como ponto comum a forma subordinada de se posicionar. Era como meeiro do seringueiro constituído que ele se socializava para essa posição, isto é, para o controle relativo do processo de trabalho fundamentado no domínio de múltiplos saberes – técnico, social, político.

O trabalhador meeiro, posteriormente também seringueiro, teve a inserção modificada, em decorrência das mudanças nas relações do sistema seringal. Anteriormente, ele foi, por criação do *patrão*, um instrumento que garantira a reprodução do amansamento e conseqüente aumento da produção. Atualmente, ele assinala tanto a diferenciação entre os seringueiros quanto as novas formas de suprir a necessidade de mão-de-obra. O meeiro se reproduz na *colocação* de um seringueiro, mas seu trabalho básico continua sendo a extração da borracha e da castanha.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, T. V. de. *Índios Caxinauá: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano".* Rio Branco: Governo do Estado, 1982.

BENCHIMOL, S. *Amazônia: um pouco-antes e além-depois*. Manaus: Umberto Calderaro, 1977. (Coleção Amazônia, 11)

BOSI, E. *Memória e sociedade.* Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CUNHA, E. da. *À margem da história*. São Paulo: Cultrix, 1975.

DE PAULA, J. A. *Notas sobre a economia da borracha no Brasil.* Minas Gerais: Cedeplar, 1980.

ESTEVES, B. M. G. *Do "manso" ao guardião da floresta*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GARCIA JR., A. Libertos e sujeitos – sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Rio de Janeiro)*, v.3, n.7, 1988.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

LEITE LOPES, J. S. *O vapor do diabo*. O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, D. P. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: Eduff, 1997a.

______. *Assentamento rural:* Reforma agrária em migalhas. Niterói: Eduff, 1997b.

OLIVEIRA, L. A. P. *O sertanejo, o brabo e o posseiro:* a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1986.

OLIVEIRA FILHO, J. P. *O nosso governo.* Os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1988.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto (São Paulo)*, v.2, n.2, 1976.

PINTO, N. P. A. *Política da borracha no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1984.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. (Documentário da vida rural, 5)

SANTOS, J. V. T. dos. *Matuchos, exclusão e luta* (Do Sul para a Amazônia). Petropólis: Vozes, 1993.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1980.

SCOTT, J. C. The Erosion of Patron-Client Bonds and Social Change in Rural Southeast Asia. *Journal of Asian Studies (Madison)*, v.XXXII, n.1, 1972.

STOLCKE, V. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, C. C. O aviamento e o barracão na sociedade do seringal (Estudo sobre a produção extrativa de borracha na Amazônia). São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo.

THOMPSON, P. A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida. *Ciências Sociais Hoje (Rio de Janeiro)*, 1993.

WEBER, M. *Economía y Sociedad.* México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

______. *Ensaios de sociologia.* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

4
INFÂNCIA CAMPONESA: PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

Joel Orlando Bevilaqua Marin

Embora se reconheça o camponês como o trabalhador que se dedica à produção agrícola e/ou pecuária em pequenas extensões de terra, com ou sem a posse legal, valendo-se da ajuda de sua família para produzir gêneros necessários ao consumo familiar, além de excedentes comercializáveis, muitas outras perspectivas das relações que o constituem não são amplamente estudadas. É importante ressaltar que o camponês não produz apenas bens materiais, mas também uma visão de mundo própria, que se manifesta em seus saberes, tecnologias, artesanato, culinária, crenças, religiosidade, folclore. E, como aqui se quer enfatizar, nos processos de socialização das novas gerações.

Assim, o estudo específico dos processos de socialização das crianças camponesas requer a análise da organização das famílias camponesas, bem como das relações que seus membros estabelecem com os demais agentes sociais da agregação residencial e do mundo envolvente. Partimos do pressuposto de Ariès (1981) de que a infância é uma construção social referenciada por representações, princípios e práticas de socialização que se transformam no decurso da história e diferenciam-se entre os diversos grupos sociais. Por essa compreensão, pode-se perceber que os espaços e as formas de socialização das crianças que vivem no meio rural apresentam particularidades. O trabalho na terra não é apenas uma condição social imposta aos camponeses para prover os meios necessários à subsistência familiar, mas também uma forma de gerar um modo de vida que se produz e se transmite entre as gerações.

Para o camponês, a vida e o trabalho não são dimensões sociais excludentes, e sim complementares: o trabalho gera os meios de vida necessários à família e, de certo modo, reproduz um modo de vida que se expres-

sa mediante formas familiares de organização produtiva, de manifestações culturais e de representações sociais construídas sobre a realidade objetiva. Nessa perspectiva de análise, inclui-se a reprodução da vida dos camponeses como cultura, como política e como sociabilidade, e não apenas como contínua produção de bens de uso e mercadorias para reposição da energia física do trabalhador e de sua família. Ou seja, além de produzir bens de consumo familiar e excedentes comercializáveis, os camponeses formam pessoas que se tornam os futuros trabalhadores.

Neste artigo analisam-se os processos de socialização das novas gerações camponesas, com ênfase nos principais conteúdos e métodos utilizados pela família na disciplinarização das crianças, a importância atribuída ao trabalho na socialização intergeracional e as relações estabelecidas entre educação para o trabalho e educação escolar.[1] Mediante estudo de caso, procuramos registrar dados valorizados pela memória de camponeses de Itaberaí (GO),[2] com idade entre 65 e 80 anos, que, durante as décadas de 1930 e 1940, estavam sendo preparados para assumir o papel de trabalhadores voltados às atividades produtivas agrícolas em pequena escala. Nas entrevistas, eles exaltam as formas pelas quais foram socializados durante a infância, destacando a educação que receberam na família, na comunidade ou na escola.

O MODO DE VIDA DOS CAMPONESES DE ITABERAÍ (1930-1940)

A maior parte da população que estabeleceu residência no município goiano de Itaberaí, em especial na década de 1940, era formada por camponeses migrantes pobres, que aí chegavam na esperança de encontrar terra para trabalhar, no contexto da política da Marcha para o Oeste (Dayrell, 1974; Chaul, 1988; Carneiro, 1988). Muitos deles provinham dos estados de Minas Gerais e São Paulo e, em menor proporção, da Bahia, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e do Piauí. Esgotadas as possibilidades de disporem de um lote de terra em programas de colonização oficial, os migrantes passaram a trabalhar em propriedades, na condição de arrendatários ou parceiros. Alguns deles começaram a se apossar de terras devolutas, tornando-se, então, posseiros. Aqueles que

[1] Este artigo integra um estudo mais amplo, em que se busca compreender os projetos de sociabilidade das novas gerações de trabalhadores no estado de Goiás (MARIN, 2005; 2006).

[2] O município de Itaberaí foi criado em 1868, na microrregião do Mato Grosso goiano. Era denominado Curralinho até 1924, porque o processo inicial de ocupação se deu pela exploração da pecuária extensiva. Dotado de solo fértil e água abundante, o município passou a ter na agropecuária sua principal fonte de renda. Localiza-se a 97 quilômetros de Goiânia.

dispunham de alguns recursos conseguiram comprar pequenos lotes, uma vez que a terra em Goiás, em termos mercantis, não era muito valorizada. Dessa forma, os camponeses não formavam um grupo social homogêneo, tendo em vista que entre eles havia diferenças quanto ao grau de dependência ao capital, de apropriação da terra e dos meios de trabalho, de integração ao mercado e da capacidade de mobilização da mão-de-obra, resultantes das diversas condições socioeconômicas em que estavam inseridos.

Em Itaberaí, entretanto, a principal forma de acesso dos migrantes à terra, para a constituição da condição camponesa, fora por relações de arrendamento ou de parceria, tendo em vista que o processo de apropriação já se encontrava relativamente consolidado. A estrutura fundiária era marcada pelo predomínio das grandes propriedades da terra, orientadas para a pecuária extensiva. Para expandir as atividades produtivas agrícolas, predominantemente voltadas para o cultivo de gêneros alimentícios, os proprietários concediam o uso da terra, sob as formas de arrendamento ou parceria, por um período de até três anos. Cabia aos assim constituídos camponeses cortar a mata, plantar e colher, com o compromisso de pagar um porcentual, que, em Goiás, variava de 20% até 70% da produção (Guimarães, 1988). Esgotado o prazo de exploração, eles deveriam deixar a área formada com pastagens ou lavouras, conforme os acordos previamente estabelecidos. O fazendeiro recebia, sem nenhum dispêndio, uma renda da terra em produto ou em dinheiro e um trabalho incorporado à terra.

Apesar da concentração de terra em Itaberaí, assim como em outros municípios goianos, os fazendeiros enfrentavam grande problema: não dispunham de capital suficiente para a produção, o que os deixava amplamente dependentes do trabalho manual. As atividades de cortar a mata, cultivar a terra e colher os produtos eram executadas basicamente com a força de trabalho manual, uma vez que dispunham apenas de instrumentos de trabalho rudimentares, como machados, foices e enxadas. Assim, foi em razão da combinação de fatores como baixo desenvolvimento tecnológico, concentração das terras agricultáveis e escassez de mão-de-obra que se estabeleceu a base da instituição das relações de arrendamento e parceria na agricultura no município e da constituição de um campesinato tutelado e dependente. Aos fazendeiros não compensava economicamente assalariar essa força de trabalho, uma vez que os custos com a mão-de-obra excediam os rendimentos obtidos com a produção agrícola. Em conseqüência disso, optaram por transferir aos camponeses a responsabilidade e o risco da produção agrícola, sob a condição de que estes deixassem a terra preparada para a grande exploração agropecuária. Dessa forma, os fazendeiros conseguiam se capitalizar mediante o recebimento da renda da terra e a incorporação de um trabalho morto à terra, pelo desmatamento das novas áreas. A instituição das relações de arrendamento e de parceria tornou-se, então, extremamente vantajosa para a constituição e reprodução

dos fazendeiros, porque, no fim do contrato, já recebiam a terra com pastagens ou lavouras formadas. Com isso, reduziam-se os custos de produção e as possíveis perdas, já que as responsabilidades e os riscos eram transferidos para os parceiros ou arrendatários. Além de incorporar um trabalho morto na terra, os camponeses produziam alimentos a baixos preços para o consumo na fazenda, vigiavam a propriedade e serviam de reservatório de mão-de-obra para suprir as demandas da unidade produtiva.

Grande parte do custo de reprodução da força de trabalho era transferida à família dos camponeses. A diversificação das atividades produtivas procurava atender, em primeira instância, à satisfação das necessidades de consumo da família, tornando-se, portanto, uma produção que adquiria importância, por seu valor de uso, uma vez que era consumida por quem diretamente a produzia. O que excedia às necessidades do consumo familiar era comercializado. Os solos férteis, recém-desmatados, dispensavam o uso de adubos químicos ou inseticidas, razão pela qual proporcionavam boas colheitas de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, abóbora, melancia, quiabo, cará, inhame, batata-doce, amendoim, milho-pipoca, banana etc.

Como de praxe, para conduzir a lavoura, não restava aos camponeses outro recurso senão o uso da própria força de trabalho e da "ajuda" de sua família. A garantia da alimentação cotidiana demandava a posse de conhecimentos acumulados historicamente, a criatividade no uso dos recursos naturais disponíveis e a existência de grande número de braços de homens, mulheres, jovens e crianças para os trabalhos na unidade de produção familiar. A vida na roça era marcada por trabalhos que se repetiam ao longo dos dias, semanas, meses e anos, no ciclo do plantar, colher e comer.

Eventualmente, nos momentos de maior demanda de força de trabalho, os camponeses valiam-se da organização das redes de solidariedade, para ajudar os que mais necessitavam, bem como para evitar possíveis perdas da produção. A prática da solidariedade, muito comum entre os camponeses de Itaberaí, era expressa por meio de trocas de dias de serviço, de mutirões e de "traições". As trocas de serviço davam-se entre dois ou mais vizinhos, que estabeleciam um acordo prévio para realizar algum serviço considerado prioritário, e aquele que recebia a ajuda deveria retribuir aos demais na mesma quantidade de dias trabalhados. O mutirão, também denominado "muchirão", era geralmente organizado por algum camponês interessado em receber préstimos. Cabia-lhe, em contrapartida, fornecer a alimentação e a bebida, além do compromisso moral de participar de outros eventos semelhantes, como forma de retribuir a ajuda recebida. A "traição" era outra forma de manifestação de solidariedade, considerada socialmente mais espontânea, mais festiva e de grande importância comunitária. A característica principal da "traição" era a surpresa daquele que recebia a ajuda de compadres e comadres vizinhos. Tanto

na troca de dias de serviço quanto no mutirão ou na "traição" aquele que recebia o trabalho criava vínculos de dependência e de compromisso que desembocavam, naturalmente, no ato de retribuir a ajuda, um compromisso considerado sagrado que ele estabelecia com todos os que lhe ofertaram seus serviços.

A integração dos camponeses no mundo das mercadorias se realizava nos momentos em que pagavam a renda da terra ao fazendeiro, nos casos do arrendamento e parceria, ou quando comercializavam sua produção excedente, dando forma de mercadoria a seus produtos, independentemente, nesse caso, de serem parceiros, posseiros ou pequenos proprietários de terra. Convém ressaltar que a comercialização de cereais quase nunca se realizava de maneira satisfatória para os camponeses, uma vez que os preços estipulados no período da colheita eram muito baixos. Sem condições de armazenar os produtos agrícolas, eles acabavam sujeitando-se às pressões de rebaixamento dos preços.

O arroz, o milho e o feijão foram os principais produtos de exportação do município de Itaberaí. Inicialmente, eram transportados em carros de boi até Anápolis (GO) e, pela estrada de ferro, chegavam aos centros urbanos e industriais da Região Sudeste. Progressivamente, os carros de boi foram sendo substituídos pelos veículos automotores e, com isso, dinamizou-se o processo de trocas de mercadorias entre as regiões. Em movimento inverso, pela ferrovia ou pelas rodovias, chegavam a Itaberaí vários produtos manufaturados oriundos das regiões mais industrializadas do país, como: sal, querosene, arame farpado, machados, foices, facões, enxadas, facas, serrotes, torqueses, martelos, colheres de pedreiro, farinha de trigo, tecidos, chapéus, agulhas, botões, linhas etc. E, no processo de trocas, fica claro o rebaixamento dos preços pagos aos produtos agrícolas e a valorização dos produtos de origem industrial, que significaram uma contínua expropriação ou empobrecimento dos camponeses.

Sem receber nenhum auxílio financeiro dos poderes públicos, os camponeses eram obrigados a recorrer ao financiamento dos proprietários de terra. Quitar débitos ou ampliar lavouras só se tornava possível por meio de recursos emprestados pelo fazendeiro. Dada a alta dos juros praticados, os empréstimos quase sempre resultavam no aprofundamento progressivo da dependência econômica. Ao longo do ano, os fazendeiros forneciam aos camponeses não só dinheiro, na forma de empréstimo, mas também instrumentos de trabalho, objetos de uso pessoal e até alimentos, com previsão de acerto para o fim da colheita. Como de costume, as despesas e receitas eram anotadas em cadernetas, porém nem sempre os trabalhadores tinham condição de questionar os apontamentos, já que poucos deles dispunham do domínio da cultura letrada.

A família dos camponeses de Itaberaí era composta, de maneira geral, pelo casal e pelos filhos solteiros. Em algumas situações, as famílias agre-

gavam pessoas ligadas por laços de parentesco, amizade ou vizinhança. O homem, na condição de chefe de família, era encarregado de tornar viável a organização da equipe de trabalhadores disponíveis na instituição familiar. O chefe era considerado o responsável pelo estabelecimento dos espaços produtivos da lavoura, bem como pela mobilização dos recursos humanos e materiais necessários ao bom andamento do roçado. Sua atuação dava-se também na esfera pública, cabendo-lhe, assim, firmar os acordos de arrendamento ou parceria, contrair empréstimos, acertar as contas, vender a produção e fazer as compras no mercado. Em razão de suas funções no interior da família e fora dela, ao homem era conferida a posição social de agricultor e chefe do grupo familiar.

As mulheres também trabalhavam na roça, muitas vezes executando as mesmas tarefas dos homens, em especial nos momentos críticos do ciclo produtivo em que havia maior demanda de mão-de-obra. O trabalho, porém, era considerado uma “ajuda” ou um complemento ao conjunto das atividades da unidade de produção. Trabalho de mulher era no domínio da casa e do seu entorno, como limpeza da casa, cuidado com os filhos e com os doentes, preparação dos alimentos, transformação caseira de produtos agropecuários, criação dos animais domésticos, fiação e tecelagem do algodão, confecção de roupas. A vida da mulher ganhava maior significado no âmbito da família e das relações vicinais. Com isso, gerar filhos e criá-los constituía sua ligação mais profunda com o mundo. Assim, a submissão da mulher ultrapassava o domínio exercido pelo homem; ela deveria ser submissa a seu próprio corpo, aceitando, em conseqüência, toda gravidez como predestinação.

A gravidez não a eximia do trabalho. O fato, aliado à falta de cuidados pré-natais e pós-parto, resultava em grande índice de óbitos de parturientes e recém-nascidos. Muitos deles morriam do “mal-de-sete-dias”, doença decorrente da infecção umbilical provocada pela falta de cuidados higiênicos no parto, no curativo do umbigo, bem como pelo precário asseio da maioria das moradias. Apesar da alta mortalidade infantil, as famílias eram numerosas. Os filhos eram uma espécie de investimento dos casais, daí o adágio: “Filhos são a riqueza do pobre”. Uma prole numerosa tinha relação direta com a intensificação das atividades produtivas da família: quanto mais filhos, maior a quantidade de braços para o trabalho. Tão logo tivessem condições físicas, as crianças incorporavam-se aos serviços do roçado ou da casa e ampliavam a capacidade produtiva familiar.

Além da idéia de filho como investimento, havia outra crença, de origem religiosa, que considerava o nascimento de uma criança uma “bênção de Deus”, razão pela qual os pais deveriam recebê-la como uma graça divina. Assim, homens e mulheres passavam todo seu período reprodutivo gerando um filho depois do outro. Quando nascia uma criança, os pais procuravam batizá-la o mais rápido possível. A atitude atendia a

um preceito da Igreja Católica, segundo o qual só assim a criança seria libertada do pecado original e integrada à comunidade cristã. Se porventura viesse a morrer, ela já não seria pagã, e transformar-se-ia em um anjinho do céu. Além da dimensão religiosa, o batismo adquiria importância na sociabilidade dos camponeses. Na ocasião do sacramento, os pais escolhiam um casal de padrinhos, que passavam a ser chamados de compadre e comadre. A escolha não se pautava pela condição econômica do casal, mas pelos vínculos de parentesco, vizinhança e amizade, razão pela qual padrinhos e madrinhas de batismo preferenciais eram tios, irmãos, primos e amigos.

As relações de compadrio ancoravam-se no aprofundamento dos sentimentos de amizade e solidariedade entre as famílias e se manifestavam em todos as situações da vida, em especial nos momentos de crise e necessidade. Dessa forma, o batismo abrangia as esferas econômica e cultural do grupo, criando elos de apoio e segurança de cada indivíduo e de cada família e ampliava as relações familiares, unindo pais, padrinhos e crianças em uma rede de obrigações e de solidariedade mútuas. Cabia aos padrinhos aconselhar o afilhado como a um filho e presenteá-lo quando houvesse condições. Em contrapartida, o afilhado devia respeitar os padrinhos, solicitar-lhes a bênção, ouvir seus conselhos e, se necessário, dar-lhes amparo na velhice.

A SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS SOB UM MODO DE VIDA CAMPONÊS

De acordo com Berger e Luckmann (1997), na socialização primária, proporcionada pela instituição familiar, a criança experimenta os primeiros referenciais sociais necessários para se integrar à sociedade. Com efeito, as experiências vividas posteriormente são apreendidas tendo como alicerce as primeiras, que contribuem para estruturar as maneiras de pensar e agir do indivíduo. Na continuidade da interiorização da realidade, a socialização secundária introduz o indivíduo em processos subseqüentes do mundo objetivo de sua sociedade. Nesses termos, o aprendizado da vida em sociedade não se realiza naturalmente; pelo contrário, a introjeção das regras sociais necessita de intervenção de diversas instâncias sociais que concorrem para a concretização do processo de socialização das crianças.

No caso específico de Itaberaí, a família era a principal agência de socialização das crianças camponesas. No convívio familiar transmitiam-se e recebiam-se os principais ensinamentos necessários à vida das crianças, conforme o ditado popular: “A casa dos pais é a escola dos filhos”. Assim, a infância tornava-se uma fase da vida dedicada ao aprendizado dos principais conhecimentos e significados da vida camponesa. Ensinar sig-

nificava repassar valores, normas, modos de pensar e de fazer, os quais eram reafirmados e reproduzidos em trabalhos, conversas, ações e interações familiares.

Na construção da identidade, o valor de maior reconhecimento social de cada pessoa era sua educação, pouco importando se ela tinha ou não algum grau de escolarização. Ser educado significava um modo de ser do indivíduo, que deveria, antes de tudo, saber respeitar e tratar bem os outros. A essas qualidades acrescentavam-se os imprescindíveis adjetivos "trabalhador" e "honesto". Esses princípios deveriam ser transmitidos em casa, na tarefa primordial dos pais como educadores da criança. Portanto, a educação repleta de valores relacionados à idealização do homem trabalhador, honesto e respeitoso fazia parte da socialização primária das crianças na família.

Como os principais agentes socializadores, o mínimo que se esperava do pai e da mãe era que soubessem educar os filhos. Porém, em caso de não conseguirem cumprir sua missão, em casos de morte, doença mental, abandono do lar ou de invalidez para o trabalho, os vizinhos, em uma demonstração de solidariedade, tomavam a guarda das crianças, para dar continuidade à socialização. Assim, órfãos e desamparados passavam a circular entre as famílias de parentes ou vizinhos, recebendo abrigo, alimentação, vestuário e, às vezes, educação escolar. No acolhimento, as crianças recebiam as referências de sociabilidade necessárias para livrá-las do abandono e da marginalidade. Crianças não só circulavam entre a parentela ou entre os amigos, mas também eram "dadas" aos fazendeiros para que as criassem. Na condição de "crias da casa", viviam trabalhando, recebendo ordens, prestando favores, sem, contudo, terem o direito de freqüentar a escola.

Afora situações excepcionais, a função educativa das crianças era atribuição social dos pais. Contudo, parte dos cuidados dos irmãos menores era repassada ao encargo dos filhos mais velhos. Sobrecarregadas pelos serviços e muitas vezes exauridas pelos sucessivos partos, as mulheres dispunham de pouco tempo e até mesmo de limitadas condições físicas e emocionais para se dedicarem a seus filhos pequenos. Assim, filhas e filhos mais velhos tornavam-se coadjuvantes na tarefa de cuidar dos irmãos mais novos. Os mais velhos se orgulhavam de sua autoridade sobre os mais novos e pequenos, visto que, quanto mais austeros no exercício do poder delegado, tanto melhores educadores eram considerados.

No interior da família, a irmã mais velha tinha papel de segunda mãe. Ela era incumbida de cuidar, educar, vigiar e punir os irmãos mais novos, que, em compensação, lhe deviam respeito e obediência. Quando isso não acontecia, os pais intervinham no sentido de reforçar a autoridade da irmã mais velha sobre os mais novos. Da mesma maneira, os filhos homens exerciam autoridade sobre as irmãs e os irmãos menores, que lhe imputa-

vam o papel de segundo pai. Assim, na ausência do pai e chefe da família, era o irmão mais velho quem assumia o controle da organização da produção, bem como da educação de seus irmãos.

O poder e o prestígio social atribuídos ao pai, à mãe e aos irmãos um pouco mais velhos tornavam inviáveis as manifestações de individualidade da criança, negando-lhe, por extensão, certa criatividade, espontaneidade e rebeldia. Buscava-se, antes de tudo, impor às crianças e aos jovens os comportamentos de adultos, para que todos viessem a reproduzi-los, tanto nas ações quanto nas concepções. Acreditava-se que o regime fundamentado na obediência às normas estabelecidas, seja em casa, seja na vida comunitária, ensinaria as crianças e os jovens a assumirem comportamentos responsáveis. Assim, o processo educativo era marcado pela austeridade dos adultos, razão pela qual todas as faltas eram corrigidas com castigo físico, com intimidação moral ou com xingamentos. A punição era considerada um recurso de educação, que deveria ser usado para fazer que crianças e jovens desenvolvessem o senso de responsabilidade e de obediência à autoridade dos adultos. Depois de corrigidas, o processo de disciplinarização era complementado com observações como: "O castigo é para o seu bem", "Isto é para você aprender a ser gente", "Isto é para você tomar propósito". Daí era norma educacional que todas as crianças, invariavelmente, recebessem lições-mestras para que gravassem, na memória e na pele, as atitudes certas ou erradas, bonitas ou feias, permitidas ou proibidas.

No processo de socialização dos filhos, o padrão de comportamento exigido dos meninos diferenciava-se do estabelecido para as meninas. Enquanto os meninos recebiam mais estímulos para o exercício de posições de comando, para que futuramente se tornassem chefes de família, as meninas eram educadas para manter uma conduta de recato e de abnegação. Desde muito pequenas, eram socializadas em uma teia de relações que privilegiavam e reproduziam valores de submissão e subalternidade não apenas aos de casa, mas também aos parentes e vizinhos. Suas vontades e opiniões, caso se atrevessem a manifestá-las, eram desconsideradas ou repudiadas. Mantidas nos trabalhos do lar, quando necessário na roça, não se permitia às meninas o estabelecimento de laços estreitos de amizade com pessoas do sexo oposto, fora do estreito círculo familiar. Com essas limitações, a participação das meninas nos espaços públicos era marcada por constante vigilância.

No processo de formação das novas gerações, a vida comunitária era uma extensão da família. Padrinhos e madrinhas, em suas atribuições de conselheiros, reforçavam as tarefas educativas dos pais, sempre ressaltando a virtude essencial da obediência. Além disso, a comunidade, de certo modo, fiscalizava a conduta dos filhos alheios para saber o que de certo ou de errado faziam. Quando se considerava que a criança praticava alguma

boa obra, o mérito deveria ser reconhecido e citado como exemplo a ser seguido. Quando se julgava que a criança havia feito algo errado, logo isso se tornava de conhecimento público, especialmente dos pais, e, logo em seguida, a sentença e a punição eram decretadas para reparação da falta.

Ao mesmo tempo que se iniciava a disciplinarização das crianças, para que se tornassem trabalhadores dignos, outros ensinamentos relativos ao trabalho, de caráter prático e simbólico, eram transmitidos nas vivências cotidianas da família camponesa. Antes de mais nada, a criança devia trabalhar para aprender como se trabalhava; por isso, a incorporação prematura no trabalho tornava-se essencial na formação das novas gerações. Ademais, para os adultos, era necessário incutir o amor ao trabalho como um valor central da existência humana (Brandão, 1990).

O APRENDIZADO DA CONDIÇÃO DE TRABALHADOR CAMPONÊS

Diversos autores que estudaram as sociedades camponesas no Brasil destacaram a importância do trabalho na transmissão do patrimônio de práticas, habilidades e saberes historicamente acumulados. A formação profissional e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob orientação dos pais ou dos trabalhadores de gerações anteriores, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se aos trabalhos produtivos e reprodutivos das famílias, na condição de ajudantes. As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para a vida adulta e para se tornarem agricultores ou donas de casa, assim como o foram seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses (Candido, 1971; Tavares, 1978; Fukui, 1979; Neves, 1981; Antuniassi, 1983; Lopes, 1984; Brandão, 1990; Woortmann e Woortmann, 1997).

Na visão dos camponeses de Itaberaí, o trabalho da criança era percebido como ajuda ao bom andamento do lar ou da parcela agrícola, já que o trabalho, em sua verdadeira acepção, era aquele executado pelo homem, na roça, e pela mulher, em casa e no quintal. Pela observação e pelo ensaio, pouco a pouco, as crianças reproduziam os gestos e os movimentos do corpo dos adultos no trabalho. Na avaliação dos adultos, o importante era iniciar as crianças prematuramente, para que sentissem o prazer de saber fazer.

Ainda no colo e sem poder andar com as próprias pernas, algumas crianças já eram carregadas por sua mãe para o trabalho. Sem opção, as crian-

ças acabavam permanecendo nas proximidades dos locais de trabalho dos adultos, introjetando os principais hábitos e saberes necessários ao modo de vida dos camponeses. Mesmo sem ter consciência do mundo a seu entorno, aprendiam a adiar a hora das refeições, a suportar a fome, o calor, o frio, a chuva, a poeira, enfim, o difícil processo de disciplinarização do corpo e da mente para uma vida que daí em diante deveria ser marcada pelo peso do trabalho.

Quando apenas adquiriam o controle suficiente das pernas e podiam usar os braços e as mãos, as crianças eram levadas para partilhar do trabalho ao lado dos adultos. Depois que aprendiam a andar e a falar, a atenção e os carinhos dos adultos se reduziam, e elas passavam a ser cuidadas pelos irmãos maiores. Daí por diante, havia progressivas diferenças na educação e no trabalho de meninos e meninas. Não se desperdiçavam os préstimos das meninas na hora de catar as impurezas do arroz ou do feijão, descaroçar e fiar algodão, descascar mandioca, lavar vasilhas e roupas sujas, cuidar dos animais domésticos e afugentar as galinhas, os cães e os gatos que invadiam espaços proibidos. Já os meninos eram aproveitados nos trabalhos na horta e com os animais, no transporte de lenha para dentro de casa e de objetos solicitados pelos adultos.

Assim, as mãos tornavam-se os primeiros instrumentos de trabalho das crianças: recolhendo, carregando, coletando, selecionando, limpando, arremessando. E, em meio a essas atividades, as crianças descobriam-se e descobriam o mundo. Diante do processo, elas mantinham uma atitude curiosa, ativa, interessada. Os adultos, cotidianamente, estimulavam o interesse das crianças, que, em contrapartida, sentiam-se felizes, importantes e valorizadas, porque eram capazes de superar novos desafios.

No aprendizado do manuseio dos instrumentos, os pais costumavam destinar-lhes os mais leves e desgastados pelo tempo e pelo uso, uma vez que os mais novos, maiores e melhores eram reservados aos homens adultos da casa, considerados mais produtivos e verdadeiros trabalhadores. A passagem dos sete para os oito anos era considerada importantíssima na vida da criança, pois nessa idade ela começava a tomar consciência da vida e do mundo que a cercava. Dotada de maior capacidade de compreensão e discernimento, em visível desenvolvimento físico e com a coordenação motora já aprimorada, teoricamente, a criança apresentaria os requisitos necessários ao aprendizado dos trabalhos agrícola e doméstico.

Ninguém, depois dos oito anos de idade, ficava desocupado. As meninas recebiam maior quantidade de ensinamentos e tarefas voltados aos serviços domésticos, ao passo que os meninos eram orientados para execução dos trabalhos fora da casa, na lavoura e no trato dos animais, acompanhando os homens da casa. Contudo, não havia uma divisão sexual do trabalho muito rígida. Os meninos desempenhavam tarefas na casa ou no seu entorno, e as meninas também contribuíam nos espaços produtivos

da lavoura. A criança, fosse menino ou menina, tornava-se uma espécie de trabalhador polivalente, que atuava em casa ou fora dela, conforme as ordens dos adultos da casa.

Na seleção do trabalho a ser executado pela criança, consideravam-se o peso, o risco e a complexidade da tarefa em relação à sua capacidade física e intelectual. Mas, por menor que fosse a força de trabalho da meninada, a norma era não desperdiçá-la, conforme o dito popular revigorado por gerações: "Serviço de criança é pouco, mas quem o dispensa é louco". Por outro lado, o trabalho, em tenra idade, era mais valorizado pelo caráter pedagógico do que propriamente pela produtividade.

A participação da criançada no trabalho ocorria progressivamente, na medida de seu crescimento físico, da posse de conhecimentos, da mobilidade e da habilidade no manuseio dos instrumentos de trabalho. Pouco a pouco as crianças passavam a executar os mesmos trabalhos dos adultos e, por extensão, a adotar os comportamentos dos mais velhos. A habilidade e a coragem na execução de tarefas pesadas e complexas eram sempre elogiadas pelos adultos, como forma de incentivar o desenvolvimento pessoal e a boa vontade para o trabalho. Ao contrário, diante do erro, descaso ou desatenção, as crianças eram repreendidas ou até mesmo castigadas.

A educação das crianças estava intimamente ligada à labuta cotidiana dos pais, no amanho da terra, no plantio, na colheita, no trato dos animais domésticos e na realização dos afazeres do lar. As crianças cresciam entre os adultos, aprendendo que era apenas na dura labuta cotidiana que se garantia a sobrevivência no contínuo ciclo de plantar, cultivar e colher os alimentos. Ficava claro que do trabalho não dependia só a alimentação, mas também o vestir-se com as fibras de algodão fiadas e tecidas à mão; o abrigo da moradia revestida de barro, sustentada por esteios retirados das matas e coberta com folhas de palmeiras trançadas; a produção de óleo de mamona para iluminar as residências; a preparação e o uso de ervas medicinais para resolver os problemas de saúde.

A crescente transferência do peso do trabalho encurtava o período de passagem para o mundo do adulto, em um movimento progressivo de transferências de maior responsabilidade e menor dependência dos pais. Ao atingirem os doze ou treze anos de idade, dizia-se que estavam se tornando "rapazinhos" ou "mocinhas". A abreviada fase da vida significava muito mais carga de trabalho e, conseqüentemente, demandava atitudes responsáveis no interior da família e perante a sociedade. Não se admitiam desobediências ou contestações, mas comportamentos adequados ao mundo dos adultos, além da manifestação de discernimento nas situações que se lhes apresentavam. Isso significa que os jovens deveriam assumir todas as atribuições relativas à sua condição de gênero, para logo assumirem o comando de sua própria vida.

Adentrar os espaços dos adultos implicava adotar atitudes e idéias reconhecidamente próprias de adultos. Daí em diante, os jovens e as jovens tinham mais liberdade para tomar parte das conversas de homens e mulheres adultos, conquistavam também maior autonomia para estabelecer relações mais próximas com os vizinhos, faziam compras nas cidades, adotavam o hábito de fumar e tomar bebidas alcoólicas, participavam das festividades profanas e religiosas na comunidade. Em suma, ao atingir os treze ou catorze anos, adquiriam estatuto próximo ao do adulto, sendo-lhes facultado maior liberdade de expressão e de locomoção nos espaços sociais, mas nem por isso se afrouxava o cerco vigilante dos adultos, que lhes concediam maior autonomia, exigindo, porém, como contrapartida o saber fazer com responsabilidade.

À medida que os rapazes e as moças conquistavam maior autonomia pessoal, reduzia-se a influência dos pais. O casamento marcava a independência dos filhos em relação aos pais e à formação de uma nova unidade de produção. Pelo casamento, o homem tornava-se um novo agricultor e chefe de família, o que implicava as atribuições de prover os meios necessários à família. As moças, assim como suas mães, deviam cuidar da casa, educar os filhos e "ajudar" nos trabalhos da roça sempre que necessário.

Ao entrevistar homens e mulheres idosos, constatou-se que todos se lembram de sua infância como um período marcado por pobreza, simplicidade, desconforto e doença. Contaram que andavam a pé no chão, maltrapilhos, com feridas na pele, bichos-de-pé, piolhos, além das inevitáveis verminoses. O fato de as crianças viverem na pobreza e em relativo insulamento se devia às relações sociais expropriadoras a que os camponeses estavam submetidos, em especial quando pagavam altas taxas de arrendamento da terra, vendiam os excedentes agrícolas a baixos preços, compravam os bens de uso a preços elevados e pagavam taxas de juros escorchantes. Além dos frutos do trabalho, os camponeses eram também expropriados de suas terras, em decorrência da valorização territorial proporcionada pela construção de rodovias. Diante disso, fazendeiros e grileiros passaram a cobiçar as terras, coagindo e expulsando os camponeses, mediante o uso da violência, do forjamento de papéis e da manipulação de processos judiciais.

A expropriação do trabalho e da terra não atingia apenas o chefe da família, mas também, às vezes, com muito mais violência, sua mulher e seus filhos. Submetidos a condições sociais desfavoráveis, os homens transferiam para sua família parte do peso da expropriação, e cada integrante da família era convocado a dar sua cota de sacrifícios. Era no espaço familiar, em que se podia encontrar solidariedade para superar os momentos de crise, que homens, mulheres, velhos, jovens e crianças mobilizavam-se de modo coletivo para criar condições minimamente dignas. Dessa forma, o

fato de a criança trabalhar com os pais não significava que as atividades por ela desempenhadas tivessen apenas dimensão educativa e não houvesse exploração de sua força de trabalho. Na realidade, o trabalho da criança também estava inserido no conjunto das estratégias estabelecidas pelas famílias para suprir as carências materiais e sociais. E, portanto, parte do ônus recaía sobre as crianças que não tinham o direito de escolha ou de recusa.

Além de necessidade, o trabalho da criança na família assumia valor central na socialização dos futuros trabalhadores camponeses. O trabalho tornava-se o "sentido da vida" dos camponeses de Itaberaí, princípio que era transmitido desde os primeiros anos de existência da criança. Aquele que fosse educado com base nesse princípio repudiaria a ociosidade e a vagabundagem. O homem trabalhador era considerado digno, honrado e socialmente benquisto, tal qual se sentenciava: "O trabalho dignifica o homem". De acordo com essa concepção, o trabalho tornava-se o meio por excelência de enobrecer e dignificar a existência humana, pois aquele que se encontrava envolto pelo trabalho não se envolveria com ações e pensamentos considerados maléficos ou prejudiciais a si mesmo e aos outros. Por outro lado, ensinar a trabalhar desde a mais tenra idade obedecia a um princípio bíblico: "Ganharás o pão com o suor do teu rosto". Esse preceito levava a criança a introjetar na mente a importância do trabalho e incorporá-lo como prática cotidiana. O corpo preparado desde cedo adquiria a habilidade e a plasticidade necessárias para o enfrentamento do fardo do trabalho e, assim, para a obtenção do próprio sustento.

O trabalho também assumia um efeito pedagógico na vida das crianças, uma vez que as ensinava a valorizar todas as pequenas conquistas obtidas com o próprio esforço físico. Para o pobre, de maneira especial, o esforço corporal dispensado no trabalho era a condição primordial para suprir suas necessidades, daí que o aprendizado do amor ao trabalho em tenra idade adquiria uma dimensão central na formação das novas gerações de camponeses.

Isso não quer dizer que as crianças não vivenciavam situações lúdicas e prazerosas. Até mesmo o aprendizado do trabalho tinha seus encantos. Crianças e jovens aproveitavam os encontros com a natureza para um pouco de lazer: os banhos e pescarias nos riachos, as caças aos passarinhos, os passeios nos campos e bosques em busca de frutos e mel silvestres, todas eram atividades prazerosas que misturavam lazer e trabalho para prover a subsistência. Ainda hoje, as pessoas idosas se lembram da alegria que sentiam na época das "coletas" de frutos do cerrado, especialmente ao encher sacos e balaios com pequi, caju, murici, mangaba e cagaita, entre outros. Subir nas árvores dos quintais, balançar-se nos cipós das matas, jogar esconde-esconde, passear no canavial para chupar cana, andar a cavalo, pular corda, brincar de roda e visitar os vizinhos também eram algumas das atividades lúdicas intensamente vivenciadas pelas crianças.

As meninas brincavam com bonecas confeccionadas por elas próprias, usando retalhos de pano ou mesmo improvisando-as com abóboras, sabugos ou espigas de milho. Bastante comum entre elas era brincar de "cozinhadinho", que consistia em preparar, em panelas de barro, pequenas porções de alimentos, para posterior degustação. À medida que brincavam de costurar, cozinhar e cuidar de bonecas, as meninas desenvolviam habilidades e saberes que lhes seriam necessários para exercer o papel de donas de casa.

Os adultos contavam muitas histórias e "causos" do passado para as crianças. Em uma sociedade de tradição oral, em que poucos sabiam ler e escrever, as histórias faziam parte do repertório educativo e lúdico não só das crianças, como também dos adultos. Quando a plantação, a capina e a colheita não exigiam atenções intensas, os familiares, parentes e vizinhos faziam suas festas e confraternizações. Nesses momentos, a meninada estava sempre presente, embora agrupada em um canto à parte dos adultos. Ao anoitecer, no quintal das casas, sob a luz da Lua ou de uma pequena fogueira, homens, mulheres e crianças encontravam-se para cantar, contar e ouvir histórias, solidificando os laços de amizade e transmitindo cultura entre as gerações.

Assim, trabalho, lazer, vida familiar e comunitária imiscuíam-se no repertório de formação e reprodução de um modo de vida próprio dos camponeses. Nesse processo, a participação da criança tornava-se fundamental na passagem da cultura e dos modos de ser e de viver na terra e da terra.

A ESCOLA E A FAMÍLIA: COMPATIBILIDADES E CONTRADIÇÕES

Em Itaberaí, poucas crianças freqüentavam a escola. A população total do município, segundo o Censo do IBGE de 1950, era de 14.229 habitantes, dos quais 2.506 estavam na faixa de sete a doze anos e, portanto, em idade de escolarização. Mas apenas 421 (16,8%) crianças sabiam ler e escrever. A ampla maioria (83,2%) nunca havia freqüentado a escola, não sabia ler nem escrever e, possivelmente, já estava integrada ao trabalho familiar.

O baixo nível de escolarização era um indicativo de que a população adulta local não valorizava a escola no processo de formação das crianças. Todavia, o problema não estava circunscrito ao estado de Goiás. Caldeira (1960) procurou elucidar os motivos do baixo nível de escolarização da população rural, com idade inferior a quinze anos, com base em dados fornecidos pelo Censo do IBGE de 1950 e das Inspetorias Regionais de Estatística. O autor constatou que, em todas as fases do ciclo produtivo agrícola, do plantio à colheita, as crianças participavam ajudando os pais. As tarefas lhes eram atribuídas conforme a idade, o tipo de atividade pro-

dutiva, os costumes dos grupos sociais e o grau de necessidade econômica da família. Estudando a diversidade dos modos de incorporação da criança ao trabalho nas produções de algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, trigo e fumo na Região Sul e no estado de São Paulo, Caldeira identificou um problema de ordem histórica e estrutural na sociedade brasileira, que perpassava todas as situações analisadas: a questão central da educação rural estava associada à pobreza da população, que, movida pela necessidade, era obrigada a requisitar a ajuda da criança. Segundo o autor, escolarização e trabalho eram incompatíveis, uma vez que a criança tinha dificuldade de coadunar as exigências da ajuda na família com o calendário do ano letivo. Vários outros fatores afastavam a criança da escola: a dispersão demográfica da população rural; a mobilidade espacial dessa população, especialmente dos mais empobrecidos; a baixa qualidade do ensino ministrado; a má distribuição da rede escolar; o desestímulo do professorado e o despreparo dos pais para compreender a necessidade da escola na vida das crianças (Caldeira, 1960).

Para entender a problemática da educação e do trabalho no meio rural, Martins (1975) propõe como perspectiva de análise as representações dos próprios camponeses. Partindo de estudos em diferentes situações sociais do estado de São Paulo, o autor admite que a valorização da escola no meio rural tem estreitas relações com as condições históricas do trabalho produtivo. Tais condições histórico-sociais dos camponeses estariam polarizadas entre a produção de mercadorias e a economia de excedentes. Na produção de mercadorias, a escola adquire valor, porque o domínio dos conhecimentos da leitura, da escrita e das operações matemáticas torna-se indispensável aos camponeses, em sua inserção no mercado. Quando as relações sociais progressivamente tornam-se mediadas pela mercadoria, o conhecimento escolar adquire um significado importante para os camponeses, porque este saber escolar transforma-se em instrumento necessário para se inserir em relações da circulação de mercadorias e para possibilitar a defesa de seus próprios interesses sociais. No âmbito da economia de excedentes, em que o processo produtivo estava orientado para a produção de bens de uso, com comercialização de parte da produção, a escola não era valorizada. Como os camponeses estavam envolvidos em relações sociais que priorizavam os contatos pessoais para o intercâmbio de bens e serviços, os conteúdos transmitidos pela escola assumiam pouca importância, e as aspirações em relação à escola se restringiam apenas a ler, escrever e fazer contas.

Os pressupostos lançados por Caldeira (1960) e Martins (1975) ganham significado na compreensão da não-valorização da escola pelos camponeses de Itaberaí. No período referido, os camponeses estavam inseridos em relações sociais de restrita circulação de mercadorias e viviam em condições precárias de existência. O projeto que os pais estabeleciam para os

filhos era a continuidade do modo de vida camponês. Assim sendo, a escola não adquiria importância na transmissão dos conhecimentos necessários para que os camponeses pudessem produzir e se reproduzir socialmente. Apenas o trabalho concreto e a convivência familiar e comunitária proporcionavam espaços e situações educativas por excelência, que se encarregavam de transmitir os saberes fundamentais à vida das crianças. A escola com finalidade de ensinar a ler, escrever e contar não era valorizada pelos pais porque esses conhecimentos eram julgados pouco importantes diante das necessidades de viver e produzir na roça. Os mais velhos afirmavam, por experiência própria, que, se eles haviam crescido, se tornado adultos e envelhecido sem nunca terem freqüentado a escola, tal poderia suceder com as gerações mais novas. De fato, os projetos que os adultos estabeleciam para os filhos visualizavam tão-somente a reprodução de camponeses, e, para isso, o fundamental era que os meninos aprendessem a trabalhar na roça e as meninas, em casa – saberes que apenas a instituição familiar poderia repassar.

Em Itaberaí havia poucas escolas para as crianças, das quais a maioria estava estabelecida na sede do município ou nos distritos mais populosos. A população que vivia espalhada pelas roças tinha dificuldade em colocar os filhos na escola, pois teriam de alugar casas na cidade ou conseguir famílias que os abrigassem. A maioria dos camponeses não podia arcar também com os gastos com uniformes e materiais escolares. Por essas razões, as crianças freqüentavam a escola quando havia disponibilidade de tempo e dela se ausentavam quando havia premência nos trabalhos em casa ou no roçado. Os períodos de plantio, capina e colheita dos produtos agrícolas sempre demandavam maior número de braços, e, para ajudar a família, as crianças simplesmente evadiam-se da escola. A participação irregular desmotivava a continuidade dos estudos.

As meninas tinham menos direitos sociais ao estudo. Quando a família pensava em proporcionar um pouco de escolarização a algum dos filhos, a prioridade era dos meninos. Os adultos não percebiam tanta utilidade nos conhecimentos escolares repassados às meninas para o futuro papel de esposa, mãe e dona de casa. Acreditava-se que o mais importante na vida das mulheres era o repertório do saber cozinhar, lavar, cuidar dos filhos e do quintal. E, nesse aprendizado, a escola pouco auxiliaria. Além disso, a escola era percebida como "local de perdição" das moças, pois, como ditavam os mais velhos: "Mulher saber ler e escrever não é virtude". Acreditava-se que elas ficariam mais "abusadas", escreveriam "bilhetinhos" para os namorados e, rompendo com as convenções sociais estabelecidas, acabariam por "sujar o bom nome da família".

Deve-se acrescentar que, de maneira geral, as meninas eram muito discriminadas e reprimidas quando freqüentavam a escola, em razão das relações de força e autoridade que estavam estruturadas não apenas na famí-

lia ou na relação professor-aluno, mas também entre os alunos. Na correlação de forças, os mais velhos e fortes sobrepunham-se aos mais novos e fracos, e os meninos, às meninas. Socializadas para a resignação e para a submissão ao universo masculino, as meninas sofriam humilhações, o que levava muitas delas a preferir o trabalho à escola.

Se a população rural não valorizava a escolarização dos filhos, o poder público local, por sua vez, não demonstrava grande interesse em investir na educação infantil. Na visão dos políticos locais, o mais importante era construir estradas, pontes, prédios e outras "obras de magnitude", porque estas sim estariam associadas à idéia de progresso e apareceriam aos olhos da sociedade. Por isso, as escolas eram mantidas em condições precárias, em número insuficiente para atender à população em idade escolar e concentradas nos centros mais urbanizados.

Diante da precariedade do sistema público de ensino primário algumas escolas eram edificadas por iniciativa de alguns grandes proprietários, que contratavam um professor para ensinar a leitura, a escrita e as quatro operações da matemática para os filhos dos camponeses estabelecidos em suas terras, bem como para os filhos dos moradores nas fazendas próximas. Os mestres residiam durante três ou quatro meses na sede das fazendas e improvisavam as salas de aula em um galpão, ou um cômodo da casa do fazendeiro, ou em um rancho coberto de folhas de palmeiras. Em muitos casos, a permanência dos professores nas fazendas era tão abreviada, por desentendimentos com os proprietários de terra, ou por problemas de ordens diversas, que muitas das crianças só assimilavam alguns rudimentos do ensino escolar.

As condições de infra-estrutura das escolas públicas eram precárias. O itaberino Abreu (1978, p.117) se lembrou de que as salas de aula eram mal iluminadas, pouco espaçosas e deficientemente arejadas. As longas carteiras, que em geral eram alinhadas rente às paredes, fazendo o contorno da sala de aula, acomodavam mais de cinco alunos. As crianças sentavam-se, uma ao lado da outra, em um banco sem encosto. Na borda superior da carteira havia entalhes na madeira com formato arredondado, onde se colocavam os tinteiros. Em uma mesma sala de aula, agrupavam-se várias turmas. Enquanto o professor explicava os conteúdos e passava os exercícios de fixação para uma série, as demais tratavam de responder aos exercícios previamente recomendados. Assim como nas moradias, as escolas não tinham instalações sanitárias. Apenas alguns pés de bananeiras, taquareiras e outros arbustos plantados no fundo do pátio ofereciam um pouco de privacidade às crianças. Uma pequena tabuleta, colocada sobre a mesa do professor, com os dizeres "livre", de um lado, e "ocupado", do outro, servia de aviso quanto à possibilidade de acesso às moitas detrás da escolinha.

O método de ensino usado era a memorização, razão pela qual o bom aluno devia saber todos os conteúdos "na ponta da língua" ou "de cor e

salteado". Aqueles que não estivessem preparados eram castigados e expostos a situações humilhantes e constrangedoras. Corpo e mente dos alunos eram condicionados a responder imediata e automaticamente às perguntas solicitadas. A tabuada, por exemplo, era ensinada por uma cantiga cadenciada, acompanhada pelo som das batidas e pelo balanço das pernas e mãos do alunado. A disciplina era rígida: não podiam conversar, nem fazer barulho ou algazarra; cabia-lhes ouvir calados e formular perguntas sobre os conteúdos não devidamente apreendidos somente depois da autorização do professor, e responder apenas quando solicitados. E, em casos de indisciplina, aplicavam-se castigos e palmatoadas (Abreu, 1978).

A existência da palmatória, em poder e ao alcance do professor, transformava a escola em local que amedrontava as crianças. Para evitar os temíveis castigos e as situações humilhantes, elas se mantinham caladas e quietas, o que muito agradava aos professores. Com um cabedal de conhecimento limitado, interessava-lhes muito mais a manutenção da ordem e da disciplina entre seus alunos do que o aprendizado propriamente dito. As crianças tímidas ou com problemas de memorização sofriam muito, em sala de aula, com os sucessivos castigos. Em muitos casos, as situações vexatórias tornavam-se motivo de evasão escolar. Assim sendo, as crianças recolhiam-se aos trabalhos e, humildemente conformadas, aceitavam e introjetavam a sentença dos adultos de que "não tinham idéia boa para o estudo".

De certa maneira, a escola reproduzia a estrutura hierárquica existente no interior das famílias, na qual o pai e, depois, a mãe ocupavam posições de mando, e os mais novos lhes deviam obediência. A relação de autoridade tornava-se inquestionável, porque se considerava natural os mais velhos e maduros exercerem seu poder sobre os ainda inexperientes, para que aprendessem a ser como os adultos. Apesar da austeridade dos castigos, o professor e o vigário eram pessoas de prestígio social e grandes formadores de opinião. Dessa forma, a escola reproduzia e requalificava as relações autoritárias instituídas pela família, e, por essa razão, os pais até mesmo autorizavam os professores a aplicar castigos físicos em seus filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise empreendida, a construção social da infância camponesa deve ser entendida com base em longo processo de incorporação do repertório das habilidades e das lógicas da vida cotidiana de homens e mulheres simples que viviam do trabalho agrícola no interior de Goiás. Na socialização das novas gerações, a família assumia o papel de transmissora do patrimônio de saberes e de disciplinas necessários para a formação dos futuros

trabalhadores e herdeiros. Assim, o trabalho, desde tenra idade, surgia no horizonte da vida da criança como condição imprescindível tanto para garantir a reprodução social quanto para transmitir os valores simbólicos e afetivos das normas e das lógicas camponesas.

Para os camponeses de Itaberaí, a instituição familiar tornava-se a primeira e a mais importante agência de socialização, daí que as crianças forjavam sua própria identidade com base em seu modelo familiar, particularmente *vis-à-vis* seu pai, sua mãe e seus irmãos mais velhos. A criança aprendia a viver em um mundo em consonância com a concepção dos adultos, uma vez que a autoridade, a experiência, a sabedoria e a força física conferiam-lhes um poder, cujo exercício era sempre justificado pela intenção de beneficiar a própria criança.

Desde pequenas, as crianças camponesas eram educadas para seguir o exemplo dos adultos, a fim de se familiarizar com a experiência acumulada sobre as técnicas agrícolas e artesanais, com o trato dos animais, com os serviços domésticos, com os vários conhecimentos empíricos, com o código moral, com as tradições, com os contos, com os cânticos etc. Da perspectiva das crianças, a família era praticamente o mundo onde podiam se mover, o que constituía um dos fatores importantes para a manutenção dos padrões socialmente estabelecidos. A valorização da família e da comunidade, como as principais instituições de transmissão dos conhecimentos requeridos, tornava insignificantes os saberes repassados pela escola, sendo, por isso, raros os camponeses que tinham rudimentos de leitura e escrita. No que se refere à educação escolar, o poder público demonstrava pouco interesse em instituir programas de desenvolvimento do ensino escolar, para proporcionar maior e melhor formação da população rural.

O Estado brasileiro, embasando-se nas noções do pátrio poder, não elaborou leis regulamentares de uso e qualificação da força de trabalho infanto-juvenil no interior da família, nem mesmo instituiu, na prática, um sistema educativo amplo e abrangente para dar continuidade à formação das populações rurais. Especificamente, o trabalho da criança no seio das famílias foi considerado uma questão da esfera privada, razão pela qual os titulares do Estado não julgaram o problema como de sua alçada e o deixaram sem nenhuma interferência legal. Na perspectiva dos legisladores, o trabalho da criança no âmbito da família rural também foi percebido pelo prisma educativo e pela importância na transmissão das habilidades e saberes necessários às novas gerações de camponeses.

A partir do final da década de 1940, a pobreza e o insulamento social do campesinato tornaram-se questões de debate público, não apenas no estado de Goiás, mas também no plano nacional, em virtude do início do processo de modernização da agricultura. Na perspectiva dos titulares do Estado, a modernização tecnológica que se anunciava exigia outro tipo de trabalhador profissionalmente qualificado, com novos hábitos, com novos

comportamentos para absorver os novos saberes e tecnologias, já que os até então transmitidos aos filhos pela instituição familiar passaram a ser considerados tradicionais, arcaicos e pouco produtivos.

A modernização e a expansão das relações capitalistas no campo resultaram no aprofundamento da progressiva concentração da terra, da renda e do poder, aumentando a expropriação dos camponeses, que acabaram se transformando em trabalhadores assalariados. O conjunto de mudanças sociais e tecnológicas, associado aos conflitos de interesses dos diferentes atores sociais, característicos do processo de modernização, trouxe à tona a necessidade de debater as questões da qualificação do trabalho e do ensino rural. Camponeses, dirigentes de sindicatos rurais, representantes de setores da Igreja e do Estado entraram em cena para discutir e implementar políticas de educação formal e informal, com vistas à preparação do novo tipo de profissional da agricultura. O conteúdo de tais propostas e as formas de implementá-las não eram questões consensuais entre os diversos agentes sociais, porém havia unanimidade quanto à importância da educação rural das crianças e da qualificação dos jovens, entendidas como imprescindíveis no processo de formação dos futuros agricultores.

Os agentes mediadores ligados ao Estado, à Igreja Católica e aos sindicatos rurais, bem como aos movimentos sociais dos camponeses, perceberam a necessidade de melhorar o nível da educação rural e da qualificação técnica do trabalho da população infanto-juvenil. Para as crianças rurais salientava-se a necessidade dos estudos escolares, com vistas a reduzir o analfabetismo e formar uma nova geração dotada de capacidade de compreensão das mudanças sociais, em condições diferenciadas das gerações anteriores, cujo apanágio construído compunha-se de termos pejorativos como: ignorantes, rotineiras, tradicionais, primitivas, atrasadas e tantos outros. Aos jovens propunham-se programas específicos de extensão rural, com o intuito de melhorar a capacidade técnica e intelectual dos futuros produtores, preparando-os, conseqüentemente, para o novo contexto de desenvolvimento econômico e tecnológico. Assim, a família passou a ser considerada incapaz de educar e repassar os conhecimentos técnicos necessários ao novo contexto de desenvolvimento das forças produtivas, e, pouco a pouco, outras instituições se interpuseram à família na tarefa educativa e na qualificação técnica da população infanto-juvenil.

Todavia, o trabalho da criança no interior da família não foi problematizado nem pelas lideranças dos movimentos sociais camponeses, nem pelos agentes mediadores ligados ao Estado, à Igreja ou aos sindicatos rurais. Isso indica que, no plano das representações sociais, o trabalho da criança continuou sendo concebido como um processo necessário à socialização das novas gerações de camponeses e, na essência, continuou sendo socialmente valorizado na formação dos futuros, honestos e honrados trabalhadores rurais.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, E. P. *Curralinho*: Seus costumes e sua gente. Goiânia: Oriente, 1978.

ANTUNIASSI, M. H. R. *O trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BERGER, P. I. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C. R. *O trabalho de saber*: Cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

CALDEIRA, C. *Menores no meio rural*. Rio de Janeiro: CBPC/Inep, 1960.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, M. E. F. *A revolta camponesa de Formoso e Tombas.* Goiânia: Cegraf, 1988.

CHAUL, N. N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

DAYRELL, E. G. *A colônia agrícola nacional de Goiás:* análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Goiânia: Editora da UFG, 1974.

FUKUI, L. F. G. *Sertão e bairro rural:* Parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.

GUIMARÃES, M. T. C. *Formas de organização camponesa em Goiás (1950-60)*. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

LOPES, R. M. Socialização e organização familiar rural. *Cadernos do CEAS*, n.11, 1984.

MARIN, J. O. B. *Crianças do trabalho*. Goiânia: Editora da UFG, Brasília: Plano, 2005.

______. *Trabalho infantil*: Necessidade, valor e exclusão social. Brasília: Plano, Goiânia: Editora da UFG, 2006.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo*: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

NEVES, D. P. *Lavradores e pequenos produtores de cana:* Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, J. V. *Colonos do vinho:* Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra:* A lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997.

Parte 3

COLONATO E MORADA – PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS E MECANISMOS SOCIAIS DE DISSOLUÇÃO

5
Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora

Delma Pessanha Neves

Com base na leitura de documentos e na provocação, por entrevista, da memória social de alguns dos *ex-colonos* e *ex-moradores* vinculados à cultura do café e da cana-de-açúcar, colaborar-se-á para o registro de experiências sociais do colonato e da morada, formas tuteladas da condição camponesa. Mediante a reconstrução *a posteriori* de processos de expropriação de condições de acesso aos meios de produção, bem como de conformação de certa autonomia do trabalhador e de sua família, põem-se em destaque os exercícios de reflexão pelos quais esses agentes valorizaram os modos de vida correspondentes e construíram referências para a ação política, coletiva ou individual. No artigo, demonstramos então os investimentos de trabalhadores autorizados ao controle relativo sobre o acesso aos meios de produção, o produto do trabalho e o uso da força de trabalho, própria ou dos membros da família, a fim de reproduzir tais condições ou responsabilizar os proprietários de terra pela mudança unilateral dos contratos correspondentes. Assim sendo, estudamos, mediante reflexão de trabalhadores, a sistematização de formas de existência camponesa, todavia elaboradas segundo a administração de situações de crise de reprodução, e as investidas no sentido de reintegração a outra atividade econômica.

Colonato e morada: formas de imobilização da força de trabalho

O colonato e a morada constituíam formas de imobilização da força de trabalho em que o proprietário de terra, controlando os trabalhadores para disponibilidade plena nos momentos de pico produtivo, liberava-se dos

custos de reprodução da mão-de-obra naqueles períodos de diminuição das atividades agrícolas. Apresentavam-se como sistemas de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinados com plantio de lavouras de subsistência, vigentes em determinados contextos socioeconômicos em que a estrutura de poder nas *fazendas* fundava-se em relações personalizadas e regras consensuais.[1]

A adoção extensiva desses sistemas, por volta de toda a primeira metade do século XX, sustentava-se na modalidade da exploração da força de trabalho. Subordinados econômica, social e politicamente aos proprietários de terra, os *colonos* e os *moradores* mantinham relação de dependência pessoal constitutiva dessa modalidade de uso da força de trabalho. A dependência era regulada por determinados valores consensuais que impunham aos *fazendeiros* certas obrigações e respeito para com os direitos dos *moradores* e *colonos* às lavouras de subsistência e à criação de animais de pequeno porte, e ainda à meação do rendimento obtido na cultura extensiva e de fins comerciais, apenas para os *colonos*. Supunha também que ele respeitasse a autonomia do *colono* em relação às decisões acordadas quanto ao processo produtivo, ao momento da colheita e aos produtos de seu trabalho, dos quais não devia se apropriar sem prévia autorização.

Em contrapartida, a resistência ou reação aos mecanismos extras de exploração, não combinados consensualmente, podia redundar em rompimento da relação. Resulta daí que muitos dos conflitos surgidos por quebra de regras consensuais, vistos como expressão da ruptura do contrato e desrespeito à dignidade do trabalhador-chefe de família, revertiam em rompimento definitivo da relação de colonato ou de moradia e abandono súbito da propriedade, recaindo sobre este as perdas ou prejuízos. Diante de outras formas de resistência do *colono* ou do *morador* (permanência na propriedade sob relações conflitivas e reivindicação formal ou informal de direito), a humilhação e a indignação mútuas resultavam muitas vezes em agressões físicas e até homicídio. Nessas circunstâncias, em geral o *colono* ou *morador* como agente social emergia do silêncio para os documentos, para a imprensa escrita, tendo registradas sua existência, suas dificuldades, as regras sociais que eram objeto de desrespeito, sua reação radicalizada ou seu dramático fim.

Sustentadas na relação consensualmente acordada e na dependência pessoal do trabalhador e de sua família, tais formas de utilização da força de trabalho propiciavam a transferência dos prejuízos causados por instabilidade de preços e por falta de sistematicidade nas condições de pagamento do produto mercantil transferido à cadeia de comercialização. Estavam assim perfeitamente adequadas aos riscos das oscilações de preço

[1] A modalidade de vínculo de trabalho foi estudada por LOPES, 1976 e 1988; PALMEIRA, 1977 e SIGAUD, 1979, contribuições pelas quais muitos outros autores, como esta autora, orientaram-se (NEVES, 1997a; 1997b; 1999).

dos produtos destinados ao mercado externo, liberando o *fazendeiro* de grande parte das imposições que sobre ele, no caso em pauta, os usineiros ou comerciantes exportadores faziam recair.

Os *colonos* recebiam remuneração baixíssima pelo produto (mercantil) do seu trabalho, correspondente à metade do suposto valor financeiro alcançado pelo carro de cana ou pelas toneladas de grãos de café semibeneficiados. Portanto, apropriavam-se apenas da metade do rendimento gerado pela atividade mercantil. Tais formas de exploração amparavam-se nas alternativas de utilização de sobretrabalho, mediadas por relações domésticas dos membros da família do trabalhador. A pretexto de *ajuda* ao chefe da família, as esposas e os filhos exerciam um trabalho gratuito, o que propiciava o rebaixamento do valor da força de trabalho porque ampliava o número de trabalhadores para atender à reprodução da unidade familiar.

A contrapartida às formas de apropriação do sobretrabalho era o acesso às lavouras de subsistência, às pequenas criações e à constituição de um patrimônio e de uma poupança, materializados nas benfeitorias e nos animais de locomoção, muitas vezes convertidos em propriedade de um pequeno lote de terra, por meio do qual, fundamentalmente, o *colono* podia obter a condição de proprietário e produtor independente. A garantia do acesso aos meios de subsistência propiciava que o reduzido rendimento advindo da cultura mercantil pudesse, por vezes, ser acumulado e convertido em recursos financeiros para compra de lotes que, em alguns casos, iam se somando.

Por todos os fatores apontados, o colonato era uma alternativa relativamente aberta à constituição de pequenos produtores ou proprietários, no caso da cultura canavieira, durante todo o período em que a cana não se constituía produto de comercialização garantida; e no caso da cafeicultura, quando a demanda do café para o mercado externo era atividade rentável. Em conseqüência, na cultura canavieira, entrou em declínio à medida que o produto passou a contar com maior segurança de comercialização e de lucratividade. Os *fazendeiros* passaram a se interessar pelo uso direto não só do solo anteriormente voltado para a cultura de cana, como também das áreas antes asseguradas pelas regras constitutivas do colonato à lavoura de subsistência, à casa, ao terreiro, à horta e ao pomar, colocando em questão a própria relação. Na cafeicultura, o colonato extinguiu-se em sintonia com a inviabilidade da produção extensiva.

AS SITUAÇÕES EMPÍRICAS ESTUDADAS: ESPECIFICIDADES E PONTOS DE VISTA

A base empírica para as análises aqui apresentadas circunscreve-se, para o estudo de *ex-colonos* das fazendas de café, aos entrevistados residentes no

município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, que provieram dos municípios do norte do estado e do sul do estado do Espírito Santo para se reinstalarem como parceiros na citricultura.[2] Os entrevistados referiam-se a dois momentos do processo de migração. O primeiro, ocorrido entre a década de 1950 e a de 1960, em virtude da baixa rentabilidade oferecida pelo café e da contínua queda dos preços e da produtividade, efeitos do acometimento de pragas nos cafezais. Posteriormente, a migração foi motivada pela extinção ou ruptura no sistema de produção e trabalho objetivado no colonato, em conseqüência de decisões de políticas governamentais, implementadas pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), de erradicar a cafeicultura.

No caso da análise das condições sociais do colonato e da morada nas fazendas de cultivo de cana-de-açúcar, na Região Açucareira de Campos, estado do Rio de Janeiro, os dados foram obtidos por entrevistas e registros cartoriais de Livros de Transmissão de Imóveis; processos encaminhados por trabalhadores ao Instituto do Açúcar e do Álcool, reclamando direitos de indenização de benfeitorias ou ruptura de regras consensuais e legais pelos proprietários de terra e informações apresentadas pela imprensa escrita, quando noticiava crimes ocorridos em virtude de conflitos entre *fazendeiros*, *colonos* e *moradores*.

Mediante o levantamento realizado nos Livros de Registro de Transmissão de Imóveis nos Cartórios do 2º e 13º Ofícios, correspondente ao período de 1880 a 1980, pôde-se aquilatar a importância dessa relação de trabalho. Era, até 1930 aproximadamente, quando se inicia o processo de liquidação do colonato, consensualmente institucionalizada e respeitada. Nos registros de transmissão de propriedade fundiária, as casas destinadas aos *colonos* (e *moradores*) apareciam ladeadas aos demais investimentos. O direito à meação pelos *colonos* era considerado tanto nas situações de partilha por herança quanto em venda, doação *in solutum* ou arrematação.

Levando-se em conta tais registros cartoriais, pode-se também ter idéia, nos casos considerados, da presença significativa das relações de trabalho pela área de terra que os *colonos* obtinham para parceria na cultura da cana. As áreas de terra cedidas para exploração pelos *colonos* oscilavam entre 5 e 50 hectares (Cartório do 2º Ofício da Comarca de Campos-RJ).

Ao reavaliarem, para efeitos de participação na pesquisa, o processo de extinção da condição de *colono* ou *morador*, os entrevistados explicitavam a consciência do caráter seletivo de decisões do governo federal e de imposições do proprietário de terra. No caso da cafeicultura, os representantes do governo federal, ao oferecerem financiamentos para a destruição dos

[2] O contato com os entrevistados se deu pela mediação dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí, que nos conduziram às casas de vários *ex-colono*s. De acordo com a apresentação, foram desdobrados os contatos. O trabalho de campo foi realizado durante os meses de outubro e novembro de 1989.

cafeeiros e para a expansão da pecuária, asseguraram condições de reprodução aos *fazendeiros,* mas eliminaram ou também erradicaram as condições de existência e reprodução do colonato.

Para os *colonos*, uma das possibilidades de projeção do futuro lhes foi negada. Por isso, dadas as precárias condições de vida de tais entrevistados no momento do trabalho de campo, eles se referiam ao colonato como um passado áureo de integração social. Reafirmavam então um modelo de vida cuja inserção se pautava pelo enraizamento familiar deles e dos *fazendeiros*, quando as aspirações de ambos estavam referenciadas a um futuro dado como certo. A reprodução do colonato também era de um projeto de vida para as gerações, cuja repetição comportava variações decorrentes da capacidade de investimento na crença ou no mesmo futuro dado à projeção.

O modo de vida idealizado no contexto da produção de dados para a pesquisa se ancorava na outrora certeza da inserção, mas foi também reelaborado no momento em que os *ex-colonos* se viram afetados pelo desemprego, alcançados pela aposentadoria ou pela resignação diante de formas desqualificadas de acesso ao salário, que só asseguravam a reprodução cotidiana dos filhos.

Em consonância com os princípios metodológicos antes apontados, a elaboração e a leitura deste artigo não podem perder de vista que desfrutar da oportunidade de aproximação de um mundo social já extinto, pela memória de um de seus agentes, é apenas se permitir conhecer o sistema de representação sobre a experiência por eles vivida. Nessa perspectiva, o analista e o leitor devem estar atentos aos termos formulados para tanto, bem como ao registro unilateral dos modos de organização social daqueles pelos quais o mundo assim apresentado pode ser compreendido.[3]

Para os ex-trabalhadores da cultura do café e da cana-de-açúcar, pensar o sistema de colonato e de morada é avaliar as distintas formas como nos dois casos analisados ocorreu a extinção. A massiva migração de trabalhadores da cafeicultura, tanto para a citricultura quanto para atividades do setor de serviços e industrial em municípios do Grande Rio, ocorreu em momentos em que as condições objetivas de vida na primeira atividade produtiva deterioravam-se. Todavia, o projeto de reconstrução de padrões então valorizados surgia como produto de reinvestimentos de trabalho, referenciados por um novo modo de vida louvável.

Tal não é o caso dos ex-*colonos* vinculados à cultura canavieira. O mundo social antes valorizado se esgotara e outras alternativas não se apresentavam de imediato como solução que viesse a abrigar familiares, parentes

---

[3] Por serem termos elucidativos do universo de conhecimentos e produção de saber dos entrevistados, eles incorporam significados atribuídos segundo relações sociais aí estabelecidas, isto é, particularistas. Por isso, eles estão graficamente apresentados em itálico.

e vizinhos. Por isso a migração, quando ocorreu, constituiu ato individual de jovens trabalhadores em geral solteiros.

Esses não são os únicos fatores a serem levados em consideração. Os *colonos* do café adotaram soluções baseadas no amparo da rede de relações familiares, porque no contexto não estiveram mobilizados à constituição ou à busca de apoio de formas de mediação institucionais para lutar pelos seus direitos. O que se anunciava pelo deslocamento apresentava-se como um mundo melhor, mesmo que custasse o desenraizamento, relativizado pelo rearranjo de relações de parentesco e vizinhança.

Os *colonos* e os *moradores* da cultura canavieira, de modo distinto, contaram com a mediação formalmente institucionalizada, investiram no reconhecimento e na criação de novos aparatos legais e no estatuto de direitos trabalhistas; e assumiram, na maior parte dos casos, a cisão dos universos dos trabalhadores e dos *fazendeiros*.

O SISTEMA AGROEXPORTADOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: FORMAS DE RECRUTAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

O colonato e a morada, como visto, eram relações de trabalho e produção que sustentavam as *fazendas* destinadas ao cultivo de produtos que pressupunham beneficiamento e estavam dirigidos ao mercado externo. O volume de produção requeria ampla imobilização da força de trabalho, em um contexto em que o trabalho manual era condição fundamental da exploração produtiva. As atividades realizadas nas *fazendas* eram altamente dependentes da força de tração animal, razão pela qual também eram unidades produtivas que integravam extensa criação de gado como atividade secundária ou complementar. Pela imobilização da força de trabalho, *colonos* e *moradores* agregavam ao conjunto de atividades produtivas os plantios de feijão, milho, abóbora, inhame, taioba, cana-de-açúcar etc., por eles apropriados — totalmente pelo *colono*, se plantados junto às áreas de renovação ou manutenção da lavoura de café e de cana; e parcialmente, se explorados em áreas periféricas. Do ponto de vista dos *colonos* e *moradores*, esses cultivos conformavam a *lavoura de mantimento* ou as atividades de autoabastecimento, embora o excedente circunstancial pudesse ser colocado à venda no mercado local.

As relações de colonato e morada são representadas pelos trabalhadores por um princípio integrador básico, qual seja: a relação de troca que os subordinava ao *fazendeiro.* A subordinação era contraditoriamente asseguradora de certas alternativas de autonomia, em geral, no caso dos *colonos*, construída pela venda, em tese, a qualquer comerciante, dos pro-

dutos sobre os quais tinham controle pleno. Todavia, a vinculação a um *fazendeiro* era asseguradora de crédito porque afiançadora da adequabilidade à reprodução da posição social e do éthos correspondente.

Para caracterizar a especificidade e a diversidade das unidades produtivas, tanto as que integravam *colonos* e *moradores* como aquelas por eles geridas, optamos por secundarizar as variações internas e as alterações porventura existentes no período de vigência de tais modelos de relações. Destacamos, então, os traços predominantemente distintivos e as uniformidades mais evidentes.[4]

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS FAZENDAS DE CAFÉ

O reconhecimento da dupla atividade comercial na *fazenda* de café também o é da especificidade da posição dos *colonos,* razão pela qual os entrevistados enfatizam, com certo orgulho da posição, as duas esferas distintas da atividade produtiva: a parte do café, totalmente explorada pelos *colonos* sob meação, e a pecuária, explorada pelo *fazendeiro* com *empregados* assalariados. Nessa distinção, valorizam a autonomia inerente à sua posição, trabalhando com os membros de sua unidade familiar sob sua autodeterminação no que diz respeito ao ritmo, ao tempo, à intensidade e à racionalidade social. Os *empregados*, filiados à pecuária ou às atividades de comercialização, trabalhavam sob as ordens do *patrão*, recebiam salários, tinham praticamente todo o tempo de trabalho absorvido nas atividades produtivas da *fazenda*, pouco lhes restando para desenvolver *lavouras de mantimentos*.

Contudo, o estudo das representações sociais com base nas formas de construção dos entrevistados não pode se restringir ao que estes relatam, salvo se o analista quiser abrir mão de seu papel. O conjunto dos processos em curso não pode ser recuperado partindo-se tão-somente do domínio da vivência, porque é mais abrangente do que as experiências daqueles que o viabilizaram e porque, deste universo social, as transformações não são dadas ao conhecimento. A despeito de os *ex-colonos*, em termos formais ou ideais, demarcarem enfaticamente a separação entre a produção de café e a criação de gado, fazendo a distinção entre as formas de afiliação do *campeiro* e as deles, as atividades se interligavam quanto à alocação da força de trabalho. Fazia parte da relação de colonato o direito de o *fazendeiro* requerer o trabalho dos *colonos* e de seus filhos para a formação e a conservação de pasto, ainda que respeitando as determinações de dis-

[4] Para uma compreensão mais ampla e aprofundada dos processos aqui considerados, consultar Neves, 1989a, 1989b, 1990, 1991 e 1998.

tribuição da força de trabalho pelo chefe de família. A imobilização da força de trabalho, que a família do *colono* encerrava, visava também a atender às necessidades descontínuas da atividade pecuária. Dessa forma, todos estavam sujeitos a essa agregação, momento em que recebiam salário. Essa alternativa muitas vezes era reivindicada pelos familiares do *colono*, para enfrentarem as necessidades de mais recursos financeiros nos casos de endividamento, doença, casamento etc.

A *fazenda* comportava ainda trabalhadores dedicados a funções de transporte das mercadorias por tropas de burro ou carros de boi. Esses trabalhadores eram identificados como *tropeiro* e *arreeiro* ou *carreiro* e *candeeiro.*

Os *colonos* podiam ainda estar integrados às unidades de produção de menor porte, denominadas *sítios*, trabalhando paralelamente ao proprietário da terra. Este, dispondo de área de terra que excedia à possibilidade de uso da força de trabalho familiar ou tendo-a empregado em outra atividade produtiva, cedia lavouras para um ou dois *colonos* explorarem sob sistema de meação. Se integrado por tal forma de vínculo, o *colono* era definido como *companheiro* ou *camarada*, caracterizando a relativa proximidade de posição e as relações de solidariedade em que os parceiros deveriam se pautar.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS FAZENDAS CANAVIEIRAS

Os *plantadores de cana* ou *fazendeiros*, durante toda a primeira metade do século XX, eram proprietários de grandes extensões de terra que se dedicavam, de forma mercantil, à cultura de cana e à criação de gado e, para fins de auto-suficiência, à criação de aves, porcos, carneiros, cabritos e cavalos e ao cultivo de lavouras de subsistência como milho, feijão, café, abóbora, mandioca, aipim, abacaxi etc. Possuíam os instrumentos necessários ao beneficiamento dos produtos dessas lavouras cujo consumo assim se fizesse condição (café, mandioca, milho).[5]

As atividades agrícolas destinadas à cultura da cana estavam em geral a cargo dos *colonos*, mas também podiam ser diretamente exploradas pelo *fazendeiro*, por intermédio de *moradores* e *alugados* e recrutamento de dias de trabalho do *colono* e dos membros produtivos de sua família.

A maior parte dos *plantadores* ou *fazendeiros* residia nas *fazendas* e compunha com os demais produtores – proprietários ou *colonos* – e trabalhadores um sistema de relações de amplitude mais localizada, sendo o fazendeiro o centro catalisador de um conjunto outro de atividades sociais, de mediações com o mundo social externo. Na *fazenda*, muitas vezes, situa-

[5] Sobre as relações de produção e trabalho na agroindústria açucareira do estado do Rio de Janeiro, consultar Neves, 1981, 1997a e 1997b.

vam-se a escola e a capela. Nessa condição, eram eles que recebiam as professoras e os padres e promoviam as festas católicas de padroeiro. Podiam-se colocar como juízes de paz delegados de sindicato ou representantes da cooperativa de crédito. Eram intermediários dos demais produtores na comercialização de cana e, alguns, nas relações clientelísticas específicas ao sistema político vigente e ao sistema de poder local ou mais amplo. Sob quaisquer situações, as *fazendas* tendiam à auto-suficiência, provendo a família do *fazendeiro* e dos trabalhadores a elas interligados com a maioria dos recursos básicos necessários à reprodução física.

A *fazenda* abrigava assim não só a residência do proprietário e administrador, como as dos *colonos* e *moradores*; as *roças* de cana, de mandioca, aipim, abóbora, batata-doce, milho e feijão principalmente; as *hortas* dos *colonos* e *moradores*; o pomar; o *terreiro* das respectivas casas para a criação de animais de pequeno porte, no caso dos *fazendeiros*, e de aves (e raramente porcos), dos *colonos* e *moradores*; o pasto, os cercados e os currais para a criação de gado pelo proprietário, onde *colonos* e *moradores* podiam manter umas poucas cabeças, na maior parte dos casos sob meação. A criação de gado voltava-se para o corte e para a constituição de um rebanho destinado às atividades de tração com o aradinho e as carroças ou cambonas que transportavam as canas.[6]

A relação de morada era uma alternativa aberta a alguns trabalhadores chefes de família que conseguiam internalizar as regras consensuais de subordinação pessoal ao *fazendeiro* ou do sistema de poder personalizado. Constituía-se como modalidade de vinculação do trabalhador que supunha a venda da força de trabalho para o *fazendeiro* por um salário de menor valor, acrescido da complementação oferecida pelo acesso às lavouras de subsistência, casa de morada, criação de pequenos animais, direito à utilização de lenha e, em certos casos, ao leite fornecido como concessão ou pela criação de algumas vacas. Em certas situações, tais recursos estavam assegurados, exceto a oferta contínua de área para lavoura de subsistência. Nessa variante, o recurso era utilizado com o plantio nas entrelinhas do canavial renovado.

Como relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário e respeito por parte deste aos direitos consensuais daqueles, a moradia mostrava-se muitas vezes vulnerável a desentendimentos não só por parte do chefe da família como também de todos os demais membros. Dessa forma, era comum a ruptura da relação por desrespeito a determinados padrões morais e excesso de autoridade do *fazendeiro*: brigar ou ofender o filho do *morador*; deixar que animais violassem as lavouras sem a devida reparação; dificultar o uso do tem-

[6] Em alguns casos, a *fazenda* inseria ainda alguns artesãos como ferreiros, marceneiros, carpinteiros, destinados principalmente à preservação dos instrumentos de trabalho de tração.

po para a dedicação aos cultivos de subsistência; suspender a concessão para a criação de alguns animais etc. Os desentendimentos freqüentes acenavam para a inviabilidade da relação por estar ela pautada por relações e acordos pessoais. Só se sustentava se as partes estivessem acordadas.

Os *moradores* recebiam os dias de trabalho dos *fazendeiros* com base na jornada de trabalho, cujo tempo era regulado por fatores naturais – *de sol a sol*. Caso o trabalho nas lavouras administradas pelo *fazendeiro* diminuísse ou se tornasse desnecessário, eles estariam impedidos de trabalhar em outra unidade de produção, salvo com autorização daquele.

Como as lavouras de subsistência eram consideradas complemento não-monetário da remuneração do trabalhador e uma forma de imobilização da força de trabalho, a modalidade de vinculação foi estimulada mesmo no contexto em que a legislação prescrevia o pagamento do salário mínimo. Constituía regra consensual que o salário do *morador* fosse menor, já que era complementado com a produção de meios de subsistência.

FORMAS DE DISSOLUÇÃO DO COLONATO NA CULTURA DO CAFÉ

A partir da década de 1920, a cafeicultura implantada nos municípios das regiões serrana e norte do estado do Rio sofreu restrições por causa das variações no valor atribuído ao preço do café no mercado externo. As recorrentes dificuldades de investimentos para manutenção ou melhoria da rentabilidade da cultura, em face do crescente declínio dos preços, e as alternativas abertas pelo governo à comercialização estimularam a mudança de comportamento dos cafeicultores. Não só eles optaram por usufruir os dividendos possíveis dos recursos financeiros já imobilizados na atividade, como investiram na expansão da pecuária. De início (sobretudo na década de 1930), as lavouras de café foram secundarizadas em termos de tratos culturais e de renovação, diminuindo a produtividade e a produção.[7] A partir da década de 1940, os cafeicultores-pecuaristas começaram a se associar na constituição de cooperativas de leite, a expandir o uso da terra em pastagens e a investir na construção de currais, estábulos, cercas etc., acentuando drasticamente a diminuição dos investimentos no cultivo do café. Contaram, para tanto, com recursos oferecidos pelo Estado (governos federal e estadual), mediante estímulos à melhoria da qualidade do rebanho: criação de postos agropecuários para a oferta de assistência téc-

[7] O abandono dos cafezais estimulou a disseminação de pragas e a redução da rentabilidade, fatores cuja reversão se tornava por demais onerosa e não encontrava sustentação no reprimido preço do café. A diminuição da produtividade e o aumento da secundarização da cultura do café caminhavam crescentemente em sentidos inversos.

nica e de linhas de crédito para investimento em instalações e em recomposição do rebanho, principalmente compra de reprodutores. Por fim, na década de 1960, o governo federal colocou em prática uma política de erradicação dos cafezais e a pecuária se tornou atividade predominante no estado do Rio de Janeiro.

Esses processos não foram os únicos. Atuaram em consonância com eles, os seguintes, coadjuvantes:

- a expansão urbano-industrial da cidade do Rio de Janeiro e as conseqüentes alternativas em termos de constituição de um mercado de trabalho livre;
- as alterações nas condições técnicas da produção da cana e do açúcar, produtos mercantis outrora fundamentais na economia do estado do Rio de Janeiro. Essas alterações provocaram a migração principalmente dos filhos de trabalhadores rurais das *fazenda*s de cana, que já não contavam com possibilidades de reprodução desde a geração antecessora;
- a expansão da cultura da laranja nos municípios hoje identificados como componentes do Grande Rio, expansão que contou com a integração de antigos *colonos* do café. Por volta da década de 1950, a produção agrícola nos municípios do Grande Rio experimentava certo crescimento não só pela introdução da citricultura, em grande parte resposta à expansão do mercado para a laranja (desenvolvimento das cidades de Niterói e Rio de Janeiro), mas também pela expansão da cultura da cana e da fabricação de açúcar. Os *ex-colonos* do café inseriram-se na produção de laranja como assalariados, mas vislumbrando a posição de meeiros e a reprodução do acesso à *lavoura branca* (de subsistência) ou do modo de vida próprio a esta associação produtiva; e[8]
- o processo de mobilização de trabalhadores rurais em torno de formas de luta para a conquista da propriedade da terra, resposta política às ameaças de expropriação do *morador*. O processo, que alcançou seu ápice com a ocupação de área de terra supostamente pertencente a uma das usinas, na região do Imbé (Campos), foi interrompido por ocasião do golpe militar de 1964.[9]

O processo de erradicação dos cafeeiros se acelerou entre 1960 e 1970, embora alguma reversão parcial se verificasse a partir de 1980. O processo de migração foi mais acentuado entre as décadas de 1950 e 1970, especialmente nos municípios de Cambuci, Itaperuna, Natividade de Carangola e

---

[8] Sobre o sistema de produção que viabilizava o cultivo da laranja, ver BASTOS, 1977 e artigo de sua autoria nesta coletânea.

[9] Sobre esse processo, consultar GRYNSZPAN, 1987; O'DWYER, 1988 e PUREZA, 1982.

Santo Antônio de Pádua. Os municípios de Bom Jesus do Itabapona e Cambuci continuaram a perder população entre a década de 1970 e 1980.[10]

A implantação de uma pecuária extensiva tem-se crescentemente apresentado como solução às dificuldades apresentadas para a agricultura de exportação – café, cana e laranja. Em conseqüência, no caso da cafeicultura, duas sucessivas gerações de trabalhadores viveram o drama do desenraizamento e da migração pelas experiências replicadas de extinção da agricultura de exportação (cafeicultura e citricultura) e implantação da pecuária.

A ruptura da relação de colonato na cafeicultura, segundo avaliação dos entrevistados, decorreu de fatores internos e externos ao sistema de *fazenda*. No primeiro caso, eles apontaram o desinteresse dos *fazendeiro*s em enfrentar a praga que danificava os cafezais, diante do preço baixo atribuído ao café. No segundo, destacaram a ação do governo, vista como impositiva e parcial, de erradicar a cultura do café, desconsiderando as conseqüências que atingiam os *colono*s.

A ruptura foi vivida por eles pelo aumento do endividamento nos armazéns, pelas péssimas ou negativas remunerações diante do trabalho obtido na cultura do café, pela escassez de recursos para atender às necessidades cotidianas (em contraposição à fartura anterior), pela falta de alternativa para reprodução dos filhos como *colonos* – seja por não conseguirem conviver com preços negativos, seja pelo desinteresse do *fazendeiro* em aumentar a área de lavoura, em melhorar a produtividade dos cafeeiros e, por conseqüência, em incorporar mais *colono*s.

Levando em conta esses fatores, os entrevistados delimitam o início da manifestação do processo de ruptura do colonato por volta da segunda metade da década de 1950. Referem-se ao momento de plena vigência do modelo de relação de produção, quando estavam incorporados como força de trabalho na unidade familiar de produção do pai ou diretamente, nos primeiros anos de seu casamento, quando passaram a constituir uma das unidades autônomas. A ruptura da relação podia se dar pela alteração nas regras de apropriação do trabalho não-pago. Diante da secundarização dessa relação de trabalho, os proprietários se viram mais fortalecidos para alterar as regras de divisão do produto do trabalho e aumentar a apropriação da renda.

Em conseqüência, de modo mais geral o processo foi se manifestando em ritmo relativamente lento, atingindo os *colono*s pela percepção da falta

[10] Após a erradicação, a produção do café entrou em declínio em todos os municípios do estado. A situação só foi alterada na década de 1970, quando o Instituto Brasileiro do Café (IBC) voltou a estimular a produção. Entretanto, apenas nos municípios de Natividade e Porciúncula, a cafeicultura voltou a ser considerada atividade econômica básica (NEVES, 1990).

de perspectiva para os filhos e de melhoria das condições de reprodução; e pela perda da abundância dos produtos estocados para a alimentação.

O descaso dos *fazendeiros* com as condições de reprodução do colonato se ampliou quando, legitimados pela medida governamental de erradicação da cultura do café, não se sentiram mais responsabilizados pela exclusão social do *colono* das possíveis soluções para a mudança da atividade produtiva. Dessa posição, a maior parte não pressionou diretamente a saída do *colono* da *fazenda*, mas criou condições mais favoráveis a que ele invertesse ideologicamente as forças vigentes no desdobramento do processo e se sentisse optando pela saída da *fazenda*.

O fato de os *fazendeiro*s acabarem com a cultura do café por decisão e programa do Estado os libertava do julgamento formal dos trabalhadores, da reação deles diante da situação definida como injusta O *patrão* ficara isento da responsabilidade como um dos atores do processo, ainda que os trabalhadores desejassem deste um comportamento diverso, mais condizente com as relações anteriormente estabelecidas sob o sistema de colonato. A percepção de que o jogo de forças favorecia o enriquecimento dos *fazendeiro*s, por meio e apesar da imposição da miséria aos *colono*s, também encurralava-os à resignação revoltada, mas silenciosa.

Além disso, a resignação revoltada dos *colono*s se baseava no fato de se considerarem excluídos da proteção legal. A despeito de o Código Civil regular a legislação sobre a parceria e da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, datada de 1943, os *colono*s não dispunham de experiência anterior de uso do instrumento legal e, havia muito, os proprietários de terra se precaviam da reclamação pelo valor transferido nas benfeitorias construídas em sua propriedade agrícola. Eles se responsabilizavam pela preparação do solo, plantio dos cafezais, fornecendo, na maior parte dos casos, a semente e a muda desenvolvida no viveiro.

A atitude ambígua dos *fazendeiro*s, que indiretamente expulsavam os *colono*s, mas acenavam com a proteção e a possibilidade de retorno diante do insucesso na migração, levaria a que os trabalhadores, em grande parte dos casos, os excluíssem da responsabilidade no processo. A expectativa de melhoria de vida em outro local também desestimulava a reação da maior parte dos *colono*s.

Alguns *fazendeiro*s tentaram manter a incorporação de, pelo menos, dois a três *colono*s, arriscando-se em outro empreendimento que absorvesse mão-de-obra. Suas atitudes eram, contudo, tragadas pela hegemonia da pecuária. Na avaliação dos entrevistados, as tentativas de cooperação dos *fazendeiro*s não resistiam às vantagens e aos recursos de financiamento da acumulação oferecidos pelo governo federal.

Certos *fazendeiro*s posicionaram-se contra a política governamental de erradicação dos cafeeiros, mas a atitude não pôde ser mantida durante longo tempo, pois eles não contavam com as condições gerais necessárias para a

produção e a comercialização do café. Nesses casos, mantiveram a produção e os *colono*s enquanto lhes foi possível controlar a decisão. Na sucessão do patrimônio por morte dos proprietários, os herdeiros em geral impunham a erradicação e a expansão da pecuária.

Os *colono*s que permaneceram até o processo de erradicação – por eles denominado processo de *arrancação do café* – participaram como assalariados da eliminação dos cafezais. Além do salário, só tiveram acesso aos pés de café como lenha. Substituíram suas atividades produtivas pela dedicação à cultura do milho e do feijão, principalmente, ainda sob parceria. Participaram da formação do pasto, muitas vezes preparando o solo com o plantio do milho (e do capim, antes da colheita).

O processo de migração dos entrevistados constituiu-se de um somatório de estratégias e cálculos que visavam a controlar as condições de absorção em outro local e esfera produtiva. Os membros da família, da parentela ou os colegas que partilharam da experiência de expropriação colaboravam entre si para que os riscos fossem administrados e as possibilidades de sucesso relativamente controladas. O processo de migração foi tão intenso que as famílias que permaneceram se sentiam isoladas e estranhas, em um mundo outrora tão familiar e íntimo.

O exame dos fatores que conduziram à expansão da pecuária demonstra que o processo era irreversível. Mais cedo ou mais tarde, a migração se imporia para aqueles que não quisessem ou não pudessem conviver com a quebra das condições de vida anteriores e das regras que regulamentavam as relações de trabalho. A expropriação dos *colonos* operava como possibilidade de expansão da pecuária: excluía-os do acesso aos meios de produção e vida e impunha a obtenção dos recursos de reprodução mediados pelo mercado e pela venda da força de trabalho.

FORMAS DE DISSOLUÇÃO DO COLONATO E DA MORADA NA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR

A relação de colonato na Região Açucareira de Campos já se encontrava em processo de liquidação desde a década de 1930, no que diz respeito aos *colonos* vinculados às *fazendas* das usinas (exploradas pela administração direta ou mediada pelo arrendatário). Tornara-se uma possibilidade remota no momento da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira (1941) e do Decreto-lei n. 6969 (1944). O reconhecimento legal da relação minava as bases de sua racionalidade ou as alternativas de imposição de mecanismos extras de apropriação de sobretrabalho.

A legislação que se voltava para a regulamentação das relações de colonato pretendia diminuir o ritmo e minimizar os efeitos dos conflitos decorrentes da ruptura de regras e padrões consensuais, transformando

acordos consuetudinários em direitos sociais formalizados. Ao considerar fornecedor todo lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, houvesse encaminhado cana por cinco safras consecutivas a uma mesma usina (art. 1º do Estatuto da Lavoura Canavieira), a legislação estabelecia limites ao desejo do proprietário de impedir que o *colono* comercializasse diretamente a cana e de burlar o peso e o preço (procedimentos com freqüência utilizados), e abria ao colono alternativas para reivindicação e reação mais impessoais, mediadas por instituições como o IAA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Estatuto assegurava ainda o direito de percepção do salário mínimo pelos *colonos* nos dias em que trabalhassem nas lavouras do proprietário da terra, da mesma forma que aos *moradores* e *alugados.*

Promulgado no contexto dos conflitos que eclodiram diante da mudança nas relações de trabalho, ao assegurar ao *colono* o direito de fornecedor e certo controle sobre esse processo ou minimização de seus efeitos mais perversos, o Estatuto da Lavoura Canavieira operou na prática para gerir a extinção do colonato. À medida que os *colonos* puderam se valer de direitos legalmente reconhecidos como referenciadores das relações de trabalho e de formas de resistência à expropriação, os proprietários também tentaram se liberar desses compromissos. Temerosos das alternativas de luta e de resistência postas em prática por muitos *colonos*, da transferência de parte da renda ou da terra mediante indenizações, boa parte dos *plantadores de cana*, sob diversas formas, pôs fim à modalidade de vinculação do trabalhador.

Entrementes, outros fatores consolidaram as condições sociais de extinção do colonato. O processo nas *fazendas* dos *plantadores de cana* ou demais produtores ocorreu de forma mais visível e intensa por ocasião da introdução de instrumentos mecanizados, fator que permitiu compensar os riscos inerentes aos desrespeitos aos dispositivos legais (agora transformados em transferência de recursos financeiros para os *colonos*), que antes redundavam em maximização da renda a ser auferida por essa forma de exploração. Por tais procedimentos, acentuaram-se as formas de concentração da propriedade da terra e de acumulação objetivadas pelos *plantadores de cana.*

O processo se consolidou por uma série de mudanças nas relações de trabalho e pela constituição de novos tipos de trabalhadores, diferenciados em *trabalhadores de fazenda* ou permanentes e *clandestinos* ou temporários. De início, a vinculação dos trabalhadores temporários fora efetivada diretamente pelos *plantadores* e pelos usineiros. Posteriormente, à medida que tal contingente de trabalhadores foi se consolidando e a produção de cana se ampliando, a administração das usinas centralizou a modalidade de vinculação, eximindo boa parte dos *plantadores* de preocupações com a reprodução social e o controle da mão-de-obra temporária.

Em alguns casos, a rescisão do contrato se dava por um acordo entre as partes. O fato de um acordo ser possível não implicava que o valor da indenização fosse avaliado positivamente pelo *colono*. Tentando evitar o envolvimento em situações mais tensas e conflitivas e ter de aguardar a solução por avaliação jurídica – processo longo, de resultado incerto, o *colono* considerava mais vantajosa a oferta financeira e a modalidade de pagamento apresentadas pelo proprietário da terra.

Por vezes, o *colono* possuía alguma área de terra própria – adquirida por compra ou herança – e propunha a rescisão do contrato, também se prevenindo de contendas que pairavam como certas em um futuro não muito longínquo. Pela poupança aberta pelos recursos financeiros da indenização, alguns deles iniciavam ou renovavam o plantio da cana e tentavam obter o título de fornecedor.

Outros, por acordo consensual, desistiam da relação de colonato porque passavam a ser absorvidos no trabalho de exploração direta da cana realizada pelo proprietário. A situação exigia deles, com os membros da família, maior utilização da força de trabalho, porque o período de tempo para cuidar de suas lavouras era cada vez mais diminuto. A esses fatores, acresciam as dificuldades impostas pelos usineiros para a percepção do rendimento obtido com o cultivo da cana, tanto o transferido pelo proprietário da terra como aquele obtido diretamente, quando os *colonos* possuíam o título de fornecedor. Essa modalidade de rescisão era bastante freqüente. Constituía e constitui a versão mais valorizada para explicar o fim do colonato. A despeito de por ela se enfatizar o fim do colonato pela conquista de direitos trabalhistas, ela ressalta outros fatores que operaram para a superação de tal relação de trabalho:

- a falta de condições para corresponder ao financiamento compulsório que o usineiro impunha com o atraso do pagamento das canas comercializadas; e
- o predomínio do capital sobre o trabalho nas tarefas produtivas.

Agindo em sentido oposto, o uso de instrumentos mecanizados supunha exatamente a necessidade de recursos financeiros para pagamento de um número extenso de trabalhadores. Devendo adequar a produtividade do trabalho ao ritmo das máquinas, qualquer produtor devia dispor de recursos a serem transferidos pelo pagamento dos serviços prestados com o uso desses equipamentos.

As indenizações dos *colonos*, nesse tipo de rescisão do contrato de trabalho, eram em geral transferidas parte em dinheiro, parte em lote de terra, terreno para moradia, cabeças de gado, carro de boi, material de construção da casa em que residiam, em geral também demolida.

Em outras situações, o acordo extinguia-se por morte do proprietário de terra, o próprio *colono* transferindo sua residência. Embora nem todos

os casos apresentassem tal implicação, alguns *colonos* consideravam que o contrato era com o proprietário falecido da terra e não deveriam continuá-lo com o gestor do espólio. Essa perspectiva também era adotada pelos herdeiros, quando desejavam pôr fim à vinculação do *colono*.

O mesmo motivo podia ser considerado indicativo do fim da relação de colonato, quando o falecido era o *colono*. O proprietário da terra podia se valer dessas circunstâncias para exigir que a família do *colono* falecido abandonasse a propriedade e se negar a pagar ou reduzir ao máximo o valor das benfeitorias.

Se as referidas condições não fossem respeitadas, muitos dos *colonos* ou seus herdeiros reagiam exigindo ou se recusando a receber a indenização considerada injusta. Podiam então resistir a essa expropriação, mantendo as relações conflitivas e aguardando na propriedade uma solução consensual ou jurídica. Tal modalidade de resistência dos *colonos* ou de seus familiares podia ocorrer com o pedido de intermediação dos dirigentes sindicais ou, diretamente, do IAA. Mesmo antes da promulgação do Estatuto da Lavoura Canavieira, os *colonos* encaminhavam as reclamações juridicamente, valendo-se da intermediação dos representantes do Departamento Estadual de Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos.

Os numerosos registros de processos jurídicos arquivados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, documentos de situações de encaminhamento de *queixas* por *colonos* ou seus familiares, quando eles já eram falecidos, definem os procedimentos que reivindicavam a manutenção da relação ou a indenização de benfeitorias e trazem ao reconhecimento social os mecanismos utilizados para liquidar essa forma de vinculação. Na maior parte dos casos de extinção do colonato, os proprietários tentavam paulatinamente tornar inexeqüível a relação, pelo desrespeito a suas regras e pela criação de relações tensas e arriscadas, que induziam muitas vezes o *colono* a simplesmente abandonar a propriedade, deixando para trás seus direitos ou o valor financeiro das benfeitorias.

Diversos pretextos, construídos em torno do rompimento do consenso ou do acordo das regras sociais, eram invocados pelos proprietários para impedir a reprodução da relação de colonato. Entre eles, destacam-se:

- desrespeito à autoridade do *colono* pelo tombamento da terra e destruição das socas sem prévio acordo;
- destruição de lavouras por animais do proprietário da terra. Essa destruição podia ser provocada ou não. Sob quaisquer dessas circunstâncias, ele se negava a pagar ou indenizar o *colono* pelos prejuízos;
- proibição ao *colono* de cortar as canas em determinadas safras, deixando-as na *roça* e, assim, excluindo as alternativas de remuneração e de atendimento da reprodução imediata do parceiro dependente;

- atraso no pagamento pelo uso da força de trabalho do *colono* e dos membros de sua família, quando alocados para tarefas nas lavouras do proprietário da terra;
- diminuição da área concedida para a cultura da cana e das lavouras de subsistência, dificultando a reprodução social do *colono* e de sua família;
- utilização de situações contingenciais, como abandono da moradia em conseqüência de enchente, para destruir a casa e proibir sua reconstrução pelo *colono*; e
- incorporação do uso da força de trabalho do *colono* e membros produtivos de sua família em número de dias tal que lhes dificultava o trato em suas próprias lavouras.

Diante do encaminhamento do processo à Justiça para reconhecimento de direitos e avaliação do valor da indenização, os proprietários de terra tentavam se defender, descaracterizando a relação como de colonato. Para tanto, jogavam, conforme as vantagens relativas, com as múltiplas formas de inserção do *colono*: como parceiro agrícola e como trabalhador assalariado temporário. Na condição de assalariado, não tinha direito à indenização de benfeitorias. Na condição de pequeno produtor subordinado, não tinha acesso aos direitos trabalhistas. A esses argumentos, por vezes, acresciam a descaracterização do *colono* como trabalhador permanente por lhe terem autorizado o assalariamento por outros produtores.

Como na maior parte dos casos de colonato os proprietários da terra comercializavam diretamente a cana, o *colono* não aparecia como fornecedor legal. Diante das circunstâncias de se defenderem juridicamente das reclamações do *colono*, os proprietários de terra tentavam então qualificá-lo como um "impostor". Justificavam-se como benevolentes, por terem concedido gratuitamente um pedaço de terra para cultivo da cana. Aludiam então à ausência de registro do *colono* na usina como prova inconteste de sua argumentação e, no máximo, o reconheciam como assalariado temporário.

Por fim, ressalta-se que o processo de expropriação dos *colonos* do acesso aos meios de produção e subsistência não provocou a proletarização generalizada. Muitos deles utilizaram-se da poupança e do reconhecimento da condição de fornecedor como recurso à sua constituição como produtor independente.

A EXTINÇÃO DA MORADA

O sistema de autoridade e dominação personalizada que vinculava os trabalhadores às *fazendas* canavieiras foi alterado por ocasião do reconheci-

mento legal de determinadas relações consuetudinárias, diante da definição de direitos trabalhistas concedidos a outras categorias. Eles foram atribuídos aos *moradores* por legislação específica, criada após a intervenção do Estado na atividade econômica e em decorrência de definições já reguladas no Decreto-lei n. 3.855 (Estatuto da Lavoura Canavieira). O dispositivo legal enfatizava as obrigações empregatícias em relação às usinas. Contudo, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais generalizavam esses direitos, orientando os *trabalhadores de fazenda* para a reivindicação, juridicamente ou sob acordo consensual (Neves,1989c).

Como o acesso à lavoura de subsistência era consensualmente constitutivo da morada e definido como complemento do salário mínimo, a legislação só era acionada pelos trabalhadores diante de atitudes de desrespeito às regras. Nessas situações, o *fazendeiro* tornava-se ilegítimo como *patrão*, abrindo alternativas para a ruptura da relação e para o questionamento jurídico dos direitos por encaminhamento de processo à Junta de Conciliação e Julgamento.

A extinção da relação de trabalho que vinculava os *moradores* às unidades de produção agrícola veio a ser objetivada tempos depois da promulgação da referida lei, como resultado de outros fatores articulados:

- as alternativas criadas pelo uso de instrumentos mecanizados ou as alterações nas condições técnicas de trabalho;
- as possibilidades de uso extensivo do solo para a cultura especializada da cana; e
- as dificuldades de manutenção do pagamento de salário inferior ao patamar mínimo e de irreconhecimento do vínculo empregatício para trabalhadores permanentes.

Essas situações, por vezes estrategicamente acumuladas, eram questionadas juridicamente nos momentos de dissenso, mediante ação individual ou coletiva, mais estimulada a partir da década de 1970, em face de mais amplo processo de luta dos trabalhadores em torno do cumprimento dos direitos.

A relação de morada fora durante certo tempo relativamente preservada porque sua constituição consensual pressupunha o pagamento de um salário de valor menor que o mínimo, compensado pelo acesso à moradia gratuita e às lavouras de subsistência. Como essas lavouras eram em grande parte realizadas nas entrelinhas do canavial ou em áreas menos férteis, as mudanças verificadas nas condições técnicas das atividades agrícolas não as eliminavam plenamente. A existência de um corpo de leis que definia a situação do trabalhador preservava as concessões complementares. O rompimento desses acordos, no entanto, constituía um motivo legítimo para os trabalhadores encaminharem institucionalmente a *queixa* e reivindica-

rem, após a vigência da lei, o cumprimento dos direitos trabalhistas. Por isso mesmo, o processo de extinção da condição de *morador* foi posto em prática primeiro pelo fechamento de alternativas de acesso a essa posição. Os *plantadores* tentaram manter apenas os antigos trabalhadores permanentes que já desfrutavam de tal situação.

A extinção da relação significou a expropriação do trabalhador de determinadas condições de produção e de existência, dela constitutivas, e o restabelecimento do vínculo sob novas modalidades. Expressou as dificuldades ou os limites dos *plantadores* para imporem um maior rebaixamento do valor da força de trabalho, dadas as alternativas de resistência dos trabalhadores. A ruptura sinalizou assim o momento de mudança na forma como a terra e o trabalho eram apropriados e nas formas de dominação, expressando, ao mesmo tempo, a constituição de novo sistema de poder.

Como os *trabalhadores de fazenda*, no decorrer da década de 1950 e até o Golpe Militar de 1964, integraram-se – direta ou indiretamente, individual ou coletivamente – em um amplo processo de mobilização política, liderados pelos *trabalhadores industriais* ou *de usinas*, para a reivindicação dos direitos trabalhistas e para a melhoria do salário, os empregadores tiveram de tomar alguns cuidados. Preveniram-se contra a ação jurídica movida por um número crescente de trabalhadores, mecanismo pelo qual estes reclamavam, na Junta de Conciliação e Julgamento de Campos, a aplicação dos dispositivos legais que amparavam as relações de trabalho (Neves, 1989c).

O próprio desrespeito às regras e aos parâmetros da relação de morada, traduzido na diminuição das áreas de cultivo ou no abandono da conservação das casas, era motivo bastante para os trabalhadores requererem direitos com cujo desrespeito antes concordavam ou aceitavam taticamente, em nome do acesso a determinados recursos. Pela transgressão das regras sociais de uma relação que já continha a definição dos termos da assimetria e as alternativas de controle, os *plantadores* se tornavam ilegítimos como *patrões*.

Por esses motivos, em um grande número de casos, a relação foi extinta mediante a contrapartida do reconhecimento legal do vínculo de trabalho. À perda da casa e das lavouras de subsistência correspondia o acesso à carteira assinada e aos direitos trabalhistas: salário mínimo, décimo terceiro, férias e repouso remunerado. O procedimento, por vezes, constituiu instrumento de mediação e estratégia para obtenção de acordos entre o empregador e o trabalhador, visando à extinção da morada. Algum tempo após o registro formal do vínculo, o *plantador* rescindia o contrato e assim se desvencilhava da ação disciplinar da Justiça e da transferência de valores financeiros para os trabalhadores, em nome dos direitos anteriormente não reconhecidos.

A ruptura da relação podia também se dar pela criação de situações de tensão que impossibilitavam a permanência do trabalhador na *fazenda*. As

situações eram providenciais, porque jogavam com um cálculo possível de indignação do trabalhador e abandono da *fazenda*, com a conseqüente preterição da reclamação na justiça.

Em bom número de casos, contudo, a ruptura da relação se dava porque o trabalhador juridicamente exigia a manutenção do acesso à lavoura de subsistência, em nome do cumprimento do Decreto-lei n. 6.969, acrescida da aplicação da legislação trabalhista (férias, repouso remunerado, salário mínimo e, por fim, décimo terceiro).

O acesso à residência no interior da *fazenda*, no contexto de luta com o empregador pelo reconhecimento da relação ou de direitos não respeitados, apresentava-se como importante instrumento de pressão, uma vez que alguns trabalhadores passaram a correlacionar o abandono da casa ao pagamento do valor financeiro correspondente aos direitos adquiridos.

Um número significativo de *moradores* aceitou a perda da lavoura de subsistência em área especial, obteve o reconhecimento formal, inclusive de todo o tempo de trabalho anterior, mas continuou residindo na *fazenda* e realizando cultivos nas entrelinhas do canavial renovado. A possibilidade de ter acesso intermitente à área específica para os cultivos de subsistência não era e não é alternativa totalmente excluída. Outrossim, muitos dos *moradores* tiveram a relação de morada extinta por ocasião da aposentadoria, posteriormente assegurada pela legislação da previdência rural.

Certos casos de ruptura da relação não implicaram a proletarização dos *moradores*. Muitos trabalhadores receberam áreas de terra que lhes permitiram obter a condição de pequeno fornecedor, em geral um quarto de alqueire ou 1 a 2 hectares, e garantir a autonomia em relação à moradia. Outros receberam áreas menores, terrenos e o material de construção para a edificação da casa. O material de construção podia ser novo ou advindo da antiga residência demolida. Em alguns casos, ainda, receberam o terreno e a casa nova já edificada.

Muitas vezes o proprietário facilitava o acesso à casa de moradia fora da *fazenda*, nos povoados próximos, como meio de pôr fim à relação antiga, mas a atitude era estimulada pelo trabalhador. Residindo em casas em mau estado de conservação, sem fonte de água próxima e luz elétrica, distantes de escola para os filhos e das estradas por onde circulavam ônibus que os conduziam à cidade onde podiam encontrar assistência médica (sobretudo), eles preferiam transferir residência, por iniciativa própria ou auxiliados pelo empregador. Passavam então a fazer uso de bicicletas para se locomover da casa ao trabalho, e vice-versa. Rompiam assim com uma relação de trabalho que já não oferecia tantas vantagens, mas os mantinha sob o domínio pessoal do *patrão*.

Com tais processos de mudança nas relações de trabalho, as formas de vinculação dos trabalhadores vão ser alteradas. A diminuição significativa dos trabalhadores permanentes, por vezes ainda sem contrato formal, irá

corresponder a um expansivo crescimento do trabalhador temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais, consensualmente qualificado de *clandestino*. Em ambas as situações, os trabalhadores passaram a se posicionar como simples vendedores da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente da importância do registro escrito das experiências de vida sob condição camponesa tutelada, da valorização do trabalho familiar na constituição das atividades agroexportadoras, outros aspectos se revelam e são dignos de destaque para a construção da história social do campesinato no Brasil. No atual contexto, muitas das fazendas anteriormente voltadas para a cultura da cana-de-açúcar nos estados do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Paraíba, para citar os casos mais reconhecidos, foram desapropriadas para fins de reforma agrária. Muitos dos valores referenciais das relações de morada e de colonato ainda iluminam a prática social e a projeção de futuro das novas gerações que se integram a processos de apropriação direta da terra (Neves, 1997b). Pela transmissão da memória social de *colonos* e *moradores* de condições de vida comparativamente mais favoráveis, as novas gerações de trabalhadores que aderem ao projeto político de reforma agrária podem organizar discursos e ações em busca de autonomia na produção e no consumo; podem recriar estratégias de construção de patrimônio material e imaterial. Defendem assim estilos de vida que só podem ser objetivados e reproduzidos pela propriedade dos meios de produção e pelo pertencimento a universos sociais em que racionalidades próprias se contraponham à sobrevivência precária, ao produtivismo e ao individualismo exacerbados, que na condição assalariada se lhes imporiam.

As experiências vividas nessas condições de produção marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida, orientados por valores explicitados pela contraposição à subordinação assalariada e ao sistema de autoridade personalizada. Os diversos entrevistados que, vivendo tais condições, colaboram com o pesquisador na construção deste artigo reafirmam a importância da reprodução física e social sob o horizonte da *fartura*. Contrapondo *fartura* e *cativeiro* (submissão plena), boa parte dos entrevistados exprime, emblemática e comparativamente, as condições de vida do produtor autônomo *versus* as do assalariado.

Portanto, a forma de existência ou de coexistência social sob condição camponesa não pode ser compreendida sem o entendimento do sistema de valores que legitima projeções políticas e ações coletivas. Esta é uma das razões da importância da reflexão em torno de práticas já vividas pelos que já ocuparam a condição camponesa na sociedade brasileira.

Como legado de reflexões sobre condições de existência mais favoráveis, os termos de referência e de projeção de mundo, idealizado na situação singular de produção de entrevista e de registro de memória coletiva, mas possível tendo em vista a riqueza de fatos apresentados, são de reconhecimento fundamental para entender o sistema de crenças transmitidas na qualidade de patrimônio dos que a elas se renderam ou por elas se rendem em luta e resistência.

Reconstruídos *a posteriori*, o colonato e a morada foram valorizados pelo acesso autônomo aos meios de subsistência, condição que permite que esse tipo de controle seja tomado como paradigma das condições ideais de reprodução social de trabalhadores, no trabalho de campo já destituídos das posições correspondentes.

A forma mais imediata de que os entrevistados se valeram para falar da remuneração por vínculos tutelados de trabalho, que asseguram controle de meios de produção, mesmo que qualificados como pesados e intensos, incidiu sobre o controle de um volume de alimentos e recursos necessários à reprodução, na maior parte das vezes avaliados pela abundância ou *fartura*, obtida pelo acesso à *lavoura de mantimentos*.

A referência à *fartura*, entretanto, é em grande parte supervalorizada, porque pensada em relação às condições atuais de vida, em que assalariados ativos ou aposentados dependem do dinheiro e do mercado para o acesso a todos os bens necessários à reprodução física e social. É portanto com base nas vantagens relativas que os entrevistados tendem a reorganizar as lembranças.

Como a forma colonato melhor correspondia ao exercício do trabalhador autônomo sob condição camponesa, dela destacamos determinados elementos básicos, constitutivos da condição do campesinato tutelado:

Autonomia e trabalho familiar: o acesso à condição de *colono* pressupunha a existência de família com prole (real ou potencialmente) numerosa, o acesso à casa com todos os elementos dela constitutivos e a acumulação de um saber pelo trabalhador. O *colono*, por conseguinte, era um trabalhador adulto e pleno, reconhecidamente socializado, que se apresentava ao mercado como chefe de família e detentor de trabalho familiar.[11]

Endividamento e crédito: o colonato pressupunha uma relação mútua de crédito, embora só um dos lados fosse explicitado como tal. O proprietário da terra recebia antecipadamente o trabalho dos membros da família do *colono*, materializado na colheita, momento em que era remunerado de modo explícito. O *colono*, em virtude do longo período sem remuneração, sobretudo quando formava a lavoura, recebia os bens de que precisasse sob o aval do proprietário, seja diretamente, seja por intermédio de um comerciante. Além do crédito para a compra de alimentos, roupas, sapatos etc.,

[11] Para essa perspectiva de análise consultar PALMEIRA, 1977.

o *colono* (e o *morador*) podia recorrer ao proprietário da terra nas situações emergenciais, diante de doença, morte ou casamento. O dinheiro adiantado em geral era pago na colheita ou, se o *colono* desejasse se livrar mais rapidamente da dívida, com o trabalho obrigatório dele e dos filhos produtivos nas *roçadas* de pasto, construção de cerca, conservação ou abertura de valas, plantio, limpas e corte de cana, quando ele recebia pelo dia trabalhado. Diferentemente do adiantamento de dinheiro presente na modalidade de crédito mediado pelo armazém ou *fornecimento*, o empréstimo emergencial não era considerado uma obrigação, mas um favor que devia ser resgatado sob a mesma condição.

Alternativas de reprodução do vínculo tutelado: a relação de colonato pressupunha o atendimento às necessidades dos membros da família. O proprietário da terra deveria assegurar a incorporação dos filhos do trabalhador quando desejassem se casar, oferecendo os elementos constitutivos da relação: casa e trabalho.

Estabelecida por um contrato verbal e assegurada pela continuidade no respeito às regras e valores morais que orientavam a relação, a palavra empenhada tinha o estatuto de lei. Por isso mesmo, cumprir tratos ou respeitar regras era de fundamental importância para a reprodução dessa modalidade de vínculo do trabalhador.

Enquanto foram cotidianamente objetivados e reproduzidos os princípios definidores da relação de trabalho e produção, os *colonos* se organizavam para tornar viável a inserção dos filhos na mesma *fazenda* ou em *fazendas* próximas. O reconhecimento desse tipo de investimento se expressava no acesso à casa, no casamento dos filhos em idade jovem, na ampliação do volume da produção graças à presença mais numerosa dos filhos em idade produtiva.

Como a gestão produtiva sob a forma camponesa incorpora referências orientadas por valores sociais que legitimam o sistema de autoridade e as alternativas de reprodução familiares, as formas tuteladas de condições de existência ainda hoje operam como quadros de pensamento e projeção, organizando ações familiares e coletivas em busca da apropriação da terra e dos demais fatores dela coadjuvantes e consubstanciais.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, E. C. O. G. *Laranja e Lavoura Branca, um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*. 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS/Museu Nacional.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS/Museu Nacional.

LOPES, J. S. L. *O vapor do diabo:* O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_______. *A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés"*. Brasília: Editora da UNB, 1988.

NEVES, D. P. *Lavradores e pequenos produtores de cana.* Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_______. *Condições sociais do trabalho agrícola no "Norte-Fluminense".* Relatório técnico de pesquisa. Universidade Federal Fluminense/CNPq, 1989a.

_______. *De cafeicultores a pecuaristas.* Relatório técnico de pesquisa. Universidade Federal Fluminense/CNPq, 1989b.

_______. *Por trás dos verdes canaviais.* Niterói: EDUFF, 1989c.

_______. *A cafeicultura redimensionada:* Formas de organização da produção. Relatório técnico de pesquisa. Universidade Federal Fluminense/CNPq, 1990.

_______. *A pecuária no norte do estado do Rio de Janeiro*. Relatório técnico de pesquisa. Universidade Federal Fluminense/CNPq, 1991.

_______. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*. Niterói: EDUFF, 1997a.

_______. *Assentamento rural:* Reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997b.

_______. Exposições agropecuárias: redimensão social dos pecuaristas. In: CARNEIRO, M. (Org.) *Campo aberto:* O rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.297-310.

_______. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Revista Tempo (Rio de Janeiro)*, v.4, n.7, p.47-69, 1999.

O'DWYER, E. C. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato.* 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGAS/UFRJ.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto (Rio de Janeiro)*, n.2, ano 2, p.103-14, nov. 1977.

PUREZA, J. *Memória camponesa.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos.* Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

6
O COLONATO NA USINA TAMOIO

Ângela Cristina Ribeiro Caíres

INTRODUÇÃO

O colonato como regime de trabalho foi introduzido na agricultura paulista no século XIX e persistiu até o início da década de 1960, quando foi praticamente extinto. Utilizando o trabalho de imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis e portugueses, entre outros, o regime de trabalho permitiu a constituição de um campesinato tutelado necessário à substituição do escravismo que, desde os primeiros anos do século XIX, já se mostrava decadente, tendo sua crise se acirrado a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro.

Em um momento em que a produção do café se expandiu no estado de São Paulo, assumindo a feição de produção de massa, a implantação do regime de colonato representou o produto da reordenação da atividade do estado, sob o comando da oligarquia cafeeira do Oeste Paulista. Sem dúvida, o colonato foi fundamental para a formação de uma força de trabalho livre e assalariada que a agricultura cafeeira exigia, sobretudo a partir de 1880, quando a economia capitalista no Brasil sofreu forte impulso.

Baseado na exploração do trabalho familiar, preferencialmente de grandes famílias, e tendo os salários regulados pela política cambial, o que permitia a influência direta dos fazendeiros, o colonato transformou-se, naquele momento, em um sistema de trabalho extremamente favorável ao grande capital. Combinando a cultura de subsistência com o produto comercial, difundiu-se tanto nas fazendas de café quanto nas de cana-de-açúcar, constituindo a prática mais apropriada para reduzir os custos de reprodução da mão-de-obra e de produção.

Neste artigo analisaremos o colonato na Usina Tamoio. Observa-se sua adoção por esta empresa para a exploração agrícola de suas lavouras de cana-de-açúcar já na data de sua fundação em 1917 e sua permanência até o início da década de 1960, quando foi finalmente extinto.

A agroindústria, que passou por um vertiginoso processo de expansão nos quarenta anos que se seguem à sua fundação, encontrou no colonato um importante mecanismo de exploração da força de trabalho agrícola, o que permitiu a redução de suas despesas na produção da matéria-prima – a cana-de-açúcar.

Evidentemente, o colonato não foi o único responsável pela grande expansão e considerável acumulação de capital que se verificou na usina nesse espaço de tempo, mas não se pode negar sua contribuição para que isso ocorresse.

Buscamos aqui analisar a forma como o regime de trabalho foi empregado nesta empresa em particular, envolvendo um considerável número de famílias trabalhadoras. Começando pela constituição desse mercado de trabalho específico, pretendemos mostrar um pouco da trajetória das famílias colonas, suas condições de existência, suas vivências e experiências no interior de um espaço em que vida e trabalho se encontravam fortemente imbricados.

Nossa pesquisa, que se desenvolveu no período de 1988 a 1993, incluiu fontes primárias e secundárias,[1] destacando-se em particular as entrevistas realizadas com ex-colonos (titulares da família e seus filhos) que trabalharam, moraram e viveram na Usina Tamoio por mais de quarenta anos. Alguns chegaram com seus pais ainda crianças, outros nasceram e se criaram naquele espaço. A trajetória deles revela uma história rica em fatos e acontecimentos fortemente registrados em suas memórias.

Adotando o conceito de experiência tal como formulado por E. P. Thompson (1981), procuramos, pelas entrevistas, captar os momentos vividos na usina, as experiências dos sujeitos. Buscamos enfocar as diversas dimensões que compunham aquele mundo, ou seja, trabalho, lazer, sociabilidade, religiosidade, escolaridade, relações de trabalho, assim como possíveis manifestações e ações que pudessem ser expressão de contestação diante de um processo de transformações objetivado por mudanças múltiplas e vivido pelos trabalhadores.

As lembranças e as representações que os entreviatados faziam de um tempo vivido e trabalhado revelaram aquele espaço como um lugar privilegiado para se trabalhar, morar, viver e um forte sentimento de pertencimento ao que designavam como a "família tamoiense".

---

[1] Como fontes secundárias, destacamos o uso de documentos e da *Revista Umuarama*, órgão de divulgação interna, editado pela direção da usina.

As histórias das famílias colonas (homens, mulheres e crianças) cruzam-se com a história da própria usina, em particular no período em que esta esteve sob o controle acionário do grupo Morganti.[2] É um pouco dessa história que aqui desejamos recuperar.

A USINA TAMOIO: A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO

A Usina Tamoio[3] está localizada a oito quilômetros da sede do município de Araraquara, região de Ribeirão Preto, interior paulista, e sua importância se deve não apenas à forte expressão que a empresa teve no cenário da indústria sucroalcooleira da região, mas também em todo o estado de São Paulo e no Brasil até o fim da década de 1960.

Adquirida por Pedro Morganti, um imigrante italiano, em 1917, a usina, no início chamada de "Engenho Fortaleza", nasceu em um contexto de crise cafeeira na cidade de Araraquara e região.[4]

O "Engenho Fortaleza" constituía na ocasião uma propriedade de aproximadamente 2 mil alqueires, com um prédio industrial apresentando benfeitorias a seu redor. Compreendia o espaço da sede industrial e três fazendas, que mais tarde passaram a ser seções da Usina Tamoio (Chibarro, Salto e parte da Mantuana). A propriedade, então ocupada com cana-de-açúcar e café, foi aos poucos mudando a paisagem. O café, de forma gradativa, foi eliminado, cedendo lugar única e exclusivamente à cana-de-açúcar.

Os freqüentes investimentos em capital constante e a incorporação de tecnologia nacional e estrangeira, conjugados com a absorção de grandes extensões territoriais (antigas fazendas cafeeiras) e ampla organização social, fizeram da Usina Tamoio a maior organização agroindustrial do grupo Morganti,[5] assegurando-lhe índices elevados de produtividade e posição privilegiada no mercado de açúcar, desde a década de 1920.

Atingida pela crise do mosaico, que devastou as lavouras canavieiras do estado de São Paulo entre os anos de 1924 e 1926, após a superação da crise

---

[2] Além da Usina Tamoio, o Grupo Morganti era proprietário da Usina Monte Alegre, em Piracicaba, e atuava em negócios de refinação do açúcar em São Paulo.

[3] Usina Tamoio era o nome fantasia da empresa, cuja razão social era Refinadora Paulista S/A.

[4] Pacheco (1988), em seu estudo sobre o processo de urbanização na região de Araraquara e São Carlos, assinala a existência de empreendimentos açucareiros na região desde o início do século XX. Aponta para o funcionamento de uma pequena usina em 1914, Usina Freitas, que em 1917 passou a denominar-se Usina Fortaleza.

[5] Além da Usina Tamoio, o Grupo Morganti era proprietário de escritórios para comercialização do açúcar em São Paulo.

retomou seu potencial produtivo com a introdução de novas variedades de cana (javanesas e indianas) mais resistentes à doença e com maior rendimento do que as anteriores, o que contribuiu para sua afirmação definitiva a partir da década de 1930. Mesmo tendo de concorrer com outras usinas que começavam a surgir na região, e ainda com a produção açucareira do Nordeste do país, a Usina Tamoio garantiu sua posição de grande produtora.

Provavelmente beneficiada pela política dirigista na economia açucareira, levada a cabo pelo Estado por meio da Comissão de Defesa do Açúcar criada em 1931 e pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) instituído em 1933, e ainda por "falta de uma política global de planejamento e expansão açucareira, em âmbito nacional" (Gnaccarini, 1972, p.73), a usina, que se valeu do fato de ter-se instalado em uma região cafeeira em crise, constituiu até a década de 1950 um império.

No decênio de 1950, viveu sua fase áurea, chegando a abrigar em suas terras em torno de 12 mil pessoas entre trabalhadores e moradores. A população trabalhadora dividida entre agricultura e industrialização era composta de colonos de cana, assalariados agrícolas, operários de fabricação e manutenção, empregados da administração, escritórios e transportes, inclusive ferroviário.[6]

No período que compreende a aquisição do "Engenho Fortaleza" e a morte de Pedro Morganti, em 1941, a extensão territorial da usina foi ampliada para 5.278 alqueires – terras que antes compunham antigas fazendas cafeeiras. Após a morte do fundador a extensão territorial da usina ultrapassou 10 mil alqueires.

Mesmo com superavit açucareiro, em 1938, Pedro Morganti importou de Cuba duas moendas usadas, substituindo a antiga moenda Fulton, de quatro ternos, adquirida em 1922. Conseguiu com isso elevar de modo substancial seus níveis de produtividade. Em 1946, ao bater o recorde continental da produção de açúcar, a usina transformou-se na maior indústria sucroalcooleira do país e da América do Sul (Álbum de Araraquara, 1946, p.24). Em 1951, adquiriu uma moenda Fulton de seis ternos, o que havia de mais moderno para a época e a primeira do tipo no Brasil. Com isso conquistou em definitivo sua hegemonia no mercado açucareiro, destacando-se como usina-modelo no país, graças à tecnologia avançada que empregava e à ampla organização social que mantinha.

Possuindo uma sede industrial com estrutura urbana, equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo,

[6] A usina dispunha de um equipado serviço de estradas de ferro estendido por todas as lavouras de cana, que servia para transportar a matéria-prima até as moendas.

suntuosa igreja,[7] escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrinhado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas[8] estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc., a usina mantinha uma organização social considerada exemplar para a época.

Ao estabelecer um relacionamento personalizado e paternalista, promover a vida material dos trabalhadores e de suas famílias, pela concessão de moradia e distribuição de bens sob um racional sistema de armazém, complementado com a concessão de lotes para plantações de subsistência, e proporcionar ainda atividades médicas, religiosas, recreativas e educacionais, a usina criava uma situação de permanente dependência dos trabalhadores à sua administração. Tornava-os subordinados para o atendimento de suas necessidades mínimas. Dessa forma, todos os interesses da esfera produtiva passavam a invadir outras esferas da vida cotidiana, submetendo o trabalhador e seu grupo doméstico às necessidades da produção. O sistema que contava ainda com uma "polícia particular",[9] imposição de normas e regras, uso de aparelhos coercitivos mesclados com formas sutis de controle e vigilância permitia que toda a vida do trabalhador se passasse no interior da usina sob os olhos vigilantes do patrão.

Foram nessas circunstâncias e sob esse sistema que a usina conseguiu manter, por mais de cinqüenta anos, uma população trabalhadora dominada e controlada que lhe garantiu a produção de uma riqueza considerável, fazendo sua administração acreditar que possuía um "legítimo patrimônio humano", de trabalhadores "calmos" e "pacíficos" (Ornellas, 1967, p.148).

No final da década de 1950, todavia, começaram a se apresentar sinais de crise. Após várias tentativas para manter-se, até mesmo introduzindo mudanças importantes no processo e nas relações de trabalho, em 1968 a usina foi transferida por venda para o Grupo Silva Gordo, forte detentor de capital financeiro.

Sob o comando acionário do novo grupo, na segunda metade da década de 1970, teve início novo processo de crise. A crise acirrou-se nos anos seguintes e, em 1982, após longo processo de luta dos trabalhadores e

[7] A igreja de São Pedro, o maior símbolo do poder do grupo usineiro, foi erigida pelos filhos de Pedro Morganti, em sua homenagem, após a morte dele em 1941.

[8] Seções que compunham a Usina Tamoio: Santa Elza, Salto, Mantuana, Jacaré, Morro Azul, Serra D'água, Bela Vista, Aparecida, Andes, Banhadinho, Lucânia, Santa Inês, Santa Beatriz, Mariza, Marilu e Santa Joana.

[9] A usina possuía uma polícia privada formada por guardas e vigias que circulavam durante 24 horas pelo seu território. Além disso, havia na sede industrial uma pequena cadeia onde eram presos os trabalhadores que infringiam as normas da usina. Aí permaneciam até que a polícia de Araraquara chegasse, quando eram encaminhados para a cadeia pública da cidade.

moradores que ainda continuavam em seu território e foram para as ruas de Araraquara protestar contra a paralisação da usina e exigir o pagamento de seus direitos (Ferrante, 1984), a usina teve suas atividades totalmente paralisadas. Todos os trabalhadores e moradores foram obrigados a deixar o local, tendo esse processo se concretizado na segunda metade da década de 1980.[10]

Em 1995, após treze anos de completo abandono e total depredação, a usina foi reformada e voltou a funcionar sob a administração da Açucareira Corona, que arrendou suas terras e instalações industriais por tempo indeterminado.

Atualmente, a usina está sob a administração do grupo Cosan, que vem promovendo a monopolização da produção sucroalcooleira no estado de São Paulo. Com a aquisição da Usina Tamoio em janeiro de 2006, o grupo Cosan reúne hoje, sob seu comando, dezesseis usinas, além de terminais privativos no porto de Santos.

A história recente da usina, bem diferente, guarda, contudo, marcas de um tempo passado fortemente preservado nas memórias de seus antigos trabalhadores e moradores. Hoje, as lembranças do passado atuam como pontos de referência, de revivescência do clima de amizade e solidariedade que prevalecia no espaço da Tamoio.

O COLONATO NA USINA TAMOIO

A compreensão da constituição do campesinato tutelado torna-se importante para que possamos entender suas características específicas, nesse espaço particular.

Ao adquirir o "Engenho Fortaleza" que estava em plena atividade e em uma região cafeeira em crise, Pedro Morganti teve a oportunidade de reaproveitar a mão-de-obra existente.

No processo de expansão da usina, a aquisição e a incorporação a seu patrimônio de várias fazendas cafeeiras vizinhas possibilitaram a absorção da mão-de-obra agrícola disponível, tendo os trabalhadores apenas de adaptar o trabalho do café à cana. É, por exemplo, o que se verifica no caso da Fazenda Serra D'água adquirida e incorporada à usina, em 1933.

> Minha família entrou lá, minha família já estava lá na fazenda, na Serra D'água quando a usina comprou lá, foi em 1933, quando o Morganti comprou a fazenda Serra D'água. Então nós continuemos trabalhando ali. Nessa época eu era criança,

[10] Durante a pesquisa, entrevistamos um trabalhador que declarou ter saído do território da usina em 1986. Todavia, muitos trabalhadores já tinham saído antes, desde a década de 1970, quando começaram as mudanças nas relações de trabalho na usina.

> mas minha família: meu pai, minha mãe, meus irmãos, meus primos, tudo, foram trabalhar de colono, pegaram a lavoura de cana, foram trabalhar lá... foram trabalhar na colônia de café, depois Tamoio comprou, eles continua trabalhando colono de cana. (Ex-colono)

Além dos trabalhadores que já estavam nas propriedades adquiridas por Pedro Morganti no início da organização da usina, a primeira geração de trabalhadores entrevistada, cuja faixa etária variava, na época da pesquisa, de 63 a 70 anos, chegou a Tamoio entre 1930 e 1940, ainda criança, com seis ou sete anos de idade. Os pais, a maioria filhos de imigrantes europeus, sobretudo italianos, eram colonos de café na região e vieram para a Tamoio logo após sua aquisição por Pedro Morganti, atraídos pela propaganda positiva que girava a seu redor.

> Meu pai trabalhou na lavoura, mas meu pai era oleiro, fazia tijolos... Ele fazia muito, ele trabalhava com meu avô. Meus avôs tinham uma olaria na Figueira Branca. Figueira Branca fazia parte dessa Santa Eudóxia, era uma fazenda que tinha 6,7 quilômetros retirada da Santa Eudóxia ... Meu avô também saiu porque quando veio pra cá ele achou que na olaria também já estava fracassando né, não estava dando mais resultado. Aí uns amigos dele que trouxe ele aí: "Vamos na Refinadora, na Refinadora, Refinadora Paulista está no auge e dá muito dinheiro! Trabalhador lá ganha dinheiro, lá colono de cana dá dinheiro!" E aí veio com essa conversa aí. (Ex-colono, chegou à usina em 1938)

A trajetória dos trabalhadores, comum na usina investigada, nos permite afirmar que a crise da economia cafeeira e a conseqüente liberação de grande contingente de trabalhadores empregados na cultura do café, bem como o "fracasso" de algumas atividades agregadoras de mão-de-obra, como os serviços de olaria, por exemplo, favoreceram a constituição da força de trabalho de que a usina necessitava. A presença de considerável parcela de descendentes de europeus, entre os trabalhadores da usina, é reveladora de como a mão-de-obra foi potencialmente utilizada, sobretudo na sua fase inicial. A implantação de um sistema de recrutamento com base na família compatibilizava-se com as necessidades de aquisição de mão-de-obra.

Essa forma de recrutamento de trabalhadores que tem por base a família e não trabalhadores individualizados, além da vantagem mais imediata que oferecia, ou seja, a formação de uma população trabalhadora no interior das próprias famílias moradoras, podia trazer ainda outras vantagens, uma vez que a vinculação dos trabalhadores com um sistema de dominação preexistente permitia a continuidade da situação de dominação anterior em que as famílias se encontravam. O fato de a usina utilizar-se de uma mão-de-obra familiar que trazia consigo uma experiência de trabalho agrícola, muitas vezes de colonato, levou-nos a pensar nas vantagens que isso representou em termos econômicos, com a liberação de dispêndios para

treinamento e adaptação, além da reapropriação de um sistema de "disposições culturais", um *habitus* (Bourdieu, 1989) incorporado por essas famílias que vinham para a Tamoio.

Nesse sistema, toda a força de trabalho disponível no interior da família tinha de ser direcionada para a produção. Dessa forma, as crianças, desde os sete ou oito anos, eram inseridas no trabalho da lavoura como reforço da capacidade de trabalho da família. Isso fazia que os colonos, chefes de família, negligenciassem a educação de seus filhos. A necessidade de aumentar o potencial produtivo da família sobrepunha-se a qualquer necessidade de escolarização. Embora a usina dispusesse de um grupo escolar em sua sede, a forma como estavam organizados os setores produtores de matéria-prima, com as seções às vezes muito distantes da sede, não possibilitava o acesso de todos os trabalhadores à escola. Entre os colonos entrevistados, um deles, tendo chegado à usina em 1932, com sete anos, nunca freqüentou a escola.

> E depois não é papai mandava só trabalhar né, só trabalhar. O grupo ficava na sede, muito longe e papai mandava só trabalhar, só trabalhar. (Ex-colono)

O outro, tendo chegado em 1933, com seis meses de idade, cursou até a 4ª série primária (nível que a usina oferecia), estudando de manhã e trabalhando à tarde.

Somente mais tarde, com a instalação de um grupo escolar na seção Bela Vista, uma das maiores da usina, é que a escolarização se tornou mais acessível. Já os filhos dos colonos receberam escolarização pelo menos até a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).

Assim, desde muito cedo inseridos no trabalho, cuidando de pequenas plantações de subsistência, realizadas em lotes cedidos especialmente para esse fim, as crianças eram treinadas para se tornar trabalhadores da lavoura. O treinamento era ainda propiciado pela usina que, para tanto, instalou escolas agrícolas com aulas práticas de corte e plantio de cana, em local apropriado e próximo ao grupo escolar. No grupo escolar da seção Bela Vista, onde havia maior concentração de trabalhadores agrícolas, em especial colonos, as aulas práticas compunham o currículo escolar e eram desenvolvidas obrigatoriamente durante o ano letivo.

> O grupo escolar era rural! (grupo escolar da seção Bela Vista) Então tinha uma área de cana no grupo escolar que os alunos, todos os alunos do grupo tinha que trabalhar meia hora de serviço, como rural. Tinha horta, tinha pomar... Chegou uma época engordava até porco no grupo escolar. E tinha uma ordem ali dentro: "Todos os alunos trabalhar meia hora por dia!" Porque era rural! O nome do grupo era: "Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti", é o que está lá até hoje e... Pra nós era até interessante isso daí! Os professores também tinha que ser prático, ser professor rural. Tinha uma área, o grupo tinha uma área grande, e fora da área do grupo tinha uma área de cana que pertencia ao grupo escolar. Essa cana segundo

> se ouvia falar, essa cana era posto na usina e o dinheiro era revertido em material pros alunos, essas coisas. Se é que era né? (Ex-colono)

A utilização de mecanismos como o que acabamos de descrever é um indicador das estratégias criadas pela usina para manter uma força de trabalho treinada e apta a atuar em suas lavouras.

AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO COLONATO

A introdução do colonato na Usina Tamoio, portanto, deu-se em virtude do reaproveitamento da mão-de-obra já treinada de que Morganti pôde dispor com a aquisição de antigas fazendas de café.

A pesquisa demonstrou que a Usina Tamoio chegou a "abrigar" em suas terras cerca de duzentas famílias colonas, cujos titulares, como já mencionamos, eram na maioria italianos, espanhóis e portugueses. Houve experiências com russos e japoneses, porém sem muito êxito. A preferência pelo colonato, contudo, não se deu por um ato individual de Morganti, mas deve ser compreendida em seu movimento conjunto pelas vantagens que o sistema oferecia. Conforme observa Gnaccarini (1972, p.8), o colonato:

1) servia como reservatório de força de trabalho barata, qualificada, estável e disponível, o que desonerava o usineiro de uma possível competição no mercado de trabalho;
2) não estando os empresários em condições de exercer controle sobre o mercado de açúcar, permitia que os prejuízos decorrentes das flutuações dos preços do produto fossem transferidos para os trabalhadores, sobretudo do setor agrícola, o que se dava pela compressão dos salários;
3) permitia, pelo uso de métodos arbitrários (medidas fraudulentas no processo de pesagem da cana, extorsão de parte da cultura de subsistência, retenção dos salários deliberadamente, descontos indevidos, condições de moradia precárias etc.), a redução dos custos de produção; e
4) permitia maior flexibilidade na aquisição da força de trabalho.

O PROCESSO DE TRABALHO

Organizados em base familiar, os colonos operavam em áreas certas (glebas medidas por quartéis) predeterminadas pela administração da usina de acordo com a capacidade produtiva da família. Seus trabalhos consistiam basicamente nas seguintes tarefas: preparo da terra, plantio, trato, fornecimento da cana e cultura de subsistência.

Empregando instrumentos de trabalho rústicos como arado de tração animal, grade de dente, sulcador, carpideiras, riscador, *plainer* e carroça, a família trabalhadora ocupava a força de trabalho de seus membros de forma cooperativa a fim de obter maior produtividade no trabalho. Estabelecia-se assim uma divisão do trabalho espontânea, na qual forças individuais de trabalho operavam como órgãos da força comum de trabalho da família (Marx, 1981, p.87).

Nessa divisão do trabalho, as diferenças de sexo e idade se impunham. Na família colona, em geral composta por filhos casados e solteiros, quase sempre, além da mãe, havia mais de uma mulher casada (esposas dos filhos). Isso favorecia uma divisão sexual do trabalho que se estendia da casa à lavoura.

Obedecendo a um sistema de revezamento semanal, as mulheres casadas encarregavam-se dos cuidados com a casa, com as crianças que ainda não tinham idade para o trabalho, do trato dos animais e da alimentação daqueles que trabalhavam na cana. Portanto, enquanto na lavoura os homens desempenhavam as tarefas consideradas mais pesadas, de acordo com a concepção dos trabalhadores, como arar e sulcar a terra, às mulheres eram destinadas as tarefas tidas como mais leves: carpir, puxar muda (plantar), cortar a cana, tratar dos animais etc.

As diferenças sexuais do trabalho eram, segundo a representação dos trabalhadores, expressas como "trabalho de homem" e "trabalho de mulher". Manipular o sulcador abrindo valas para o plantio da cana, "esparramar" calcário, adubar eram considerados trabalhos de homem. Dessas atividades as mulheres estavam liberadas. No entanto, o trabalho da mulher na lavoura era muitas vezes preferível ao trabalho doméstico, considerado trabalho "leve". O cuidado com a casa e o preparo da alimentação dos trabalhadores exigiam grande esforço da mulher, o que começava por volta das quatro horas da manhã e se estendia até o anoitecer. Carregar grandes caldeirões e panelas com comida para o pessoal da lavoura e transportar nos ombros e cabeça latas d'água de 20 litros para a manutenção da casa e para dar de beber aos animais não era trabalho suave. Em um exercício cotidiano, as tarefas se estendiam de janeiro a dezembro, prolongando-se até mesmo nos períodos de gestação das mulheres.

No sistema de exploração organizado com base na família, a função biológica reprodutora das mulheres era muito valorizada, mas nem por isso elas eram poupadas de seus afazeres, em casa e na lavoura. Não era raro mulheres entrarem em trabalho de parto no local de trabalho, chegando às vezes a dar à luz ali mesmo. "Às vezes era preciso as mulheres fazer rodinha pra os homens e as crianças não ver o nenê nascer". (Ex-colona)

Trabalhando sob o sistema de remuneração por incentivo, com base na quantidade de toneladas de cana colhida, o rendimento monetário do colo-

no dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família. Assim, toda a força de trabalho dos membros da família era despendida em longas jornadas de trabalho, que variavam de doze a quinze horas por dia.

Como praticamente toda a exploração agrícola da usina estava fundada no sistema de colonato, tornava-se interessante que a capacidade de trabalho dos colonos fosse maximizada na produção da matéria-prima. Para isso, os melhores lotes eram por eles cultivados. As lavouras de cana administradas pela própria usina e plantadas em terrenos menos férteis apresentavam maior dificuldade para o trabalho. Por isso, os colonos, quando solicitados, se obrigavam a trabalhar nas lavouras da usina. Assim, terminada a colheita em sua lavoura, eles trabalhavam no corte da cana da usina, sendo remunerados por feixe, sistema também adotado para os trabalhadores empregados diretamente pela usina.

Essa foi provavelmente a forma utilizada pela empresa para defender-se de uma possível "ociosidade" da capacidade de trabalho de seus colonos.

Já nos últimos tempos, década de 1950, quando a usina adquiriu novas terras, nas quais não empregou o sistema de colonato, o trabalho dos colonos foi ainda mais intensificado. Não dispondo a usina de um número de trabalhadores assalariados capaz de suprir as necessidades da alta produção proporcionada pelas novas terras, os colonos passaram a ser usados nas plantações da usina desde o início da safra, intercalando períodos de corte entre a lavoura da fazenda e sua própria lavoura.

> Tem uma seção aqui que eles compraram última aqui ... Não teve nenhum colono... Era essa a seção mais castigada que nós tinha que trabalhar. Começava a safra era lá... Terra nova! Plantava primeiro ano, então produzia medonho (grande quantidade). Então o começo da safra era lá. Nós cortava lá quinze, vinte dias, depois cada um cortava a dele. Então nós vinha aqui, cortava toda a nossa, tinha que voltar pra lá. (Ex-colono)

O trabalho que representava a intensificação do uso da força de trabalho dos colonos era percebido por eles de forma diferenciada, variando conforme suas condições econômicas e culturais. Enquanto um informante que pertencia a uma família menos privilegiada economicamente – mais "fraca", como diziam – parecia aceitar o trabalho com "naturalidade", tendendo a vê-lo como uma forma de complementação dos ganhos monetários da família, o outro em melhor situação – mais "forte" – sentia-se coagido a ajudar, em detrimento de sua própria lavoura de cana e roça de subsistência que, em conseqüência, só seriam atendidas com a extensão da jornada de trabalho.

Os colonos estavam ainda sujeitos a trabalhos por diária, executando serviços que se relacionavam diretamente com a usina.

> Tanto pro colono, como na fazenda acabava tudo (o serviço). Então novembro acabou a safra, entra em reforma ..., sobrava um mês de serviço pra nós acabar nossa reforma de cana. Tava tudo em ordem. A fazenda tinha serviço, nós ia prestar serviço pra fazenda, por dia se fosse preciso, com animal, de braçal, qualquer jeito... (Ex-colono)

A execução desses trabalhos representava para eles uma forma de garantir melhor rendimento.

OS CAMARADAS

Explicitamente os colonos não estavam sujeitos a uma cota de fornecimento, mas, para não ficarem em débito com a usina no final da safra, a capacidade de trabalho da família era ainda complementada com a contratação de mão-de-obra assalariada nos momentos de pico de produção, em especial no período de corte, quando os trabalhos demandavam maior contingente de trabalhadores. Os camaradas, como eram chamados os trabalhadores assalariados, eram contratados exclusivamente a expensas da família colona.

As relações de trabalho impostas pela usina aos colonos tinham nessas contratações sua reprodução. O colono-chefe, ao contratar uma família de agregados, tinha preferência explícita pelas famílias mais numerosas. Estas deviam ter no mínimo três enxadas. Trabalhadores solteiros não eram contratados.

Trabalhando por um salário mínimo fixo, mensal, os camaradas estavam sujeitos à legislação trabalhista vigente de acordo com as normas estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma vez que o Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 e o Decreto-lei n. 6969 de 1944, ao regular as relações entre usineiros, colonos e trabalhadores rurais, não incluíram essa categoria de trabalhadores em seus corpos jurídicos.

A última fase do processo de trabalho dava-se com o corte da cana que, após a colheita, era transportada em carroças das palhadas até os vagões da estrada de ferro que se estendiam por todas as lavouras. Depois de os próprios colonos efetuarem os trabalhos de carregamento, os vagões se dirigiam para a usina onde era realizada a pesagem da cana. O processo de pesagem apresentava-se aos colonos como algo completamente obscuro. Na chegada do vagão na usina, recebiam um *ticket* acusando o peso das canas entregues. A impossibilidade de controle mais efetivo do próprio trabalho, aliada às práticas paternalistas de que a empresa se utilizava, fazia com que os colonos aceitassem as medidas sem maiores questionamentos. Isso contribuía para que o bom andamento da produção e o atendimento dos interesses da usina fossem preservados. Embora os colonos percebessem que, da forma como os vagões entravam na balança, isto é, engatados, o resultado da pesagem só poderia ser distorcido, e embora

reconhecessem a exploração que pesava sobre eles, até 1961, não se verificou o registro de manifestações de resistência significativas por parte dos colonos contra a usina.

Sob a valiosa supervisão dos chefes de família, que desempenhavam o papel de verdadeiros feitores de seus próprios parentes, o que dispensava um custoso trabalho de apontamento, o sistema de colonato encontrava nesse aspecto mais uma vantagem em relação ao assalariamento puro. Mesmo empregando administradores como mediadores entre usineiros e colonos, as despesas despendidas com os trabalhos eram insignificantes em relação às vantagens que o sistema oferecia.

A CULTURA DE SUBSISTÊNCIA

A cultura de subsistência não deve ser entendida como se estivesse desligada do processo de trabalho. Ao contrário, é parte constitutiva dele.

Na usina estudada, os colonos combinavam a produção de cana com a produção de subsistência. Dessa forma, parte substancial dos gêneros necessários à reprodução da força de trabalho da família colona era produzida pelos próprios trabalhadores.

As culturas de subsistência baseavam-se fundamentalmente no plantio de milho, feijão e arroz em menor escala. Destinavam-se ao atendimento das necessidades básicas da família, ao mesmo tempo que complementavam seus ganhos salariais. Além do lote para a cultura principal, a usina cedia lotes em separado para as culturas de subsistência de acordo com a capacidade produtiva da família colona. Eram esses lotes morros ou terras acidentadas impróprios para o plantio da cana.

A produção do milho prestava-se principalmente para a manutenção dos animais de trabalho (eqüinos). Todavia, parte do milho produzido pelos colonos era apropriada pela usina para a alimentação de seus próprios animais. Disso dependia a autorização da usina para o plantio de milho intercalado à cana. “Teve uma época que eles exigiam uma parte do milho, porque não podia plantar. Depois concordou, mas eles queriam uma parte, uma porcentagem pra manter os animais deles também”. (Ex-colono)

Mesmo repassando para a usina um quarto de sua produção de milho, os colonos preferiam o plantio intercalado ao plantio em roças separadas. Para eles, tal fato assegurava-lhes menor dispêndio de força de trabalho. “Pra nós era vantagem porque na lavoura de cana era mais fácil plantar o milho do que nos morros mais acidentados. Então nós concordemos. Todo mundo plantava e dava aquela parte pra fazenda”. (Ex-colono)

Para a usina, a combinação dessas culturas à cultura principal representava uma forma de intensificar o processo de trabalho a fim de obter melhor resultado em nível de produtividade. A prática, possivelmente, além

de atender à maior demanda do mercado de açúcar, oferecia outras vantagens, como menores dispêndios monetários para a manutenção de seus animais de trabalho, o que, conseqüentemente, implicava redução dos custos de produção nas lavouras da usina.

O trabalho na roça de subsistência era desenvolvido normalmente nas últimas horas do dia, após o trabalho na lavoura de cana, até o anoitecer e nos domingos e feriados. Na época do plantio da cana, quando o trabalho na lavoura tornava-se menos intenso, era possível dividir o trabalho dos membros da família entre a roça de subsistência e a cultura principal. Entretanto, na safra, toda a capacidade de trabalho da família era despendida no corte da cana e ainda complementada com o trabalho dos camaradas. Apenas as famílias mais numerosas e em melhores condições econômicas tinham possibilidade de deixar um membro na roça de subsistência, enquanto os demais se dedicavam à cana.

Além de cultivar gêneros alimentícios, os colonos criavam animais domésticos para o consumo, como porcos, diversas espécies de aves de quintal e plantavam hortaliças no terreiro junto à casa. Era comum possuírem gado de leite e corte para o "custeio" da família. O gado era criado com os animais de trabalho, em área de pasto própria cedida pela usina.[11]

No colonato, tanto do café quanto da cana-de-açúcar, a cultura de subsistência como forma de valorização do capital mereceu a atenção de vários estudiosos. Gnaccarini (1972, p.29) definiu a prática da economia de subsistência na cana-de-açúcar nos seguintes termos:

> O modo como as empresas utilizam a economia de subsistência de seus trabalhadores, com a finalidade de reduzir seus dispêndios monetários e de elevar a taxa de lucro, constitui o que pode ser chamado de extração de mais-valia absoluta do trabalho. Com efeito, tomando-se o conceito tal qual foi elaborado pela economia marxista, verifica-se que o que ocorre não é redução da proporção em que o custo de reprodução da força de trabalho pesa sobre o tempo de trabalho despendido em uma jornada de trabalho (mais-valia relativa), mas, ao contrário, obtém-se um acréscimo no excedente do trabalho pela extensão pura e simples da jornada de trabalho (mais-valia absoluta).

Martins (1986, p.84), analisando o colonato no café, vê no fato de o colono prover grande parte de sua alimentação com culturas acessórias, sobretudo com a duplicação da jornada de trabalho, uma intensificação do processo de exploração do trabalhador. Para o autor, a exploração ficava ainda mais nítida quando as culturas eram realizadas em separado. Dessa forma, o fazendeiro apropriava-se do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e do tempo excedente. Nesse sentido, esta-

[11] Um colono entrevistado afirmou que chegou a possuir onze cabeças de gado.

belecia uma divisão no processo de trabalho da seguinte forma: a) processo de produzir a cultura principal; e b) processo de produzir a cultura de subsistência.

Para Verena Stolcke (1986, p.48), que também analisou o colonato no café, a cultura de subsistência representou a forma encontrada pelos cafeicultores para comprimir os salários monetários dos trabalhadores e com isso defender-se dos prejuízos resultantes das flutuações do preço do produto no mercado.

Na usina estudada, o recurso à cultura de subsistência como forma de exploração e valorização do capital torna-se bastante evidente. De fato, o colonato, na situação específica, proporcionou aos empresários uma flexibilidade diante das flutuações dos preços que de outra forma não teriam. A combinação de culturas alimentares com a cana e ainda a concessão do armazém suprindo as possíveis deficiências funcionaram como mecanismos eficazes para compressão e retenção dos salários monetários dos trabalhadores, elevando a taxa de lucro nas épocas de baixa dos preços.

A todo momento, em suas falas, os trabalhadores ressaltam a importância de poder plantar e criar para si próprios. Nesse contexto, a ausência de pagamento dos salários não era sentida, pois aquilo que não conseguiam obter com a cultura de subsistência, o armazém da usina fornecia.

O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO

Assim, enquadrados como prestadores de serviços, equiparados à qualidade de empreiteiros de cortadores de cana , conforme Decreto-lei n. 6969 de 1944,[12] os colonos recebiam como contraprestação pelos serviços prestados um preço fixado por tonelada de cana colhida. Além da remuneração que constituía a principal fonte de rendimento da família colona, os ganhos monetários eram complementados pelos valores atribuídos aos dias de trabalho prestados à usina, com base no salário mínimo vigente, e serviços realizados com corte de cana da usina, remunerados por feixe.

Contudo, a remuneração dos colonos não era constituída apenas pelos ganhos monetários. A ela se somavam as parcelas em espécie concedidas pela usina como cultura de subsistência, moradia, criação de animais domésticos para consumo e pasto para criação de gado.

Os últimos itens relacionados, como já demonstramos, alternavam mecanismos de compressão dos salários e condições de vida, garantidores

[12] Em 1944, o Decreto-lei n. 6969 disciplinou a situação dos lavradores ou colonos que realizavam a exploração agrícola de cana-de-açúcar em terras pertencentes à usina ou a terceiros sob o regime de colonato, co-participação ou parceria, considerados fornecedores nos termos do Estatuto.

de relativa autonomia dos colonos. Ao lado, porém, verificava-se a apropriação pelos usineiros de uma mais-valia absoluta, com extensão da jornada de trabalho e a intensificação do processo de trabalho. O pagamento da parte monetária que compunha a receita dos colonos só era feito no fim da safra, normalmente em novembro. Durante a entressafra, eram realizados adiantamentos dos salários de acordo com os saldos credores que os colonos acumulavam com a prestação de serviços para a usina.

Obedecendo ao que estabelecia a Lei do Patronato Agrícola – Lei n. 1.299/A, de 17 de dezembro de 1911, eram mensalmente lançados nas cadernetas agrícolas de cada família colona, em forma de conta corrente, sob o título "débito" e "crédito", os haveres da empresa para com os colonos, e vice-versa. No fim da safra efetuava-se um balanço apurando o provável saldo a ser pago ao chefe da família trabalhadora. Em geral, muito pouco ou quase nada restava a ser pago. As despesas com serviços prestados pela usina ao colono, como armazém, farmácia, médico, adiantamentos, mensalidade do clube, aquisição de publicação interna (*Revista Umuarama*), adubo, mudas fornecidas, seguro, almoxarifado, desconto de 5% sobre canas queimadas etc., que compunham a coluna dos "débitos", quase sempre se igualavam ao total de "créditos", ou ainda o superavam, deixando os colonos com saldo devedor – "no vermelho" – como diziam. Dessa maneira, fora os pequenos adiantamentos concedidos durante a entressafra, os usineiros dificilmente desembolsavam capital monetário para pagamento dos salários dos colonos, o que favorecia a acumulação de capital.

Apesar disso, a falta de dinheiro não era sentida pelos colonos.

> Dinheiro não precisava. Pra quê? Comprar o quê? Festa tinha lá, diversão de tudo tinha lá. Médico bom, remédio na farmácia. Pagava com o serviço de seis em seis mês, então dinheiro pra quê? Eles atrasava seis mês o pagamento numa época do Morganti. Você ficava assobiando em casa, tranqüilo. Você ia lá dentro (de casa) tinha arroz, tinha feijão, tinha milho... Você vinha no açougue... Tinha pão, tinha tudo. Não tinha dinheiro, mas comia, bebia, e não tinha esse problema de dinheiro. Tá caro! Ninguém nem sabia. Fazia uma lista e ia lá no armazém. Vida boa mesmo! Meia da excelente! Calçado excelente. Roupa, tudo excelente. Coisa boa mesmo. (Ex-colono)

A insuficiência demonstrada pelo pagamento por tonelada, realizado no fim da safra, punha os colonos em uma situação de total dependência dos patrões durante o período de entressafra. Estes buscavam resolver os problemas de existência nos aparatos oferecidos pela usina, principalmente no armazém, o que permitia que os colonos, mesmo quando aconteciam atrasos nos pagamentos dos salários por períodos prolongados, não se ressentissem da falta dos seus rendimentos.

O reconhecimento da desnecessidade do dinheiro tem de ser pensado como elemento de um ciclo de vida no qual eram valorizadas outras dimensões. Cobria-se o supérfluo e não o essencial.

AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DISSOLUÇÃO DO COLONATO

O fim do colonato na Usina Tamoio deve ser compreendido em um contexto de redefinição do desenvolvimento do capitalismo no país que atinge de forma ampla o campo brasileiro.

Desde meados da década de 1950, o Brasil assiste a um processo de modernização no setor agrícola. No setor canavieiro, especificamente, a substituição de técnicas rudimentares e semi-artesanais por tecnologias mais modernas exigiu a reordenação dos processos e relações de trabalho no setor. Isso interferiu de modo direto no padrão de relacionamento mantido entre patrões e empregados.

Na Usina Tamoio, em particular, no período que compreende o fim da década de 1950 e a de 1960, o modelo de organização administrativa que marcou a existência da usina, os fortes vínculos que uniam patrões e empregados, o paternalismo e clientelismo com que os Morganti conduziam as relações de trabalho na empresa mostravam-se obsoletos, necessitando ser substituídos por um modelo mais moderno, racional e compatível com as novas necessidades da acumulação do capital.

Tal necessidade irá resultar em mudanças que começam a ser introduzidas nas formas de produzir a matéria-prima e nas relações de trabalho. Atenta à nova realidade em curso, a administração da usina, desde os primeiros anos da década de 1950, proclamava a necessidade de investimentos no processo modernizador com a adoção de um plano de racionalização do trabalho. O plano, implantado lentamente com mudanças que foram introduzidas na agricultura da cana, como uso de tratores e outras máquinas agrícolas, sistema de curvas de níveis e a carpa química, provocou mudanças importantes nas formas habituais de trabalho e nas relações sociais até então vigentes. No processo, os colonos foram os primeiros a ser atingidos.

O plano de zoneamento implementado pela usina no início da década de 1960 não apenas expulsou as famílias colonas para glebas menores e de qualidade de solo inferior à das terras até então cultivadas, interferindo diretamente em seus rendimentos, como também, ao ocupar todos os espaços disponíveis com plantações de cana da usina, eliminou toda a área de pasto e reduziu o terreno para as culturas de subsistência. Sem pasto, a criação de animais ficou restrita apenas aos de trabalho, que podiam ser criados em cocheiras.

> E daí já plantou muito mais cana. E os pastos... Tinha pasto... Então pra criar na cocheira ficava muito difícil. Aí então fomos obrigados não criar mais gado. Só animal, porque animal fica preso em lugar pequeno, não tinha pasto de gado. Gado gosta de pasto... tivemos uma época que pagava invernada... Já não dava mais. (Ex-colono)

Os colonos tentaram se defender alugando invernadas para o gado e animais enquanto puderam. Porém, à medida que as condições de vida, já precárias, se deterioravam ainda mais, não podendo resistir aos custos do aluguel, desistiram do intento e passaram a depender exclusivamente do armazém.

Todavia, a extinção total do colonato só se consolidou em 1964. O processo de expulsão a que esses trabalhadores vinham sendo submetidos, com a ocupação das terras por eles utilizadas para a cultura de subsistência e a criação de animais de pasto (gado e cavalos) com cana da usina, e as fortes pressões para que entregassem o empreendimento resultaram em uma luta política. Em 1961, os colonos moveram um processo contra a usina, no IAA.

A LUTA DOS COLONOS

No processo que recebeu o n. PC 8/63, os colonos reivindicavam o reconhecimento da condição de fornecedores de cana e demais garantias outorgadas pelo Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC) de 1941, em especial no que se refere ao preço da cana entregue, que na ocasião se encontrava defasado em relação ao preço fixado pelo IAA em Cr$ 130,00 (centro e trinta cruzeiros).[13]

O processo, que ocorreu em contexto de importantes lutas políticas no campo brasileiro, teve a participação de pessoas ligadas ao movimento de Ligas Camponesas registrado no Nordeste brasileiro nas décadas de 1950 e 60. Os trabalhadores quando se referem ao processo se lembram da presença de Francisco Julião no território da usina.

Portanto, ao identificar a luta dos colonos como um movimento comunista, a usina não poupou esforços para desmobilizá-los e apressar o processo de extinção do colonato. Para isso comprou seus instrumentos e animais de trabalho, transferindo boa parte deles como assalariados agrícolas, portanto mão-de-obra fixa. O fato, de certa forma, representou uma contradição no processo de modernização da lavoura que se verificou a partir de 1961, exigindo redução do contingente de mão-de-obra fixa.

Entre 1961 e 1963, foram editados, por agrônomos contratados pela usina, dois planos de redução de mão-de-obra fixa nas lavouras de cana da Usina Tamoio. Para isso se apresentava como ordem do dia a necessidade de aceleração do processo de mecanização da lavoura e contratação da mão-de-obra sob a mediação de turmeiros. Também a quimificação da carpa e tratos culturais, mecanização de várias operações de safra, como o carregamento de cana, eram anunciadas como medidas urgentes, também em

[13] Em 1961 o preço da tonelada de cana fixado pelo IAA era de Cr$ 430,00 (quatrocentos e trinta cruzeiros), mas a usina pagava apenas Cr$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

virtude das evidências quanto à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

Após três anos de tramitação, em 1964 o IAA deu ganho de causa às dezoito famílias que se mantiveram na luta e prosseguiram com a demanda até sua resolução, tendo sido estas reconhecidas como fornecedores de cana. Com a transformação dos colonos em fornecedores de cana, a usina ficou obrigada a promover o preparo do solo para o plantio da cana, compreendendo: aração, recorte, gradeação e sulcamento. Entretanto, a taxação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em 17% sobre as canas entregues e as dificuldades encontradas para seu transporte, em virtude de a usina ter extinguido as linhas férreas, inviabilizaram a continuidade do empreendimento por parte dos colonos, que, gradativamente, acabaram por abandoná-lo. Apenas um colono resistiu a todo esse processo de expulsão e continuou nas terras da usina, trabalhando como fornecedor de cana.[14]

Em 1968, quando o Grupo Morganti vendeu a usina para o Silva Gordo, boa parte dos colonos já havia deixado suas terras. O processo de saída intensificou-se a partir da década de 1970, quando os filhos dos trabalhadores deixaram de ser empregados pela usina.

Trabalhando de "escuro a escuro", como expressou um entrevistado ao referir-se à quantidade de trabalho a que estavam submetidos, os colonos da Usina Tamoio não conseguiram sequer acumular algum pecúlio, salvo raras exceções. Daqueles que ainda continuavam vivos na época da pesquisa, a maioria encontrava-se aposentada e morando nas casas simples que conseguiram construir na periferia das cidades, muitas vezes com material usado recebido da usina como parte da indenização pelo longo período de trabalho. Com a vinda para a cidade, os filhos se engajaram em atividades urbanas, trabalhando sobretudo como operários.

Após saírem da Usina Tamoio, as famílias de colonos fixaram residência principalmente nas cidades de Araraquara, Ibaté e São Carlos. Mas não é impossível encontrá-las em outras regiões e cidades do estado de São Paulo, ou mesmo do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a presença de trabalhadores assalariados tenha sido constatada na Usina Tamoio desde as primeiras décadas de sua formação, a predominân-

[14] Com a paralisação da usina em 1982, o ex-colono passou a fornecer sua produção para usinas e destilarias da região. Como as terras por ele ocupadas estão incorporadas à área que foi desapropriada para fins de reforma agrária, na época da pesquisa o ex-colono integrava o projeto de assentamento de trabalhadores sem-terra que se verifica na seção Bela Vista da Usina Tamoio.

cia do colonato sobre o assalariamento puro revelou como o sistema de trabalho foi amplamente utilizado pela empresa, permitindo que esta se defendesse de possíveis flutuações no mercado de trabalho e do açúcar. O colonato, além de fixar o homem à terra, possibilitava que toda a mão-de-obra gerada no interior das famílias fosse potencialmente utilizada pela usina, com o próprio pai, chefe de família, se incumbindo de encaminhar os filhos para a lavoura e promover a fiscalização do trabalho. Ao se constituir como um sistema de trabalho cujo custo da mão-de-obra estava em relação fixa com o mercado do açúcar e as oscilações dos preços dessa mercadoria, o colonato, somado a outros fatores, garantiu que a Usina Tamoio conquistasse seu lugar nesse mercado, assegurando-lhe a posição privilegiada que ocupou até meados da década de 1960.

Para Hélio Morganti, filho do fundador da usina, diretor administrativo por longo período, e responsável pela continuidade das políticas implantadas por Pedro Morganti na Usina Tamoio, o sistema de colonato foi importante porque:

> era mão-de-obra fixa e mão-de-obra que cumpria, porque eles tinham ... cumpriam rigorosamente os contratos que tinham que fornecer a cana. Eles forneciam a cana. A usina tinha a segurança do fornecimento de cana ... A cana custava mais barato. Cana de colono era mais barata do que a cana...

Enquanto o colonato mostrou-se favorável, permitindo suprimir os ganhos dos colonos pela cultura de subsistência e defender a usina de possíveis flutuações do mercado do açúcar, esta o manteve. Extinguiu-o quando a nova dinâmica do capital se impôs, exigindo um processo modernizador.

Hoje, os trabalhadores e ex-colonos lastimam a forma com que se deu a sua saída da Usina Tamoio. Identificam o período do colonato como um tempo de muito trabalho, às vezes até de sofrimento, mas a lembrança da fartura e da fome saciada os faz preferir os tempos passados ao presente.

> Então às vezes alguns reclamam de Tamoio. Nós e muitos não pode reclamar. Foi uma terra abençoada. Tempo de colono foi abençoado de verdade mesmo. Tinha fartura... de tudo, de tudo. Trabalhava como eu falei. A gente cansava de trabalhar, mas trabalhava com amor, com disposição... Tinha tudo!
>
> Hoje tem dinheiro e não tem mais pra comer (refere-se a salário que recebe trabalhando no setor de conservação da empresa onde é empregado e à aposentadoria da previdência social). (Ex-colono)

Na prática cotidiana, os trabalhadores demonstraram durante longos anos "aceitação" das condições vividas na usina, mas foram capazes de se rebelar quando as modificações introduzidas nas relações sociais puseram em xeque sua condição de vida e trabalho. O processo PC n. 8/63 representa até hoje a grande luta travada pelos colonos de cana da Usina Tamoio. Mesmo que a usina tenha conseguido minar o movimento e tornar inviá-

vel a continuidade dos colonos no empreendimento, o processo é guardado na memória deles como o momento em que esses sujeitos fizeram sua própria história, ainda que em condições determinadas.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, M. R. B. Família e proletarização industrial: a constituição de um mercado de trabalho específico de uma Fábrica Têxtil, *Anais do IV Encontro Nacional ABEP,* 1984.

BOSI, E. *Memória e sociedade.* Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

FERRANTE, V. L. S. B. Tamoio: olha tem nó na cana. *Perspectivas (São Paulo)*, n.7 p.3l-40, 1984.

GNACCARINI, J. C. A. Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira no estado de São Paulo. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LEITE LOPES, J. S. *O vapor do diabo:* O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

______. A t*ecelagem dos conflitos de classe na cidade das Chaminés*. Brasília/DF: Marco Zero/UNB/MCT/CNPq, 1988.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo:* Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

______. *O cativeiro da terra*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

NEVES, D. P. Engenho e arte (estudo do processo de subordinação da agricultura à indústria na região açucareira de Campos (RJ) a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana). Rio de Janeiro, 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ORNELLAS, M. de. *Um bandeirante da Toscana* (Pedro Morganti na Lavoura e na Indústria Açucareira de São Paulo). São Paulo: Edart, 1967.

PACHECO, C. A. Café e cidades em São Paulo: Um estudo de caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos – 1880/1930. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas.

STOLCKE, V. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Álbuns/legislações

Álbuns de Araraquara de 1915 e 1948.

Legislação Açucareira e Alcooleira. Publicação do MIC e Instituto do Açúcar e do Álcool, 50 anos do IAA, v.I.

7
De fazenda de café a área de preservação. A dissolução do colonato na Fazenda Jatahy (SP)

Carmen Silvia Andriolli
Maria Aparecida de Moraes Silva

Este capítulo apresenta reflexões sobre a decadência do regime de colonato e posterior intervenção do Estado ocorridos em uma antiga fazenda cafeeira do Nordeste Paulista, a Fazenda Jatahy. Até 1959, a fazenda teve como principais atividades econômicas, em um primeiro momento, o café e a pecuária, e, posteriormente, a produção de lenha e dormentes. Nela, habitavam e trabalhavam colonos, sendo a maioria descendentes de imigrantes italianos. A metodologia da história oral foi utilizada para reconstruir a memória coletiva dos antigos colonos, partindo-se do trabalho, considerado tanto na esfera pública – como colonos e diaristas – quanto na esfera privada – o trabalho doméstico. Foi possível, portanto, analisar as conseqüências, para o modo de vida desses colonos, da com a intervenção estatal, já que as transformações abrangeram a substituição do regime de colonato pelo trabalho assalariado, a troca do cultivo do café pela silvicultura, além da transformação na paisagem, ao ser decretada a área da antiga fazenda cafeeira uma estação ecológica estadual, isto é, uma área de preservação.

DO ESCRAVISMO AO REGIME DE COLONATO

A Fazenda Jatahy, localizada no Nordeste Paulista, foi uma entre várias fazendas produtoras de café dessa região, do fim do século XIX até meados do século XX. Situada no município de São Simão, próximo a Ribeirão Preto (SP), deu origem ao município de Luiz Antônio. O núcleo original desse município, fundado em 1892, chamava-se "Vila Jatay", nome derivado de um porto fluvial do rio Mogi-Guaçu na "fazenda de Jatay",

mantido até 8 de outubro de 1937. Nessa data, a Vila tornou-se distrito em terras do município de São Simão com a denominação de Luiz Antônio e, em 18 de fevereiro de 1959, conquistou sua autonomia político-administrativa, constituindo-se, então, no município de Luiz Antônio.[1]

A Fazenda Jatahy representava um importante ponto de trânsito de mercadorias produzidas nas várias fazendas da região, que eram levadas até o Porto Jatahy (construído em 1887 e localizado às margens do rio Mogi-Guaçu dentro da área da antiga fazenda). Até o ano de 1937, quando o Porto Jatahy foi desativado, a fazenda era denominada Jataizão e, onde é hoje o município de Luiz Antônio, era chamado de Jataizinho – ponto de encontro de tropas que vinham trazer as mercadorias para serem embarcadas via porto fluvial (Barbatana, 2000).

De 1925 a 1945 a Fazenda Jatahy pertenceu a Joaquim Augusto Ribeiro do Valle, conhecido como "conde". As principais atividades eram a cafeicultura e a pecuária. Havia, também, intensa produção de leite e derivados. Tanto as tarefas relacionadas ao café como à pecuária eram realizadas por diaristas e colonos. Os primeiros, trabalhadores avulsos, recebiam seus ordenados por dia, de acordo com as atividades desempenhadas. Os segundos assinavam um contrato de trabalho com o conde Joaquim Augusto estabelecido de acordo com o regime de colonato.

O regime de colonato foi instaurado com a crise do escravismo no fim do século XIX e abrangeu tanto a economia açucareira quanto a do café, que, na primeira metade do século, superou a economia açucareira na capitania de São Paulo.

Como as relações sociais que norteavam o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas, principalmente, as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda, primeiro com os comissários de café e, mais tarde, já no fim do século XIX, com os exportadores, a transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos. A crise teve seus efeitos mais drásticos a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro. Entretanto, a economia colonial não se definia só pela prioridade da circulação, mas, também, pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. O trabalhador escravo, antes de ser produtor direto de bens comercializáveis, era objeto de comércio, obrigado a produzir lucro antes mesmo de começar a produzir mercadorias. Por isso, em um primeiro momento, a transformação das relações de produção não foi determinada pelas modificações no processo de trabalho na fazenda de café, e sim por transformações na dinâmica de abastecimento da força de trabalho de que o café necessitava. Porém, as

[1] Disponível em <www.seade.gov.br>. Acesso em 7 jan. 2005.

modificações alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador – alteraram as relações de produção.

A jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador escravo estavam diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro, ou seja, a condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração de seu trabalho. Com o trabalhador livre, o patrão dependia de outros mecanismos de coerção para obter a capacidade de trabalho do primeiro, já que este era juridicamente igual a seu patrão, caracterizando-se, assim, o regime de colonato (Martins, 1979, p.15).

O colonato era, então, composto por três elementos: um pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador; e pelo fato de que o colono não era um trabalhador individual, e sim um trabalhador familiar. A produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar era, segundo Martins (1979), o que impossibilitava definir tais relações como relações capitalistas de produção.

Anualmente, o fazendeiro acertava a conta com o trabalhador livre – o colono. Após o término da safra, o chefe da família trabalhadora recebia a quantia que lhe cabia, e aqui se dava a igualdade entre fazendeiro e colono, no plano dos ganhos monetários. Nesse nível, o colono era fornecedor de mercadorias e de trabalhos avulsos, que significavam uma parcela mínima de seus rendimentos. O colono era também comprador de mercadorias ou devedor de adiantamentos dados pelo fazendeiro. A maior parte de seu rendimento provinha dos alqueires de café colhidos, dos talhões tratados; também era característica da complexa relação a posse de uma caderneta pelo colono, na qual era registrada sua conta corrente com o fazendeiro. Complexa relação pelo fato de a igualdade entre colono e fazendeiro representar somente a simples igualdade entre compradores e vendedores no ato de compra e venda, já que ela "acobertava uma efetiva relação desigual no processo de trabalho" (Martins, 1979, p.80).

Com base na metodologia da história oral, alguns colonos relataram seu trabalho na Fazenda Jatahy, descrevendo o contrato estabelecido com o patrão sob o regime de colonato, a caderneta, a carpa e a colheita do café. Para compreender as relações, o trabalho, tanto na esfera pública quanto na privada, é entendido também como uma atividade de gasto de energia física e mental, que produzirá produtos, os quais, ao serem vendidos, pagarão a energia gasta e tal pagamento gerará a manutenção familiar, já que envolve:

> um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que se remete à ação, ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo o trabalho

uma atividade isolada, mas aquilo no qual se baseia e se reflete o conjunto das relações sociais. Esta maneira de pensar o trabalho pode ser bastante útil à compreensão da divisão social e sexual do trabalho e das formas de representação do trabalho. (Silva, 1998, p.79)

A seguir, alguns depoimentos demonstram que a igualdade entre patrão e colono limitava-se à relação entre compradores e vendedores, pois fica evidente a relação desigual constituída no processo de trabalho.

Colono é um agregado que, que justo pega tanto de pé de café e... ele é obrigado a tocar durante o ano! ... E ele tem que fazer uma colheita... de café ... Fim de, fim do ano tinha o contrato... Contrato é, é como se diz. É, é, vou ajustar outro ano de colono... Patrão fazia o contrato. Chamava a pessoa falava "você vai continuar esse ano", ele falava "vou". "Então vamos fazer o contrato." A fazenda paga lá, paga... 350 mil pés. Cada mil pés paga 350 ... Então às vezes a gente socava 10 mil pés, 10 mil pés então era, era, cada mil pés era 350 ... E o dia de serviço era... cinco, cinco mil réis ... Naquele tempo era mil réis... (Sr. Pedro, 92 anos, falecido)

Tinha muita gente que tirava ordem, sabe? Ordem era um papel lá que te dava ordem. Ele marcava tanto de, de dinheiro ali, depois eles faziam aquela conta assim. Se passasse daquela conta aí não podia! Naquele tempo se eles tivessem vontade de comprar um doce, alguma coisa que não dava, não podia comprar ... Era triste primeiro! Hoje a gente vive num paraíso! (D. Antônia, 91 anos)

Uma pequena parcela dos trabalhadores das fazendas recebia pagamentos em salários. Estavam nesse grupo os que se dedicavam ao beneficiamento do café, à secagem, ao ensacamento e à formação do cafezal. E esses trabalhos já eram realizados por homens livres antes da formalização do fim da escravatura, eram os operários especializados livres. A alteração que ocorreu, pois, com o fim da escravidão limitou-se ao trato e à colheita do café, em que não foi instituído o "salariato" com o trabalho livre.

Nós não éramos colono, nós morávamos na sede. Colono era só quem morava fora. Que cuidava de café. Nós não. Nós cuidávamos de outras coisas. Cuidava do... do bem da fazenda. Arrumava estrada, ia na beira do rio fazer, queimar o varjão... Tudo em prol da fazenda ... Trabalhei na máquina de esmiuçar café, de balanceiro, enchia o saco de café, pesava, costurava e levava na pilha. Balanceiro. Tratador de porco... Olha eu trabalhei em tudo aqui. Plantei café... só colher que não ... Mas eu trabalhei no terreirão, de café, no terreirão para secar café eu trabalhei muito. Agora os colonos cuidavam da lavoura ... nós morávamos aqui na Sede. Aqui era a Sede. Aqui morava... aqui morava administrador, escrivão, fiscal, feitor, campeiro, carroceiro, moravam tudo aqui. Agora os colonos eram para lá. (Sr. João, 87 anos)

No regime de colonato, o colono não era um trabalhador individual, e sim familiar. Marido, esposa, filhos maiores de sete anos trabalhavam, mas preservando sua "individualidade familiar", diferentemente dos escravos, que socializavam a tarefa. Designava-se ao colono uma parcela do cafe-

zal, que deveria ficar livre das ervas daninhas, o que representava de cinco a seis carpas por ano.

> Era assim, era colônia, aí tudo que estava bom para trabalhar... e tinha menino de sete anos que carpia café. É! E eu comecei com dez anos ... Na Fazenda Jatahy eu comecei a trabalhar, eu tinha dezessete anos, na Fazenda Jatahy. Comecei a trabalhar lá, carpi café ... Agora, quando eu comecei a trabalhar eu tinha dez anos, Nova Junqueira ... Meu pai... meu pai trabalhava de carroceiro e trabalhava no café também ... Minha mãe... minha mãe ajudava quando dava no café ela ajudava, mas depois nós, meus irmãos cresceram, tudo né, aí tudo ia carpi café ... Os mais novos assim, que já podia trabalhar, eles estudavam até doze anos, estudavam. Mas só tinha... escola era só o primeiro e o segundo, aí se repetia ficava três anos, quem já tinha sete anos... Foi assim... (D. Maria, 91 anos)

Além da carpa, ao colono cabia fazer a colheita do café, na qual se intensificava o trabalho familiar, já que o trato era combinado à base de determinada quantia de dinheiro a cada mil pés de café tratados. As famílias recebiam uma quantidade de pés de café para tratar, em torno de 2 mil por trabalhador masculino adulto e às mulheres e crianças em torno de mil pés. Na colheita, o pagamento era baseado em uma quantia de café colhida por alqueire, em torno de 50 litros, entregue ao carregador, ou seja, quanto maior o número de trabalhadores, maior seria a quantidade de café colhida pela família. Tanto no trato do café quanto na sua colheita o rendimento monetário anual do colono dependia do ritmo do trabalho que podia impor à família (Martins, 1979, p.82).

> Meu pai pegou café de colono ... Eles falavam colonho ... Colono é... café, carpir café para a fazenda. A gente pega um tanto de meio pé e toca... Nós trabalhávamos, tinha as minhas irmãs, nós trabalhávamos... No trabalho da roça, eu trabalhei muito viu (risos) ... Nossa senhora, nós trabalhávamos demais! Olha, nós carpíamos café, nós tocávamos café. Carpia, era de colono que fala. No tempo da colheita meu pai trabalhava, a colheita era apanhar café, sabe? ... Aí meu pai apanhava, meu pai trabalhava por dia para fazenda, e nós, eu e minhas irmãs apanhávamos café. Que naquele tempo usava, tudo os colonos apanhavam. Tinha, cada um tinha o seu número. Tanto no, saco do café, para pôr o café, como na, rua que apanhava ... Era a rua de café assim cumprida... aí a gente apanhava, tinha tudo pé de café. Um aqui, outro lá, outro lá. Aí a gente tinha uns panos, dois panos. Punha um pano deste lado e um pano deste. Aí a gente apanhava. Apanhava... nós apanhávamos deste lado e apanhávamos deste. Trabalhava eu, minha irmã... e dois irmãos meus. Um que chamava Antônio, mas aquele já faleceu. E tem o João, ainda é vivo. Ele mora em São Paulo. Então, nós pegávamos, eu pegava, o João era mais grande, eu deixava com a minha irmã que era mais nova do que eu. E o outro mais pequeno pegava comigo para trabalhar. Ficava do meu lado. Então nós apanhávamos, eu apanhava essa parte do pé de café daqui e ela aquela parte. Aí mudava o pano para o outro pé. Apanhava oito pés, puxava o pano para frente e vinha no outro pé. Quando tinha bastante café no pano aí a gente limpava aquele café e punha os dos dois panos, tudo num pano só, fazia um monte de, ficava ali, pegava a peneira e ia abanar. Esse ia pondo no saco, depois de abanado e eles iam

> apanhando. Apanhava de um lado, punha em cima do pano até... acabar de apanhar para depois juntar os dois panos. (D. Antônia, 91 anos)

Também era função do colono a associação da produção do café com a produção de parte substancial de seus meios de vida. Nos cafezais novos, o patrão permitia-lhe a plantação de milho e feijão e, em menor escala, de arroz, batatas e legumes. A produção pertencia ao colono, que consumia grande parte para a subsistência familiar. O restante era vendido a comerciantes ou ao próprio fazendeiro. Tal cultura intercalar não era recomendada quando o cafezal já estava velho, ficando, então, à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, em geral em terrenos baixos, impróprios para o café. Nesse caso, havia uma "extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência", já que, quando as culturas eram plantadas intercaladas ao cafezal, poupava-se trabalho do colono, pois, ao mesmo tempo que ele limpava o cafezal, podia cultivar a planta consorciada. "O processo de café era, nesses casos, um processo combinado de cultivo, a um só tempo, de plantas diferentes. Na mesma jornada o colono intensificava o resultado do seu trabalho." (Martins, 1979, p.83)

> Nós trabalhávamos no café, carpia café, plantava mantimento e tratava ... Mantimento... milho, feijão, amendoim, que plantava no café. Agora, a gente tinha uma roça bem longe, para lá da Colônia do Mato, e plantava arroz ... A família... [vivia] do que plantava e eles pagavam um tanto também. (D. Maria, 91 anos)

A alimentação do colono, em grande parte, resultava dessas culturas consorciadas e, trabalhando ele fora do cafezal para obter sua subsistência, duplicando a jornada de trabalho, a exploração ficava nítida, já que o tempo de trabalho para a reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, apropriado pelo fazendeiro, não se realizavam em um único processo de trabalho.

Mesmo quando o processo de trabalho era único, isto é, quando as culturas consorciadas eram cultivadas em meio ao café que se colhia, o tempo de trabalho necessário para realizar as atividades era distinto do tempo de trabalho excedente. Ou seja, primeiro, o fazendeiro retirava o tempo de trabalho excedente, determinando que o cafezal era a prioridade do trabalho do colono. Em seguida cabia ao colono dedicar-se ao trabalho necessário à sua reprodução como trabalhador, aparentando que trabalhava para si mesmo. Entretanto, estava trabalhando ainda para o fazendeiro, garantindo as condições de sua própria reprodução, como produtor de trabalho excedente.

Como já mencionado, os colonos podiam vender os excedentes de sua produção, e o faziam. No entanto, os gêneros não tinham custo, sendo vendidos a qualquer preço para completar o rendimento monetário para a

aquisição de uma mercadoria qualquer não produzida diretamente ou para pagamentos de aquisições a crédito. Em contrapartida, os colonos recebiam um pagamento em dinheiro pelo café entregue ao fazendeiro, mas este estava muito aquém dos salários urbanos. Como foi elucidado em depoimento já apresentado, o colono podia trabalhar como diarista para a fazenda, o que, aliás, previa-se no contrato, e ele se obrigava a realizar o trabalho desde que fosse solicitado. Somado a isso, estava sujeito a realizar trabalhos gratuitos, como conserto de estradas da fazenda à estação ferroviária, limpeza do pasto da fazenda e reparos periódicos nas cercas (Martins, 1979, p.84).

> A casa nossa era de, não chovia dentro da casa não! Era boa a casa! Não chovia. Era de assoalho de tábua. E tinha, era pouco alto assim. As galinhas entravam lá de baixo e chocavam. Meu irmão, meu irmão entrava lá para pegar, mas lá no fundo não podia entrar e ficaram as galinhas, chocaram. Mas, ai que pintaiada, nossa senhora! ... Cresceu aquela frangaiada! ... Então, aqueles, aqueles pintinhos cresceram tudo, não dava doença, não dava nada. Era tudo bom. É, porque tem lugar que dava doença. Nós ficamos um ano lá encheu a casa, quando nós mudamos para a São Joaquim [fazenda] nós enchemos três gaiolas de galinha! Galinha, pintinho, frango. E minha mãe tinha vendido bastante! Minha mãe até comprou, quando começou a usar colchão de capim... Aí minha mãe comprou um colchão de capim, para ela, comprou cama de caninho... Aquela cama tudo de ferro assim tudo. Cama de caninho falava. Caninho. Os ferrinhos. Mas ela já tinha uma. Era diferente. Aí ela comprou, aquela outra estava velha, ela deu para nós. Para nós meninas, dormirem. (D. Maria, 91 anos)

Em virtude dos vínculos monetários, não-monetários e gratuitos, além do caráter familiar do trabalho do colono, não se podem definir essas relações de produção do regime de colonato como relações capitalistas, de acordo com Martins (1979).

No entanto, tais interpretações podem ser rediscutidas à luz de outras reflexões sobre as diferentes formas de reprodução do capitalismo. Historicamente, o capital amolda-se às condições encontradas. No processo de reprodução ampliada há a conservação-dissolução. Assim sendo, alguns elementos são mantidos, enquanto outros dissolvidos (Bettelheim, 1969).

A FAZENDA JATAHY: DO REGIME DE COLONATO À INTERVENÇÃO DO ESTADO

A Fazenda Jatahy era habitada por aproximadamente duzentas famílias, incluindo adultos e crianças (Jesus, 1993, p.37; Simões, 1998, p.33). Havia seis colônias: Divisa, Doze, Mato, Oito, Reforma (ou Sede) e Serra. Nelas moravam os colonos, cuja grande maioria eram descendentes de imigran-

tes italianos, que trabalhavam no café (plantação, colheita, carpa...), e os diaristas e mensalistas, que trabalhavam como motoristas, ajudantes de motorista, camareiras da casa do conde Joaquim Augusto, feitores, carroceiros, candeeiros e outros. Havia, também, cinco retiros: Boa Sorte, Cafundó, Diolindo, Estrela e Reforma. Neles se ordenhavam as vacas.

Na antiga fazenda, havia lagoas marginais[2] e três córregos – Estrela, Beija-Flor e Cafundó. Nas margens da lagoa dos Patos, do Sapé e do córrego Cafundó os colonos cultivavam arroz e, nas margens do córrego Beija-Flor, plantavam o milho usado para alimentar o gado. Atualmente, na região que era percorrida por esse córrego, encontra-se uma represa (Represa do Beija-Flor) que encobriu parte do velho córrego. Há também a lagoa do Diogo, local que era utilizado na silvicultura, que subsidiava a produção de dormentes para a estrada de ferro e de mourões para a fazenda (Maroti e Santos, 2001, p.207). O nome dessa lagoa está relacionado ao justiceiro Dioguinho (Diogo da Rocha Figueira ou Diogo da Silva Rocha), que viveu na região à época da expansão cafeeira para o Oeste Paulista, no fim do século XIX. Nesse período, o café estava no auge e os coronéis proprietários de grandes fazendas contratavam-no para a realização de crimes. Nessa lagoa, Dioguinho sofreu uma tocaia, mas seu corpo nunca foi encontrado, apenas o de seu irmão – Joãozinho – que pertencia a seu bando. Em sua margem, no lugar onde foi enterrado o corpo do irmão, há uma cruz, denominada Cruz do Diogo (Maroti e Santos, 2001, p.209).

Havia também, no período do conde Joaquim Augusto, uma olaria entre a Colônia do Oito e a do Mato com a função de retirar argila das margens do córrego que passava por ali, atualmente extinto, para a confecção de tijolos (Maroti e Santos, 2001, p.213).

A cultura do café espalhou-se na região onde se encontrava a Fazenda Jatahy – o Nordeste Paulista – a partir da expansão da ferrovia. Em 1867, foi inaugurada, pela companhia inglesa São Paulo Railway, a estrada de ferro "Santos–Jundiaí".

O poder monetário e o espírito empreendedor dos ricos fazendeiros, "os do oeste mais do que os do norte", impulsionaram sua participação em sociedades ferroviárias por volta de 1870. A construção de estradas de ferro era uma urgência, pois as plantações afastavam-se do litoral e o volume da produção aumentava. O desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e além da cidade, criou dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 quilômetros, bem como se pedia que o porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente de café. Tanto a grande distância quanto o custo elevado para transportar

[2] Lagoa marginal não é um lago, na verdade ela se forma a partir de um dos lados de um rio meândrico, ou seja, um rio de planície com formato de "S". Disponível em: <www.mbgnet.mobot.org/fresh/lakes/oxbow.htm>. Acesso em 23 mar. 2006.

o café do Oeste Paulista até Santos exigiam a construção de uma estrada de ferro que ligasse Santos a Jundiaí. Ainda não se pensava que o café fosse mais longe, rumo ao interior (Monbeig, 1998, p.98).

A companhia inglesa São Paulo Railway não se interessou pelo prolongamento de suas linhas além de Jundiaí, já que tinha até 1930 o monopólio, com o sistema São Paulo–Santos, dos transportes ferroviários entre o litoral e o planalto. Isso obrigava qualquer estrada, que fosse construída no interior, a pagar tributos à companhia. Desse modo, fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo viram-se obrigados a estender os trilhos para as áreas que já estavam sendo dominadas pela "onda verde" dos cafezais (Matos, 1990, p.74-8).

Em 1868 fundou-se, por iniciativa de Saldanha Marinho, presidente da província de São Paulo à época, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro de Jundiaí a Campinas, popularmente conhecida por Paulista, e, em 1872, o trecho Jundiaí–Campinas (Matos, 1990, p.78-80). O nome primitivo Paulista subentendia que o objetivo da empresa era a construção da estrada apenas entre Jundiaí e Campinas. Entretanto, a ampliação do trecho se impôs logo após a sua concretização, já que muitos dos fazendeiros incorporadores da estrada tinham interesses em áreas situadas além de Campinas, como Limeira, Rio Claro e o chamado Vale de Mogi-Guaçu. As próprias cidades interessadas no prolongamento do trecho da Paulista organizaram-se para a construção das suas estradas de ferro. Três foram as companhias fundadas não só para levar os trilhos de Campinas a outras regiões, mas também para ligar outras regiões diretamente com a capital, sem a utilização do tronco inicial da Paulista ou da linha de São Paulo a Jundiaí – a Ituana, a Sorocabana e a Mogiana. Em 1876 inaugurou-se o trecho de prolongamento da Paulista até Rio Claro e, em 1880, o trecho já alcançava Porto Ferreira, à margem do rio Mogi-Guaçu (Matos, 1990, p.82-4).

Em 1872 foi fundada em Campinas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Assim como a Ituana e a Sorocabana, seus incorporadores eram todos homens ligados ao café. Em 1878 os trilhos da nova ferrovia chegaram à Casa Branca; em 1883, a Ribeirão Preto; em 1887, a Franca e, em 1888, às margens do rio Grande. Em 1889 incorporou-se à Companhia Mogiana a Companhia Ramal Férreo Rio Pardo, que desde 1888 responsabilizava-se pelo tráfego de Casa Branca a São José do Rio Pardo, que foi prolongado pela Mogiana até Mococa e Canoas. No fim do século XIX, a Mogiana atingiu a divisa com Minas Gerais, penetrando em território mineiro e articulando com outras ferrovias (Matos, 1990, p.90-100).

O depoimento a seguir do neto do conde Joaquim Augusto ilustra tanto o poder monetário quanto o espírito empreendedor dos fazendeiros. Ademais, elucida que a expansão do café forçava-os a investirem no prolongamento das linhas férreas e, conseqüentemente, a aplicarem dinheiro em ações das companhias férreas cujos trilhos atingiam seus cafezais.

> Em 1911 ele [conde Joaquim Augusto] já ganhava muito dinheiro com a comercialização do café. Ele tinha muito dinheiro guardado. E era molecão ainda. Devia ter o que, uns vinte e poucos anos, não sei quanto tinha, e ele começou a comprar ação de estrada de ferro, porque ele, com catorze anos, ele tinha que pegar lombo de burro para levar café para embarcar em Casa Branca. E ele pegou e começou a comprar ações da Mogiana. Comprou uma companhia de estrada de ferro pequena que tinha em São José do Rio Pardo e foi jogando na rede e comprando ações da Mogiana, comprando ações da Mogiana. Por quê? Pela força das ações ele queria levar o trem para a terra dele, para Guaxupé. Até o dia que teve uma assembléia na Mogiana e ele estava lá e ele falou a idéia dele, que tinha que estudar isso aqui, e o pessoal falou que era besteira, não sei o quê. Aí o que é que ele fez? Ele exigiu que fosse votado. Ele tinha mais voto que todos os acionistas! Então ganhou por maioria absoluta. Com os votos deles! Com as ações que ele tinha. Aí incorporou a estrada de São José do Rio Pardo na Mogiana e levou o trem para Guaxupé. (Sr. Vitor, 75 anos)

A expansão cafeeira para o Nordeste Paulista exerceu forte pressão, promovendo alterações significativas no mercado fundiário da região, pois, até então, a ocupação e a exploração da terra centravam-se no uso para a subsistência e criação de gado, em uma economia pouco capitalizada. O fato de o café necessitar de terras de matas virgens ocasionou uma reviravolta nos padrões de ocupação territorial e, em conseqüência, no preço da terra. A penetração do café na chamada Alta Mogiana fez que fazendeiros e o Estado investissem pesadamente na lavoura cafeeira, gerando notável enriquecimento do estado de São Paulo. A maioria dos proprietários originais, sem maiores recursos, sem acesso ao crédito e estabelecidos na região, viu-se forçada a vender suas terras ou a se submeter às variadas formas de arrendamento ou serviços (Brioschi, 1999, p.74).

A partir de meados da década de 1910, o solo do Nordeste Paulista começava a dar sinais de esgotamento com a queda do rendimento das colheitas. Os cafeicultores iniciaram, então, a expansão da frente pioneira rumo ao Oeste. Em 1918, com a grande geada, muitos cafezais foram destruídos e não substituídos posteriormente. Por conseguinte, quem possuía reservas de capital começou a comprar terras a preços em queda, como já havia ocorrido em outros períodos de crise do café.

De acordo, ainda, com relatos do neto do conde Joaquim Augusto e também dos colonos da Fazenda Jatahy, em 1918, o cafeicultor começou a investir na pecuária, justamente após a grande geada. O investimento possibilitou-lhe, mais tarde, com a crise de 1929, adquirir novas terras.

> Acontece que em 1918, ele, pelos relatórios que tem aí de banco essa coisa toda, devia ter uns *seis milhões de pés de café* aqui na região. Aqui na região. Fora o que tinha em Minas. E na geada, que foi em setembro de 1918, queimou, torrou tudo! Bom, o que ele achou? Achou que o café era uma coisa autodestrutiva... Tinha, naquele tempo era raro quem tinha, ele tinha máquina de beneficiar café naquele tempo, com roda d'água, essa coisa toda. Tinha usina de hidroelétrica na fazenda

dele, que ele abriu lá em Guaxupé. Não é que ele herdou do pai, é que ele abriu! ... E aí ele começou a mexer com gado. E na crise de 29 ele comprou tudo quanto era terra que apareceu para vender aqui! O Jatahy foi em 29, aqui o Limoeiro foi em 29, tudo. A única fazenda que ele herdou aqui. Aliás herdou. Era da minha avó, da mulher dele. Era a São Joaquim! Que era do velho Luiz Antônio que era o sogro dele. E aí, mas ele comprou a parte de todos os cunhados, cunhadas, concunhados. E ficou sozinho no São Joaquim, que era uma fazenda pequena (Sr. Vitor, 76 anos, grifo nosso).

No entanto, o investimento do conde Joaquim na pecuária modificou a dinâmica de trabalho na Fazenda Jatahy. Ele ainda mantinha os cafezais para ter mão-de-obra disponível para tratar de pastos, cercas e demais atividades atreladas à pecuária. Os colonos elucidam em seus relatos a preocupação do conde com seus rebanhos.

Quantas vezes ele [conde Joaquim Augusto] encontrava nós com aquele feixe de vara nas costas que ia pescar. O motorista dele era o Manoel Penha. Então ele parava o carro "vocês querem umas laranjas, meu filho?". Ele carregava laranja, banana, dentro do carro. Ele ia indo no carro, se o gado dele estivesse deitado na estrada não tinha que buzinar não! O motorista levantava e ia tocar o gado com jeitinho para sair da estrada. Então ele encontrava nós lá nos caminhos, parava para conversar, se a senhora olhasse nele a senhora não dizia que era conde não! Estava tudo sem botão, tudo... (risos) Ele falava assim "você vai pescar meu filho?". "Nós vamos ver se pegamos uns peixinhos para comer." "Vai meu filho, vai. Vocês trabalham a semana inteira tem que divertir um pouco." "Agora só uma coisa que eu não quero que vocês façam: dar tiro não, porque vocês sabem, aqui tem muita gente, tem a criação, porque se dá um tiro para um lado aí pega uma pessoa, pega uma criação, pega bicho." E o que ele levava no carro ele repartia para o povo que ele encontrava nas estradas! Agora ele não gostava assim, se o freguês, tem um bebedor do gado dele, então ele não gostava que ficasse ali que era para deixar o gado à vontade. A gente já sabia, também respeitava. Vamos para o lugar que não tem gado e acabou! (Sr. Antônio, 86 anos, diarista)

Sabe o que aconteceu com o conde? Eu ia na beira da lagoa, ele mandou limpar, assim, limpou, levou capim daqui, aqui era cheio de capim, para plantar lá. E plantou o capim. Mas o capim de lá cresceu mais do que esse aqui, o capim nativo, e levou a turma pra limpar o capim. Aí os coitados... carpiu, cortou o pé de capim. Aí sabe o que ele falou? ... "Camarada é que nem égua. Onde vai come tudo. Agora já cortô, agora que coma." ... porque cortou o pé de capim! Porque o capim de lá nativo deu melhor do que o daqui! E ele achou ruim que cortou o pé de capim. E o capim, óh, lá não deu. Esse capim agora que tem aqui, não foi, lá não foi, na beira da lagoa, lá não deu. Mas não prestava aquele cara não. E outra, aonde tinha lavoura ele não passava. Era só gado. Ele ficava o dia inteiro atrás de gado! E ele tinha um gado bonito. O gado dele era bonito mesmo! Mas onde tinha lavoura, café... ele não queria. (Sr. João, 87 anos, diarista)

Nesses relatos, verifica-se que as recordações ligadas às relações entre patrão e empregados não apresentavam as contradições existentes entre

capital e trabalho. Apresentavam antes as discordâncias sobre a imagem do antigo patrão, uma vez que uma idealização e uma valorização positiva do patrão foram elucidadas por alguns, ao destacarem que ele era um bom patrão, que os deixava pescar aos domingos e distribuía bananas e laranjas. Contudo, o patrão não queria ver o capim fora da terra, tampouco algum trabalhador caçando, ressaltando que havia muitas pessoas e criações na fazenda. Portanto, o olhar disciplinador das relações de trabalho se dissolve na névoa das recordações dominicais. Tais relatos elucidam que a lembrança revivida não corresponde ao ocorrido no passado, pois houve uma (re)significação do fato vivido, a partir do momento presente (Halbwachs, 1990).

A aquisição pelo conde Joaquim Augusto de novas terras a partir de 1929, após ter direcionado seus investimentos para a pecuária em 1918, foi relatada em outro depoimento do sr. Antônio. Nesse depoimento sobressaiu sua memória individual, com seus marcos pessoais, diferentemente da história, que utiliza um tempo maior, cronológico e linear. Enquanto esta última se caracteriza pela aglutinação dos fatos que ocuparam maior espaço na memória dos homens, separados em períodos ao longo dos séculos, períodos considerados cada um como um todo, independentemente daquele que o precede ou daquele que o seguirá, a memória coletiva não constrói as linhas de separação. Nela, presente e passado se misturam, porque o indivíduo parte do presente para relembrar o passado e projetar o futuro. Ela retém do passado o que ainda permanece vivo ou o que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém, não ultrapassando, sobretudo, os limites do grupo. Afinal, a memória coletiva caracteriza-se por várias memórias, não em um somatório, mas cada uma com um apoio em um grupo limitado no espaço, no tempo; cada um desses grupos tem uma história, com imagens e acontecimentos distintos (Halbwachs, 1990, p.80-4).

Logo, a distinção entre memória e história talha-se nesse aspecto: enquanto a história é longa, exterior ao grupo e dividida em períodos, vistos cada um como um todo, a memória é a vida dos grupos vista de dentro e se prolonga até quando o grupo perdurar (Halbwachs, 1990, p.84-8).

> Eu vou falar para a senhora, o Jataizão antigamente era só do córrego para cá! Que foi em 30, 32 que aquele, o conde Ribeiro do Valle, que era o dono da Fazenda Jatahy, então ele comprou do córrego para lá. Até lá no córrego da Boa Sorte lá, tudo é deles, dali para cá ... porque aqui, o Jataizão só era do córrego para cá! Era do córrego da represa ali, para cá, para lá não era deles não. Comprou de um, de um homem da fábrica de pastilhas, aqui, que é, como é que era o nome dele? Esqueço agora. Sei que era baixinho brabo que só o cão! (risos) Ele tinha fábrica aí e tinha lá a fazenda. Fazenda, não tinha casa nenhuma! Só tinha o terreno e mato. Que ali o finado meu pai, muita gente aí tirou muito dormente ali. Vende e ia lá para a estação Tatuca. Ali ele viveu. Fui criado por aí! Tirou uns tombos por aí. (Sr. Antônio, 86 anos)

No entanto, com o falecimento do conde Joaquim Augusto em 1941, os herdeiros venderam a Fazenda Jatahy para a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Como já dito, o fazendeiro era um dos diretores da Companhia. Assim, entre 1944 e 1945, a fazenda foi vendida para a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

> Quando o meu avô morreu então tinha um irmão da minha mãe, dos homens o mais novo, fazendeiro lá em Guaxupé, Paulo Ribeiro do Valle, que queria ficar com o Jatahy. Entregava o que já tinha recebido lá e queria ficar com o Jatahy. E o pessoal não quis. Aí, e meu pai, representando a minha mãe no processo de inventário, essa coisa toda. Um dia vieram falar com o meu pai que queriam vender para a Mogiana. O tal Joaquim Libano Leite Ribeiro, que era genro do meu avô, era vice-presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. E tinha ajeitado lá para a Mogiana comprar o Jatahy. Meu pai, que era intelectual, que não queria saber de fazenda, era tipo completamente diferente, ele pegou deu a procuração em nome da minha mãe para o espólio, para o inventariante lá, e nunca mais apareceu. Nunca mais apareceu. Então, a venda do Jatahy, pelo jeito, a Mogiana pagou muito caro o Jatahy. Depois então, a Mogiana também foi privatizada, estatizada essa coisa toda aí passou para o serviço florestal do estado de São Paulo, eu acho. (Sr. Vitor, 75 anos)

O objetivo da Companhia Mogiana era a implementação das culturas de pino e eucalipto para a produção de lenha como fonte de combustível para as máquinas e para a produção de dormentes, utilizados na construção de estradas de ferro e como mourões de cercas.

Com tais modificações impostas pela Companhia Mogiana, as atividades agrícolas e de criação de animais foram reduzidas e, posteriormente, os campos cultiváveis transformados em plantações de eucalipto (Jesus, 1993, p.39; Simões, 1998, p.40). As colônias existentes no período do conde mantiveram-se, mas os retiros de gado foram abandonados. Os trabalhadores do café, os retireiros, que trabalhavam na ordenha do leite, e os campeiros, que cuidavam do gado, passaram a trabalhar no plantio do eucalipto ou foram em busca de outras fazendas que ainda mantinham o café.

> Quando passou para a Mogiana... antes de passar, um pouco antes, uns dois anos, o administrador, o que era Penha, ele... ele não queria acabar com o café. O gerente, o Corsini, que morreu, ele não queria ver, não queria café não ... Aí ... cortaram o café! Cortaram o café assim... Aí começou a plantar eucalipto. E... e aí foi indo! [Eu] Era carroceiro, peguei e fui, fui... fui ser empreiteiro de lenha! ... Cortava lenha, cortava, fazia dormento... (Sr. Pedro, 92 anos, falecido)

> Da Mogiana tinha o administrador véio que era o Penha, era o Penha véio ... Penha morreu e depois passou para Mogiana, e da Mogiana se acabou. Tinha um gerente muito ruim na fazenda que acabou com a fazenda. Saiu quarenta e três famílias da fazenda, sangue novo, filho do Mendonça, meu cunhado, Pedro Fernandes..., uma porção de gente. Aí começamos a esparramar no mundo, não é? Eu sei que eu acertei na minha vida porque eu entrei na prefeitura. Aí coloquei na prefeitura, aposentei por invalidez. Me judiaram bastante. Eu perdi minha velha

> aí, ficou doente, aí me aposentaram por invalidez... Na Mogiana... trabalhei bastante tempo, trabalhei uns quatro anos ali na Mogiana. (Sr. Aparecido, 83 anos)

Em 1959 a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro perdeu a área, por causa de dívidas, para o governo do estado de São Paulo, que a transformou em uma unidade de produção em silvicultura (pino e eucalipto) denominada Estação Experimental[3] de Luiz Antônio (Eela) (Decreto-lei n. 35.982 de 17 de dezembro de 1959, SP), sob a gerência e administração do Instituto Florestal de São Paulo (IF). A criação da área esteve concomitantemente atrelada à intenção, por parte do Estado, de criar numerosas estações experimentais e florestas estaduais a partir da década de 1940, visando, em uma primeira instância, à produção e à pesquisa com florestas implantadas, cuja madeira pudesse atender à demanda existente, diminuindo, dessa forma, a pressão sobre as florestas naturais (Ribeiro, mimeo apud Maroti e Santos, 2001).

Se com a compra da Fazenda Jatahy pela Companhia Mogiana muitos colonos deixaram a fazenda em busca de outras que ainda mantinham o cultivo do café, com a aquisição da fazenda pelo Estado as atividades concentraram-se totalmente em plantações de pino e eucalipto, fato que diminuiu ainda mais o número de famílias. Muitas migraram para outras regiões do estado de São Paulo, para as áreas com recente implementação do cultivo do café – o Oeste Paulista – e para regiões do estado do Paraná. Aquelas que permaneceram tiveram de se adaptar ao novo cultivo. No entanto, a maioria não conhecia eucalipto, tampouco pino, já que se trata de árvores exóticas, isto é, que não são nativas da flora brasileira.

Com a intervenção do Estado, os retiros foram destruídos e as colônias foram reduzidas a três, mantendo-se apenas as do Oito, do Mato e a da Reforma (ou Sede), sendo, ainda, criadas outras duas: a do Saravá e a da Olaria, no córrego Beija-Flor. Houve também a mudança no regime de trabalho. O colonato deixou de vigorar em detrimento do trabalho assalariado. No entanto, as relações de trabalho ainda eram norteadas pelo chefe da família, que acertava com o patrão, neste caso o Estado, o contrato de trabalho de todos os membros da família. A seguir, duas depoentes relatam que "não viam a cor do dinheiro", porque era o pai de d. Verônica e marido de d. Conceição quem recebia. Em 1969, começaram a recebê-lo na Caixa Econômica Federal. D. Conceição e d. Verônica não souberam explicar como era o contrato de trabalho. Apenas disseram que não se era mais colono. Também não poderiam saber, já que "não viam a cor do dinheiro".

---

[3] Estação experimental é um tipo de manejo caracterizado como área de domínio público, denominada Reserva de Preservação Permanente. É considerada uma unidade voltada à produção vegetal e/ou animal (AGUIAR, 1994, apud MAROTI et al., 1998). São permitidas a presença e a moradia de pessoas.

> Ih veio tanta família de lá da fazenda, mudou para cá... porque a, a fazenda não tinha mais serviço, sei lá. Então ficou pouco. Daí uns tempo, fazia pouco tempo já que tinham cortado todo o café. Quando tinha o café tinha muito serviço, mas depois, depois não tinha serviço ... Aí começaram a plantar eucaliptos. Aí deu serviço para os mais novos, tudo... Amassar barro... Para pôr nos balainhos para plantar muda de eucalipto ... Um tempo era café, depois passou para eucalipto (risos). Acabou os cafés e ficou os eucaliptos. É, então iam tudo trabalhar com doze anos. Minha Verônica... com doze anos também foi... amassar barro para... Trabalhou bastante lá. (D. Maria, 91 anos)

> Sessenta e nove. Porque a Cássia tinha... a Cássia nasceu em novembro, eu ainda estava de licença da Cássia quando a gente veio aqui na Caixa Econômica receber. Eu penso que é no começo de sessenta e nove (1969) ... Então, aí a gente começou a ver a cor do dinheiro... Porque o meu pai, ele pegava o cheque lá, dava cheque, então a gente tinha que assinar. Primeiro não tinha cheque, nada, não sei como que funcionava aquilo lá, acho que pagava em dinheiro, não sei... Mas aí depois começou assim... passou para o Estado, aí começou a dar cheque... Aí o meu irmão falou: "Agora meu pai vai ver" [risos]. Aí ele dependia de nós pra assinar o cheque. Aí, quando saía o pagamento no sábado cedinho ele queria vir pra cá, tirava nós da cama. Ih, minha mãe ficava louca da vida! (D. Verônica, 57 anos, filha de d. Maria)

Em 15 de junho de 1982, pelo Decreto-lei n. 18.997, foram separados 4.532,18 hectares, pertencentes, até então, à Estação Experimental de Luiz Antônio, que ficou com uma área de 6.240 hectares, para a criação de uma unidade de conservação[4] estadual chamada Estação Ecológica[5] de Jataí, denominação alterada pelo Decreto-lei n. 20.809 de 11 de março de 1983, SP, para Estação Ecológica de Jataí "Conde Joaquim Augusto Ribeiro do Vale", em homenagem a seu primeiro proprietário. A unidade de conservação é uma das poucas no estado de São Paulo com floresta natural de interesse para a preservação (Consema, 1985).[6]

Em 18 de setembro de 2002, pelo Decreto-lei n. 47.096 ampliou-se a área da Estação Ecológica de Jataí, que passou a deter um território de 9.074,63 hectares, enquanto a Estação Experimental de Luiz Antônio foi reduzida a aproximadamente 2 mil hectares (Doe, 2002). Atualmente, vivem onze famílias na Estação Experimental de Luiz Antônio, todas de funcionários do Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

---

[4] Unidade de conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000, "é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

[5] Estação ecológica é uma das categorias de unidade de conservação mais restritivas. Admite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a realização de pesquisas básicas e aplicadas e a visitação pública limitada só às atividades educativas monitoradas (BRASIL, 2000).

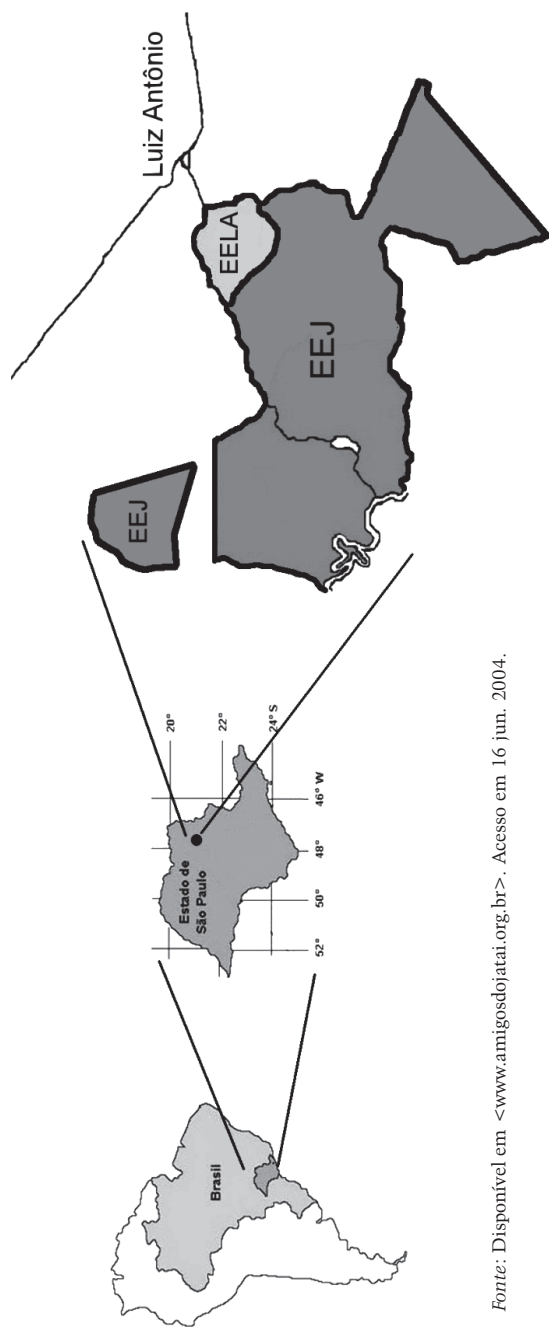
[6] A maioria dos estudos sobre a Estação Ecológica de Jataí, realizada desde 1987, limita-se aos aspectos biológicos que se propõe que devam ser preservados.

Fonte: Disponível em <www.amigosdojatai.org.br>. Acesso em 16 jun. 2004.

Figura 1— Representação esquemática dos limites entre a Estação Experimental de Luiz Antônio (Eela) e a Estação Ecológica de Jataí (EEJ)

Com a intervenção do Estado, além das modificações na estrutura da fazenda no que se refere à produção, à medida que o cultivo do café deu lugar para a silvicultura, e, concomitantemente, além das modificações nos contratos de trabalho, agora acordados sob o trabalho assalariado, houve, também, a transformação da paisagem. O relato apresentado a seguir ilustra comentários sobre as transformações.

> Agora eu não sei, mudou tudo. Depois que nós saímos de lá eu fui só uma vez... na igreja, na missa... Eu fui na missa! E um dia eu fui com os meus filhos lá que ele me levou, falou "mãe vamos dar umas voltas lá na fazenda?". Que tinha muita flor, sabe. Era tempo das flores... ali para cima, para baixo... do escritório, da sede tinha aqueles pés de ipês, aqueles pés de ipês. Sabe aquelas flores lindas! Ele me levou. Até tirou fotografia das flores lá. Foi eu, ele, a Lurdes e as meninas deles, elas foram. Foram dois carros! Depois foi lá para baixo, para a beira do rio! ... Nós descemos lá embaixo... Nós descemos na represa, da represa descemos assim... Aí, aí nós fomos na cruz, na cruz do Diogo, mais perto lá não dava para chegar porque choveu, ela estava, tinha muitos buracos ... Aí nós ficamos sentado ali... Está tudo diferente, os matos, criou muito mato! Primeiro era bonito, era tudo limpinho! A gente ia lá, andava lá para baixo, era tudo limpinho! ... Agora é só mato! Primeiro era limpo. A gente descia lá para baixo. Eu trabalhei muito para aqueles lados também... (D. Antônia, 91 anos)

Retomando a categoria de análise do trabalho e reiterando que esta não trata apenas do dispêndio de energia física e mental, mas, também, do elemento em que se baseiam e se refletem as relações sociais, que se configura na relação fundamental da existência humana, isto é, no que há de mais particular na existência social – na totalidade – (lembrando que por esse caráter de essência não se desvincula o trabalho da natureza, uma vez que sendo a condição humana e sua gênese, o trabalho guia a ação física por meio da capacidade reflexiva do indivíduo e age sobre a natureza transformando-a e se transformando em uma humanização-naturalização (Marx, 1991; Silva, 1998)), partilha-se a noção de que:

> Os aspectos relacionados ao uso social dos recursos naturais, bem como suas conseqüências para os ecossistemas envolvidos, devem ser compreendidos como partes integrantes de totalidades concretas, em que, além das relações de propriedade, também as formas de produção social sobre esses recursos, os modos de regulação de seus usos e a construção histórica das necessidades sociais de consumo assumem posições centrais de análise. (Martins e Valêncio, 2003, p.29)

Com base nos relatos de colonos da antiga Fazenda Jatahy sobre o significado daquela área atualmente é possível verificar que eles já não a identificam, justamente pelo fato de não mais haver o trabalho, o elemento norteador da existência social. Há, em seu lugar, a preservação da biodiversidade, que, segundo as leis ambientais que regem aquela categoria de

unidade de conservação, deve ser em seu grau máximo, isto é, como denomina Diegues (1996), uma natureza intocada.

No entanto, a natureza intocada (Diegues, 1996), que não possui para os antigos colonos da Fazenda Jatahy os atuais significados atribuídos a ela, como o de desenvolvimento sustentável,[7] uma vez que tinha valor de uso atrelado, sobretudo, às plantas medicinais, à madeira para o feitio de cercas e para lenha, atualmente representa um *lugar da natureza* por causa do alto índice de desmatamento existente no estado de São Paulo. Poucos hectares de florestas naturais não tiveram sua biodiversidade apagada; sobraram algumas áreas naturais apenas em parques, estações ecológicas e reservas florestais. Contudo, assim como o trabalho e como a terra, esses *lugares da natureza* foram transformados em mercadoria.

Todavia, se consideramos as determinações simples (gerais e particulares) que dão sentido e significação às totalidades concretas, observamos que, do mesmo modo que ao ser transformado em mercadoria o trabalho se torna simples fonte indeterminada de produção de valor, a natureza, sendo seu par inevitável, ao ser mercantilizada, também é desvinculada de seus significados socioculturais para restringir-se ao *input* na produção de valor. Enfim, trabalho e natureza passam a ser reificados em formas sem história, ou seja, adquirem a aparência de fatores *úteis* no processo produtivo, mas sem relações de conteúdo formativo nem condição distinta nos modos de interação social (Martins e Valêncio, 2003, p.32).

A natureza, hoje transformada em áreas de preservação subdivididas em áreas de preservação de "uso indireto",[8] como as estações ecológicas, as reservas biológicas e os parques, e em áreas de "uso sustentável",[9] como as reservas de desenvolvimento sustentável, as reservas extrativistas ou as áreas de preservação ambiental, essas últimas menos restritivas do que as primeiras no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais, não é só compreendida como biodiversidade, isto é, variedade de formas de vida, mas como áreas de preservação valoradas por suas riquezas genéticas, por suas plantas medicinais com valores de troca para a indústria farmacêutica, por seus atrativos para o ecoturismo e por seu papel de "sumidouro de carbono" (Leff, 2003, p.4). Ademais, o discurso disseminado do desenvolvimento sustentável, que reitera que se deva pensar globalmente e agir localmente,

---

[7] Ver definição estabelecida em 1987 pelo Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em <http://revista.fapemig.br/palestrasinternasdet.php?codpalestra=20>. Acesso em 10 nov. 2005.

[8] Reitera-se que o uso indireto diz respeito apenas à realização de pesquisas básicas e aplicadas e à visitação pública limitada às atividades educativas monitoradas.

[9] O uso sustentável permite a utilização dos recursos naturais de forma sustentável, isto é, de maneira que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

à medida que se injeta nas culturas locais um discurso economicista do crescimento sustentável, disfarçado sob o *slogan* do "nosso futuro comum", não considera nessa sustentabilidade o que deveria ser respeitado, as singularidades locais – diferenças, história, relatividade (Leff, 2003, p.15). E a população está ciente dessa transformação da natureza em mercadoria e, como se esclareceu nos relatos anteriores, do descaso com as singularidades locais.

> Era uma fazenda que era uma floresta aquilo ali. Acabou tudo, o governo tomou aquilo ali e virou uma anarquia, perde culturas boas..., acabou tudo em pau. ... E uma reserva ... E o que é que vale aquilo? Não vale nada! Aquilo é uma coisa que... Para o governo aquilo não serve, não é verdade? Aquilo lá ... fazer aquilo ali, plantar aquelas pausadas, aquelas cultura boa... Aquilo é uma judiação! Deixar lá o cerrado, aquelas culturas ... muito grande, ... Hoje é pau nesse meio de mundo aí, abandonado aí. Abandonado não, aí tem muitas coisas ruins ... É porque ali um aproveita do outro, um vira, rouba do governo, ninguém sabe, o governo não está sabendo de nada. O governo não sabe de nada, não sabe, o governo não sabe de nada. Tem muita coisa que o governo... Vem um, passa a mão, vem outro, passa a mão... Têm tudo essas coisas. (Sr. Juvenal, 89 anos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo se apresentou a decadência do regime de colonato e posterior intervenção do Estado em uma fazenda cafeeira do Nordeste Paulista e as conseqüências para o modo de vida da comunidade que aí residia. Com base em depoimentos de antigos colonos, o regime de colonato foi ilustrado em sua estrutura e em suas desigualdades no processo de trabalho. Foi apresentada, ainda, a expansão da ferrovia na região do estado de São Paulo e de que modo ela estava atrelada aos interesses dos grandes cafeicultores em relação ao aumento de áreas de cultivo do café e, em conseqüência, de produção do grão.

Particularizando a discussão sobre o regime de colonato e fazendas de café, foi apresentado o caso da Fazenda Jatahy localizada em Luiz Antônio (SP). No caso da fazenda, elucidou-se que devido à intervenção do governo do estado de São Paulo, que transformou a área da antiga fazenda em uma área de preservação, o modo de vida, as relações de trabalho e a paisagem local foram modificados. Tais modificações trouxeram conseqüências para o significado da área da antiga fazenda cafeeira para os colonos, que já não a identificavam por causa da ausência do trabalho, o que ocasionou a adaptação forçada ao trabalho ofertado que, além de pouco, se restringia à silvicultura. Ademais, essas modificações ocasionaram, ainda, migrações de muitos colonos para outras áreas do estado de São Paulo e do Paraná.

BIBLIOGRAFIA

BARBATANA, O. *Villa Jatahy:* Elementos para a história de Luiz Antônio. Mimeografado, 2000. 338p.

BETTELHEIM, C. *Remarques théoriques in Arghiri E., L'Echange inégal. E*ssai sur les Antagonismes dans les Rapports Economiques Internationaux. Paris: Edition François Maspero, 1969.

BRASIL. Lei n. 9985, de 18.7.2000*,* que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Brasília, DF, www.mma.gov.br/snuc, 2000.

BRIOSCHI, L. R**.** Fazendas de criar**.** In: BACELLAR, C. de A. P. e BRIOSCHI, L. R. (Orgs.) *Na estrada do Anhanguera:* Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

CONSEMA. *Áreas Naturais do Estado de São Paulo.* São Paulo: Conselho Estadual do Meio Ambiente, 1985. 16p.

DIEGUES, A. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: Hucitec, 1996.

DOE. Decreto-lei n. 47.096 de 18.9.2002. *Diário Oficial do Estado de São Paulo.* São Paulo: 2002.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

JESUS, T. P. Caracterização perspectiva da Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP) por diferentes grupos socioculturais de interação. São Carlos, 1993. Tese. (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos.

LEFF, E. A Geopolítica da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável: economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In: MARTINS, R. C. e VALÊNCIO, N. F. L. S. (Orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:* Desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: Rima, 2003, p.3-19.

MAROTI, P. S. e SANTOS, J. E. Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação. SANTOS, J. E. e SATO, M. (Orgs.). *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.* São Carlos: Rima, 2001, p.197-224.

MARTINS, J. de S. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, R. C. e VALÊNCIO, N. F. L. S. *A concretude* da moderna crise socioambiental. MARTINS, R. C e VALÊNCIO, N. F. L. S. (Orgs.). *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil:* Desafios teóricos e político-institucionais. São Carlos: Rima, 2003, p.21-34.

MARX, K. Para a crítica da economia política. *Marx.* 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Col. Os pensadores)

MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias:* A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990. 178p.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

SILVA, M. A. de M. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... Redesenhando as grotas e veredas. *Revista Projeto História (São Paulo)*, n.16, p.75-104, fev. 1998.

SIMÕES, G. F. M. Natureza das interações de grupos humanos com a Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio, SP): ênfase nos pescadores recreativos. São Carlos, 1998. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos.

Parte 4

TRABALHO FAMILIAR E AUTONOMIA – LEGADOS INCONDICIONAIS

8
GREVE NA FAZENDA

Maria Aparecida de Moraes Silva

O processo de expropriação de trabalhadores rurais, integrados sob forma tutelada, a partir da década de 1960 no estado de São Paulo, foi acompanhado de várias formas de violência. O fato é, muitas vezes, omitido pelos estudos das transformações sociais dessa posição social, que culminaram no surgimento do trabalhador cognominado bóia-fria. Mediante estudo concreto,[1] objetiva-se a análise das conseqüências de uma greve, ocorrida em 1966, na Fazenda Amália, no município de Santa Rosa de Viterbo (SP), pertencente ao conde Matarazzo. Decorridas mais de três décadas, observou-se que o silêncio e o medo de falar sobre os acontecimentos constituem a estratégia da maioria das pessoas que experimentaram prisões, perseguições, demissões, desemprego e, até mesmo, tortura nas prisões da ditadura militar.

Os trabalhadores rurais que participaram da greve foram expulsos da fazenda e impedidos de trabalhar na cidade ou nos sítios vizinhos, uma vez que o poder da empresa estendia-se para além de seus próprios domínios. Dessa sorte, milhares de trabalhadores foram para outros municípios, fugindo do controle da grande fazenda. Ademais, em alguns casos, as perseguições se estenderam aos parentes e descendentes dos antigos grevistas. Os efeitos da violência foram incorporados por aqueles que a experimentaram e também pela atual geração. Silêncio e medo formam a trama da experiência de uma violência ocorrida no passado, cujas marcas refletem-se no presente e interferem nos projetos individuais e sociais. O exem-

[1] A pesquisa foi realizada no período 1997-2000, com apoio do CNPq e da Fapesp. Ver a respeito a reportagem de Marcos Pivetta, Casa-grande dos Matarazzo na Califórnia Paulista, publicada na revista *Pesquisa Fapesp*, n.61, jan./fev. 2001, p.62-70.

plo concreto sugere a necessidade da reconstrução histórica desse momento particular, como forma de desmistificar as idéias bastante disseminadas pelas análises numéricas dos estudos sobre migração rural/urbana, que só levam em conta os aspectos quantitativos, deixando de lado as formas de expropriação de parceiros, colonos, arrendatários, sitiantes e também as diversas formas de violência que acompanharam o processo de constituição do proletariado rural, caracterizado pelo volante, que, após a expulsão do campo, passou a viver nas periferias urbanas.

Com esse pressuposto, este estudo afasta-se de uma idéia abstrata de violência. O silêncio faz parte da linguagem, não é mero vazio nem se situa em suas fendas. A violência é um instrumento e sempre necessita de justificação pelos fins que persegue (Arendt, 1973).

Na bibliografia pertinente sobre o tema da história da proletarização rural no estado de São Paulo[2] a greve não é mencionada. Portanto, o recurso à história oral foi o caminho necessário para a reconstrução dos acontecimentos e também para a visibilidade da situação de milhares de trabalhadores que viviam na grande fazenda. A história oral cria outras possibilidades de se escrever a história. Em contrapartida, o estudo de memórias, recurso metodológico do campo da história oral, possibilita o trânsito entre passado e presente e traz à luz as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Todavia, é necessário, conforme muitos autores, que os relatos orais sejam complementados com registros escritos, pois as fontes orais e escritas não são mutuamente excludentes, mas complementares (Thompson,1992).

A utilização da história oral, como técnica de pesquisa, foi o instrumento para o conhecimento da greve de 1966, em pleno período da ditadura militar, deflagrada pelo Sindicato da Indústria e Alimentação, que representava à época os trabalhadores do complexo agroindustrial de açúcar e álcool, incluindo os da área rural. Outro se reporta ao medo, que, ainda hoje, persiste entre os trabalhadores.

NOS MUNDOS ESCONDIDOS DOS CANAVIAIS

A constatação do medo de falar sobre o acontecimento da greve de 1966 abriu vários caminhos para a análise, a saber: a) a necessidade de investigação de uma possível documentação sobre a greve; b) o entendimento das relações de exploração-dominação nas quais se inseriram os trabalhadores no passado e o porquê do medo no presente; c) o aprofundamento do

[2] Entre vários estudos sobre o colonato e as transformações histórico-sociais que deram origem ao trabalhador volante, cabe mencionar: MARTINS (1979); STOLCKE (1986); SILVA (1997;1999); GNACCARINI (1972); CAÍRES (1993).

conhecimento sobre a história do período, bem como a da Fazenda Amália; e d) o entendimento do indizível, do silêncio de muitos relatos.

No que se refere à documentação sobre a greve foram levantados 122 processos judiciais no Fórum de Santa Rosa de Viterbo e 86 em São Simão. Não foi encontrada nenhuma outra fonte escrita sobre o fato. Portanto, as fontes jurídicas complementaram-se aos relatos orais, possibilitando a análise da greve e das conseqüências que recaíram sobre os trabalhadores.

Tornou-se possível perceber que a greve fora um marco na história de vida deles. Ela se constitui no elemento das experiências forjadas pela ação da empresa, cujo intuito era a dispensa em massa de milhares de pessoas, em época de profundas transformações das relações de produção da agricultura.

A fim de que se pudesse captar a dimensão do processo, foram necessárias duas estratégias concomitantes: encontrar os depoentes que pudessem falar sobre a greve – capazes de romper com a barreira do silêncio – e fazer a leitura dos processos. Em virtude do silêncio e do medo, houve a necessidade de entrevistar ex-trabalhadores na vizinha cidade de Leme, no bairro de Santa Rita, onde passaram a morar, após terem sido expulsos da fazenda, por volta da década de 1970.

Afastados da área de poder do Grupo Matarazzo e de seus substitutos, eles falaram livre e espontaneamente sobre o que consideram o "inferno" de sua vida, o período em que foram obrigados a esperar pela decisão judicial – até cinco anos – após a dispensa. Foi um tempo não de espera, mas de desespero, já que foram proibidos de trabalhar. Uma depoente afirmou que a greve havia durado cinco anos. Na realidade, ela durou apenas seis dias. A conversão de seis dias em cinco anos refere-se ao tempo em que toda sua família morou na fazenda, mas não tinha direito ao trabalho. Esse tempo, forjado por humilhação, fome, miséria, medo, proibição de trabalhar, é confundido em sua memória como todo o tempo da greve, no qual, "todo mundo parou". As relações de poder, advindas da dominação de caráter pessoal, centradas na figura do conde Matarazzo, ficaram expressas nos relatos, tanto daqueles que foram exilados[3] como dos que permaneceram em Santa Rosa. Pelos relatos orais, foi possível descobrir a realidade do mundo do trabalho dos trabalhadores da Amália. Foi possível conhecer o sistema de feixes, adotado na fase anterior à modernização das usinas da região, no bojo das relações de trabalho que se assemelhavam ao colonato, os títulos e, mais importante ainda, o processo de expropriação e transformação desses trabalhadores em bóias-frias. Portanto, outra história foi, aos poucos, emergindo.

---

[3] Emprega-se o termo *exílio* porque os trabalhadores expulsos, que participaram da greve e moveram ações judiciais, não tiveram mais condições de encontrar trabalho no campo ou alhures. Portanto, tratou-se de um verdadeiro *exílio* e não de uma migração rural-urbana.

A Fazenda Amália era um grande complexo agroindustrial, pertencente ao conde Matarazzo,[4] considerado um dos homens mais ricos do país, cujo patrimônio fora herdado do pai e ampliado após a morte deste. Para se ter uma idéia da imensa riqueza, em 1934, por ocasião da comemoração dos oitenta anos de idade do velho conde, matéria no *Diário da Noite*, assinada por Assis Chateaubriand, dizia:

> Há um novo estado brasileiro... Quero falar do estado Matarazzo, que não se localiza felizmente só nas terras de Piratininga, pois que abrange a geografia econômica de quase todo o Brasil. Enquanto São Paulo tem uma renda bruta de 400 mil contos,... o parque das IRFM (Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo) possui de receita bruta uma cifra que atinge o algarismo de 350 mil contos... (*Matarazzo*, 1976, p.59-60)

A Fazenda Amália, parte dessa enorme riqueza, foi totalmente reestruturada pelo filho, que construiu um palacete, cuja arquitetura se assemelha às residências dos nobres europeus.[5] Além de sediar várias indústrias que aproveitavam a matéria-prima, como a cana, o eucalipto, o bagaço da cana, as frutas e os legumes produzidos no local, a fazenda possuía uma das maiores áreas plantadas em cana-de-açúcar do estado de São Paulo. Para a produção dessa enorme riqueza, milhares de trabalhadores eram alocados em muitas atividades: mecânicos, carpinteiros, pedreiros, encanadores, eletricistas, motoristas, operários das várias indústrias, serralheiros, tratoristas, carreteiros, trabalhadores rurais, lenhadores, serventes, médicos, enfermeiros, ferroviários, carregadores, pintores, zeladores, vigias, feitores, carregadores de sacaria, administradores, fiscais, soldadores, contadores, engenheiros, professores etc.

A multidão de trabalhadores estava distribuída pelas diferentes indústrias – papelão, ácido cítrico, conservas, sabonete, usina de açúcar, destilaria de álcool –, seções administrativas e mais de *vinte seções* (colônias) rurais, espalhadas pelos 11 mil alqueires da fazenda. Tal configuração imprimia à Amália um perfil totalmente diferenciado das demais fazendas do interior do estado de São Paulo, que se dedicavam na década de 1950 à atividade cafeeira.

A gerência das seções rurais localizava-se na *sede* da fazenda, também chamada de Fazendinha, que representava o centro do poder e controle sobre as demais. A *sede* era uma construção diferenciada das demais, o que denotava ser ali a residência do gerente, que ocupava alto posto na hierar-

---

4 Para uma análise sociológica sobre a empresa e o empresário Matarazzo, ver MARTINS (1976). No tocante à Fazenda Amália, sua extensão de 11 mil alqueires estendia-se aos municípios de Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Cajuru e Tambaú.

5 A esse respeito ver o livro *Matarazzo 100 anos* e algumas fotos publicadas na revista *Pesquisa Fapesp*, op.cit., p.66-7.

quia da organização do trabalho.[6] Ao redor da sede, havia as casas dos funcionários mais graduados da empresa, como engenheiros, aqueles que exerciam cargos de confiança e chefia, além de escolas, cinema, hospital, igreja, supermercado, farmácia e uma extensa área de lazer, contendo piscina, salão de baile, clube de campo, quadras esportivas etc. As casas amplas, com jardins, refletiam o alto posto ocupado por seus moradores. A sede localizava-se em uma área próxima à usina de açúcar e destilaria de álcool, a alguns quilômetros da cidade de Santa Rosa.

As demais seções estavam espalhadas pela extensa área da fazenda, encravadas no meio dos canaviais. Em cada uma delas, havia as casas dos trabalhadores, do administrador, do fiscal, do feitor, uma farmácia e um armazém. Havia escolas nas seções. Entretanto, segundo alguns entrevistados, nem todas as seções as possuíam, fato que obrigava as crianças a se dirigirem a pé até a seção mais próxima, onde houvesse uma escola. O número de pessoas em cada seção variava. Segundo os processos judiciais e as informações obtidas com os trabalhadores, havia cerca de cem a 150 famílias por seção. A casa do pessoal responsável pela vigilância e controle situava-se em locais mais distantes daqueles dos trabalhadores. Para cada conjunto de quatro ou cinco casas, havia um tanque comum para a lavagem da roupa. Os banheiros também obedeciam a essa distribuição. Muitos relatos referem-se à inexistência de água encanada, o que obrigava à utilização de água das minas. A energia elétrica restringia-se à sede da fazenda. No entanto, ainda segundo os depoimentos, havia diferenciação social entre os moradores das seções. Uma delas, habitada apenas por italianos, tinha melhor nível das casas. Do mesmo modo, a diferenciação era evidente em relação aos administradores e fiscais.

Todas as casas das seções foram demolidas após a greve de 1966. Restam apenas algumas situadas na sede da fazenda. A distribuição dos milhares de trabalhadores pelas seções visava a:

- facilitar o transporte até o local de trabalho, com a diminuição dos gastos, pois os trabalhadores iam a pé. Muitos afirmam que caminhavam descalços, porque não possuíam calçados, e, somente muito mais tarde, conseguiram comprar alpargatas. Lembram das rachaduras que provocavam sangramento nos pés, em razão das geadas e do frio intenso durante o inverno; e
- evitar a grande concentração espacial e social de milhares de trabalhadores. O isolamento físico significava também isolamento social. Os trabalhadores de cada seção permaneciam confinados nela. Ha-

[6] A organização social da fazenda guarda fortes semelhanças com a da Usina Tamoio, pertencente à família Morganti, no município de Araraquara. A esse respeito ver a valiosa tese de CAÍRES (1993).

via uma sorte de fixação da força de trabalho no eito dos canaviais e nas seções.

Os depoimentos revelam que o contato com os trabalhadores de outras seções resumia-se às ocasiões dos jogos de futebol. O tempo que possuíam era o tempo de trabalho, pois não tinham direito a férias, e, muitas vezes, trabalhavam aos domingos e feriados. Tudo dependia das ordens dos administradores, das cotas de cana a serem enviadas à usina. Por isso, durante a safra, não tinham horário determinado para terminar a jornada, a qual se prolongava até a noite, principalmente para os carreteiros, os carregadores dos feixes, os maquinistas. Os *carreteiros* eram aqueles que trabalhavam com carros de boi. A cana crua era cortada e lançada ao chão, amarrada, em número de dez ou mais, sob a forma de feixe, com o próprio palmito, ou seja, a ponta da cana. Nessa operação, participava toda a família do titular. As crianças pequenas amarravam a cana, atividade considerada leve. Em seguida, os carregadores, em geral os homens, transportavam os feixes até os carros de boi. Estes, por sua vez, transportavam a mercadoria até os vagões, que possuíam gavetas, para o depósito da cana. Quando todas as gavetas eram preenchidas, a carga era transportada pelas linhas férreas, que cortavam os canaviais, até a usina. Não havia depósito, toda cana que chegava era imediatamente moída, o que impunha um ritmo acelerado e contínuo ao corte, uma vez que, após o início do funcionamento, a usina não podia parar, sob riscos incalculáveis nas diferentes fases do processo de fabricação do açúcar e do álcool. Na operação, havia também os *engatadores*, aqueles que engatavam os carros de boi.

Em resumo, o processo era: os feixes eram levados até os carregadores e depositados nos carros de boi, que, em seguida, os transportavam até determinado ponto, onde se encontravam os tratores. Aí os carros de boi eram engatados nos tratores, que os conduziam até os vagões.

O isolamento físico-social dos trabalhadores tinha dois corolários: o enfraquecimento dos laços sociais e da ação política e a diminuição das possibilidades de reivindicação, principalmente no tocante às condições de trabalho, formas de pagamento, e assim por diante. Essas considerações são importantes para o entendimento das relações de dominação impostas aos trabalhadores, assim como do medo, acompanhado do silêncio, após a greve de 1966.

O isolamento permitia a segmentação étnico-racial do trabalho. Na seção dos italianos não habitavam trabalhadores negros, em geral, provenientes de vários municípios de Minas Gerais e até mesmo da Bahia.

Os trabalhadores tinham o direito de cultivar um pequeno pomar, com frutas, mandioca e horta. Os demais produtos necessários à subsistência eram adquiridos no armazém, por intermédio da *ordem* emitida pelo administrador. Essa forma de salário, além de intensificar a exploração, uma

vez que os trabalhadores não sabiam quanto recebiam, pois tudo dependia da avaliação dos administradores, escamoteava o trabalho de mulheres e crianças. Os relatos são unânimes em revelar que o necessário à sobrevivência durante o mês estava aquém do permitido pela *ordem*. Em decorrência do fato, criava-se a *dívida*, forma de atrelar os trabalhadores à fazenda. Tal situação guarda fortes semelhanças com as formas de *servidão por dívida*, ainda existentes em várias regiões do país. Em vez de guardas armados, e de regiões longínquas, o cenário era o interior do estado de São Paulo, com administradores e fiscais. A freqüência das situações de endividamento produziu as expressões, bastante comuns entre a população – *anoiteceu e não amanheceu* –, em clara alusão à fuga de muitos durante a noite, por não conseguirem pagar as dívidas.

As relações de trabalho da fazenda,[7] além da servidão por dívidas, eram encobertas por relações de dominação pessoal e simbólica do conde Matarazzo, cujo poder fora introjetado pelos trabalhadores. Como se afirmou anteriormente, a história oral permitiu o recontar de uma história de poucos sobreviventes, que habitavam no mundo perdido das seções da Fazenda Amália, muito longe do palacete, com seus jardins, obras de arte, carruagens antigas, porcelanas e móveis trazidos por seus proprietários de várias partes do mundo. O avesso de uma história experimentada por aqueles que até hoje, passados quarenta anos, não conseguem entender por que foram obrigados a sair da Amália.

A GREVE E SEUS DESDOBRAMENTOS

Feitas estas considerações sobre a Fazenda Amália, serão tecidas algumas reflexões sobre a greve de 1966. A fim de dar conta da complexidade dos elementos visíveis e invisíveis do acontecimento, além das entrevistas realizadas, procedeu-se a uma análise exaustiva dos processos jurídicos no Fórum de Santa Rosa de Viterbo e São Simão, buscando analisar os desdobramentos e os efeitos da greve sobre os trabalhadores. Em se tratando do período da ditadura militar, todas as manifestações políticas e reivindicatórias eram proibidas ou controladas. É preciso ainda dizer que nesse momento não havia sido fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa de Viterbo. Visto tratar-se de uma usina de produção de açúcar, os trabalhadores que trabalhavam na área rural, nas atividades referentes à cana-de-açúcar, foram considerados industriários, e, portanto, pertencentes ao Sindicato da Indústria e Alimentação existente na cidade,

[7] Sobre as relações de trabalho nas usinas canavieiras desse período ver especialmente GNACCARINI (1972), e sobre as relações prevalentes no colonato, MARTINS (1973; 1976) e SILVA (1997).

desde 1949. Portanto, muitas ações impetradas coletivamente o foram por intermédio desse Sindicato. Esse dado é de suma importância se se leva em conta que a reclamada, Fazenda Amália, utilizou-se dessa representação para entrar com recursos jurídicos, objetivando anular as ações dos trabalhadores rurais. Nos limites deste artigo, não cabe a análise de todos os processos. Entretanto, a fim de expor os meandros das lutas e dos conflitos de interesses da cena política, optou-se por reproduzir a interpretação dos acontecimentos relativos à greve, segundo o acórdão de um dos juízes, ao negar o recurso da empresa, movido contra a ação coletiva dirigida pelo Sindicato.

O referido processo de número 166/66 está no Cartório do 1º Ofício de Santa Rosa de Viterbo. As discussões do processo permitem a elucidação de muitos fatos ocorridos, os quais escapam à compreensão e à memória dos trabalhadores. Nesse sentido, o discurso jurídico está sendo tomado neste artigo não só como complementar aos relatos orais, como também pelo fato de ser a única fonte escrita encontrada sobre o acontecimento reveladora de outros elementos. Além de negar o recurso à empresa, depois de longa discussão, demonstrando que a greve fora pacífica, dentro das condições legais e, portanto, justa, uma vez que os trabalhadores reivindicavam o pagamento de salários atrasados, decididos pelo Dissídio Coletivo de 1965, o juiz agrega depoimentos dos administradores das seções, os quais são importantíssimos para a comprovação de que a greve foi mero pretexto para a expulsão dos trabalhadores residentes.

> J. S., administrador da 1ª seção, que antes da greve era composta de 140 empregados entre "titulares e dependentes", afirmou que cerca de 32 empregados foram dispensados ou suspensos para responder a inquérito, porém não viu as 32 pessoas praticando qualquer atividade que denotasse uma maior participação na greve. Afirmou ainda que, após o 1º dia de greve, todos os empregados, inclusive os 32, andavam pela 1ª seção, mas sem fazerem nada, inclusive muitos deles iam pescar.
>
> D. A., administrador da 3ª seção, onde trabalhavam cerca de 100 empregados, afirmou ter sido procurado pelo Sr. C. L., chefe da seção de pessoal da Agro-Industrial Amália S/A, ... o qual determinou que fosse feita uma relação de uns 20% mais ou menos dos empregados desta seção, ou seja, aqueles que deveriam ser mandados à seção de pessoal. A relação foi feita, e, por incrível que pareça, o administrador colocou nela os nomes das pessoas que lhe vieram à cabeça. Esta relação de nomes é a mesma dos trabalhadores dispensados.
>
> J. F., administrador da 4ª seção, afirma que o Sr. C. L., chefe da seção de pessoal, telefonou-lhe pedindo que fosse feita uma relação de pelo menos 30% do pessoal que havia feito greve. J. F. afirma que ficou nervoso e fez uma relação de 28 nomes que eram os das pessoas que primeiro lhe vieram à cabeça; é certo que, dos nomes que o depoente pôs na relação, alguns voltaram a trabalhar e outros foram suspensos ou foram dispensados; ele diz que não sabe de nenhum empregado que fosse dispensado ou suspenso sem que constasse da relação feita pelo depoente; afirma ainda

que indagou ao Sr. C. L. sobre o motivo daquela relação, tendo ele respondido que era problema da seção de pessoal... e que ele esclarece, ainda, que não sabia que aquela relação de nomes era destinada a dispensar ou suspender os empregados.

B., administrador da 5ª seção, afirmou que na época da greve, ali, trabalhavam 98 empregados, sendo que 48 estavam parados, uns porque foram suspensos para abertura de inquérito, outros porque foram dispensados...

T., administrador da 6ª seção, afirmou que, naquela época, havia em sua seção 109 empregados, sendo que 9 famílias estavam paradas, em decorrência da greve. Neste ponto, o parecer do juiz chama a atenção para o fato de que a empresa punia as famílias, atingindo os "titulares" e os "dependentes".

Em razão de a relação de trabalho ser baseada no contrato com o chefe da família, em geral, o pai ou o filho mais velho, havia apenas um titular, ou seja, o responsável pelo contrato era o único registrado pela empresa. Os demais, embora trabalhassem, eram considerados dependentes, não recebendo salário individual por seu trabalho. A forma de remuneração, como já foi demonstrado, era por intermédio da *ordem*, espécie de vale, mediante o qual o administrador estipulava o *quantum* que cada titular tinha direito de comprar no armazém da seção. O método impedia que os trabalhadores tomassem conhecimento do preço de seu trabalho. Tudo dependia da decisão do administrador. Segundo os vários depoimentos colhidos, a maioria ficava em débito no armazém, o que comprova a insuficiência da remuneração para garantir a reprodução da força de trabalho. Torna-se evidente que as mulheres sós e chefes de família não poderiam ser titulares, do mesmo modo que os trabalhadores solteiros e casais sem filhos, pois a superexploração advinha dos parcos salários, traduzidos pelo *quantum* de mercadorias correspondente à *ordem* estabelecida, e também do trabalho (necessário) gratuito dos dependentes.

J. C., administrador da 7ª seção, afirma que, no último dia da greve, por volta das 23h, foi procurado em sua casa pelo engenheiro Paulo, que é seu chefe de serviço e pediu-lhe que pusesse em uma folha de papel o nome de 8 famílias. O depoente perguntou ao engenheiro Paulo sobre o motivo daquela ordem, porém, ele respondeu que também não sabia, pois ele estava apenas cumprindo as ordens da seção de pessoal; afirma, ainda, que não fez escolha dos nomes das famílias, pois os primeiros 8 nomes dos quais se lembrou colocou no papel. Todos os nomes da relação estão parados.

J. P. S., administrador da 17ª seção, afirma que, fora ele, o fiscal, o feitor, o campeiro, todos os demais empregados (em n. de 72) fizeram greve. Ressaltou que, no dia 6 de novembro, por volta das 20h, apareceu em sua casa o engenheiro Paulo Watts (o Swath), que lhe pediu uma relação escrita de 5 nomes e que, ao perguntar sobre o motivo desta relação, o engenheiro lhe disse que não sabia, pois se tratava de uma ordem da seção de pessoal. Pegou um pedaço de papel e colocou os nomes de várias colônias, nomes que lhe vieram à cabeça. Todas as pessoas que constam desta relação estão respondendo a inquérito, movido pela empresa, ou estão movendo ação trabalhista contra ela, por terem sido despedidas.

Em seguida, é apresentado o depoimento do engenheiro Paulo (sr. Paul O'Swath):[8]

> Durante os dias da greve, ele recebeu uma ordem de Orlando Testa, no sentido de que fosse feito um relatório com os nomes das pessoas que tivessem perturbado a ordem durante os dias de greve; que melhor esclarecendo o relatório não era daqueles que estivessem perturbando e sim fazendo agitação, durante os dias da greve; que, pessoalmente, não viu nenhuma agitação ... pelo fato de não conhecer pessoalmente os empregados, procurou os administradores, solicitando-lhes um relatório.

A seqüência deste depoimento revela que o número de pessoas foi totalmente aleatório. Como exemplo, da 6ª seção foram arroladas dezenove famílias, sendo dispensadas apenas nove. Tratava-se de um cálculo numérico, variando de acordo com o número de pessoas em cada seção e o total dos que seriam demitidos. Em sua conclusão acerca dos fatos arrolados pelos administradores e pelo gerente da empresa, o juiz qualifica o comportamento da empresa como odioso, anticristão e não merecedor de acolhida da Justiça. Conclui, finalmente, que o inquérito contra os trabalhadores é improcedente e fixa o prazo de dez dias para que todos sejam reintegrados em suas respectivas funções, sob pena de a empresa sofrer as conseqüências previstas em lei por desobediência. A sentença foi formulada em 5 de setembro de 1967, portanto, praticamente dez meses após a greve. Consta do processo o recurso da empresa e outra negativa no dia 16 de junho de 1969, portanto decorridos quase três anos daquele fato. Por fim, há o parecer do procurador do Rio de Janeiro acatando integralmente o acórdão anterior em 29 de julho de 1970, quase quatro anos depois. Há, ainda, outro acórdão de três juízes da Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, do Rio de Janeiro, de 15 de outubro de 1970, pelo qual um total de onze *trabalhadores desistiu* do processo. Em 17 de fevereiro de 1971, o procurador da Justiça do Rio de Janeiro rejeita o pedido de embargo feito pela empresa, afirmando em seu parecer que a greve foi permitida pelo Tribunal do Trabalho, foi pacífica, não cabendo assim a dispensa dos trabalhadores. Em 14 de janeiro de 1971, portanto, decorridos quase cinco anos, o acórdão de dois juízes do Tribunal Superior do Trabalho, de Brasília, reitera a negativa do pedido de embargo movido pela empresa. Todos os pareceres dos juízes das instâncias superiores estão ancorados nos fatos relatados no processo. Em todos eles, há menções relativas à dispensa discriminatória dos trabalhadores, à legalidade da greve, ao caráter pacífico dos acontecimentos, ao direito dos trabalhadores assegurado pela Lei n. 4.330, ao caráter pacífico da convocação da assembléia pelo Sindicato,

[8] Durante as entrevistas, vários trabalhadores disseram que o responsável pela demissão deles não era o conde Matarazzo e sim o "Gringo", um estrangeiro que era o gerente da Amália.

aliás, algo comprovado pelo delegado de Polícia, aos motivos de reivindicação dos valores não pagos pela empresa, por ocasião do Dissídio Coletivo, aprovado pelo Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, à obediência à determinação da Justiça do Trabalho quando esta decretou a cessação do movimento, pelo art. 25, alínea III, da Lei n. 4.330. Como foi dito anteriormente, a análise do conteúdo do processo fornece subsídios extremamente importantes à compreensão do acontecimento, a greve de 1966 na Fazenda Amália, e do processo de expulsão de trabalhadores rurais, que resultou nas mudanças das relações de produção, na passagem do trabalhador residente para o trabalhador cognominado bóia-fria.

Em contraposição, o conteúdo do processo, ao revelar discurso jurídico favorável ao trabalhador rural, durante o período da ditadura militar, remete à questão de não se interpretar a lei tão-somente *vis-à-vis* o instrumento a serviço da classe dominante. Ela reflete o conjunto da luta de classes e não se acha acima delas, mas está imbricada nas relações entre elas.

Os demais processos demonstram que muitos trabalhadores fizeram acordos com a empresa, mediante o pagamento de quantias irrisórias, depois de muitos anos de espera pela solução judicial. Outros, ainda, desistiram do processo, enquanto outros não reclamaram seus direitos, em virtude de não acreditarem na lei ou na Justiça**.** O fundamental é que o processo de mudança das relações de produção na agricultura, nesse momento, não se verificou de forma pacífica, nem linear. O cumprimento das novas regras estabelecidas pelo ETR, de 1963, exigia que essas transformações ocorressem. Nesse sentido, os trabalhadores, ainda que expulsos, vão reclamar os direitos. Direitos ao trabalho, direitos à roça de subsistência, direitos de ficar e de não sair. No processo, ficam evidentes os artifícios adotados pela empresa. Na verdade, a greve foi mero pretexto para justificar a expulsão, sem o pagamento dos direitos aos trabalhadores e a rescisão do contrato de trabalho.

A leitura das falas dos trabalhadores de Leme aponta para os seguintes elementos:

- há uma multiplicidade de percepções sobre esse acontecimento: alguns responsabilizam o Sindicato, outros, o Zé Pretinho, líder do movimento, outros, a mudança da forma de "tocar", ou seja, o aparecimento do peão e do empreiteiro de mão-de-obra, outros, a gerência;
- sobre os motivos da greve, a maioria afirma ter sido o aumento salarial; apenas um cita o não-pagamento dos valores determinados pelo dissídio, embora sem a clareza dos porcentuais;
- no tocante ao andamento dos processos judiciais, o desconhecimento é generalizado: há menção aos acordos, à *mixaria* recebida, embora com a certeza de que se tratava de algo muito aquém do que deveriam receber; e

- apesar dessas diferentes interpretações, os relatos coincidem nos seguintes pontos: as dificuldades experimentadas logo depois de a dispensa ter sido determinada pelo escritório; a fome, a ajuda do Sindicato, a solidariedade dos vizinhos, o trabalho temporário e mal pago nas terras dos sitiantes, o trabalho escondido (em razão da proibição de trabalharem) e descoberto pela vigilância constante dos fiscais, a ação dos empreiteiros, que, às vezes, permitiam, outras vezes, impediam o trabalho daqueles que estavam proibidos de trabalhar. A permanência nas casas da seção durante o período de tramitação dos processos, sem poder trabalhar, foi uma das experiências mais sofridas para estes trabalhadores, tendo resultado no enlouquecimento de um deles, conforme os depoimentos. Um dos depoentes, ao ser inquirido sobre esse período, pôs-se extremamente nervoso, gesticulando muito, e, em alguns momentos, deixou de falar, colocando-se em um estado de silêncio que fez que a pesquisadora desligasse o gravador, temendo por sua saúde, em virtude de seus setenta anos de idade. Outro, ainda, mencionado pelos demais como o cabeça-de-greve, manteve total silêncio sobre a situação. Esse trabalhador, negro, hoje está cego.

Os relatos são extremamente ricos para a análise da categoria de experiência e também para o estudo da memória e do medo. Para isso, pode-se recorrer a Thompson, Benjamin e Bourdieu. Segundo Benjamin (1987), a experiência seria o acúmulo dos elementos vividos durante toda a vida do indivíduo. Tais elementos referem-se aos valores culturais, às representações sociais contidas nos símbolos, nas imagens, como também, às relações materiais de vida. A nosso ver, não há, nessa reflexão, uma clivagem entre o mundo real e o irreal. Ambos mesclam-se, entrecruzam-se, formando uma simbiose, que nada mais é do que a realidade, isto é, um real que inclui o mundo imaginário.

> Os homens e mulheres também retornam como sujeitos ... não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura ... das mais complexas maneiras ... e, em seguida ... agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (Thompson, 1981, p.182)

> a sociedade existe sob duas formas inseparáveis: por um lado as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos etc., por outro lado, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de habitus). O corpo socializado ... não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência ... o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas mentais. (Bourdieu, 1983, p.24)

Estas reflexões nos ajudam a compreender dois pontos essenciais: na história como processo, isto é, além das condições objetivas ou estrutu-

rais, há a ação dos indivíduos. Portanto, há uma relação estreita entre indivíduo e sociedade, de um lado, e, de outro, há que considerar as diferentes maneiras com que cada indivíduo "trata", elabora os elementos incorporados pela sociedade.

Ao reconstruírem suas histórias singulares, homens e mulheres empreendem um verdadeiro retorno a situações distantes de sua memória, retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, frutos não de mera descrição do passado, mas de sua recriação e revivificação. Dispõem de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outros que deixaram marcas em sua memória. É nesse momento que as memórias individuais entrecruzam a memória social, coletiva. Os relatos constituem fragmentos significativos para cada um dos narradores, levando-se em conta também as diferenças de gênero, incorporadas nas respectivas memórias. A memória feminina aparece eivada das práticas de uma experiência acumulada no mundo privado e também no público. Ainda que não tenham participado diretamente da greve, elas, como filhas ou esposas, sofreram as conseqüências.

As mulheres guardam em sua memória as lembranças das dificuldades em conseguir trabalho, a fome, o trabalho escondido, a sopa de mandioca como único alimento naquele momento de extremas dificuldades. Admitindo-se que a memória seja sexuada, pode-se inquirir sobre quais os elementos significativos das experiências femininas e masculinas acumuladas durante o tempo e quais se constituem no conjunto daqueles indizíveis, daqueles que permanecem no escuro das lembranças. O campo do silêncio, do indizível, é atravessado não só por traços relativos à organização de gênero, como também de classe e raça-etnia. É assim que se entende a experiência acumulada durante a vida. No entanto, os relatos incluem o campo do dizível e do indizível. Aí reside a necessidade da perspicácia do pesquisador para captar os elementos escondidos, reprimidos.

Outro ponto importante refere-se aos mecanismos de resistência dos trabalhadores. Diante do poder da empresa e do autoritarismo vigente no país naquele momento, as estratégias de recusa foram poucas, embora existentes. A mais freqüente nos depoimentos dizia respeito ao fogo nos canaviais. Apesar da vigilância constante de fiscais e guardas, o fogo era uma ameaça constante. Um trabalhador chegou a afirmar que, após a greve, ele foi posto na função de guarda, tendo de percorrer dia e noite os canaviais, a fim de evitar possíveis focos de incêndio. Ele ainda disse que, por várias vezes, conseguiu evitar o fogo, ao encontrar enormes velas acesas no meio dos canaviais. Segundo o presidente do Sindicato da Indústria e Alimentação, havia um cartaz no Sindicato oferecendo um prêmio no valor de Cr$ 1.000,00 àquele que denunciasse os responsáveis pelas queimadas. Os entrevistados afirmaram que nunca foram encontrados os responsáveis, e todos acreditavam se tratar de trabalhadores despedidos.

Além do medo impedindo uma reação coletiva, há que se levar em conta dois elementos extraídos dos depoimentos:

- a prisão de três sindicalistas logo após o golpe militar em 1964; e
- o atrelamento do Sindicato à empresa e ao governo militar.

Foi possível ter acesso ao processo em que os três sindicalistas, após o período da prisão, reivindicavam a readmissão nas respectivas funções na empresa. José Nogueira Filho, Abel Q. Pereira e José da Silva, industriários e pertencentes à diretoria do Sindicato, foram presos em 1964, condenados pelo Conselho da 2ª Auditoria da 2ª Região Militar. Em 14 de setembro de 1966 foram absolvidos pelo Superior Tribunal Militar.

Após várias tentativas com o sr. Victorino Falaguasta, chefe de seção de pessoal, a fim de poderem retornar ao trabalho, entraram na Justiça, solicitando a readmissão por serem funcionários estáveis, tendo sido portanto despedidos sem justa causa, o que feria o disposto 482, letra "i" da CLT. Até onde se pôde acompanhar o processo, os trabalhadores não foram admitidos, pairando sobre eles a marca da subversão e de serem comunistas. O caso, sem sombra de dúvida, gerou situação de medo e insegurança entre os trabalhadores, algo existente até hoje, entre muitos. Segundo vários depoimentos, José Nogueira, então presidente do Sindicato, foi preso e torturado no navio "Raul Soares", que, transformado em cárcere flutuante, jamais ficou atracado no porto de Santos e sim próximo à ilha de Barnabé. Segundo depoimentos de alguns presos políticos, entre oitocentas e mil pessoas aí permaneceram por mais de seis meses.[9] De acordo com os mesmos depoimentos, José Nogueira jamais falou sobre a tortura sofrida. Acerca dos acontecimentos manteve um silêncio absoluto até a sua morte.[10]

ESCOVANDO A HISTÓRIA A CONTRAPELO

Retomando as considerações anteriores sobre a diversidade dos relatos, aos conteúdos dos processos e aos depoimentos dos dois juízes acrescentam-se outras inflexões sobre a realidade. As experiências (segundo a definição thompsiniana) individuais sobre o conjunto de acontecimentos constituem os elementos da memória coletiva dos trabalhadores. Concordamos com A. Portelli, no sentido de que a memória coletiva, social, não é só um somatório das memórias individuais. Trata-se muito mais de uma *memó-*

[9] No entanto, de acordo com M. Alexandrino e R. Santos, em *Sombras sobre Santos, o longo caminho de volta*, editado pela Secretaria Municipal da Cultura, o número correspondia a setenta presos políticos.

[10] A menção à prisão dos três sindicalistas aparece em *Brasil: nunca mais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p.129.

ria dividida, que não se traduz pelo conflito entre a memória oficial e a memória comunitária. "Na verdade, estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas." (1998, p.106)

Nesse sentido, as narrativas devem ser analisadas criticamente, isto é, devem ser tomados certos cuidados em relação aos papéis desempenhados por certos agentes sociais que participaram dos acontecimentos, não apenas àqueles relativos à greve, como também aos referentes às relações de trabalho prevalecentes no interior da fazenda. Já foi reiterado que os agentes da esfera jurídica nem sempre estiveram ao lado da empresa. Muito pelo contrário. Do mesmo modo, os médicos, como atestam os numerosos laudos sobre acidentes de trabalho e ações trabalhistas movidas em grande número contra a empresa. Outro ponto de controvérsia é acerca do papel do Sindicato, mais especificamente, de seu presidente. Teria ele agido de acordo com os interesses da empresa? A greve teria sido uma armadilha política produzida pela empresa para demitir os trabalhadores, aproveitando-se do momento histórico da ditadura militar? Os dados encontrados pela pesquisa apontam para o fato de que o presidente do Sindicato foi orientado pela empresa a assumir o cargo de direção, e, ao mesmo tempo, declarar a greve logo em seguida. Não se pode esquecer também que ele próprio não sofreu represálias, obtendo em contrapartida muitas vantagens.

Quanto ao atrelamento do Sindicato à empresa e ao regime militar, o depoimento do presidente da entidade dos trabalhadores, no período de 1965 a 1976, revela pontos importantes relativos à sua trajetória ocupacional e sindical, bem como o desenrolar da greve e os acontecimentos verificados em torno da dispensa dos trabalhadores.

No que se refere à trajetória ocupacional, seu tempo de trabalho desenrolou-se praticamente na Fazenda Amália. Foi para lá, ainda criança, em 1947, acompanhando a família. Trabalhou no corte da cana até 1953, quando foi transferido para a seção de carpintaria da empresa. Em 1964, foi enviado para uma das empresas do Grupo Matarazzo, no norte de Minas Gerais. Segundo ele, em razão de estar organizando uma chapa para concorrer à diretoria do Sindicato, após a prisão dos sindicalistas. Ao comparecer à sede do Sindicato, dirigido por um interventor do regime militar, para se informar sobre os mecanismos formais de lançamento da chapa, foi denunciado, com os demais, à empresa, que os enviou, por mais de seis meses, para a indústria no norte de Minas Gerais. Quando regressou, por decisão da empresa, ele teve autorização para montar a chapa, tornando-se presidente do Sindicato, a partir de 1965 até 1976, portanto durante o período do apogeu da ditadura. Todo seu relato sobre a greve mostra que ela foi deflagrada pelo Sindicato, em razão do não-cumprimento do dissídio coletivo, e foi totalmente pacífica e legal, dentro das normas do Tribunal do Trabalho. Em vários momentos, afirma que somente cuidava dos inte-

resses dos trabalhadores, tendo o cuidado para não se envolver com política. Deixa claro sua ideologia, ao mencionar o bom relacionamento com o delegado de Polícia da cidade, com a gerência da empresa, com o governador do estado, com deputados ligados ao regime militar e até mesmo com o delegado Sérgio Fleury, de São Paulo, apontado como torturador de presos políticos nos documentos examinados pela pesquisa em *Brasil: nunca mais* (1985, p.166).

Sobre os desdobramentos da greve, principalmente no tocante à dispensa de trabalhadores, ele afirma que os dois acontecimentos não estavam relacionados. Na verdade, a empresa passava por uma série de mudanças, e, para isso, precisava diminuir o número de empregados. Ao mesmo tempo, reitera que a empresa também precisa defender seus direitos, assim como os trabalhadores, e ele, na condição de representante dos trabalhadores, sempre defendeu seus direitos. Nesse sentido, confirma os vários processos abertos pelo Sindicato para defender os direitos dos trabalhadores e também seu empenho no estabelecimento dos acordos.[11] Omite totalmente o período em que os trabalhadores esperaram pelas decisões judiciais, sem poder trabalhar e, ao mesmo tempo, sem poder sair da fazenda, para não perder definitivamente seus direitos. Omite também o medo generalizado entre os despedidos, os que ficaram "marcados". Muitos depoimentos revelam que até mesmo os filhos herdaram as "marcas", não encontrando mais trabalho em nenhuma das indústrias ou fazendas do Grupo Matarazzo em Santa Rosa de Viterbo.

Outro elemento importante é o referente ao período em que deixou a presidência do Sindicato. Voltou a trabalhar na empresa, ocupando uma função no almoxarifado até se aposentar. Ademais, continuou residindo na Amália, sem considerar que seus filhos tiveram bolsas de estudo fornecidas pelo grupo empresarial. Somente em 1993 mudou-se para a cidade. Seus filhos cursaram a universidade, exercendo cargos de confiança na Danone e no grupo Eletro Rio. Põe-se como defensor de todos os trabalhadores, inclusive como o grande responsável pelos acordos. Chega mesmo a afirmar que era ele quem fazia os cálculos dos montantes que os trabalhadores deveriam receber.

Na realidade, há várias *memórias divididas* sobre a greve. A particularidade do acontecimento reside em vários pontos e questões:

- Em se tratando do período da ditadura militar, uma greve de trabalhadores rurais e operários constituía um enfrentamento muito grande. Soma-se ao fato a situação dos milhares de trabalhadores rurais,

[11] Todos os entrevistados afirmaram que os valores recebidos nos acordos foram ínfimos, o que é confirmado pelos processos judiciais. Um deles disse: "Eu valia mais do que eles me deram".

espalhados pelas seções, em sua maioria analfabetos, e desarticulados politicamente, pelas razões já explicadas.

- A prisão dos sindicalistas, a nomeação de um interventor, a "misteriosa viagem" do grupo de operários a uma das fábricas da empresa em Minas Gerais, logo após o golpe militar, e a apresentação da chapa, assim que regressaram, são vários pontos que estão relacionados. No depoimento do presidente do Sindicato, os silêncios e os aspectos confusos do período são muitos.
- A deflagração da greve, segundo a pauta de reivindicações, aparece como aposto, e não como algo a ser discutido e, ao mesmo tempo, temerário.
- Muitos relatos confirmam que os administradores, os fiscais, os feitores não aderiram à paralisação. Ao contrário, muitos fiscais chegaram até mesmo a incentivar os trabalhadores a não irem ao trabalho, segundo a fala de muitas testemunhas, ouvidas nos processos.
- Por que não houve cassação ou demissão da diretoria do Sindicato? Por que o presidente do Sindicato, após mandato de onze anos, foi residir em Amália, além de recuperar seu emprego?
- Por que a empresa determinou que os "papa-filas" (os ônibus que conduziam os operários residentes na cidade ao trabalho) não circulassem nos dias da greve?

O discurso jurídico, os depoimentos dos trabalhadores expulsos e do presidente do Sindicato permitiram um quadro analítico em torno dessas questões. Muitos depoimentos confirmam a tese de que a greve foi preparada pelo Sindicato e que os sindicalistas envolvidos tiraram proveito da situação. Outro ponto a ser considerado é que, da memória dos trabalhadores, não faz parte a sorte que fora reservada aos sindicalistas presos e torturados. Sobre eles, há um grande silêncio, o que se verifica tanto na história oficial quanto no próprio Sindicato. Portanto, em sua memória, o Sindicato agiu contrariamente a seus interesses. Aqueles que lutaram efetivamente por suas causas, que foram torturados, além de sofrerem todo tipo de represália, não são mencionados. Foram esquecidos, porque não foram conhecidos. Antes mesmo de aparecerem em cena, foram eliminados pelo poder militar. Em contrapartida, foi nomeado um interventor, escolhido pelo regime militar e diretamente ligado aos interesses da empresa.

As informações apontam para o fato de que a greve fora preparada a fim de precipitar o processo de dispensa dos trabalhadores. A interpretação cuidadosa do depoimento do presidente do Sindicato, responsável pela decretação da greve, conduz às seguintes inflexões.

Em determinado momento de seu discurso, fica claro um incidente com o juiz de Direito; segundo o presidente do Sindicato, o referido juiz estava atrasando os despachos dos processos dos trabalhadores, em razão de tra-

balhar poucas horas durante a semana. É importante observar que ao enviar um ofício ao desembargador, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual requer a abertura de inquérito contra um juiz, ele, na condição de presidente de Sindicato, cujo poder de atuação era minúsculo, considerando-se a realidade do país como um todo, investe-se de um poder que, evidentemente, não advinha tão-só da função que ocupava. Basta lembrar as referências às pessoas poderosas que faziam parte de seu círculo de relações de apoio: o banqueiro, o deputado, pessoas ligadas às altas esferas do poder militar. Portanto, o documento comprova, com seu relato, que se tratava de uma pessoa "empoderada", isto é, um trabalhador cooptado pela ditadura militar. Sua trajetória é bastante reveladora nesse sentido. Ele nunca saíra da Fazenda Amália, até então. Possuindo baixa escolaridade, nunca conseguira, por trabalho, ascender nem social nem politicamente. Ademais, seu discurso é extremamente evasivo, no tocante ao momento em que foi conduzido ao sul da Bahia para uma das fábricas do grupo Matarazzo. Nas entrelinhas, fica evidenciado que um poder maior e exterior à empresa determinara aquela medida.

Outro aspecto a ser destacado é a respeito dos sindicalistas que foram presos. A leitura de uma revista italiana, de conteúdo subversivo, teria sido o fator responsável por aquele acontecimento. No entanto, segundo ele, este não poderia ser o verdadeiro motivo, pois aqueles dominavam pouco a língua portuguesa. Quais seriam as razões da prisão dos colegas? Os silêncios são muitos. Ele não se refere a essas razões, bem como àquelas condizentes à tortura, à perda do emprego por parte de três deles. Ao contrário. Ao dizer que "eles" fizeram o acerto, e o outro foi para São Paulo com emprego determinado, ainda levanta dúvidas acerca do tratamento diferenciado. Em síntese, trata-se de um discurso eivado da ideologia dominante, algo também bastante evidente quando afirma que dominavam pouco a língua portuguesa.[12] Quais seriam as razões do afastamento do Sindicato da política, enquanto, ao mesmo tempo, sem presidente apontava os políticos, ligados aos ditadores, com os quais se relacionava?

Outro ponto, à primeira vista nebuloso, refere-se às suas relações com a empresa. De um lado, toda sua trajetória se fez na Fazenda Amália, como já se mostrou. Por outro, assim que se encerram suas funções de presidente do Sindicato, foi convidado a ocupar um cargo na empresa, além de lá residir e seus filhos receberem bolsas de estudo e emprego. Em seu depoimento, fica clara a ideologia da neutralidade. Ele se posiciona como o defensor dos patrões e dos empregados, ou seja, ele era o justo, aquele que

[12] Durante a pesquisa, foi encontrada por uma das pesquisadoras uma pasta contendo cópias de documentos do Sindicato. A leitura dos documentos trouxe informações valiosas para a compreensão do papel desempenhado por esse sindicalista no momento da ditadura militar.

entendia perfeitamente todos os problemas; por isso, nega a ocorrência de situações como a proibição de trabalhar, a fome, a perseguição, a violência, a demolição das casas, como uma estratégia da empresa para concluir o processo de expulsão dos trabalhadores. Quanto ao fogo nos canaviais, ele, muito habilmente, não incriminou os trabalhadores demitidos. Dissimulou, mais uma vez, o clima de tensão existente, ao dizer ao coronel do alto escalão da ditadura militar, enviado à Santa Rosa para averiguar *in loco* o fato, que o fogo era em razão do processo de queimada da cana, portanto nada havia de criminoso no ato. O que não esclarece é o porquê do anúncio afixado, inclusive no próprio Sindicato, sobre a recompensa aos delatores do ato. Suas máscaras não são somente estas. Freqüentemente, coloca-se como representante legítimo dos trabalhadores.

A análise de outro documento, endereçado ao ministro Jarbas Passarinho, dá a dimensão de seu "empoderamento" e de suas relações com a ditadura militar.

A leitura do ofício, descontextualizada dos fatos ocorridos à época, pode ser um complicador à análise. Sem sombra de dúvida, ele defende os trabalhadores, e se coloca frontalmente contra o patrão. Ademais, acusa o grupo empresarial de estar cometendo um *crim*e *contra a organização do trabalho, bem como perturbando a ordem social, ferindo a Constituição Nacional e as Leis deste país.* Mais graves, ainda, são as acusações feitas, em outro ofício, endereçado ao ministro do Trabalho e Previdência Social. Além das denúncias dos acordos irrisórios, cujos cálculos eram feitos por ele próprio, conforme seu relato, o que demonstra sua ambivalência, mais uma vez apresenta outras irregularidades da empresa, no tocante aos fornecedores, cujo objetivo era ludibriar o IAA. Mais adiante, outra denúncia sobre a política agrária nacional.

> A S/A Santa Rosa vem diariamente ... dispensando todos os seus obreiros quer estáveis ou não, mediante irrisórios acordos homologados na Justiça do Trabalho e, em conseqüência, promove a demolição de suas habitações. Colônias inteiras de casas de obreiros são demolidas.
>
> Os obreiros dispensados e outros que estão trabalhando para a S/A Santa Rosa e Agro-Industrial Amália S/A estão morando, a maioria, em cortiços, nas periferias de Cajuru, Santa Rosa, São Simão e Tambaú e diariamente são transportados em caminhões, sujeitos a toda sorte de intempéries, sol, chuva, poeira, frio, na maior promiscuidade: crianças, mulheres, homens, mal vestidos, sujos, sem previdência social, sem seguro, sem UM MÍNIMO DE AMPARO LEGAL. Assim agindo estão matando o trabalhador brasileiro, minando sua alma e derrotando o Brasil.

No último documento, endereçado ao general comandante do II Exército de São Paulo, logo após a greve de 1966, o discurso, novamente, reflete o clamor de um sindicalista em defesa dos interesses dos trabalhadores. Primeiro ele repassa o histórico da greve, do início ao fim, e, em seguida, revela o desrespeito às leis pela empresa, entre elas uma das disposições

do IAA, que previa a concessão de terras para o plantio de culturas de roça de subsistência dos trabalhadores.

> Nunca, jamais foi fornecido um palmo quadrado de terra para plantio de cereais aos trabalhadores. É proibido ser proprietário de vaca leiteira, na Fazenda Amália. Os filhos dos trabalhadores não têm leite para a sua alimentação. E, por cúmulo, quem tiver um cavalo ou animal outro para se locomover da Fazenda à cidade, aos sábados ou domingos, paga a importância de Cr$ 6.000,00 por cabeça, importância debitada em sua folha de pagamento. E, ai de quem reclamar...

Lembra, no parágrafo seguinte, que esta era uma lei editada no governo do marechal Humberto Castello Branco, em 1965. Quanto ao dispositivo que regulamentava as cotas dos fornecedores de cana, descreve as burlas com a criação de nomes fictícios, que eram os testas-de-ferro, os próprios funcionários da empresa. Na íntegra, o documento requer medidas para esse conjunto de situações, sobretudo para a dispensa em massa de trabalhadores após a greve.

Ao se cotejar o conteúdo dos documentos com o discurso do sindicalista, é necessário levar em conta os dois tempos históricos. O discurso foi produzido decorridos trinta anos daquele episódio, ao passo que o documento escrito corresponde ao momento do ocorrido. Portanto, o passado está sendo reconstruído a partir do presente. A análise conjunta das duas fontes, apesar das lacunas no relato oral, remete ao fato de que o sindicalista fora escolhido e treinado para ser o representante dos interesses do governo ditatorial. Ao mesmo tempo que a organização sindical fora desmantelada, criou-se uma nova estrutura sindical "apolítica", em que as contradições capital-trabalho deveriam ser resolvidas em nível das esferas militares. Os trabalhadores tornaram-se uma questão para a segurança nacional. Ao denunciar os abusos, os desrespeitos às leis pela empresa, ele estava, na verdade, não defendendo os interesses dos trabalhadores, mas da ordem social e política implantada, cuja face ideológica mascarava a realidade dos acontecimentos. O importante não era fechar os sindicatos, mas aniquilar seus antigos representantes, transformando-os em mero aparelho de Estado.

Segundo a interpretação de muitos estudos sobre a questão nesse momento histórico no Brasil, para o regime implantado, havia a necessidade da aparência de um governo democrático, que promovia o desenvolvimento, a modernização e assim por diante. Para o Estado, legítimo defensor dos interesses gerais, as denúncias, feitas pelo Sindicato a respeito de um dos grupos econômicos mais poderosos do país, refletem a natureza contraditória das forças que compunham o bloco de poder naquele momento. Era importante a manutenção da ordem, e, portanto, isso poderia contrariar os interesses particulares de alguns. Em contrapartida, ao se fazer a denúncia, produzia-se a imagem de que os interesses dos trabalhadores estavam

sendo defendidos. De qualquer forma, em nenhum momento, a empresa foi prejudicada, pois, se o tivesse sido, o sindicalista não teria sido reencaminhado ao quadro de funcionários. Na verdade, tratava-se de um jogo de cena político em que cada um representava papel bem definido.

No caso analisado, fica evidente o processo de produção da fantasia do sindicalista pela ditadura militar com a participação da empresa. O fato ocorreu no período em que ele esteve na Bahia, afastado, preparando-se para montar uma chapa e assumir o controle do Sindicato, nesse momento dirigido por um interventor. Considera-se este ponto lacunar em seu discurso o momento-chave do quebra-cabeça, ou seja, da contradição entre essência e aparência, imagem e realidade. Ao se referir ao interventor, ele o considera um homem ligado ao Matarazzo, algo diferente dele, evidentemente. Quando regressa, lança a chapa, assume a presidência, convoca uma assembléia e decreta greve em um momento histórico em que esse tipo de manifestação era proibido, pois, de acordo com os juízes, o que havia na verdade era uma lei antigreve e não uma lei de greve.

Aqui, vale a pena citar um excerto do *Dezoito brumário*, texto que analisa as numerosas representações políticas da burguesia, após a revolução de 1848, para se manter no poder.

> nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade. Orleanistas e legitimistas encontram-se lado a lado na república, com pretensões idênticas ... Atrás dos bastidores envergavam novamente suas velhas librés orleanistas e legitimistas e novamente se empenhavam nas novas disputas. Mas, diante do público, em suas grandes representações de Estado ... são representantes do regime burguês, e não como paladinos de princesas errantes; como classe burguesa contra as outras classes e não como monarquistas contra republicanos. (Marx, 1978, p.349)

Marx, ao referir-se a esse período na França, afirma que em vários momentos o passado é ressuscitado no presente, e os homens vestem suas antigas roupagens, tomando a si uma linguagem emprestada, em que os homens e os acontecimentos aparecem invertidos, como sombras que perderam seus corpos. Com base nas reflexões marxianas, nota-se, no exame do discurso do sindicalista, *vis-à-vis* os documentos escritos e os fatos relatados pelos trabalhadores, que ele foi um portador de duas máscaras; logo, valeu-se de duas linguagens emprestadas: uma referente àquela do patrão e da ditadura militar e a outra à do trabalhador. À primeira vista, os fatos são evidentes, sobretudo quando ele se refere aos sindicalistas "pelegos" do período.

Ao tecer elogios à família Matarazzo, fez questão de reafirmar a ideologia referente ao coração bondoso da condessa, às obras de caridade, às doações às igrejas, às crianças cuidadas e criadas no hospital da Fazenda,

e, principalmente, às diferenças entre a empresa, dirigida por gerentes, e a família propriamente dita. Todo o discurso contrasta com os ofícios dirigidos ao ministro do Trabalho e ao comandante do II Exército de São Paulo à época da ditadura militar. No que diz respeito aos trabalhadores, punha-se como seu legítimo representante, embora no discurso posterior em nenhum momento responsabilize a empresa pelos acontecimentos, o que fizera há quarenta anos. Residem aí as dificuldades para a interpretação dos fatos. Na verdade, a realidade, tanto no documento escrito quanto no oral, aparece invertida, aliás, como algo inerente à ideologia. Portanto, em nível da aparência, várias sombras de um mesmo corpo se movem e se sobrepõem no tempo e no espaço.

No que concerne aos trabalhadores, em nenhum momento é mencionado o nome do sindicalista. Do ponto de vista da memória, ele se transformou em mera sombra, ou seja, na sombra do patrão. Em vários depoimentos, o que aparece é a figura do Sindicato (abstrata, sem rosto) tirando proveito da situação, alheio a seus sofrimentos. Torna-se importante distinguir fatos e representações sociais, segundo a sugestão de Portelli.

> Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos como representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na reconstrução crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (1998, p.111)

Assim, no discurso do sindicalista fica evidente que as representações são decorrentes de sua posição social e política e também das determinações ideológicas, já que se considera que representação não se confunde com ideologia.

> A ideologia consiste em um projeto político de estruturação da sociedade por inteiro, segundo os interesses da classe social/categoria social que o elaborou... a ideologia tem a pretensão de expressar o "interesse comum", o "interesse geral", o "interesse de todos". Obviamente, isto é uma ficção, na medida em que a sociedade está organizada na base de contradições. A ideologia, entretanto, se apresenta como se fosse produzida pelo conjunto da sociedade e em seu benefício. Desta sorte, é fundamental ressaltar o que há de muito singular na ideologia: a inversão dos fenômenos ...
>
> A representação, ao contrário, aspira à completude... Autores/atores de representações têm do fenômeno representado um retrato inteiro e operativo ... a representação não se confunde com a vivência, mas se aproxima do refigurar a vivência. Trata-se das imagens que as vivências assumem no nível simbólico e de cuja elaboração o inconsciente, individual e coletivo, participa ativamente. (Saffioti e Almeida, 1995, p.49)

Com base nessas definições, apresenta-se outra questão importante para a análise da consciência de classe. Não se trata de falta ou de falsa consciência por parte dos trabalhadores nem muito menos de uma alienação total em relação a tudo o que estava ocorrendo. Tanto os processos jurídicos quanto os relatos orais demonstram que as demissões estavam ocorrendo em virtude de a Fazenda não pagar os direitos. O que lhes escapa é a compreensão dessa realidade como um processo invertido em sua totalidade. A idéia que se tem da ideologia é a de que ela não é refratária. Ela é porosa. Portanto, nos poros, nas fendas de sua superfície, foram sendo gestadas não só a percepção dos trabalhadores sobre esta realidade como também as práticas cotidianas de resistência.

Não houve revoltas coletivas. Houve, em contrapartida, manifestações que valem ser relembradas. O fogo nos canaviais, a ponto de exigir a presença de um militar do alto escalão do Exército para inspecionar os acontecimentos, é mais um comprovante de que as relações capital-trabalho passaram a ser controladas pelo poder militar. A contratação de pessoas pela empresa para vigiar os canaviais; o fato de os juízes, ao negarem as ações impetradas pela empresa, terem imposto a esta sanções, ainda que aquém dos valores estipulados legalmente; o trabalho escondido, logo após as demissões; a permanência nas casas durante muitos anos, exigindo recursos jurídicos para decretar a expulsão definitiva, todos esses fatos constituíram-se nos ingredientes da memória dos trabalhadores. A recusa silenciada, eles a transportaram consigo em seu exílio. Alguns anos depois, eclodiram várias greves em muitas cidades de bóias-frias, entre elas Leme, Guariba e Barrinha. Mais uma vez, os motivos giravam em torno dos direitos. Mais uma vez, repetiram-se os atos de violência, só que agora não mais pelo poder discricionário da ditadura, mas dos governos "democráticos". As forças militares enviadas para coibir as greves de Guariba e Leme ocasionaram a morte de vários trabalhadores, além de terem criado um clima de medo que, até hoje, ainda recai sobre muitos como um verdadeiro pesadelo. A história dos trabalhadores constitui uma verdadeira saga, uma espécie de destino social, marcado por lutas, resistências, recusas gestadas ao longo de muitos anos. Dessa sorte, memória e identidade articulam-se em um processo individual e social em que ideologia e representação social estão presentes na constituição das experiências multifacetadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Benjamin (1987), a experiência seria o acúmulo dos elementos vividos durante toda a vida do indivíduo. Tais elementos referem-se aos valores culturais, às representações sociais contidas nos símbolos, nas imagens, como também às relações materiais de vida, não havendo

clivagens entre o mundo real e o irreal. Ambos mesclam-se, entrecruzam-se, formando uma simbiose, que nada mais é do que a realidade, isto é, um real que inclui o mundo irreal (simbólico, imaginário, ideológico). A abordagem nos permite compreender dois pontos essenciais: a história é processo, isto é, além das condições objetivas ou estruturais, há as ações dos indivíduos. Portanto, há uma relação estreita entre indivíduo e sociedade, de um lado, e, de outro, há que se considerar as diferentes maneiras com que cada indivíduo "trata", elabora os elementos incorporados pela sociedade.

Ao reconstruírem sua história singular, homens e mulheres fazem uma verdadeira viagem de volta a situações distantes de sua memória, retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, frutos não de mera descrição do passado, mas de sua recriação e revivificação. Dispõem de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outros que deixaram marcas em sua memória. É nesse momento que as memórias individuais entrecruzam a memória social, coletiva, e é também nesse momento que se entende melhor o significado de *memória dividida*, ou seja, aquela referente não apenas à cisão entre memória oficial e não oficial como também à pluralidade de memórias individuais. Ao se percorrer um longo caminho por intermédio das lembranças, dos depoimentos escritos, dos processos judiciais, foi possível trazer à luz as causas do medo, do silêncio de muitos a respeito da greve de 1966, ocorrida na *minúscul*a Santa Rosa de Viterbo. Trata-se de verdadeira memória subterrânea, segundo a expressão de Pollak (1989).

A história oral foi de suma importância para a reconstrução dessa realidade. Como foi dito, não há, segundo nosso conhecimento, nenhum trabalho escrito sobre o acontecimento. A análise dos processos referentes à greve, das ações trabalhistas, dos numerosos acidentes de trabalho, dos métodos empregados para o arrombamento da casa dos trabalhadores despedidos, da demolição de todas as casas das seções e também a análise dos depoimentos revelam as relações de violência vigentes no ato do trabalho e no conjunto das práticas adotadas pela Fazenda. Tais relações constituíram-se nos ingredientes do processo de produção de medo, que foi transmitido às gerações seguintes, como uma espécie de herança, em que o silêncio foi a principal marca. Silêncio também entendido, segundo Pollak, como forma de resistência e não de esquecimento. Silenciar sobre o processo de expropriação, de exploração, de violência, foi a maneira encontrada por muitos para continuar existindo como trabalhadores, fornecedores de força de trabalho barata e desqualificada, enfim, para se transformar em bóia-fria. Aqueles que reclamaram na Justiça foram banidos, sendo obrigados a residir em locais não controlados pela influência da Fazenda. A violência manifesta, como a define H. Arendt, nunca aparece de forma absoluta. Mesmo nos regimes totalitários há necessidade de uma rede de

apoio, como a polícia secreta e seus informantes. Do mesmo modo, poder e violência não se identificam, embora quase sempre apareçam juntos.

A análise da greve de 1966 revelou, sobretudo pela figura do presidente do Sindicato, que a grande fazenda utilizou-se de numerosas estratégias para a expulsão dos trabalhadores rurais, sob a égide da ditadura militar. A violência empregada foi um instrumento do poder econômico e político do conde Matarazzo. Entretanto, o uso da violência aberta sobre pobres trabalhadores rurais poderia comprometer a imagem dos governos militares, bem como a ideologia reinante. A greve, produzida nesse contexto político, foi um dos estratagemas para garantir os interesses do proprietário e o plano de modernização imposto pelo regime militar. A escolha do sindicalista, em nosso entendimento, atendia ao lema de modernizar dentro da lei e da ordem, sem o emprego da violência. Violência transformada em uma espécie de memória subterrânea, que veio à luz graças à utilização da história oral.

Pelo fato de não ter sido encontrado nenhum estudo sobre a greve, as reflexões inéditas deste artigo almejam fornecer subsídios importantes sobre os temas relativos aos processos sociais de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais no estado de São Paulo, do período histórico aqui examinando até o atual, dominado pelo agribusiness do açúcar e do álcool, assentado sobre os índices elevadíssimos de exploração de milhares de trabalhadores migrantes e locais, exploração cuja intensidade conduziu à morte por exaustão de treze trabalhadores no período 2004-2005 (Silva et al., 2006).

BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. Da violência. *Crises da República.* São Paulo: Perspectiva, 1973, p.91-156.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais.* 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Magia e técnica, arte e política*. Obras Escolhidas. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.114-9 e 197-221.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAÍRES, A. C. R. Nem tudo era doce no império do açúcar. Araraquara, 1993. 402p. Dissertação (Mestrado) – PPG/Sociologia/Unesp. GNACCARINI, J. C. A. Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo. 1972. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo.

MARTINS, J. S. *A imigração e a crise do Brasil agrário.* São Paulo: Pioneira, 1973.

______. *Conde Matarazzo* – O empresário e a empresa. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

______. *O cativeiro da terra.* São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte.* São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.329-404. (Col. Os Pensadores)

MATARAZZO 100 ANOS. São Paulo: IRFM, s./d.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944). FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.103-30.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, S. S. *Violência de gênero.* Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SILVA, M. A. M. De colona a bóia-fria. PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto/Edunesp, 1997, p.554-77.

______. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

______ et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil. As faces do trabalho no capitalismo mundializado. *Revista Nera (São Paulo)*, n.7, 2006.

STOLCKE, V. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980).* São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, P. *A voz do passado:* História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

______. *A miséria da teoria*. Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

9
CARTEIRA ASSINADA: "TRADICIONALISMO DO DESESPERO"?

Eliane Cantarino O'Dwyer

Na área rural do estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1960, os trabalhadores residentes nas grandes propriedades foram submetidos a um processo de expulsão da terra e expropriação de suas condições de trabalho e manutenção, em decorrência da introdução de lavouras mercantis, como os cítricos, e da modificação no cultivo para subsistência dos chamados *colonos* e/ou *moradores*. Nesse caso, os grandes proprietários deixaram de proporcionar áreas de cultivo a seus *moradores*, passando a expulsar de forma sistemática os que resistiam às novas imposições para a realização de serviços diários nas plantações da fazenda. Desse modo, o assalariamento da mão-de-obra agrícola pressupunha novas formas de imobilização da força de trabalho, uma vez que as relações não eram reguladas pela legislação agrária e trabalhista.

Tais transformações econômicas e sociais[1] resultaram em intensos conflitos de terra e na emergência de um movimento camponês. Pela mobilização dos posseiros e trabalhadores residentes nas grandes propriedades contra os despejos ocorreu a formação de entidades de representação, que no início de 1960 foram reconhecidas como organismos sindicais. No entanto, em 1964, o regime autoritário pôs fim ao processo de mobilização camponesa mediante resistência aos despejos e ocupação de terras, e várias áreas desapropriadas pelo Executivo como de interesse social foram, em sua maioria, devolvidas aos pretensos proprietários, com a remoção dos trabalhadores que as ocupavam e a repressão a suas lideranças. O desmantelamento das organizações camponesas foi sucedido pelo reconhecimen-

[1] Sobre tais processos, ver Neves em artigo publicado nesta coletânea.

to de uma organização sindical para o campo, pautada pelos princípios de uma cidadania regulada pela legislação sindical, trabalhista e agrária.

É nesse contexto de repressão aos movimentos sociais e da prática do autoritarismo político pelo Estado brasileiro que se desenvolvem os argumentos e as análises contidos neste artigo, com base em pesquisa de campo conjugada ao trabalho de assessoria educacional desenvolvido no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaboraí (RJ), após o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1979, que inaugura um período de maior “distensão” política e de retomada das áreas de ocupação de terra pelos trabalhadores. Nesse período de transição, que antecede a formação do “Movimento dos Sem-Terra”, o segmento dos assalariados agrícolas da produção de cítricos toma posição de recusa ao cumprimento da legislação agrária e trabalhista. A atitude foi vista pela liderança sindical como uma “falsa consciência” política. É nessa situação social que se considera o papel paradoxal representado por uma categoria de trabalhadores, o assalariado agrícola. Ela representa formas de viver a proletarização camponesa, mas igualmente de defender a reprodução de disposições sociais e práticas econômicas do trabalho familiar, características do campesinato.

A ATUAÇÃO SINDICAL

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí, município produtor de laranja da Baixada Fluminense, conduziu, nos primeiros anos da década de 1980, em defesa dos interesses dos trabalhadores que representa, uma intensa luta para exigir o cumprimento da legislação trabalhista – Estatuto da Terra e Lei nº 5.889 – que regula as condições de trabalho agrícola e as relações entre proprietários e trabalhadores. Tal orientação se fundamentava na compreensão de que, aplicada conforme as diferentes categorias de trabalhadores existentes, a legislação representaria uma melhoria das condições vigentes de trabalho e manutenção.

Muitos trabalhadores compartilhavam dessa opinião, como é o caso dos chamados *arrendatários* e *meeiros* que recorriam ao sindicato: suas aspirações podiam ser traduzidas em termos das formulações da lei. Isso já não acontecia com os assalariados agrícolas, que trabalhavam diariamente nas plantações do *patrão* em troca de remuneração. Classificados como “empregados” pela legislação, eles tinham direito a carteira de trabalho assinada, salário mínimo, repouso remunerado, décimo terceiro salário, pagamento de horas extras. Contudo, os *patrões* não assinavam as carteiras de trabalho, embora a direção sindical os pressionasse nesse sentido.

Não obstante as condições de trabalho asseguradas por lei aos assalariados agrícolas serem consideradas pela liderança sindical uma melhoria sensível da situação em que viviam, do ponto de vista dos trabalhadores a

carteira assinada não lhes traria benefícios. Qualquer argumento que lhe fosse favorável sucumbia diante da sua negativa.

Contudo, a luta em torno do cumprimento da legislação trabalhista foi, após 1964, a principal bandeira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí. Os assalariados agrícolas constituíam a maioria dos trabalhadores rurais daquela região e o sindicato não media esforços para mobilizá-los em torno da luta, realizando constantes reuniões de base e levando seus argumentos ao conjunto dos trabalhadores. É possível então avaliar a dimensão da recusa a seguir a orientação da liderança sindical.

Qual o significado da atitude dos trabalhadores assalariados? Se suas condições materiais de existência equivaliam às dos *empregados*, descritas e reguladas pela legislação, por que a representação do grupo sobre a situação concreta em que vivia não o conduzia a uma luta (pela carteira assinada), considerada própria dos assalariados agrícolas? Pelo contrário, a recusa da legislação era a contrapartida da manutenção do trabalho familiar, princípio constitutivo da condição camponesa.

Para tentar responder a essa questão, foi preciso examinar a atuação do sindicato no que diz respeito ao cumprimento da legislação, à participação das diferentes categorias de trabalhadores na luta e aos argumentos levantados pelos assalariados contra a carteira de trabalho e a favor do trabalho familiar.

A TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E MANUTENÇÃO NAS GRANDES PROPRIEDADES

Os trabalhadores residentes nas grandes propriedades costumavam receber, no passado, uma área de terra onde plantavam com suas famílias e, em contrapartida, trabalhavam dois dias por semana para os proprietários. A partir do fim dos anos 1950, os *patrões* começaram a modificar as condições de trabalho e manutenção em suas terras, deixando de proporcionar áreas de cultivo a seus *moradores* e expulsando de forma sistemática os que resistiam às novas imposições para que efetuassem serviços diários nas plantações da fazenda.

Nas condições anteriormente vigentes, em que os *patrões* davam terra para plantio, os trabalhadores se autoclassificavam distinguindo os que tinham seus *sítios* fora das grandes propriedades daqueles cujos *sítios* encontravam-se em seus limites. Contudo, com a modificação nas condições de morada e o processo de proletarização que se seguiu – perda de terra para plantio e expulsão sistemática de moradores –, a diferenciação principal entre os trabalhadores passou a ser representada pela contraposição entre o *empregado* e o trabalhador *jornal*. Ambos são classificados como

“empregados” pela legislação, porém os trabalhadores estabelecem uma distinção entre os dois: o *empregado* mora na casa que pertence ao *patrão*, sendo por isso obrigado a trabalhar exclusivamente nas terras deste, enquanto o *jornal* mora em “casa própria”,[2] trabalhando para qualquer *patrão.*

Mesmo sem terra para plantar, o *jornal* pode dispor de mão-de-obra familiar segundo sua própria determinação, ao contrário do *empregado*, submetido às ordens do *patrão*, cuja interferência estende-se até a esfera doméstica, requisitando muitas vezes os filhos menores do trabalhador para certos serviços, como encaixotar laranjas para a comercialização.

Além disso, na modalidade “trabalhar para o *patrão*” também há variação no caso do *jornal* e do *empregado*. Este é obrigado a trabalhar na *turma* sob o comando de um *encarregado* designado pelo proprietário, o que é visto pelos trabalhadores como um trabalho submetido à vontade do *patrão*, com o *encarregado* impondo-lhes o que fazer. Já o *jornal* “trabalha a pé” ou “por tarefa”,[3] dirigindo ele próprio seu trabalho, o que lhe permite levar a família para auxiliá-lo, já que os trabalhadores jamais aceitariam que suas famílias trabalhassem sob orientação de outrem. Apenas os membros masculinos com mais de catorze anos podem fazê-lo. Caso contrário, a autoridade do pai seria prejudicada. Isso é válido tanto para o *jornal* como para o *empregado.*[4]

A diferença entre os dois, de acordo com a representação dos próprios agentes sociais, é que o *jornal* conserva a autonomia do trabalho familiar, a liberdade de realizar o cálculo da utilização do trabalho dos membros da família e de traçar as estratégias de reprodução de suas condições de trabalho e manutenção da forma que melhor lhe convier. Já o *empregado* é dependente das ordens do *patrão*, tendo que levar sempre em conta, em seu cálculo de utilização do trabalho familiar, a obrigação de prestar serviços ao proprietário da terra.

A subordinação do *empregado* ao *patrão* contrasta assim com a liberdade do trabalhador *jornal.* As diferenças em termos de *sujeição* e *liberdade* são semelhantes à distinção estabelecida pelos trabalhadores entre os que têm *sítios* fora das grandes propriedades e aqueles cujos *sítios* (arrendados ou em parceria) encontram-se dentro dos limites destas. Os primeiros são considerados *livres*, enquanto os outros estão subordinados aos mandos e desmandos do *patrão.* Somente a partir da luta pelo cumprimento da legis-

---

[2] A “casa própria” do *jornal* tanto pode ser um imóvel de sua propriedade como uma casa alugada e a expressão diz respeito ao fato de ela não ser do *patrão*. Para registrar que mora fora das grandes propriedades, o *jornal* delimita o espaço onde se localiza sua casa: “moro no loteamento”.

[3] No “trabalho a pé”, a remuneração é paga pelo número de pés de laranja que o trabalhador limpa por dia. No “trabalho por tarefa”, o trabalhador ganha também pelo número de pés de laranja que limpa, mas nesse caso é estipulado, previamente, um preço pela realização da tarefa.

[4] Lygia Sigaud (1979a e 1979b) analisa a segmentação da força de trabalho da Zona da Mata de Pernambuco entre *fichados* e *clandestinos*. As questões levantadas pela autora nos textos citados encontram-se presentes no caso etnográfico apresentado neste artigo.

lação (Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), os trabalhadores com *sítio* nas grandes propriedades, *donos da benfeitoria*,[5] passaram a desfrutar da autonomia do trabalho familiar. A dependência com relação ao *patrão* continuou para os que tinham uma *chácara à meia para tratar*[6] e não eram *donos* das laranjeiras.

Com a transformação das condições de morada e proletarização dos trabalhadores agrícolas – que não conseguem obter mais um *sítio* para plantar nas grandes propriedades, trabalhando diariamente para o *patrão* –, a autonomia e a liberdade do trabalho familiar passaram a ser representadas pela figura do *jornal*, ao passo que a *sujeição* ao *patrão* é típica da condição de *empregado.*

Não obstante as diferenças de posição, o *jornal*, que não possui terra para plantar e trabalha "para um e outro", o *sitiante*, que tem a posse da terra, o *arrendatário* e o "parceiro dono das benfeitorias" têm em comum a liberdade e a autonomia do trabalho familiar, a independência de traçar suas estratégias de reprodução das condições de trabalho, manutenção e de organização do grupo doméstico. Mesmo que sua situação real de existência – falta de terra para plantar como no caso do *jornal* – dê os limites dessa liberdade, ela não é pensada pelos trabalhadores em termos de uma entidade metafísica, ou em relação às teias de subordinação verificadas por um pesquisador: a *liberdade* é representada pelos trabalhadores de forma muito concreta, em razão de suas condições reais de existência e do lugar que ocupam em contraposição às posições ocupadas pelos companheiros, que, como eles, são trabalhadores da terra.[7]

Nesse sentido, se, para os trabalhadores, a imagem perfeita do camponês *livre* é apresentada pelos que têm a posse da terra, a autonomia do trabalho familiar também é desfrutada pelos "donos das benfeitorias" e pelos trabalhadores sem-terra quando *libertos do patrão*.

A LUTA PELO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO

Com a transformação das condições de trabalho e manutenção nas grandes propriedades, os trabalhadores com *sítio*, quando ameaçados de expul-

[5] O Estatuto da Terra garante aos trabalhadores que plantaram bens de raiz em seus *sítios* localizados nas grandes propriedades a condição de donos das benfeitorias feitas.

[6] Diz-se que o trabalhador possui uma "chácara à meia para tratar" quando já recebeu as laranjeiras plantadas pelo *patrão* e, em troca dos serviços de capina e poda da chácara, realizados com o auxílio da família, recebe a metade de sua produção.

[7] Na Zona da Mata (PE), os trabalhadores expulsos dos engenhos "valorizam a liberdade de poder decidir a respeito do seu trabalho. Neste sentido, sua concepção de 'liberdade' está associada à libertação de um sistema de *sujeição* e *obrigação* através da casa" (SIGAUD, 1979b, p.209).

são, recorriam ao sindicato, que encaminhava suas *questões* por intermédio da Justiça. À medida que conseguiam permanecer nas propriedades como *donos de benfeitorias*, outros trabalhadores na mesma situação mobilizavam-se para resistir às novas exigências impostas pelos *patrões*. Dessa forma, os grandes proprietários foram obrigados a aceitar em seus domínios trabalhadores que não cumpriam suas ordens, limitando-se ao que rezava a legislação. Os trabalhadores passaram a utilizar-se das denominações de origem jurídica (arrendatários e parceiros) como novas identidades sociais, para invocar os princípios reguladores de sua relação com o proprietário da terra.

Contudo, os trabalhadores que tinham uma "chácara à meia para tratar" e não eram *donos* das laranjeiras e aqueles que recebiam só a casa para morar, trabalhando diariamente nas plantações da propriedade, viam-se constrangidos a obedecer aos mandos e desmandos do *patrão*, com medo de serem expulsos de suas terras. A autoridade do *patrão* sobre os trabalhadores, que obedecem a seu arbítrio, fundava-se no poder do proprietário de conceder ou não casa para morar e "chácara à meia para tratar". Sem essas condições, o trabalhador encontrava-se impossibilitado de se reproduzir social e fisicamente, por lhe faltarem os meios indispensáveis.

A compra de um lote e a construção de uma casa, ou seu aluguel, são despesas acima das posses dos trabalhadores residentes nas grandes propriedades. Só quando são expulsos das terras do *patrão* e, pelo sindicato, obtêm na justiça uma indenização pela colheita pendente (*meeiro*) ou pelo "tempo de casa" (*empregado*), conseguem fazer face a esses gastos, tornando-se *livres* dos mandos do *patrão.*

Os *jornais*, em sua maioria, são trabalhadores expulsos que ganharam uma indenização ou filhos de pequenos proprietários ou de trabalhadores *donos* de seus *sítios* nas grandes propriedades (*arrendatários* e *parceiros*), que receberam dos pais uma casa para morar no loteamento (nota 4) na ocasião em que constituíram novas famílias. Fornecer as condições de trabalho e manutenção aos filhos é considerado uma obrigação do pai como chefe de família. Só os trabalhadores *sujeitos* ao *patrão* não são livres para traçar as estratégias de reprodução de seu grupo familiar, mas dependentes também para isso do grande proprietário de terras.

Morando fora das grandes propriedades, o *jornal* trabalha para qualquer *patrão*, grande ou pequeno, em condições tais que consegue manter a autonomia do trabalho familiar. Por isso, no caso estudado, os trabalhadores que tinham essas condições viam a carteira assinada como uma perda de sua liberdade e *sujeição* a um único *patrão.* A liderança sindical concordava com a visão dos trabalhadores *jornais* e não procurava mobilizá-los para a assinatura da carteira de trabalho.

Apesar de não se enquadrar na luta em torno do cumprimento da legislação, o trabalhador *jornal* costumava freqüentar o sindicato, seguindo os

passos dos pais. Quando se tratava de trabalhador expulso da terra do *patrão* que recebeu indenização, ele continuava a participar do sindicato, que lhe possibilitava, pelo encaminhamento da *questão*, conquistar a nova condição de trabalho e manutenção. Já os "meeiros não donos" das laranjeiras e os *empregados* das grandes propriedades, por sua vez, dificilmente participavam do sindicato, com medo do *patrão*, que considerava a organização uma ameaça a seu poder, fazendo-lhes toda a sorte de restrições.

Mesmo assim os líderes sindicais costumavam encontrar-se com os trabalhadores nas reuniões de base que promoviam, tomando algumas medidas acautelatórias para evitar que o *patrão* controlasse a participação dos seus trabalhadores. Apesar de insatisfeitos com as exigências do patrão, os meeiros que tinham recebido as laranjeiras já plantadas e, por isso, não eram considerados donos de benfeitorias, no caso as árvores frutíferas, não conseguiam orientar suas relações de trabalho apenas pelas normas previstas na legislação (que os desobrigava de prestar serviços ao proprietário), pois nelas não encontravam amparo suficiente para impedir que o *patrão* viesse a expulsá-los de suas terras. Além disso, como o encaminhamento das *questões* na Justiça era individual, os trabalhadores não se sentiam fortalecidos para pressionar conjuntamente o *patrão*. A possibilidade de essa pressão não ser feita pela Justiça nem sequer era levada em conta pela liderança sindical e pelos trabalhadores que participavam das lutas do sindicato.[8]

Já no caso dos empregados, o sindicato dispunha de mecanismos coletivos de encaminhamento das questões. Por considerar que os trabalhadores não exigiam a carteira assinada em vista da ameaça de expulsão, a liderança sindical resolveu realizar o Dissídio Coletivo para toda a categoria.

O primeiro Dissídio Coletivo foi feito em 1976 e, segundo observações dos próprios dirigentes sindicais, desde então foi "conduzido de cima para baixo", tendo sido diminuta a participação dos trabalhadores na formulação de novas cláusulas para o Dissídio de 1980.

A baixa participação dos trabalhadores na execução do Dissídio Coletivo mostrou-se relacionada à resistência entre os assalariados quanto a regularizar a situação conforme a legislação. Os *empregados* consideravam a assinatura da carteira de trabalho a legalização de sua condição de *sujeito* ao *patrão*. Acontece que o propósito dos trabalhadores era reconstituir as condições de morada do passado, que idealizavam como o tempo da liberdade, em que eles próprios ou seus pais, com suas famílias, plantavam nas terras da propriedade. A assinatura da carteira significaria para eles abdicar do passado e aceitar a escravidão do presente.

---

[8] Segundo Moacir Palmeira, "... no Brasil dos 70 controlam os sindicatos rurais os 'trabalhadores da comunidade', os 'trabalhadores com questão', os 'trabalhadores cujas questões passam pelos sindicatos'" (PALMEIRA, 1977, p.6; grifos nossos).

Estariam os trabalhadores pautando sua prática pelo "tradicionalismo do desespero",[9] ao defender as condições de trabalho do passado, quando, na realidade, já se encontravam submetidos a novas relações com o *patrão*?

A resposta a essa questão seria positiva segundo a lógica da luta pelo cumprimento da legislação. A solução do problema residiria na tomada de "consciência", pelos empregados, de sua condição de trabalhador assalariado. Contudo, os *empregados* continuavam a se pensar como camponeses, sem se reconhecer como proletários agrícolas. A defesa das condições de trabalho e manutenção tradicionais tornava-se mais explícita no caso dos *empregados*, justamente porque estavam estavam sendo atingidos de maneira mais direta pelo processo de expropriação, como a transformação da morada.

A atitude poderia ser considerada um "tradicionalismo do desespero" ainda do ponto de vista daqueles que consideravam impossível reconstituir a situação anterior e viam a proletarização dos trabalhadores como um processo irreversível. De acordo com tal perspectiva, a decomposição do campesinato e a proletarização no campo são uma "tendência" histórica que fatalmente se concretizará com o desenvolvimento do capitalismo. À semelhança do que ocorreu na indústria, duas classes antagônicas se constituirão: o proletário rural de um lado e de outro o empresário capitalista. O processo é freqüentemente considerado um "avanço" em relação à situação anterior, e, segundo essa visão, com o surgimento do proletário rural, a classe operária poderá contar com um aliado verdadeiro para suas lutas.

OS ARGUMENTOS DOS PROLETÁRIOS AGRÍCOLAS CONTRA A CARTEIRA DE TRABALHO

Enquanto a carteira assinada era considerada, pela liderança sindical, uma conquista, de acordo com a visão dos trabalhadores assalariados, significava a perda definitiva da condição camponesa.

Apesar de *sujeitos* ao *patrão*, os *empregados* conseguiam manter certas condições de trabalho familiar. Com a ajuda das mulheres, filhas e filhos (as crianças com mais de sete anos já auxiliavam nas tarefas agrícolas), eles trabalhavam *a pé* nas chácaras do *patrão*. A remuneração que recebiam era contabilizada pelo número de laranjeiras que capinavam; desse modo, o trabalhador era quem dirigia as tarefas realizadas pela família, não havendo controle do *patrão* sobre seu serviço. O chefe de família ou um dos filhos homens adultos (com mais de catorze anos) também trabalhava na *turma*, sob a fiscalização do *encarregado*. Porém não era obrigado a fazê-lo diariamente, já que recebia pelo número de dias da semana em que havia trabalho.

[9] Ao analisar os efeitos do reagrupamento de populações camponesas na Argélia, Bourdieu & Sayad (1964) chamam atenção sobre o "tradicionalismo do desespero" do camponês argelino, uma vez que não há indício de que a situação nova signifique uma provação apenas temporária.

Os *empregados* consideravam mais vantajoso trabalhar *a pé*, porque, segundo diziam, conseguiam ganhar mais do que o salário mínimo, e se valiam do argumento quando a liderança sindical questionava o fato de não lutarem pela carteira de trabalho. Entretanto, não é apenas o montante do salário que está em jogo nesse caso. Trabalhando *a pé*, eles podiam prever a remuneração que receberiam em razão do número de membros trabalhadores da família. A extensão da chácara por eles capinada apresentava-se proporcional ao tamanho de sua unidade doméstica. O cálculo é muito semelhante ao realizado pelos trabalhadores das grandes propriedades que, no passado, recebiam áreas de cultivo proporcionais ao tamanho de suas famílias, de acordo com o momento do ciclo de vida dos grupos domésticos. A relação entre o número de membros da unidade familiar e o tamanho da área cultivada constitui-se em princípio básico da "economia camponesa".

Em certos casos, os *patrões* ofereciam aos *empregados* chácaras onde as condições de trabalho eram mais difíceis – mato alto –, sem aumentar a remuneração paga pelo pé de laranja capinado. Não conseguindo realizar o cálculo da área trabalhada em relação ao tamanho da família, e ganhando menos, os trabalhadores consideravam a possibilidade de assinatura da carteira de trabalho, que lhes garantiria pelo menos o salário-base. Mas o *patrão* só aceitava a hipótese de assinar a carteira de trabalho dos *empregados* caso viesse a controlar seus horários de trabalho. E era exatamente em torno desse ponto que os empregados se opunham à assinatura da carteira. Em reunião realizada com a diretoria do sindicato, dezessete empregados presentes que reivindicavam a carteira de trabalho acabaram por recusá-la, quando o *patrão* impôs como condição o controle do horário de trabalho.

A questão do controle do horário de trabalho tem outras implicações, e pressupõe a intervenção do *patrão* na organização e na direção do processo de trabalho. A intervenção já ocorria no caso do trabalho na *turma*, em que, todavia, só o chefe de família ou um dos filhos trabalhava coletivamente sob as ordens do *patrão*. Os demais membros da família trabalhavam *a pé*, modalidade que permitia ao próprio trabalhador dirigir as tarefas realizadas.

A preocupação demonstrada pelos trabalhadores era a de que o *patrão*, assinando a carteira, viesse a abolir o "trabalho a pé", organizando-o em *turmas*, o que impediria que as mulheres da família do *empregado* e os filhos menores o auxiliassem nas tarefas agrícolas. Para os trabalhadores, permitir que as mulheres e filhos menores trabalhassem sob a direção de outro homem era o mesmo que deixá-los "cair na vida".

Do ponto de vista do *patrão*, a reunião dos *empregados* em uma *turma* era a modalidade de trabalho mais valorizada. Tanto é assim que os proprietários exigiam a participação do *empregado* ou de um dos filhos adultos, no trabalho, em troca da morada em suas terras.

Os trabalhadores reinterpretavam a imposição do *patrão*. O trabalho da *turma* era visto por eles de forma depreciativa, em contraposição ao trabalho realizado com ajuda dos demais membros da família. Nos anos 1950 e 60, os trabalhadores contrastavam o trabalho na *turma* para o *patrão* com o trabalho no sítio com a família. No momento da pesquisa, o trabalho na *turma* era contraposto ao "trabalho a pé", efetuado pela unidade doméstica. Caso o *patrão* assinasse a carteira do chefe de família, passaria a exigir seu trabalho diário na *turma*. Em vista de o trabalho ser julgado de modo depreciativo, a assinatura da carteira representaria para ele uma degradação. Ainda mais quando tinha filhos em idade de trabalhar, pois, nessa circunstância, o filho deveria substituí-lo no serviço da *turma.*

Por outro lado, se o *patrão* assinasse a carteira do filho do trabalhador, isso poderia ensejar uma crise de autoridade no seio da família. A relação entre o *patrão* e o filho de trabalhador era sempre mediada pelo "chefe de família". Nesse caso, era o pai quem cedia o filho para prestar serviços ao proprietário. Portanto, se, no processo de trabalho, o rapaz estava diretamente vinculado à direção do *patrão*, no que diz respeito às suas decisões ele dependia do pai. A carteira de trabalho poria fim à mediação do pai. A relação entre o filho do trabalhador e o patrão seria regulada pela carteira, o que afetaria a autoridade do pai como "chefe de família".

Dessa forma, a assinatura da carteira de trabalho poderia levar a uma reinterpretação dos papéis no seio da família. Sucede que a preservação de determinados princípios de organização do grupo doméstico era fundamental para o trabalhador continuar a se pensar como camponês. De acordo com esses princípios, a reprodução física e social dos membros da unidade familiar era assegurada pelo pai, pelo trabalho na lavoura. Mesmo que o pai não estivesse trabalhando efetivamente, se ele dirigisse o trabalho da família, determinando tarefas aos filhos, estes consideravam que ele *trabalhava* já que era quem *administrava*. Só quando deixava de *administrar* o pai era substituído na chefia do grupo doméstico por um dos filhos.

Sem carteira assinada, os empregados mantinham as condições de trabalho familiar, uma vez que suas unidades domésticas participavam das tarefas agrícolas. O fato de não plantarem para si, prestando serviços ao *patrão*, era visto como uma situação temporária (mesmo que viesse a persistir por toda a vida), enquanto não conseguiam terra para cultivo. Em contraposição, a carteira assinada representava para eles a renúncia da condição camponesa.

TRADICIONALISMO DO DESESPERO?

Apesar da transformação das condições de trabalho e manutenção nas grandes propriedades e da conseqüente proletarização, os trabalhadores

recusavam a carteira de trabalho, em nome da aspiração de obter terra para plantio. A relação do *empregado* com a terra seria imaginária?

A resposta a essa questão é afirmativa no caso de se considerar que os *empregados* negavam a assinatura da carteira, porque concebiam suas condições materiais de existência segundo o modelo da autonomia camponesa. Mas, com o tempo, a defasagem entre representação e realidade tenderia a ser superada, à medida que as novas condições viessem a se apresentar para eles como definitivas. A adequação entre a concepção de mundo e a realidade vivida, levaria o *empregado* a lutar pela carteira de trabalho. Nesse sentido, a visão da liderança sindical sobre a necessidade da luta e sua implementação seria justa, vanguardista e educadora, ao prenunciar as lutas que engajariam toda a categoria dos assalariados agrícolas.

Ocorre que a relação que os *empregados* mantinham com a terra no nível da representação era dotada de uma existência real, já que recusavam a carteira de trabalho, vista como renúncia à condição camponesa. Dessa forma, os *empregados* inscreviam suas idéias na prática de luta por melhores condições de trabalho e manutenção. A ideologia presente na negativa dos *empregados* à carteira de trabalho era a mesma que, nos anos 1960, mobilizava os trabalhadores para "libertarem" as terras das grandes propriedades do controle do *patrão*.

No início dos anos 1960, Itaboraí e outros municípios fluminenses conheceram a luta pela posse da terra, com a ocupação de várias propriedades pelos camponeses. Nas margens do rio Macacu, pertencente ao município de Itaboraí, os trabalhadores da Fazenda Vargem Grande insurgiram-se contra as exigências do *patrão* relativas à divisão das lavouras por eles plantadas, deixando de respeitar a figura do proprietário. A luta tinha como objetivo a "libertação" das terras da propriedade do patrão. Vários trabalhadores "de fora" entraram na propriedade por intermédio dos líderes do movimento, que distribuíam áreas de terra para plantio. Também as terras incultas das propriedades vizinhas eram ocupadas pelos contingentes de trabalhadores que se incorporavam na luta. Os trabalhadores consideravam as áreas incultas das grandes propriedades *terras paradas* e *presas* nas mãos de um *patrão*.

A "luta por terra livre" constituiu a bandeira principal do movimento camponês do início dos anos 1960. Na ocupação das terras de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, os camponeses hastearam na porteira da fazenda uma faixa com os dizeres: "Luta por terra livre". Em Itaboraí, ela foi liderada pelos lavradores de Vargem Grande, que fundaram seu sindicato nesse período. A diretoria do sindicato de Itaboraí era composta no contexto por trabalhadores que participaram da luta e, no processo, permaneceram na direção do movimento sindical. Dessa forma, a história da luta de classes entre trabalhadores e grandes proprietários, caracterizada no passado pelas ocupações de terras, transformou-se na luta

pelo cumprimento da legislação agrária e trabalhista, após a modificação da conjuntura política no início dos anos 1960.

Vimos que a luta pela aplicação do Estatuto da Terra, no caso dos trabalhadores com *sítios* nas grandes propriedades, resultou muitas vezes na "libertação" dos mandos e desmandos do *patrão.* Mas a "sujeição" ao *patrão* permaneceu para os "trabalhadores não-donos" das laranjeiras e para aqueles que trabalhavam diariamente nas *chácaras* do *patrão* em troca de remuneração. Enquanto os primeiros consideravam que se libertariam se viessem a conseguir do *patrão* o cumprimento da legislação, os *empregados* viam a carteira assinada antes como a legalização da sujeição e, por isso, a recusavam. Apesar da modificação na forma de luta travada no início dos anos 1960, a ideologia da liberdade e da autonomia do trabalho continuava a mobilizá-los cerca de vinte anos depois.

Não poderíamos deixar de mencionar um fato que bem demonstra a "presença" da ideologia camponesa que resultou nas lutas de ocupação de terras, na representação dos assalariados agrícolas. Na época do trabalho de campo (1980-82), a liderança sindical vinha realizando um trabalho sistemático com os *empregados* de determinada propriedade, para convencê-los das vantagens da carteira de trabalho. Durante uma das visitas realizadas à área por um dos diretores do sindicato, os trabalhadores cogitaram a possibilidade de virem a plantar nas terras *paradas* situadas nas vizinhanças, que diziam pertencer a um proprietário absenteísta. Apresentavam claramente a possibilidade como alternativa à proposta do sindicato de apoiá-los na luta pela assinatura da carteira.

Decerto, isso não significava que a luta de ocupação de terras dos anos 1960 fosse se repetir duas décadas depois, ou que essa seria a única forma de luta que poderia mobilizar os assalariados agrícolas. O que chama atenção é a capacidade de reprodução da ideologia camponesa diante das vicissitudes históricas. Nesse sentido, a representação dos *empregados* sobre suas condições materiais de existência não era simples alusão à realidade em que viviam. Se assim fosse os *empregados*, como assalariados agrícolas que eram, enquadrar-se-iam na luta pela carteira assinada considerada própria de sua categoria.

Apesar da diferenciação social entre os trabalhadores rurais, eles têm em comum a concepção de liberdade do trabalho familiar e da autonomia camponesa, vivida em sua plenitude quando se tem a posse da terra. A trajetória social por todos almejada era a conquista da "terra livre", onde pudessem plantar com as famílias. A esperança era acalentada pela bandeira de luta da Reforma Agrária, desfraldada pelo movimento de ocupação de terras ocorrido no início da década de 1960 no estado do Rio de Janeiro, e novamente alçada no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979.

A luta de ocupação de terras que marca profundamente o passado agrário do estado do Rio de Janeiro contou com grande participação de assalariados agrícolas e de trabalhadores que haviam mudado para a cidade e voltaram para se incorporar ao movimento de ocupação, com o fim de obter sua área de cultivo familiar. A conquista da Reforma Agrária é uma palavra de ordem que ainda hoje tem grande ressonância nas diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Não estamos, com essas observações, negando a diferenciação social dos trabalhadores rurais em nome de uma ideologia camponesa homogeneizadora. Além disso, a recusa da carteira de trabalho não é, por si só, indicativa de que os empregados apenas se mobilizarão por uma luta pela obtenção de terras. O que a situação específica nos permite pensar é que, na luta pelo cumprimento da legislação, o movimento sindical terminava por conceber a diferenciação social entre os trabalhadores como uma estratificação de ocupações definidas por lei (Santos, 1979).

A luta pelos *direitos* dos trabalhadores rurais limitava-se aos direitos garantidos pela legislação, pelo lugar que ocupavam os trabalhadores no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. As reivindicações tornavam-se assim tão específicas para cada tipo de trabalhador, que isso dava lugar a proposições de se formarem sindicatos rurais por categorias, surgidas oficialmente no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Nesse caso, defendia-se a criação de um sindicato específico para os assalariados agrícolas, o que alteraria a organização atual dos trabalhadores rurais em um sindicato único, que reúne pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assalariados.

Outra conseqüência da luta pelo cumprimento *stricto sensu* da legislação era a concepção da liderança sindical sobre seu trabalho, que entendia como de orientação. Os problemas dos trabalhadores rurais nas relações com os *patrões* eram conduzidos conforme a legislação. Por sua vez, para os trabalhadores, os dirigentes eram aqueles que detinham o saber sobre a legislação trabalhista. Por isso, nas reuniões de base, os trabalhadores faziam perguntas sobre seus *direitos*, com o fim de saber dos dirigentes até onde poderiam resistir às exigências do patrão e melhorar suas condições de vida. As respostas tanto podiam vir ao encontro das aspirações dos trabalhadores, como negá-las. Nesse sentido, só se procurava organizar os trabalhadores para determinada luta contra o *patrão,* caso ela pudesse ter encaminhamento jurídico.

O fato de a luta de classes estar sendo mediatizada pelos conflitos na Justiça – como observou Lygia Sigaud no artigo citado – remete-nos à conjuntura política pós-64, que dificultou e até mesmo impediu os movimentos de mobilização de massa.

Sem poder contar com o apoio de outras forças sociais, os trabalhadores só conseguiram se contrapor ao poder do *patrão* mediante ações judiciais, mesmo assim tendo que enfrentar, muitas vezes, a morosidade da

Justiça e o conservadorismo de certos juízes. O tempo sempre correu contra o trabalhador, que tinha muita dificuldade de se manter com a safra de laranja embargada, ou sem conseguir trabalho nas vizinhanças por causa da luta com o *patrão*.

Diante de tais problemas, os trabalhadores dependiam da inteligência e do brilhantismo de seus advogados, transformados tantas vezes em heróis ou culpados pela derrota. A própria "força" do sindicato tendia a ser avaliada pelos trabalhadores em virtude das questões que conseguiam ganhar na Justiça.

Um sindicato atuante nesse sentido, como o de Itaboraí, consegue aumentar muito o número de seus associados e garantir boa representatividade entre os trabalhadores. Mas era justamente nos casos em que as aspirações de toda uma categoria de trabalhadores – o assalariado agrícola – não eram expressas pela legislação, ou, pior ainda, quando as próprias leis, segundo a visão dos trabalhadores, se opunham a suas aspirações, que o trabalho da liderança sindical voltado ao cumprimento da legislação tornava-se difícil.

Convencidos da justeza da posição de lutar pelo cumprimento da legislação, afinal tantas vezes comprovada, os dirigentes acabaram concluindo que a recusa dos assalariados agrícolas era uma "falsa consciência" destes sobre sua condição. Dessa forma, eles interpretavam seu trabalho como de orientação e educação, passando a atuar para demonstrar aos *empregados* a importância da luta pela carteira de trabalho, ao mesmo tempo que pressionavam os *patrões* levados à justiça pelo Dissídio Coletivo.

A direção que os líderes imprimiram ao movimento sindical é reveladora de uma concepção do trabalho de mobilização política como resultado de um "plano preconcebido" e de diretrizes previamente traçadas. Porém, a resistência dos trabalhadores à carteira assinada abalou essas convicções. Os argumentos dos assalariados agrícolas contra a carteira de trabalho, em nome de uma autonomia camponesa, fizeram deles "herdeiros legítimos", como se o "morto se apoderasse do vivo" (Bourdieu, 1989, p.75), por uma história incorporada de luta pela terra no estado do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
______ & SAYAD, A. *Le Déracinement*. Paris: Minuit, 1964.
PALMEIRA, M. *Diferenciação social e participação política do campesinato:* Primeiras questões (mimeo.), 1977.
SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979a.
______. *O sindicato e a estratégia do capital*. Ensaios de opinião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b, v.II.

10
Dissolução e reconstituição camponesas: o caso da Fazenda Reunidas

Maria Stela Lemos Borges

Este trabalho objetiva resgatar a constituição da Fazenda Reunidas, latifúndio desapropriado pelo governo José Sarney, quando da implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária na região noroeste do estado de São Paulo. Palco de lutas entre os, até então, donos da terra e os sem-terra, que nela querem entrar, a Reunidas transforma-se, após a imissão de posse conferida pela Justiça Federal, em um grande assentamento para 650 famílias.

Escrever essa história implica, necessariamente, resgatar a história de Dinízia, vila próspera que aí existia e desaparece à medida que se consolida a implantação do latifúndio. Buscamos fazê-lo não apenas ordenando dados segundo documentos, mas, sobretudo, tornando a história viva pela memória daqueles que conheceram a vila, nela viveram, dela ouviram falar ou, apenas, por ela passaram.

Ao trabalhar história e memória, pretendemos articular história objetivada e história incorporada, ou seja, a história material com a história das representações, inscritas no *habitus* e no *hábitat* de seus protagonistas, conforme propõe Bourdieu (1980, p.67), possibilitando-lhes reviver uma parte de sua própria história, resgatar elementos de sua própria identidade.[1] Inspiro-me também em Ecléa Bosi (1983), nas *Lembranças de velhos*, abrindo àqueles um espaço para que suas lembranças possam ser por outros conhecidas e partilhadas.

[1] São protagonistas especiais desta história as 44 famílias que, acampando à beira da estrada, após a desapropriação da área, desencadearam o processo de luta pelas terras da Reunidas. Junto a elas, outros que chegaram depois e aqueles que por ali haviam passado ou vivido, muito antes, quando Dinízia ainda existia.

A EXPROPRIAÇÃO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS

Com sede no município de Promissão, o imóvel Fazenda Reunidas, denominado Fazendas Reunidas/Santa Bárbara/ou Patos, é formado por três áreas, descritas no *Auto de Imissão de Posse*, área I, medindo 1.071,70 hectares, Área II, medindo 245,00 hectares, e Área III, medindo 16.711,40 hectares, perfazendo um total de 18.028,10 hectares.

Analisando as certidões negativas fornecidas pelo Cartório de Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Lins, constata-se que elas se formaram da soma de inúmeras propriedades, adquiridas a partir da metade da década de 1930.

São de 1937 as três primeiras escrituras registradas no Cartório de Lins, onde se encontram 77 escrituras, lavradas em cartórios de Lins, Penápolis, Promissão e da desaparecida vila Dinízia, antigo distrito de Promissão. Destas, apenas 25 se referem à área desapropriada, perfazendo um total de 991 alqueires, ou seja, 2.204,62 hectares. As outras se encontram nos Cartórios de Registro de Imóveis de Penápolis e Promissão — neste as mais recentes, uma vez que o Registro de Imóveis é aí criado em época posterior ao daqueles municípios.

Decidimos nos ater às escrituras registradas no Cartório de Lins, por considerá-las suficientes para fundamentar a análise a que ora procedemos. Elas perfazem mais de 10% do universo desapropriado e, ademais, as escrituras que não se referem a esse universo específico revelam e reforçam o método utilizado na aquisição de terras contíguas, que fazem parte do conjunto de propriedades pertencentes ao mesmo dono.

A análise se impôs pela necessidade de contextualizar a fala dos trabalhadores que, ainda no acampamento, nos primeiros contatos, já diziam que a história daquelas terras era uma história de muita violência — terra comprada à força de boi solto nas roças e ameaça de capangas aos sitiantes.

Segundo depoimentos dos entrevistados, depois da desapropriação apareceram várias escrituras de pequenos sítios, cujos proprietários não tiveram coragem de reclamá-los na época, por medo diante de ameaças, e agora tentavam reavê-los. Tendo nós ido verificar a informação, nos falaram de certo japonês, residente na região de Andradina, que não conseguimos localizar. Outros estariam em São Paulo e outros ainda no Norte do Paraná. Foi esse, aliás, o destino da maioria dos japoneses que deixaram aqueles sítios.

A história da aquisição de parte das terras foi confirmada por Orion de Oliveira Mattosinho e Sebastião de Andrade Carvalho, fazendeiros da região àquela época.

> Muitas vezes ele colocava mais gado do que a capacidade dos pastos. Então o gado, pantaneiro, bravo, forçava e arrebentava a cerca... e ele deixava... era muito

> boi pra pouco pasto... quando acabava o pasto, ele arrendava a terra para o povo plantar, com a condição de no final da colheita plantar o capim... (Sebastião Carvalho)

Tais fatos vinham ao encontro da tese inicial, que postulava a existência de um novo processo de acumulação na região, do qual a formação da Fazenda Reunidas constituiu o exemplo mais cruento, com a utilização de métodos em sua totalidade semelhantes aos já descritos por Marx. Não mais *como algo relativo à pré-história do capitalismo, mas como elemento constitutivo da sua história na região*, como observa Maria Aparecida de Moraes Silva, em anotações sobre a questão.

A análise das escrituras disponíveis confirmaria, de forma implícita, não só aquelas afirmações como outras colhidas posteriormente, quer entre os componentes das 44 famílias, quer entre outras famílias em processo de assentamento, ou ainda entre moradores antigos da região, alguns sitiantes, outros moradores em Promissão.

As três primeiras escrituras, datadas de 1937, foram lavradas em três cartórios diferentes e revelam já haver uma área razoável em nome do comprador, uma vez que todas as novas áreas adquiridas confrontam com propriedades suas. A primeira, referente à compra de 29 alqueires de terra (70,18 ha), com escritura lavrada no Cartório de Paz de Penápolis, em 24 de março; a segunda, referente à compra de 2 alqueires (4,84 ha), com escritura lavrada no Cartório de Paz de Promissão, em 23 de abril; a terceira, referente à compra de 76,5 alqueires de terra (185,13 ha), com escritura lavrada no Cartório de Paz de Dinízia, Distrito de Promissão, em 1° de dezembro. As três áreas foram desapropriadas.

Em 1938, foram registradas mais cinco escrituras, todas elas lavradas no Cartório de Paz de Promissão. Destas, três integram a área desapropriada e se referem a lotes de 30 alqueires (72,60 ha), 6 alqueires (14,52 ha) e 25 alqueires (60,50 ha). As outras áreas se referem a lotes de 10 alqueires (24,20 ha) e 45 alqueires (100,90 ha).

Em 1939, encontram-se os registros de três escrituras, todas elas referentes a lotes integrantes da área desapropriada, medindo respectivamente 107 alqueires (258,94 ha), 10 alqueires (24,20 ha) e 86 alqueires (208,12 ha).

Em 1940 há apenas dois registros, dos quais a primeira escritura se refere a um lote de 291 alqueires (704,22 ha), integrados à área desapropriada, e a segunda, lavrada no Cartório de Paz e Tabelionato de Dinízia, refere-se a um lote de 20 alqueires (48,40 ha), não integrados a essa área.

O maior número de registros constata-se em 1941, vinte, todos eles referentes a escrituras de pequenas propriedades e, exceto uma, todas elas pertencentes a japoneses e lavradas no Tabelionato de Paz de Promissão. Destas, apenas oito se referem a lotes integrados à área desapropriada e compreendem: lotes de 5 alqueires (12,10 ha), e um lote de 14 alqueires (24,20

ha), um lote de 12 alqueires (29,04 ha) dois lotes de 13 alqueires (31,46 ha), um lote de 15 alqueires (36,30 ha), um lote de 20 alqueires (48,40 ha) e um lote de 25 alqueires (60,50 ha). Constitui exceção no grupo um latifúndio de 600 alqueires (1452,00 ha), adquirido de um alemão.

Em 1942 são registradas mais quatro escrituras, todas referentes a pequenas propriedades, entre elas, três são de japoneses, todas lavradas no Tabelionato de Paz de Promissão. Duas delas se referem a propriedades integradas à área desapropriada, compreendendo um lote de 10 alqueires (24,20 ha) e um lote de 19 alqueires (45,98 ha). As outras duas compreendem um lote de 9.300 metros quadrados e um lote de 10 alqueires (24,20 ha).

Em 1943 mais quatro escrituras são registradas. Apenas uma pertencente a japoneses, com 7 alqueires (16,94 ha), escritura lavrada no Primeiro Tabelião de Paz de Lins, propriedade não integrada à área desapropriada. A segunda, referente a uma grande propriedade, com 475 alqueires (1.149,50 ha), com escritura lavrada no Tabelionato de Paz de Promissão, não integrada à área desapropriada. As outras duas escrituras lavradas no Tabelionato de Paz de Promissão referem-se a áreas integradas à área desapropriada, que medem, respectivamente, 51 alqueires (123,24 ha) e 53 alqueires (128,26 ha). São, portanto, propriedades médias.

Em 1944 são apenas três as escrituras registradas. Destas, a primeira adquirida de um fazendeiro de Promissão, refere-se a propriedade média de 48 alqueires (116,16 ha), área esta integrada à área desapropriada. As outras duas, pertencentes a japoneses, são pequenas propriedades, não integradas à área desapropriada, medindo 17 alqueires (42,35 ha) e 22,5 alqueires (54,45 ha), respectivamente. As três escrituras foram lavradas no Cartório de Paz de Promissão.

Em 1951 apenas uma escritura, referente a uma propriedade média, pertencente a um japonês, é registrada. A área, não integrada à área desapropriada, é de 150 alqueires (363,00 ha), destacada de uma fazenda maior, tendo a escritura sido lavrada no 11° Tabelião de São Paulo.

Em 1955 mais quatro escrituras, três delas referentes a pequenas propriedades e a outra a uma propriedade média, nenhuma delas integradas, à área desapropriada. A primeira refere-se a um lote de 10 alqueires (24,20 ha), adquirido de um japonês. As seguintes referem-se a lotes que medem 7,5 alqueires (18,15 ha), e a quarta a um lote médio de 101 alqueires (244,42 ha). As três primeiras foram lavradas no 1° Tabelionato de Lins e a última no 2° Tabelionato de Promissão.

Em 1957 são registradas três escrituras, duas das quais referentes a propriedades médias, medindo 62,5 alqueires (151,25 ha) e 50 alqueires (121,00 ha), esta pertencente a um japonês. A terceira, lavrada no Cartório do 2° Ofício de Promissão, pertencente a um japonês, refere-se a um lote de 15 alqueires (36,30 ha), estando circundada de três lados pelo comprador. As duas primeiras escrituras foram lavradas no 2° Ofício de Lins e no 1° Tabe-

lião de Promissão, respectivamente, e nenhuma das três áreas foi incorporada à área desapropriada.

Das três escrituras registradas em 1958, nenhuma foi integrada à área desapropriada. Apenas uma, lavrada no 2º Tabelionato de Promissão, se refere a duas pequenas propriedades adquiridas de um japonês, medindo 15 alqueires (36,30 ha) e 6,5 alqueires (15,73 ha). A segunda escritura, lavrada no 2º Ofício de Promissão, refere-se a um lote de 76 alqueires (183,92 ha). A terceira escritura, também lavrada no 1º Tabelionato de Lins, refere-se a um latifúndio que integra duas propriedades do mesmo vendedor. Uma possui 257 alqueires (621,94 ha) e a outra 25 alqueires (60,50 ha), adquiridas de um fazendeiro de Lins.

Em 1959 seis escrituras são registradas. Cinco delas referentes a pequenas propriedades, e nenhuma integrando a área desapropriada. Lavradas no 1º Tabelião de Paz de Promissão, compreendem as seguintes áreas: 15 alqueires (36,30 ha), 6 alqueires (14,52 ha), 4 alqueires (9,68 ha), 10 alqueires (24,20 ha), adquiridas de dois italianos (ou filhos), e de dois portugueses (ou filhos). A quinta escritura, lavrada por aquele cartório, refere-se a dois lotes adquiridos de um fazendeiro de Promissão e de um japonês, situados em áreas contíguas, que foram unificadas depois da escritura. Na verdade, esta se refere a duas pequenas propriedades, medindo 21 alqueires (50,82 ha) e 29 alqueires (70,18 ha) respectivamente. A sexta escritura, lavrada no 2º Tabelião de Promissão, refere-se a um lote de 10 alqueires (24,20 ha), adquirido de um filho de italianos.

As duas últimas escrituras registradas em Lins são de 1960 e 1963, lavradas no 2º Tabelião de Promissão. A de 1960 refere-se a um lote de 14,83 alqueires (35,90 ha), adquirido de um filho de italianos. A de 1963 refere-se a um lote de 8 alqueires (19,36 ha), adquirido de um japonês. Nenhum dos lotes foi integrado às áreas desapropriadas.

O que ressalta da análise das escrituras é que a maior parte delas se refere à compra de pequenas propriedades, das quais uma maioria muito significativa foi adquirida de japoneses a partir de 1941. Aliás, só nesse ano são incorporadas à área do proprietário das terras, que mais tarde constituiriam as Reunidas, dezenove pequenas propriedades pertencentes a japoneses. O número sobe para 29 se o período considerado se estende até 1945. Como o total de propriedades adquiridas dos japoneses até 1963 é de 37, verifica-se que 78,38% do total foi adquirido no período referido. Por outro lado, as propriedades dos japoneses constituem 55,22% do total daquelas que tiveram suas escrituras registradas no Cartório de Registros de Imóveis de Lins. Há também os italianos, espanhóis e um alemão; portugueses ou descendentes de portugueses, mineiros e paulistas e um baiano.

É preciso observar que o período compreendido entre 1941 e 1945 coincide com a Segunda Guerra Mundial. A aliança do Japão com a Alemanha provoca uma reação de desconfiança profunda com relação aos japoneses que aqui viviam, os quais passaram a ser discriminados e muitas vezes per-

seguidos. Depoimentos de filhos dos imigrantes, que viviam na região, atestam essas afirmações. Um deles, advogado, cuja família morava no bairro Tarama, em Lins, conta ter visto soldados vasculhar a casa do avô, levando garrucha e revólver, e queimar *estupidamente* (*sic*) fotografias do Japão em que estavam vestidos de farda. Em Lins, *por determinação superior, o colégio japonês foi desativado e transformado em instalação de quartel.* Por outro lado, foram efetuadas várias detenções e 45 pessoas foram aprisionadas na delegacia de Lins.

Conta outro filho de imigrantes, residente em um dos bairros próximos a Dinízia, que *a polícia andou recolhendo todas as armas dos japoneses e que até ponta de faca andou quebrando*. Esse senhor narra que foi justamente nesse tempo que o fazendeiro comprou sítios dos japoneses (como ficou comprovado), *porque a japonesada não tinha com o que reagir, né?*

Perseguidos, discriminados, os japoneses se tornavam muito vulneráveis a qualquer ameaça e se sentiam sem força, inseguros para reagir, como afirma um descendente de japoneses, assentado na Fazenda Reunidas:

> A japonesada já era meio escorraçada aqui, desde a época de quarenta e dois; 'ce lembra daquela guerra mundial, né? Então eles estavam medrosos aqui, que tinham época que não podiam nem escutar rádio, a japonesada... justamente nessa época que eles correram com a japonesada. Nesse Douradinho aqui, tinha fazenda de quarenta famílias de japoneses. Lá na Guapiranga (bairro rural de Lins), ali perto de Sabino, eles foram expulsos dali. Com vinte e quatro horas pra mudar. Agora 'cê faz idéia seguinte: 'ocê é um proprietário. Chega um cara aqui que 'ocê nunca nem viu, com revólver do lado, uma carabina na cabeça do arreio e fala: tem vinte e quatro horas pra desocupar aqui ou morre. Que que a japonesada fazia? Largava cabrito amarrado, porco no quintal, cavalo amarrado e trator e tudo, catava sacaria de roupa, de documentos e ia embora p'ra cidade... (Ademar, assentado da Reunidas)

Observa-se pelo depoimento a desarticulação entre as condições objetivas e subjetivas da vida dos pequenos proprietários. Deixam-se para trás as condições objetivas: a terra, a casa, os instrumentos de trabalho, os animais, enfim, tudo aquilo que compõe o universo material do seu modo de vida. Levam-se os documentos e a sacaria de roupa – aquilo que define sua subjetividade. Arrancados bruscamente de sua condição social, os sitiantes são desnudados, despojados de seu *habitat*, de sua comunidade, de suas raízes. Deixam de ser *a japonesada*, que fazia parte daquela vida, que habitava aquele espaço, que tinha uma identidade como grupo de imigrantes, como sitiantes, como portadores de uma cultura específica que, pouco a pouco, se integrava à cultura de uma região — diferentes tornando-se iguais e, ao mesmo tempo, mantendo sua singularidade. *Japonesada*, termo que os identificava para os outros e para si mesmos e era internalizado por eles, como elemento constitutivo de sua própria identidade.

Outros filhos de imigrantes entrevistados não quiseram comentar os fatos. Desconversaram, disseram que não sabiam. Entretanto, confirmam:

> o tempo que eles mais compraram sítio foi essa época da guerra. Porque muitas vezes a gente ouvia falar... a turma, ninguém quer vender assim, a torto e a direito, e ir saindo... (Filho de imigrantes japoneses, sitiante)

Qual o significado da falta de força, se eram tantos? E a resposta vem de outro sitiante, também filho de imigrantes japoneses, que não quer falar muito sobre o assunto:

> na época da Segunda Guerra, estrangeiro não podia ter arma e os homens tinham... Então eles judiavam do povo e o povo foi desacorçoando. É que nem o povo dizia: punha os peões p'ra arrombar cerca, soltava os bois em cima... naquele tempo eles eram "feroz" mesmo! A lei protegia eles, porque eles eram grandes... e o povo tinha medo!... Como não tinha lei, o povo desacorçoava e ia embora...

Os homens tinham armas. Quem são *os homens*? Uma idéia abstrata que aos poucos vai se concretizando. São os homens que tinham os peões, que punham os peões para arrombar cerca e soltar os bois nas roças. São os donos do poder, os que por isso usavam armas e eram ferozes e se impunham porque semeavam o medo... e o povo tinha medo deles.

O boi reflete a força do dono, arromba a cerca, come as plantações. Mediação nesse enfrentamento, ele simboliza a força, a capacidade de destruir as plantações, desrespeitar a cerca da propriedade privada do sitiante, juridicamente regulamentada. Mediador, o boi se confunde com o próprio dono, espalhando o medo e a destruição.

E quem não quer falar tanto mostra tudo com clareza – *os homens* (o dono), *o boi, a lei (que) protegia eles, porque eles eram grandes.* Lei do mais forte, lei do dominante. Mas se esquece de falar do direito do sitiante, do respeito à propriedade privada do sitiante, assegurada desde 1850 pela Lei das Terras; lei que aqui é negada pelos representantes daqueles que a produziram.

Por trás dos silêncios, das reticências, um pouco daquilo que não foi dito nas escrituras. Por elas ficava apenas lavrado o ato de venda e compra de terras com as delimitações precisas, em geral terras de terceira, terras cansadas, como é usual nas descrições encontradas em escrituras, segundo informação de um fazendeiro em conversa informal. Há muita quiçaça por esse Brasil afora. Assim se paga menos pelas escrituras ou por quaisquer tramitações legais que se queira fazer.

Mas não são os japoneses os únicos expropriados, eles são no entanto a maioria, como revelam os depoimentos. Um dos entrevistados consegue descrever um processo de expropriação – sutil, porque, selado por um ato de compra e venda, esconde todos os ingredientes de pressão, opressão e violência. E mais: como tudo se transforma em mercadoria naquela tran-

---

[2] A expressão porteira fechada designa, numa operação de venda e compra, a aquisição de um imóvel, geralmente rural, com tudo que ele contém, seja em benfeitorias, animais, produção e, em alguns casos, até os empregados sujeitos a contrato de prestação de serviços.

sação, trata-se de venda de *porteira fechada*,[2] com tudo o que havia na fazenda, até os meeiros, ligados por contrato de mais de dois anos com o vendedor. E a esses, pouco a pouco, destrói o seu espaço e o seu modo de vida.

A arma e a força do gado iam devorando as roças. Agora, porém, a investida é mais violenta; antes do gado, o fogo na mata, a destruição da mata como reserva de valor, provocando a diminuição do valor da terra. E quando necessário, em outros confrontos, gado e fogo serão os mediadores na saga de conquista da terra aos pequenos proprietários, os instrumentos de destruição de um modo de vida fundado no trabalho com a terra para dela extrair os frutos necessários à reprodução da vida.

Boi e fogo, fontes de vida, transformados em fonte de destruição, reificados, impedindo que se vejam claramente as determinações objetivas de um sistema que se impõe a qualquer preço, que transforma a terra em mercadoria, que transforma os homens em mercadoria, como na transação de *porteira fechada. Porteira fechada* que impede a entrada e a saída daquela terra vendida com o valor nela incorporado, com os animais, os instrumentos de trabalho e os meeiros que nela trabalham.

Sobre a Fazenda Palmeiras, por exemplo, há no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lins escritura de compra e venda lavrada nas notas do Tabelionato de Paz de Promissão, em 10 de janeiro de 1944, devidamente registrada no livro 3-A, fls. 293, sob nº de ordem 2.373, em 2 de fevereiro de 1944. Consta na referida certidão que o imóvel adquirido de Joaquim Carvalho e sua mulher era de *48 alqueires de terras encravadas em 1 lote de cinqüenta alqueires, reservando 2 alqueires nas imediações do pasto, confrontando-se com a Fazenda Holanda, de propriedade do outorgado, com o córrego Queixada, pelos fundos com o rio Tietê e com os outorgantes vendedores, na parte reservada dos dois alqueires.* Consta, ainda na certidão, que o imóvel foi adquirido por Cr$ 14.000,00, conforme proposta relatada no depoimento, que teria sido recusada pelo vendedor. Como já se observou, deprecia-se a terra e deprecia-se o seu valor venal. A área está incluída no Auto de Imissão de Posse, como desapropriada junto às outras que constituem a Fazenda Reunidas. Por outro lado, no processo movido pela família contra a União, contestando e requerendo medida liminar para suspensão da Ação de Expropriação, consta um imóvel denominado Fazenda Palmeiras, com área de 469,10 hectares (193,84 alqueires). Supõe-se, portanto, que o restante da área aí existente tenha sido adquirido posteriormente, estando inclusive registrado no Cartório de Promissão, uma vez que não se encontrou nova escritura referente a ele, e a escritura referida anteriormente assinala que os *outorgantes vendedores* teriam mantido parte das terras como limítrofes da gleba vendida e registrada.

E, por trás da escritura, toda uma história que estaria enterrada com o "finado", não fosse a memória guardada do assentado, que era empregado e também viveu naquele tempo, naquele espaço. Resistiu, guardou todas as lembranças, não deixou que o fogo as queimasse, como a mata e o ca-

fezal. Memória que faz parte da identidade do assentado, também expropriado e, sobretudo, que tem consciência da expropriação. Na história do outro, ele se faz história; incorporado por ela, ele a incorpora. Vive, como reflete Bourdieu, "uma relação de pertencimento e possessão na qual o 'corpus' apropriado pela história se apropria de maneira absoluta e imediata das coisas habitadas pela mesma história" (1980, p.7).

E Dinízia, aquele distrito em que se lavraram algumas escrituras? Aquele patrimônio com o qual confrontaram tantos lotes adquiridos e que desaparece como referência a partir de 1944?

DINÍZIA – A VILA QUE FOI E NÃO EXISTE MAIS – HISTÓRIA OBJETIVADA E HISTÓRIA INCORPORADA

Analisar a constituição das Fazendas Reunidas implicou, necessariamente, resgatar a história de Dinízia, fazê-la reviver pela memória daqueles que a conheceram, que dela ouviram falar, ou que por lá passaram. Implicou resgatar a sua identidade e nela a identidade daqueles que nela viveram, que a conheceram e que reviveram nela parte de sua própria história...

> Meu pai criou a gente lá na Vila Dinízia. Ali eu me casei; por aí por essa redondeza eu vivo. Quando a vila foi destruída, nós já tínhamos saído. Nós 'távamos em Promissão, quando nós soubemos que ele tinha comprado tudo ali. Aí tinha cartório de casamento, ali tinha açougue, farmácia, a Casa Moreira – a Casa Moreira desmanchou agora, esses dias, que eu não sei o que é que 'tão construindo no lugar. Não tão fazendo uma casa no lugar?... – Então, nós vínhamos fazer compra ali, dia de pagamento... Tinha a casa d'um turco que chamava Lizen – aquele só tinha roupa, e a Casa Moreira tinha de tudo. O gerente da Casa Moreira chamava Benedito Silva. Me lembro de tudo! Ih! Eu conheço ali tudo! Meu pai trabalhou... quando eu era solteira, eu morei ali e depois de casada também. (Senhora de 62 anos, de Promissão, que à época aguardava a chamada para tomar posse de um lote junto ao marido, hoje assentada da Reunidas)

É muito viva a imagem. Tão viva que era como se a Casa Moreira estivesse sendo derrubada naquele momento. E, no entanto, há muito, ela e os outros prédios já haviam desaparecido sem deixar vestígios. Por trás da história da vila, a história da infância, do casamento, das compras, das casas de comércio, dos donos das casas de comércio, do trabalho, e, sobretudo, o orgulho de fazer parte daquela história. *Me lembro de tudo! Eu conheço ali tudo... eu morei ali...* Foi essa a primeira pessoa que me falou de Dinízia, e, em sua fala, descobre-se aquilo a que Bourdieu (1980, p.6) chama *cumplicidade antológica*, que faz com que a história se comunique de qualquer forma com ela mesma, se reflita nela mesma, se reflita ela mesma. É o que se verifica pelos outros depoimentos.

> Meu pai mudou pra lá em 36. Era uma vilazinha boa, assim, bem movimentada, muita gente, muita produção naqueles sítios! — Santa Izabel, Queixada, aqueles bairros todos... aquele fundo todo ali era bem povoado e produzia muita coisa! A Dinízia era uma vilazinha que tinha máquina de beneficiar arroz, tinha farmácia, tinha a filial das Casas Moreira, tinha outras casas de tecidos, a do seu Lizen; tinha seu Jerônimo Marinho que tinha casa de comércio, tinha um bar de japonês, tinha também um outro senhor que tinha um barzinho — chamava-se seu Arlindo... tinha o grupo escolar, tinha várias professoras — me lembro da dona Antonieta, casada com o doutor Ferreira e de uma outra loirinha chamada Elza — não me lembro o sobrenome dela. Bom; era uma vilazinha gostosa, bem alegre, bem animada! A igreja funcionava bem, tinha a festa de São João que era o padroeiro, né?... Sempre tinha festa lá. Uma vila gostosa! E lá na vila tinha também dentista, tinha serraria... (Dona Dirce, residente em Promissão, filha do dono do cartório de Dinízia)

A vila, o movimento, muita gente, muita produção; os sítios e os bairros; as casas de comércio e as pessoas, várias delas identificadas pelo próprio nome... e as festas, a igreja, a festa do padroeiro, o grupo escolar e as professoras... a alegria e a animação! E o personagem se confunde com a própria história; a história de vida, história de fartura, história de alegria, de festas, mas também história de morte de raízes profundas fincadas naquela terra.

> Eu fui criado lá (numa fazenda perto da vila). Meu registro, eu sou registrado aqui no distrito da Vila Dinízia. Nossos avós, que são pais da tia Rita aí, foram enterrados aqui, nesse cemitério. Da parte da minha mãe, foram enterrados todos aí. (Assentado de 51 anos, primo da primeira depoente)

Esse depoimento nos foi dado quando entrevistávamos uma senhora de 82 anos, dona Rita, que havia vivido perto de Dinízia. Ela chegara à região quando lá era *sertão mesmo!* De repente, a entrevista transformou-se em um diálogo entre a família; diálogo rico em recordações e reflexões sobre o passado ainda muito vivo na memória de todos eles – mãe, duas filhas e um sobrinho, entrelaçando a história da vila, suas casas de comércio, a igreja onde as filhas se casaram, o cartório e o cemitério, onde muitos da família estavam enterrados, à sua própria história. Mais do que isso, entrelaçando a história da vila à sua própria história e à história da Reunidas que então se formava.

> Moramos do lado da Dinízia, meu pai era arrendatário, meeiro dos... Ele andava num burrinho, fiscalizando, assim... faz muitos anos... Casei na Dinízia! Na igreja da Vila Dinízia! (riem todas, mãe e filhas). Casei num domingo. Então o Ribas falou – não tem importância falar? – Então ele disse que havia de ver boi passeando dentro da igreja... como de fato nós chegamos a ver mesmo! Quantas vezes que ele falava! Ali tinha serraria, ali tinha cartório, farmácia, açougue (a mãe vai falando junto, ajudando a lembrar); tinha de tudo! E ele falou que ela tinha fé que ia ver boi passear dentro da igreja. E, afinal de contas, nós chegamos a ver... (Uma das filhas de dona Rita, 64 anos, que tem uma filha entre as 44 famílias da Reunidas)

Certo receio de falar – *não tem importância falar?* – e o desabafo, talvez há tantos anos contido, sobre a violação do espaço sagrado, espaço da vida, daquele espaço que vai sendo tomado pelo boi, pelo dono do boi, que cumprirá sua promessa de torná-lo soberano por aquelas paragens. É a memória da cumplicidade entre espaço e tempo, ambos conspurcados pela violência que então se anunciava. Espaço e tempo recuperados pela memória de uma família, que com eles tem profunda identidade e que a eles retorna em um novo espaço, um novo tempo; espaço e tempo marcados pelo medo, pela resignação, mas, sobretudo, pela luta pela sua reconquista; espaço e tempo agora tomados pela esperança que a volta à terra imprime em cada um e em todos.

Mas a história da vila, a história dos que nela viveram não se esgota aqui. É o patrimônio, tal como descrito por Monbeig ao falar das cidades da franja pioneira.

> é sempre o pequeno patrimônio um ponto de paradas para motoristas de caminhão e, ao mesmo tempo, um centro comercial. Algumas lojas concentram a maior parte dos produtos necessários aos sitiantes, para o seu trabalho, alimento e vestuário. Completa-se o quadro, se lhe acrescentar uma serraria, algumas máquinas para descaroçar o algodão, descascar o arroz e despolpar o café. Recebem eles a produção dos sitiantes vizinhos, sendo prevalescente essa função mercantil local. Exprimem-no claramente os pequenos plantadores, quando falam em "ir ao comércio", para dizer que se dirigem ao patrimônio. A este, vêm sobretudo no sábado, uns a pé, outros a cavalo, e muitos amontoados num caminhão. Nos outros dias, anima-se a rua com os ruídos dos veículos, carregados de toras de árvores, de sacas de arroz ou de café, sacolejando rudemente nos buracos da estrada precária. Passa a maioria sem descarregar, mas o seu incessante vaivém, o tráfego puramente local dos que reabastecem as pequenas máquinas de despolpar mantém a constante atividade desses patrimônios. (1984, p.339-40)

Dinízia, além das paradas dos caminhões, conhece as paradas dos ônibus. Tal como descreve Monbeig, falando de outros patrimônios, ela era o ponto de parada e ponto de passagem para aqueles que buscavam Promissão. Ficava no meio do caminho e atraía aqueles que por lá passavam, pelo espaço de convivência que oferecia; espaço de convivência que era também espaço de lazer, espaço de encontro do povo da redondeza. Mas a história da vila tem também o porto por onde o ônibus passava para ligá-la ao outro lado do Tietê. O ponto final era Promissão, e, lembrando Drummond, no meio do caminho tinha uma vila. Tinha uma vila no meio do caminho...

> Então, naquela época a gente não morava aqui, porque o pai morou aqui, mas depois mudou lá do lado de lá da ponte do Tietê. Então, o que nós víamos falar aí é que o povo do Ribas queria pôr o cocho lá dentro da igreja, naquele tempo. E, decerto conseguiram porque acabaram com a vila, né? E era uma vila boa e tinha Casa Moreira que era do Homero Moreira, tinha esse Minoru que tinha um bar aí

> há muitos anos... ele vendeu ali há pouco tempo, não faz muito tempo, né Márcia?... O final dela acabar eu não sei dizer, né? Porque mudamos pra lá. Já não passava aí e ninguém parava mais e ia direto pra Promissão. Depois, acabou o ponto aqui, então, aí quase a gente não veio mais aqui; a gente rodeava pelo Salto Avanhandava e saía em Promissão. Nesse tempo ali, ó, pra vim aqui era difícil, porque antigamente não: o ônibus corria aí, atravessava no Porto Queixada, passava o Queixada, Sapezinho, tinha lá a... como chamava aquilo lá? É o nome de uma vila, que tinha aí na frente... Santa Izabel! Então saía, cruzava onde que está o asfalto ali e pegava a Vila Dinízia. E depois, quando acabou o porto ali, antes, muito antes... Foi a barragem (que acabou com o porto). Tá com quantos anos? tá com uns dezessete, né? Bom, mais de vinte anos que ele acabou, o porto. Porque acabou uns quatro ou cinco anos antes da barragem. Aí não teve mais esse canto de nós passarmos aí... passava ônibus, condução, na barca, né? Ela ficou muitos anos. Quer dizer, eu nem sei contar quando começou, sei que ela foi do Castilho, depois, muitos anos depois, do Ribas mesmo, que funcionou uns "par de ano" do velho Ribas, do Zé Ribas velho. Então. Ela acabou na mão dele. Aí, não navegou mais ninguém. Nós entrávamos por ela p'ra ir em Promissão... O povo não transitava mais, que nem nós do lado de lá e do lado de cá. O povo foi saindo da roça porque os fazendeiros já não 'tavam querendo mais, né? Por isso que foi começando o povo a sair p'ra vila, outros p'ra cidade, outros p'ra São Paulo. Então, desde aquela época... e aí acabou o movimento na roça. Então o povo teve que abandonar, né? A estrada ficou vazia porque ninguém passava, né?

A vila, o ônibus, o porto, a vila se acabando, o povo saindo das roças, a estrada vazia... E essas lembranças, a lembrança do povo que se foi indo, do movimento que se foi acabando. O porquê de tudo isso? O informante tem uma percepção fragmentada do processo, mas deixa antever que pode haver uma ligação entre aqueles que *acabaram com a vila* e as alterações que vêm se processando nas relações de produção – *porque os fazendeiros já não 'tavam querendo empregado mais.* Para ele a relação não é muito clara; claro é o vazio que ficou na estrada vazia, no rio que ninguém mais navegou, porque a barragem acabou com o porto; a mesma barragem que acabou com o salto de Avanhandava, por onde tantas vezes ele passou. E ele não percebeu que o movimento de acumulação, o movimento do capital é que vinha varrendo tudo, tomando conta de tudo, devorando tudo.

O documentado e o vivido. O primeiro é mais preciso. O segundo carrega a emoção do viver, da história encarnada pelas representações que ao longe dela se construíram e se incrustaram na memória dos que viveram. E a história da vila é a história dos bairros, é a história dos sitiantes que lá viveram.

Esses não são bairros rurais como os definidos por Antonio Candido (1977) e também estudados por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), cuja base econômica é a agricultura de subsistência, tocada por camponeses que podem ou não possuir a terra.

Os bairros ligados a Dinízia são constituídos por sitiantes, na maioria imigrantes ou filhos de imigrantes que para lá foram, antigos colonos das fazendas de café nas regiões mais velhas, aplicar suas economias em um

pedaço de terra da região pioneira. Para caracterizar o sitiante, além dos dados colhidos em campo, servimo-nos do conceito elaborado por Muller (1951, p.27): "todo pequeno produtor rural que é responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados".

No caso dos sitiantes de Dinízia, todos são proprietários, e parece ser a propriedade da terra que, de acordo com vários depoimentos, define a condição de sitiantes, que se distinguem dos camponeses tradicionais porque plantam para a comercialização, embora garantam, ao lado das culturas comercializadas, também a própria agricultura de subsistência. Em *Bairros rurais paulistas*, Queiroz (1973, p.5-6) estabelece uma distinção entre camponeses e agricultores categoria esta que se aproxima bastante dos sitiantes de Dinízia. Apesar da distinção feita, pode-se afirmar que os bairros, embora inseridos em uma economia comercial capitalista, mantêm as mesmas relações culturais que comportam ajuda mútua, solidariedade, compadrio, encontradas por Antonio Candido e Maria Isaura na *civilização caipira.*

É o que revela d. Amélia, setenta anos, filha de italianos, vindos de Rio Claro, para comprar terras na região, parte das quais foi vendida ao dono das Fazendas Reunidas.

> Na hora do aperto, na colheita do arroz, café, os vizinhos vinham ajudar... depois a gente também ajudava. Eu e minha irmã, que éramos as mais velhas, também íamos ajudar os vizinhos. Principalmente se o chefe (da família) ficava doente. No Bom Sucesso tinha o inspetor, que era como um chefe no bairro, era como um delegado que todos respeitavam, era meu tio, quando isso acontecia, ele chamava todas as pessoas para ajudar. E todas as pessoas iam e ajudavam quem estava precisando... Tinha muita amizade, também entre os japoneses. Quando se dava bem, ajudava muito! Eles faziam horta, e traziam verduras de baciada p'ra gente!

Observa-se, pelo depoimento de d. Amélia, que além da solidariedade espontânea, própria do meio rural tradicional, havia nos bairros uma solidariedade institucionalizada, assegurada pela figura do inspetor que aí estava para garantir o apoio de todos em momentos de dificuldade.

Um diálogo entre a primeira depoente e sua mãe, de 82 anos, revela expressão não utilizada por d. Amélia para caracterizar a ajuda mútua para tocar a lavoura – mutirão. *Meu pai fazia muito era mutirão, pra tocar na roça, pra carpir, né mãe? Pra colher arroz...* A mãe, d. Rita, consente, mas já esclareceu antes: *Festa nós nunca fizemos.*

Na verdade, ninguém fala em festa para encerramento de mutirões, tal como acontece em outras regiões não só de São Paulo, como também de Minas Gerais.

Por outro lado, a relação de vizinhança se estende a outros bairros, e mesmo ao povoado (Dinízia), quando se trata de festas religiosas ou atividades de lazer, como o futebol e um conjunto musical, dos quais falam com

saudades alguns depoentes. É na vila que times formados nos bairros se enfrentam. É para lá que convergem os acontecimentos sociais mais importantes da vida dos bairros — casamentos, batizados, enterros ("tinha cemitério, aqui nesse matinho aqui..."), festas de padroeiro... – É ali também que a população se abastece de gêneros que não produz – vestuário, medicamentos, produtos industrializados, e que busca atendimento de saúde, quando necessário (*tinha farmácia... tinha também dentista...*). E mais, era lá que estava o grupo escolar! (A ênfase dada ao grupo escolar surge com muita força no depoimento de um filho de japoneses, que fala com muito orgulho que estudou no grupo de Dinízia).

A memória tão viva de Dinízia revela também a incorporação do espaço à vida daqueles que por lá passaram ou lá viveram, à sua história, portanto. Como já observa Antonio Candido, "o desenvolvimento do tempo como duração social incorpora o espaço à história dos grupos e diferencia os diferentes aspectos da solidariedade de ambos" (1977, p.23-4). Essa solidariedade, porém, rompe-se a partir da entrada de outro personagem, já citado, que, pouco a pouco, foi destituindo os moradores de seu espaço e de seu modo de vida.

> É o seguinte: foi esse, o velho, né? Ele foi comprando, foi comprando, comprando, e o povão saiu daí... Porque comprando, foi formando pasto; sei lá se o povo foi ficando com medo e foi saindo; foi vendendo e foi saindo... (Neto de um sitiante italiano, cujos filhos, após sua morte, venderam o sítio para "o velho". Hoje assentado na Reunidas)

Esse personagem está fortemente marcado na memória das pessoas; mais do que isso, ele marca fortemente o espaço e o tempo vividos por essas pessoas ao perpassar a sua história, espalhar o medo, espalhar o pasto, espalhar o boi. E expulsando o povo, desenraizando, acabando com a vila e com a vida real que lá vivia.

> A vila se acabou porque o povo foi mudando todo, né? Que nem era a região que nós estávamos; naquela ocasião, tinha muito morador. Mas, um foi vendendo, vendendo ou fazendo... Então, o povo que tinha aqui na região mudou todo. Então, a vila, foi o jeito acabar. Porque ali tinha grupo, tinha farmácia, tinha de tudo, aí na Dionízia. Mas, conforme o povo mudou, tudo foi indo, foi indo, acabou tudo... A vila era um patrimoniozinho, o movimento todo do povo daqueles sítios era feito lá... Você anda por aí tudo, esse lugar onde estão as quarenta e quatro, e esse dos cento e cinqüenta (famílias que estão sendo assentadas). Essa turma de Birigüi, tudo ali era povoado naquela região! Mas, depois que os homens foram vendendo e formando invernada, então, foi que acabou com tudo... O que a gente sabe é que o fazendeiro foi comprando, comprando... no fim, né? Ficou com um só dono. E um só dono – problema deles era invernada, e invernada de onde não sai produção – só tem que acabar tudo, né? ... é que nem o povo dizia: Punham os peões p'ra arrombar cerca, soltavam os bois em cima... naquele tempo eles eram ferozes mesmo!... (Sitiante, filho de japoneses, que morou no Douradinho e em Dinízia)

É como se tudo ocorresse naturalmente, como se o jeito fosse a vila acabar mesmo. Ao mesmo tempo, porém, os informantes ressaltam o que a vila possuía em termos de escola, farmácia, bar, lojas, mostrando que isso representava o progresso, isto é, que ela não era uma vilazinha qualquer; apontam para o nível adiantado da vila. Dinízia representa certo desenvolvimento na divisão do trabalho produzida no bojo das relações entre campo e cidade, relações estas que existiam no seio de uma complementaridade nos diversos sentidos: econômico (trocas entre cidade e campo), social (presença dos sitiantes na cidade), simbólico (religiosidade), político.

No final, a consciência de que alguém provocou tudo aquilo; alguém que tinha poder e proteção da lei, porque era grande, porque era feroz, porque impunha medo. Em meio à lembrança da destruição surge, com veemência, a lembrança da vida, que novamente é enlaçada pela lembrança do medo. É a percepção do processo que não coincide com a realidade dele, conforme já se mostrou. O próprio fato da revelação do medo revela que eles não tinham condições de impedir a invasão dos bois, a destruição das roças, a destruição da própria vila. O processo como é visto por eles traz em seu cerne a negação de seus direitos, a negação deles próprios como cidadãos, sem uma lei que os ampare porque não são *grandes.* Coisificados, coisificam a vila, que junto com as roças vai sendo engolida pelo boi.

> Conheci a Vila Dinízia. Olha, na época, eu era pequeno ainda, né? A gente não lembra muito bem como é que era, né? Mas eu lembro muito bem que a Vila Dinízia tinha uns bares, tinha a casa Moreira, né? Que era do Gentil Moreira; era uma vilinha até ajeitada! Tinha um cemitério, que ainda hoje resta um cruzeiro lá, né? E a gente não sabe explicar direito como foi acabando aquilo lá, né?...hoje ela já estava encontrando com Promissão, mas isso aí se eles deixassem, né? Porque a Vila Dinízia p'ra lá, é tudo deles aí. Ou então ela poderia ficar daquele tamanho mesmo, porque a família toda em volta, eles acabando com tudo, cercando tudo, não tinha jeito não. Ia ter muito futuro aquilo tudo lá também não. Agora, eles fizeram muita coisa errada aí. Essa coisa deles, eles espancaram muita gente, mataram muita gente, fizeram muita danificação aqui. Então, eles eram respeitados por causa disso, que o negócio deles era mandar matar mesmo... (Assentado do grupo das 44, que trabalhou para o fazendeiro durante dois anos)

É o medo da violência, o medo da morte, que está presente. Na construção da identidade desse assentado que rememora a vida, na reconstituição de Dinízia, que também rememora a limitação da vida na colocação da cerca, que também rememora o desalento diante da determinação daqueles que semeavam cerca, semeavam medo, semeavam violência.

Mas, se nesse depoimento a violência é mostrada de forma clara, em outros nem tanto.

> Aconteceu que ele foi comprado, foi apertando o sitim dos coitados dos colonos. Por exemplo, ele comprava esse, soltava gado, ia ali no sítio do outro e comia

tudo as plantas. Aquele ficava desgostoso, pegava e vendia p'ra ele por um precim barato. E assim ele foi comprando tudo quanto foi sitim... porque ele soltava aquele gadão, pulava cerca e ia comer o outro sitiante. O outro sitiante desgostava e falava: há! Vamos vender isso p'ro véio! E assim ele foi adquirindo essa redondeza toda... esse povo que saía ia p'ra cidade! Pra Promissão, muitos pro Mato Grosso, Paraná, que tava numa fama aquele tempo de Paraná, né? Cunhado meu mesmo, foi tudo p'ro Paraná. Naquele "desânimo" de terra que ele comprou em volta do sitim dele, né? Então foi esparramando tudo, esparramando tudo e foi ficando só a invernada dele. (Uma das filhas de d. Rita, 62 anos, assentada na Reunidas)

O espaço precisa ser homogeneizado, as roças têm de ser transformadas em invernadas, a vila tem de desaparecer para dar lugar a outra paisagem, tem de ser destruída para que possa crescer a nova paisagem, uniforme, ocupada prioritariamente pelo boi e pelo capim, e onde o prédio principal é a sede da fazenda. Novamente o poder do capital se impõe determinando a criação de um espaço homogêneo, as invernadas onde a mercadoria (o boi) possa se reproduzir livremente, sem a concorrência de outras mercadorias que talvez queiram lhe disputar o mesmo espaço.

O que ressalta ainda, desse depoimento, é o desânimo, a falta de coragem para fazer frente à força do fazendeiro que *foi comprando tudo quanto foi sitim, que soltava aquele gadão que ia comendo "tudo as plantas".* E o povo foi-se indo, até para o Mato Grosso e Paraná, deixando em seu lugar os bois e as invernadas.

A senhora quer saber como foi acabando tudo isso aí, né? Foi o seguinte: tinha muita japonesada. Agora vamos supor: tinha um sítio aqui, tinha outro lá, tinha outro lá, né? Então o Ribas fazia força de comprar um. Ele comprava um, né? Já um dia ele comprava um de frente, aquele (que não fora comprado) ficava imprensado no meio. E aí, cerca de qualquer jeito os bois chegavam na cerca, entravam na roça e tal e comiam os mantimentos. Aqui era o dinheiro que mandava, né? Eles iam fazer queixa na delegacia, eles pediam até, preocupados com o dinheiro, e aí eles desgostavam, porque não achavam lei p'ra eles e os Ribas também não eram moles naquele tempo, eram malvados. Então eles te obrigavam a dar por qualquer preço, vender por qualquer que fosse o preço. (Sobrinho de d. Rita)

Novamente a japonesada e os sítios que iam sendo comprados a qualquer preço. E a cerca, os bois que comiam os mantimentos, e as possibilidades de continuar ali. E a lei, que não existia para eles – nem para o sitiante, protegendo seus direitos, nem para o fazendeiro, impondo um limite à sua usurpação. E o medo se insinuando, porque *eram malvados.* E a vila vai se acabando, enquanto a fazenda vai crescendo, ganhando a dimensão de um grande latifúndio.

Virge! O povo tinha medo! A fama desses homens aí era braba! E eles sempre tinham jagunço, tinham peão e eram tudo brabo! Esse compadre mesmo conta que eles pegaram um cabra aí – eu conheci um pouco o cara; era uma vez, foram pegar

> o cara, foi tirar uma lenha, pegaram o cabra, laçaram, laçaram ele, saíram arrastando ele, arrastando com cavalo! Arrastando o cara amarrado assim...! Era tudo nessa base: comprava esse sítio e soltava boi dentro. O cara chegava: ô seu Zé, oh! Os bois 'tão acabando com meu sítio! "Vende, rapaz!" Então vende "quanto é que o senhor dá?" "eu dou isso aqui...uma mixariazinha, né?" O cara falava: "Ah! Por isso eu não posso vender! Como é que eu vou perder assim?" "Você não quer então..." sei lá! Quando ele voltava outra vez, ele falava: "nem aquilo que eu dei, eu não dou mais!" E os bois acabando com tudo... Aí o cara desacorçoava e pegava e largava e ia embora. Em tempo de boi matá a família e não tinha nada p'ra comer, largava e ia embora... (Assentado da Fazenda Reunidas, do grupo das 44)

O episódio do cabra que foi tirar lenha (contado em detalhe por outro depoente, que dizia que ele havia ido tirar mel) remete à Inglaterra do século XVIII, analisada por Thompson em *Senhores e caçadores*: a origem da Lei Negra. Em época em que vigorava a Lei Negra, criada para proteger as florestas e parques da nobreza, viviam os cervos para suas caçadas. Convivendo com outros animais e grupos humanos que habitavam as cercanias das florestas, os cervos dominavam soberanos, amparados pela Lei que submetia as necessidades dos outros habitantes, inclusive os humanos, "a uma intrincada regulamentação" (1987a, p.31ss). Pela aplicação da lei se punia das mais variadas formas, inclusive com pena de morte, àqueles que desrespeitassem as áreas demarcadas por *cercas*, adentrando-as para abater animais, apanhar lenha ou mesmo pescar ou coletar alimentos para aplacar a fome e a de seus animais. Entretanto, se a lei era severa, e aos olhos de hoje absurda, era com freqüência contestada não apenas juridicamente, mas sobretudo pelos "negros" que não só lideravam a caça clandestina, como também desafiavam "todas as Leis e Ordens relativas à floresta" (idem, p.76), se preciso com ameaças ou ações efetivas de queima de propriedades e intimação aos guardas florestais. Aqui não houve uma Lei Negra para garantir a defesa e a consolidação da propriedade, e sim a Lei das Terras, que também garantia esses direitos, mas já depurada pela própria história (inclusive da Inglaterra) da pena de morte e outras sanções próprias daquela época. Isso, no entanto, não impediu que à revelia se aplicassem aos sitiantes as mesmas formas de pressão e intimidação que se aplicaram na Inglaterra no século XVIII. Só que os sitiantes não reagiam, como os ingleses, em uma reação de *classes se fazendo.* Eles simplesmente deixaram-se intimidar e partiram, deixando a área livre para os bois e para as invernadas.

Entretanto, o mesmo informante dá conta de que alguém reagiu e foi bem-sucedido. Alguém não. Foram dois os que reagiram, foram dois que tiveram coragem de enfrentar o medo que se alastrava.

> Então aqui perto da Vila Dinízia, tinha um cara aí que não tinha roça de arroz e aí ele 'tava num boteco jogando bola lá, mas, essas coisas, quando ele chegou ele chegou em casa a mulher dele 'tava chorando. "Que é, mulher?" "Ô velho, vai lá

> na roça pro'cê vê, os bois do Ribas comeram tudo nosso arroz!" Ele foi lá olhar o arroz. Chegou e dando risada falou: "O que, mulher, nosso arroz tá colhido! "E ele passou a mão num revólver, pôs na cinta e duas caixas de bala, né? Chegou lá o Zé Ribas falou: "Vamos lá pra delegacia. "Desceu ele, o homem e o Mané Ribas (filho do fazendeiro), que já morreu, que Deus dá o lugar que ele merece pra lá, não quero que me aborreça. Chegou lá, o delegado falou: "Você tem dinheiro pra tocar demanda com esse homem? Pra ajustar advogado com eles?" Ele falou: "Eu tenho, doutor". "Quem é esse advogado?" Ele bateu a mão na cinta, arrancou o revólver e mostrou: "Aqui, meu advogado é esse aqui! Se ele não pagar meu arroz, não vai sair nenhum vivo daqui; nem o senhor!" Aí o "velho" começou a tremer e falou (para o filho): "Paga o homem, pode pagar". Encheu o cheque e pagou a roça de arroz de umas três vezes!

E o depoente continua narrando mais um caso:

> E o outro aqui no caminho que vai pra Sabino, pro lado de lá do Dourado (rio), conhecia aqueles sítios tudo ali, ... aí o cara chegou e falou: "Ô seu Zé, o senhor precisa dar um jeito, porque os bois estão acabando tudo com a minha roça!" "Que, rapaz, se 'Ocê quer que dá jeito, 'Ocê que faça a cerca ou então larga o sítio lá, se 'ocê não quiser." "Então eu vou fazer já!" Chegou na casa dele, passou a mão na carabina e chegou lá na roça, 'tava cheia de boi, ele meteu a carabina, matou dezessete bois dentro da roça. Quando daí a pouco o "véio" foi chegando. Ele meteu a carabina no "véio", o "véio" saiu correndo "tá doido, homem? tá doido?" Aí mandou os "nego", fizeram uma cerca de quatro fio de arame lá e salvou.
>
> Só esses dois caras que foram homens, mas os outros tudo, o medo que tinham, largavam e iam embora. Eles eram valentes! Naquele tempo, se pagasse um coitado aqui pescando ou caçando, os peões laçavam o coitado, saía arrastando assim, matava...

Apenas dois casos isolados no meio de tantos outros de valentia e braveza por parte dos donos da terra. E os dois protagonistas da reação são celebrados como os únicos que foram homens. Homens capazes de descobrir que não havia lei que os defendesse e que só com o uso das armas poderiam defender o que era seu. Homens valentes, que se tornaram admirados por sua proeza, mas que nem por isso puderam alterar a situação do conjunto. Apenas deixaram a imagem de homens capazes de reagir e confrontar, porque dos outros o medo já havia tomado conta, como se pode observar na continuação do mesmo depoimento.

Apesar do medo, esboça-se uma resistência. Os pescadores permanecem na beira do rio e continuam pescando. Só não enfrentam diretamente, não afrontam. Já se acostumaram a viver com o medo e a violência. Sua forma de resistir é calar-se, evitar o confronto aberto. Mesmo porque, se dessa vez se puseram a salvo, nada lhes garante que amanhã isso venha a ocorrer novamente. E, se nesse momento vivem com o medo, logo mais perderão a força, pois não conhecem a força de uma reação conjunta, não sabem ainda que juntos poderão mudar a situação.

E o medo não mais se insinua; o medo está presente, concreto, pela narrativa do compadre, pela ameaça de boi matar a família e de não ter nada para comer.

E o depoimento termina assim:

> Acabou tudo o que a vila foi acabando, que aquela japonesada, que aqueles caras tinham ali tudo, eles foram comprando tudo ao redor assim, foram fechando tudo, ainda ficou a vila ali... Aquela terra da vila, aquele mundo tudo ali era da vila. Eles tomaram conta de tudo... tinha uma japonesada ali que dava gosto! Eles entraram ali, acabaram com tudo! Foram comprando tudo!... aí no Corgo Rico também. Eles compraram ali no Corgo Rico; também era uma vila com gente toda a vida, assim... compraram, acabaram com tudo... Ali era cheio de sitiante, mulher! Você via aquele mundo! Saía dali perto lá de Sabino e toda a semana, todo o sábado, saía cinco caminhões e iam pra cidade com gente! Eu morei lá... tudo cheio de café e sitiantes. Ele comprou tudo ali, aqueles sitiantes, comprou uma fazenda grande, compraram tudo. Tinha uma mata e aquilo acabou tudo!

E as terras vão passando para as mãos de um só dono, em um cenário montado com a intimidação, com as vistas grossas da lei, com o poder econômico, com a força de uma figura que vai se tornando cada vez mais respeitada, porque poderosa, e quem sabe, porque sabe montar muito bem a *mise-en-scène* da dominação, da mesma forma como há tempos fizera a burguesia agrária inglesa, tão bem retratada por Thompson (1976, p.148). É como se aqui também se montasse um teatro, com atores primários e secundários se revezando na boca de cena ou se revezando no papel principal. O cenário, a vila e toda a sua redondeza; a vila como elemento-síntese de toda a organização social, econômica e religiosa daquele povo, a vila em uma relação simbiótica com o meio rural, a vila como configuração espacial que garantia a seu povo a manutenção de um modo de vida calcado na autonomia; autonomia plantada e colhida pelo trabalho na terra boa. Entretanto, o cenário vai sendo substituído, a princípio sutilmente; depois, bruscamente, com a ascensão de novo personagem para a cena principal, concretizando a *mise-en-scène* da dominação e da violência.

Resistir? Quem há de? Se a resistência era minada pela insistência, pela invasão, pela violência? Se o personagem se impôs, tomou a direção da peça, dominou toda a encenação?

> Meu pai tinha sítio no Corgo Rico, Queixada aí, um sítio bom... Muitos alqueires não era não. Acho que uns quinze alqueires, vinte, no máximo, por aí... mas tinha uma olaria de tijolos, tinha gente que cuidava na olaria, saía muitos tijolos, portanto, então tinha muito aqui pra cidade; tinha telhas também. E aí meu pai tinha esse sítio e tinha uma pastaria muito boa. Tudo o que plantava, colhia: plantava milho, colhia; plantava arroz, colhia... tinha um pomar de laranjas, um espetáculo! Horta muito boa, criação de porco, tinha tudo como se fosse uma fazenda, né?... então os Ribas tinham a invernada que era um pouco retirada da sede, das casas que tinha. E onde tinha invernada do gado era uma cerca muito boa, cerca de

madeira, tudo de aroeira, com sete fios de arame. E o gado quebrava aquilo! Mas, eram tão malvados que eles iam lá, cortavam a cerca p'ra gado invadir e misturar (com o nosso). O gado deles era um gado tudo brabo, e então os meus irmãos iam lá apartar esse gado. Dava trabalho, era arriscado até de o gado matar um deles, né? Dizem que vinha em cima dos cavalos, do que fosse, não respeitava nada! Se aquilo fosse uma vez ou outra, tá bem; mas aquilo era sempre, seguido! E os Ribas em cima, que queriam comprar esse sítio do meu pai; ele não queria vender, porque estava bem colocado e tudo, dava boa renda também, né? Tudo trabalhava, né? Porque se não trabalhasse também não dava...

Então meu pai se aborreceu, meus irmãos já não mais agüentavam aquilo, né? Que aquele gado sempre ali e bonito, que às vezes cortava (a cerca) onde tinha mantimentos, né? Comia todos os mantimentos, perdia tudo... Aí (meu pai) falou assim: "Eles tão fazendo isso pra comprar, vamos vender, pois, vai que um dos filhos morre aí num chifre de um boi deles...". Aí vendeu. Vendeu e, naquela época, cinco mil réis, né? Ficaram devendo cinco mil réis! Meu pai morreu e até hoje não recebeu!... Agora tá tudo descampado lá, não sei o que virou, que pertencia tudo ao "campado", as terras eram boas... foram desapropriadas (hoje), mas é tudo terra boa. Ali, só se correr mal o tempo, mas se correr bem o tempo, trabalhando, aquilo dá mesmo e colhe.

Achei que meu pai vendeu tudo a preço de banana! Ia embora daqui. A japonesada, coitada! Até ali, na Vila Dinízia, ... O Ribas sempre falava, assim, que Promissão era pra ser seu curral de gado, que ele ia acabar com Promissão!... falava pra meus irmãos, pra todos ele falava: "Promissão vai ser a cachoeira do meu gado! Tomo posse disso tudo!". Ninguém reagia, ninguém! O povo antigamente era todo trabalhador. Saía daqui, ia p'ra outro lugar, ia enfrentar a vida pra outro canto, né? Era assim. Até meu pai comprou um sítio depois, com aquele dinheiro daquele sítio, ele comprou um na cabeceira dos Patos. Até a terra era boa, não? (D. Amélia, filha de imigrantes italianos, setenta anos)

E o personagem cresce aos olhos daquela gente; daquela gente que resiste, resiste, mas acaba sucumbindo diante de suas artimanhas, de sua determinação... E o cenário muda. Ninguém reagia mais, ninguém. *Saía* dali, *ia pra outro lugar, ia enfrentar a vida p'ra outro canto*, que viver ali não era mais possível.

E a entrevistada conta tudo com emoção, misto de raiva e nostalgia, pela perda da terra. E reflete em seu depoimento "a conjugação de uma microfísica da resistência com a interiorização da dominação" (Lopes, 1988, p.81). E a memória surge como resistência elaborada ao longo do tempo; memória que resiste ao medo, à destruição, ao desalento que de todos tomou conta, à própria dominação.

Promissão não se tornou a cocheira de gado, mas Dinízia sim. Dinízia foi destruída como cenário, como espaço de vida. Dinízia já não existe, virou pasto de gado, tomada por colonião.

Avançando na investigação, encontrou-se uma história oficial de Dinízia, uma história objetivada em documentos, atas, lei de criação, história registrada por Reyes, em livro sobre a história de Promissão:

> Em 1926, já ouvia-se falar de certo bairro situado em Hector Legrú, em direção ao rio Tietê e dentro do município acima citado sendo que já o haviam batizado com o nome de Vila Dinízia em homenagem ao seu fundador, Cel. Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira que ordenou ao engenheiro Ulhoa Cintra o levantamento da planta da futura vila. Em 1936 elevou-se a distrito de Paz, cuja cerimônia de instalação foi presidida pelo dr. Jonathas Fernandes, juiz de direito da Comarca de Lins, à qual pertencíamos. Em seguida deu-se a instalação do Posto Policial e uma Subprefeitura, o que veio trazer algumas facilidades aos contribuintes. Em 1943 Dinízia já possuía tudo o que era preciso para crescer e progredir: igreja matriz, casas residenciais em ruas bem cuidadas; cemitério, 10 escolas rurais e o grupo escolar da sede, 21 estabelecimentos comerciais dentre os quais se destacava a Casa Moreira; 4 estabelecimentos industriais, máquinas de benefício de arroz, de propriedade do Sr. Júlio Delabona; uma serraria da firma Maluf & filhos; e engenhos de cana: um do Sr. Lamonato; 1.792.900 cafeeiros estavam plantados; 2 portos movimentados (sobre o Tietê) lhe serviam de comunicação: Porto "Queixada". Ligando-a à comarca de José Bonifácio e o porto "Joaquim Carvalho", ligando-a à comarca de Mendonça. A engorda do gado estava nas mãos dos seguintes criadores: Gentil Moreira, Manoel Palácios, Augusto Zaccaro, João Quitero filho, José Candido Junqueira e José Ribas. Anualmente era grande a produção de algodão, mamona, amendoim, arroz e café. (p.73)

Reyes não fala da vida de Dinízia; privilegia dados jurídicos, administrativos, econômicos. As pessoas por ela citadas são os donos do poder, sobretudo econômico. Mas Reyes, como aqueles que ali viveram, também sabe por que Dinízia acabou. E, ao mostrar que a vila acabou, mostra também um pouco do povo que nela viveu. Tem o cuidado de registrar os primeiros e últimos atos do cartório de Dinízia: nascimentos, óbitos, casamentos e escrituras. O primeiro registro, de nascimento, é de 30 de maio de 1936. Os últimos, um de nascimento e um de óbito, são de 18 de fevereiro de 1950. Nesse momento, nem o Tabelião de Paz morava na vila. Havia mudado para Promissão, conforme revelou sua filha, em entrevista:

> Papai (o senhor Dante Rocchi) ficou lá de 1936 a 48. Em 48 ele já veio pra cidade, porque já não tinha muita coisa, quer dizer, não comportava mais nem um cartório e com o passar do tempo foi acabando de vez.

A destruição da vila ficou registrada. O seu porquê foi levantado em meio às lembranças e representações dos que sobre ela falaram e ficou patente nas observações da pesquisadora:

> Entretanto, surgiu o colonião, destruindo a futura cidade e afugentando seu povo. As casas foram vendidas e destruídas, bem como a igreja, o grupo escolar e até o cemitério (os ossos foram transladados para Promissão). Hoje parece que a

[3] Essas ruínas já não existem em 1989, momento da pesquisa. A primeira depoente já havia feito uma referência a elas: *a Casa Moreira desmanchou agora...*

> vila sofreu o efeito de um furacão ou bombardeio: nada ou quase nada ficou de pé, apenas a casa comercial em ruínas[3] lembra o saudoso tempo de prosperidade e de trabalho construtivo. As escolas foram fechadas por absoluta falta de alunos; as linhas de ônibus paralisadas por ausência de passageiros e o Porto Queixada cessou suas atividades. (Reyes, p.73)

Sobre o efeito da destruição da vila, um sitiante, filho de imigrantes japoneses, que ali morou, já havia falado, usando a mesma imagem de Reyes: *Quando começou a acabar, foi como se tivesse caído uma bomba lá. Foi em dois tempos! O povo começou a desmanchar as casas e levar embora...* É muito forte a imagem. Tão forte quanto a imagem de Thomas Morus, citada por Marx (1985, p.265) ao analisar a acumulação primitiva na Inglaterra: "Em sua utopia, Thomas Morus fala de um país singular, 'onde as ovelhas devoram os seres humanos'".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui não são as ovelhas; são os bois. Mas o processo é o mesmo, visível, palpável, como também constata Beozzo (1969, p.786-7), ao concluir um de seus trabalhos sobre a região.

O cenário da vila foi destruído para que em seu lugar fosse implantado o cenário do pasto. O sitiante saiu de cena; o meeiro, o colono e o trabalhador das roças também. As roças já não existem. A fartura acabou. A acumulação tomou a terra, tomou tudo o mais. Destruiu um modo de vida, destruiu, como em uma explosão, a própria vida que aí vivia.

> Dinízia, sítios, gente.
>
> Reunidas se fazendo,
engolindo sítios,
engolindo Dinízia,
plantando pasto,
plantando boi,
engolindo gente.
>
> Reunidas-boi
engolindo raízes,
engolindo tudo,
até as ruínas...
Desenraizando...

BIBLIOGRAFIA

BEOZZO, J. O. Noroeste Paulista: Aspectos demográficos. *Revista de Cultura Vozes* (Rio de Janeiro), v.63, n.1, p.771-85, set. 1969.

BOSI, E. *Memória e sociedade*: Lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BOURDIEU, P. Le mort saisit le vif: les relations entre l'histoire réiffiée et l'histoire incorporée. *Actes de la recherche en sciences sociales (Paris)*, v.32-33, p.3-14, abr./jun. 1980.

______. & SAYAD, A. *Le déracinement*: la crise de l'agriculture traditionelle en Algérie. Paris: Minuit, 1964.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

GOLDMANN, L. *Dialética e cultura.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. 6. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT/CNPq, 1988.

MARX, K. *O capital*: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v.I, t.2.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MULLER, N. L. *Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo.* São Paulo: EDUSP, 1951.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

REYES, M. R. A. *Promissão*: Sua história e sua gente. s/ed., s./d.

THOMPSON, E. P. Modes de domination et révolutions em Engleterre. *Actes de la recherche en sciences sociales (Paris)*, n.2-3, p.133-51, jun. 1976.

______. *Senhores e caçadores*: A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

______. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v.I.

WEIL, S. O desenraizamento. BOSI, E. (Org. e Apresentação). *Simone Weil*: *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Sobre os autores

Ângela Cristina Ribeiro Caíres. Socióloga, professora das Faculdades Integradas de Jaú/UNESP-Araraquara.
angelacaires@uol.com.br

Beatriz Maria Alasia de Heredia. Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/IFCS/UFRJ e pesquisadora do CNPq.
bheredia@pobox.com

Benedita Esteves. Historiadora, doutora pelo Curso de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ.
benedita_esteves@hotmail.com

Carmen Silvia Andriolli. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
carmen_andriolli@yahoo.com.br

Delma Pessanha Neves. Antropóloga, professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista do CNPq.
mdebes@provide.psi.br

Eliane Cantarino O'Dwyer. Antropóloga, professora associada do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenadora do Grupo de Estudos Amazônicos do diretório de pesquisa do CNPq.
odwyer@alternex.com.br

Joel Orlando Bevilaqua Marin. Doutor em Sociologia pela UNESP-Araraquara e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).
marin@agro.ufg.br

Maria Aparecida de Moraes Silva. Socióloga, professora livre-docente da UNESP, pesquisadora visitante do PPG/Geografia/USP e pesquisadora do CNPq.
maria_moraes@terra.com.br

Maria Stela Lemos Borges. Socióloga, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).
stelalb@terra.com.br

Marie-France Garcia-Parpet. Antropóloga, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola na França (INRA) e pesquisadora associada ao Centre de Sociologie Européenne.
garcia@ivry.inra.fr

SOBRE O LIVRO

Formato: 16 x 23
Mancha: 26 x 48,6 paicas
Tipologia: StempelSchneidler 10,5/12,6
Papel: Off-set 75 g/m^2 (miolo)
Supremo 250 g/m^2 (capa)

1ª edição: 2008

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Edição de Texto
Antonio Alves (Preparação de original)
Amanda Valentim e Ana Cecília Água de Mello (Revisão)

Editoração Eletrônica
Eduardo Seiji Seki (Diagramação)